BRDKAN. BSBND. PROCSS. 131. 1, p. 1/220

HERNANO DE DEUS NOBRE ALVES

MDB - GB

N8-PROCSS.131.1.2

IDENTIDADE .....

FILIAÇÃO-PAI ANTÔNIO JOSÉ ALVES

MÃE JULIETA NOBRE ALVES

IDADE 13 Dez 1927 ESTADO CIVIL .....

PROFISSÃO Jornalista POSTO OU GRAD. .....

FUNÇÃO .....

NACIONALIDADE bras. NATURAL DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LÊ ..... ESCREVE ..... CERT. RESERVISTA .....

TÍTULO ELEITOR ..... LOCAL TRABALHO .....

ESTUDANTE ..... ESCOLA .....

..... NÍVEL Superior

RESIDÊNCIA .....

OUTROS DADOS Deputado Federal p/MDB/GB

.....

FOTO

NOME HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES

CIC

HISTÓRICO

- Através o D .O. nº 251, de 30 Dez 68, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos, com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.

N8 PROCSS. 131-1, p.3

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 005	2. DATA: 23/12/68
3. NOME: HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES	
4. FILIAÇÃO: ANTÔNIO JOSÉ ALVES JULIETTA NOBRE ALVES	
5. DATA DE NASCIMENTO: 13 DEZ 1927	
6. NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
7. NATURALIDADE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
8. PROFISSÃO: JORNALISTA	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: SUPERIOR - JORNALISMO	
11. RESIDÊNCIA:	

Nº PROCESS. 137. 1P.4

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Dep. Fed.., MDB/GB, eleito em 15 nov 66.
- Comunista. Subversivo. Agitador.
- Teve seu extrato de prontuário organizado, com vistas às sanções do AI nº 2.
- Jornalista, escreve para o "Correio da Manhã", tendo publicado vários artigos subversivos, atacando a Revolução e as FF AA.
- Faz cerrada campanha contra o SNI.
- Ligado à área estudantil e à AP.
- Participou ativamente de passeatas e agitações estudantis, na GB e em BSB.
- Ligado a JOÃO GOULART, JOSÉ GOMES TALARICO, PAULO TEIXEIRA, EDMUNDO MUNIZ, ÊNIO SILVEIRA e JOEL SILVEIRA.
- Ligado à Frente Ampla.
- Colaborador do semanário comunista "REUNIÃO".
- Dirigiu a "Ação Democrática", em 1956.
- Manifestou-se contrário à nova Constituição, à Lei de Imprensa e ao "Acôrdo MEC/USAID".
- Apoia a ação de D. HELDER CÂMARA
- Tachou o Gov COSTA E SILVA de "anárquico - autoritário".
- Foi objeto de denúncia, pela 2ª Auditoria da Marinha, como incurso na L.S.N. e de solicitação, à Câmara, para efeito de processo.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

1966 - mar - Assinou manifesto de "intelectuais" contra decisão da Justiça da URSS, que condenou os escritores ANDREI SINYANVSKY e YULI DANIEL, por terem formulado críticas ao Gov. daquêle País.

- Sob o título "O NÔVO CASTELO", comentou no jornal "CORREIO DA MANHÃ: "O Min da Guerra, Gen COSTA E SILVA, quer explorar a presente crise nacional em proveito da sua candidatura à Presidência da República".

mai - Sob o título "PLANTA DE ESTUFA", no "CM", atacou a candidatura COSTA E SILVA e imputou ao Pres CASTELO BRANCO, não só a responsabilidade por ela, como por todos os males que dela advirão para os brasileiros. No DIA DO TRABALHO, no Sind. dos Texteis/GB, discursando, ata

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

cou o Gov., declarando que "algum dia as árvores retornarão".

jun - Compareceu à Sede do DCE/UFMG ao lado do Dep. EDGARD MATA MACHADO por ocasião da cerimônia de posse da nova Diretoria da UEE.

- Sob o título "CASTELO QUER FICAR", no CM, disse que "O Pres. CASTELO BRANCO não se comporta como quem pretende entregar o poder em março de 1967. Pelo contrário - os sinais de continuismo são - a cada dia que passa - mais nítidos".

jul - Sob o título "O REINO DA HIPOCRISIA", escreveu no CM: "Hipocrisia: vício pelo qual se manifesta uma piedade, virtude ou sentimento que se não tem; afetação de qualidade que não se possue; fingimentos; falsidade. Trata-se da grande característica do atual Govêrno, presidido pelo Mar CASTELO BRANCO, essa hipocrisia sistemática".

- Teve seu nome cogitado para efeito das sanções do AI nº 2.

set - Analisou o esvasiamento das escolas militares, dizendo que as razões do desinterêsse são: a) baixo nível de remuneração; b) progressiva alienação das FF AA; c) subordinação das FF AA à política externa dos EUA; d) transformação das FF AA em instrumentos policiais-militares.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

- Participou de reunião da chamada "ALA DA INTEGRAÇÃO", realizada no dia 23, em que estêve presente CARLOS LACERDA.

- Escreveu extenso artigo, no CM, sob o título "O PARTIDO MILITAR", no qual fêz violentas críticas ao Poder Militar.

Out - Assinou manifesto de apoio "aos direitos dos estudantes, quando êstes saem às ruas", isto por ocasião das agitações de ruas provocadas por "estudantes".

- Manteve contatos com o Dep RENATO ARCHER, trabalhando num documento, sôbre a FRENTE AMPLA, no sentido de reformulá-la.

Nov - Sob o título "DELITO DE OPINIÃO", escreveu artigo no CM, tentando ridicularizar "as razões apresentadas pelo SNI, DOPS e pelo Procurador da Justiça Eleitoral, para impugnar a sua candidatura ao cargo de Dep Fed".

Nº PROCSS. 131.1116

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

dez - Participou da organização da "Associação BRASIL-ARGÉLIA", que objetivaria estreitar relações entre o povo brasileiro e o argelino, congregando elementos opositores sistemáticos do Gov do BRASIL e comunistas internacionais.

1967 jan - Manifestou-se contra a nova LEI DE IMPRENSA, dizendo que os jornalistas já haviam sentido, na época / das eleições, a arbitrariedade do Gov. Fed.

- Assinou manifesto, denunciando o caráter anti-democrático da nova Constituição e conclamando o povo para lutar contra o Govêrno, que está coagindo o Congresso.

fev - Enalteceu a vitória da chapa esquerdista do CACO.

- Assinou manifesto pela liberdade de ÊNIO SILVEIRA.

- Em artigo, no CM, defendeu o ex-Cel JEFFERSON CARDIN envolvido em guerrilhas no sul do País.

- Colaborador do semanário comunista "REUNIÃO".

abr - Compareceu ao "ENCONTRO NACIONAL", realizado pela Ação Operária Católica (AOC), no Alto da Boa Vista / GB.

- Atacou o Gov COSTA E SILVA, dizendo que sua política externa é indefinida.

mai - Manifestou, no Plenário da Câmara, ceticismo diante da "hipótese de que a política externa do Gov. seja, realmente, soberana e independente".

- Fêz conferência no Centro Acadêmico ANDRÉ DA ROCHA da Fac de Direito/UFRGS, criticando a política interna do Brasil, as autoridades constituídas e os interêsses dos EUA, em relação à sua política externa.

jun - Anunciou que solicitaria uma Comissão Mista do Congresso, para controlar as atividades do SNI. Afirmou ser inaceitável a existência de um órgão com as atribuições do SNI, sem que haja fiscalização do Congresso.

- Atacou violentamente o SNI.

jul - Tomou parte em comício-relâmpago, realizado na Cinelândia/GB, em frente à AL/GB, ocasião em que foram feitos ataques ao Gov Fed e críticas à Lei de Imprensa e à Constituição.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Nº PROCESS. 131.12.7

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

- Considerou ilegal o ato do Gov que confinou o jornalista HÉLIO FERNANDES. Argumentou que "os AIs não podem ser sobrepostos ao espírito da Constituição, que dá ao jornalista tôdas as garantias para exprimir sua opinião".

ago - Disse que o Gov deveria apoiar-se no povo, restabelecendo o sistema democrático, promovendo a anistia, abrindo as prisões, liberando os sindicatos e respeitando o Congresso Nacional e a Imprensa.

- Faz parte da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados.

- Anunciou um conflito na área militar com relação, / principalmente, à permanência do Gen LIRA TAVARES no Ministério do Exército. Afirmou que o seu grupo, "imaturos do MDB", aguarda que se aprofudem as contradições do Gov CS com os americanos. Frisou haver discórdia no caso dos fretes; no caso do café solúvel e caso da energia nuclear. Disse, ainda, que, na Petrobrás, há descontentamentos e luta interna.

set - Revelou detalhes da conferência que mantiveram, em 1961, em PUNTA DEL ESTE, CHE GUEVARA e um emissário do Pres. JOHN F. KENNEDY e de cuja promoção o epigrafado participou diretamente.

- Acusou o Min da Justiça, GAMA E SILVA, de não estar preparado para exercer o cargo, tendo em vista o episódio da intimação de JK, para depor sôbre sua participação na FRENTE AMPLA.

- Acusou o Gov Fed de tramar uma reforma da Constituição, para que o Pres COSTA E SILVA seja reeleito e continue no poder até 1974.

- Afirmou, durante o pequeno expediente na Câmara, que a Nação, afinal, já estava ciente do seu dever, que era acabar com a reacionária ditadura imposta em 1964. Disse que o Imperialismo, afinal, tinha começado a chegar ao fim, no País, e que os direitos democráticos agora viriam.

out - Seu nome consta de uma relação de comunistas, organizada pelo SNI/ASP.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

N8. PROCSS. 131.1P.8

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

- Comentou, com outros parlamentares ligados à Frente Ampla, que o Min da Justiça, GAMA E SILVA, não havia obtido êxito para o confinamento de JK. Declarou que sugeriu o controle das atividades do SNI pelo Congresso, pois em sua ficha, feita pelo SNI, consta apenas o que êle não fêz.
- Reportando-se aos contatos de CARLOS LACERDA com JG, em MONTEVIDÉU (25/9/67), elogiou a "nota" de JANGO-LACERDA.
  Disse que as autoridades estão refletindo em termos antigos e por isto estão perplexas, não sabendo o que fazer com a FRENTE AMPLA.
- Foi convidado para participar de um debate na V SEMANA DE GEOGRAFIA da Fac de Filosofia (De 2 a 7/10/67), mas declinou do convite, pois precisaria permanecer em BSB, pelos seguintes motivos: agitação provocada pela FA e necessidade de organizar com urgência, no MDB, uma procuradoria, para tratar dos casos de prisões de estudantes e "guerrilheiros".

dez - Indiciado em IPM que apurou atividades subversivas nos meios intelectuais do País.

1968 jan - Manifestou-se contrário ao Dec Lei nº 348, que disciplina as atividades do Cons de Segurança Nacional. Disse que o fato "transformou o Gen JAIME PORTELA, Chefe do Gab Militar da Presidência, no virtual Primeiro Ministro de um regime de Gabinete muito diferente do PARLAMENTARISMO, pois êsse mesmo Gabinete não presta contas a ninguém, muito menos ao Congresso Nacional".

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

- Participou ativamente de passeata de estudantes de BSB, tendo entrado em choque com a Polícia da Capital.
- Faz parte do GRUPO PARLAMENTAR TRABALHISTA, composto por deputados pertencentes ao ex-PTB, que estão se reunindo com a finalidade de reavivar o ex-Partido e depois passar para a FRENTE AMPLA, como partido de esquerda.
- Foi um dos oradores do comício, realizado na Praça dos Estudantes, SÃO CAETANO DO SUL/SP, no dia 23, e que contou com a presença de CARLOS LACERDA.

CNS. PROCSS. 131.1.p.9

IDENTIDADE .....

FILIAÇÃO - PAI .....

MÃE .....

IDADE ..... ESTADO CIVIL .....

PROFISSÃO ..... POSTO OU GRAD. .....

FUNÇÃO .....

NACIONALIDADE ..... NATURAL DE .....

LÊ ..... ESCREVE ..... CERT. RESERVISTA .....

TÍTULO ELEITOR ..... LOCAL TRABALHO .....

ESTUDANTE ..... ESCOLA .....

NÍVEL .....

RESIDÊNCIA .....

OUTROS DADOS DEPUTADO .....

FOTO

NOME HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES

FICHA DE IPM Nº 26.2.693 **HISTÓRICO** PROTOCOLO GERAL 118/69

09.04.68 - Indiciado em IPM instaurado para apurar responsabilidades pelas agitações ocorridas em março de 1968, em Brasília, relativamente as agitações comuno-estudantis na UnB.

- Có-autor dos delitos praticados na UnB. Estimulou os dirigentes subversivos da FEUB; confabulou com êles, recebendo-os na Camara dos Deputados; procurou defende-los, parlamentando com autoridades para buscar a impunidade, desafiando publicamente a LSN.

14.02.69 - Encerramento do IPM com a remessa dos autos ao Exmo Sr Cmt da 11ª RM, para SOLUÇÃO.

24.02.69 - Em SOLUÇÃO o Exmo Sr Cmt da 11ª RM enquadrou o indiciado como incurso em crimes contra a Segurança Nacional, determinando a remessa dos autos a Auditoria da 4ª RM.

N8- PROCSS. 131.1.p.70

IDENTIDADE .....

FILIAÇÃO - PAI .....

MÃE .....

IDADE ..... ESTADO CIVIL .....

PROFISSÃO ..... POSTO OU GRAD. .....

FUNÇÃO .....

NACIONALIDADE ..... NATURAL DE .....

LÊ ..... ESCREVE ..... CERT. RESERVISTA .....

TÍTULO ELEITOR ..... LOCAL TRABALHO .....

ESTUDANTE ..... ESCOLA .....

..... NÍVEL .....

RESIDÊNCIA .....

OUTROS DADOS .....

.....

FOTO

NOME HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES

FICHA DE IPM nº 1.0.101 HISTÓRICO PROTOCOLO GERAL 187

11 ABR 69 - Indiciado em IPM instaurado pelo Cmdo. do I Ex. para apurar atividades subversivas e contra-revolucionárias.

Nº. PROCSS. 131. 1, p. 11

Identidade .....

Filiação - Pai .....

Mãe .....

Idade ..... Estado Civil .....

FOTO

NOME HERMANO ALVES

Profissão ..... Pôsto ou Grad. .....

Função .....

Nacionalidade ..... Natural de .....

Lê ..... Escreve ..... Cert. Reservista .....

Título Eleitor ..... Local Trabalho .....

Estudante ..... Escola .....

..... Nível .....

Residência .....

Outros dados .....

.....

HISTÓRICO PROTOCOLO GERAL Nº 310/69

1969 - Apoiado pela Imprensa, tomou parte em campanha visando a desmoralização e comprometimento do Chefe do Govêrno, Ministro da Aeronáutica, Oficiais Generais da FAB e Presidência da República, com a finalidade de enfraquecer as Fôrças Armadas e consequentemente ir ao extremo para a derrubada do govêrno.

Ex-Dep Fed; escrevia artigos para o Correio da Manhã. - Tomava / parte nas reuniões políticos da oposição/cassados.

N8. AROCSS 131. 2p. 12

PRESIDÊNCIA DA REPÚELICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

DADOS PARA ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

COMPLEMENTARES SÔBRE O CIDADÃO

HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES

NP. PROCSS 131.1, p. 13

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

QUANTO AO IMPUGNADO

MÁRCIO EMANUEL MOREIRA ALVES

9. Outros dos impugnados cuja pregação se ajusta às maravilhas às normas de conduta ditadas pelo Partido Comunista do Brasil, é o jornalista MÁRCIO EMANUEL MOREIRA ALVES.

É regra de trivial sabença em direito processual que notoria non egent probationem. De fato, em matéria de prova, não existe a necessidade de demonstração de uma série de fatos que bastam ser alegados para se constituirem em prova prèviamente recebida ex-vi legis.

São os fatos presumidos, os fatos fictos e os fatos notórios.

Com efeito, não se exige prova da veracidade dos fatos presumidos porque se esteiam em situações que a lei presume verdadeiros, admitindo-se, tão sòmente, a prova em sentido contrário; não se efetua a demonstração dos fatos fictos porquanto o legislador, ao criar as presunções legais, fê-lo, precisamente, para vedar a prova contrária àquelas situações que, por ficção legal, quer que sejam verazes; por motivos diversos são excluidos da prova os fatos notórios, eis que o conhecimento público, a communis opinio os tem por verdadeiros.

Os elementos de convicção carreados aos autos pelo S.N.I. são robustos e não deixam qualquer margem à dúvidas. São peças informativas mas que oferecem extraordinária gama de fatos que

não negados pelo candidato

sobejam no sentido de demonstrar a sua adesão às diretivas traçadas pela Conferência de Cupula do P.C.B.

Veja-se, inclusive, a propaganda partidá-

NP. PROCSS. 737. 7P.74

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

ria do candidato, vasada tôda ela em chavões comunistas, armilhada por elementos estrangeiros, ummdos quais foi detido na direção do seú veículo.

Leiam-se seus artigos, em que pugna pela vitória dos principios consubstanciados na diretiva do PCB, por desabrida luta contra as autoridades governamentais. Do 1964 até esta parte, não houve um só movimento tipicamente esquerdista no país que não contasse o Recorrido entre seus adeptos, ecg fessadamente.

Veja-se o seu livro que editar, veja-se sua correspondência com familiares de Miguel Arrais, veja-se o desenganado propósito de jogar os elementos civis contra as Forças Armadas e teremos uma constelação de fatos a desafiar a ng gativa monótona do Recorrido de que sua atividade não é subversiva.

QUANTO AO IMPUGNADO

MARIO PEDROSA

10. O Recorrido Mario Pedrosa, Egrégio Tribunal, por sua larga militância comunista, dispõnsa apresentação.

Desde moço filiou-se a chamada ala trotskista do movimento comunista mundial, vinculado à propagação do acirramento da luta de classe, pregando como o fazia seu mestre LEO TROTSKI, a revolução permanente.

Tão fiel é o impugnado em suas propagações comunista, aos postulados que defendia em sua juventude, que, passados tantos anos de andanças, exílios, divergências partidárias, e até mesmo cárcere, recentemente, em livro publicado MARIO PEDROSA proclama.

" O nosso paradigma deve ser a Rússia dos primeiros planos qüinqüenais, embora muito mais

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

modernizados. Estabelecendo um quadro de potencialidade de desenvolvimento entre o ponto de partida soviético e o ponto de partida brasileiro, verificar-se-á poder partir o nosso de um nível técnico social bem mais alto e já sob um ângulo de visão democrático e socialista. "

Não será despeciendo notar, ainda, a tentativa tão do gosto dos comunistas de desmoralizar as fôrças armadas, declarando que sua missão é análoga a de punir japoneses, negros fugidos etc.

" Assim, se as nossas Fôrças Armadas têm ainda tarefas externas a cumprir, são essencialmente de ordem policial, como na República Dominicana. (Se acontecer- tudo é possível - de têrmos de mandar fôrças expedicionárias além-fronteiras - por exemplo, todo um grupo de pára-quedistas - ainda assim será uma missão policial, análoga a destruir jagunços em Canudos, perseguir negros fugidos do cativeiro, reprimir vietnamitas sublevados na sua terra)."

Ora, essa pregação, de agressão e minimização do papel das Fôrças Armadas brasileiras de louvar as forças armadas russas do tempo em que eram comandados por Trotski, é de carater nìtidamente comunista, de nada valendo a pretendida contrição do Recorrido, cujo sabor de apostasia já não convence ninguém.

Nº PROCSS. 931. fl. 76

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

RECURSO AO TRIBUNAL

FERNANDO DE BARROS

11. O ponto central da impugnação formulada pela Procuradoria Regional Eleitoral contra o registro da candidatura do estudante Fernando de Barros, foi desprezado pelo Egrégio Tribunal A quo que, em sua decisão rejeitou a impugnação para ordenar o registro do impugnado.

De fato, Fernando de Barros, é figura que se adorna de todos os atributos dignos de um subversivo!

Com o engrandecimento do prestígio dos comunistas com posições chaves no deposto pelo movimento de 31 de março, o recorrido passou a exercer aquelas funções de locutor oficial da Agência Nacional em tôdas as manifestações comunizantes, notadamente naqueles comícios em que se prepara a indisciplina e a subversão.

Com o advento da Revolução foi demitido das funções que exercia na Rádio Nacional, nos têrmos do § 1º do art. 7º do A.I. nº 1, como envolvido em atividades subversivas.

A Polícia local, ao apreender sua propaganda, apresentou-a ao Tribunal Regional Eleitoral e notou-se o caráter subversivo de sua captação de votos.

A tônica de propaganda eleitoral de Fernando de Barros é a propação do credo vermelho, entremeada de incontinência verbal altamente condenável.

Declarou-se, em sua defesa, infenso ao comunismo, mas sua declaração é contraditada pelo derrame de injúrias ao Sr. Presidente da República e de louvores ao Ex-Governador Miguel Arrais, pregoeiro da sovietização do nordeste brasileiro.

N8 PROCSS 731.1p. 17

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA GUANABARA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Já retirado do ar, por várias vezes, pelo Poder Judiciário, por seu linguajar desabrido, reincide a cada vez em que lhe são franqueados os microfones da propaganda eleitoral gratuita!

Dizer-se, como quer o Colendo Tribunal, que se trata de um moço apenas imaturo e sem formação moral é palmilhar a trilha perigosa da ingermidade como arma de combate!..

A Procuradoria lembra que o Govêrno Revolucionário não deve nem pode assistir passivamente a campanha subversiva que se desencadeia a sombra da legenda do MDB e admitir que os pregoeiros da desordem e da violência se acobertem pe - as franquias democráticas.

Ex-positis, a Procuradoria Regional Eleitoral espera seja o presente recurso especial conhecendo e, de meritis lhe seja dado provimento para o efeito de tornar efetivas as impugnações a Hermano Alves, Marcio Emanuel Moreira Alves, Mario Pedrosa e Fernando de Barros.

O Colendo Tribunal ad quem para a necessária

JUSTIÇA!

Nº PROCSS. 131.1, p. 18
ANEXO Nº 17-A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - CÓPIA AUTÊNTICA - Tradução do artigo intitulado "LA FUERZA CONTINENTAL", de autoria de HERMANO ALVES, publicado no diário uruguaio "EPOCA", em 18 de setembro de 1965. - "A FÔRÇA CONTINENTAL, por HERMANO ALVES. A revista norte-americana NEWSWEEK em seu número de 7 de junho dêste ano, analisou a crise latino-americana à luz do conflito dominicano. Em tal sentido, afirma que " WASHINGTON criou a Aliança Para o Progresso para favorecer as alianças com qualquer pessoa que se oponha ao comunismo". Diz a revista que, ante êste fato, e ao malograrem-se vários regimes na América Latina,"se preparará a cena para a aparição de um nôvo tipo de caudilho latino-americano: o militar treinado e equipado pelos ESTADOS UNIDOS". Já em outubro de 1963, analisando um aspecto da crise latino-americana, no período anterior à deposição do presidente dominicano JUAN BOSCH, outra revista norte-americana, o semanário liberal THE NEW REPUBLIC dizia que os ESTADOS UNIDOS haviam gasto, no ano anterior, setenta e cinco milhões de dólares em assistência militar a várias nações da América Latina ou seja, o dôbro da assistência militar concedida / em 1957. A revista informava que "o treinamento da contra-insurreição foi incrementado entre os vários milhares de oficiais latino-/ americanos que são adestrados, cada ano nos ESTADOS UNIDOS e na zona de Canal do PANAMÁ". Não deixava de assinalar que, "òbviamente, uma fôrça militar capaz de eliminar os focos subversivos é, do mesmo modo, capaz de suprimir a constituição. Especialmente se, como ocorreu recentemente o govêrno eleito não coopera totalmente com os esforços militares para eliminar o comunismo". THE NEW REPUBLIC recordava o famoso episódio da invasão do Palácio Presidencial do PERÚ, em julho de 1962, "pelo coronel GONZALO BRICENO, diplomado / na Ranger School de Fort Benning", que dirigia um tanque Sherman,/ fornecido ao Exército do PERÚ através do programa de assistência / militar norte-americana. E assinalava "outros triunfos recentes do treinamento militar norte-americano na América Latina". Exemplos: - "em HONDURAS, o líder da nova junta é o coronel OSVALDO LOPEZ ARELLO, diplomado em bases de escolas da Fôrça Aérea dos ESTADOS UNI-/ DOS; na REPÚBLICA DOMINICANA, o coronel WESSIN Y WESSIN, antigo diretor de instrução das fôrças dominicanas e considerado agora como o homem forte do nôvo regime, diplomado na escola do Exército norte-americano na zona do Canal do PANAMÁ; o Major-General VICTORY / ELBY VINA ROMÁN, Ministro da Defesa, cursou a Escola de Blindados do Exército norte-americano em Fort Knox, KENTUCKY; no EQUADOR, o membro mais velho da junta de quatro que depôs o presidente constitucional, é o vice-almirante RAMON CASTRO JIJÓN, diplomado em 1949 na General Line Schol, digo, na General Line School da Marinha norte-americana, em MONTERREY, CALIFÓRNIA; outro membro da junta, o

= continua =

N8- Proc. 931.1, p. 79

antigo comandante-chefe da Marinha, o Almirante GUILLERMO FREILE diplomou-se em 1960 na Escola de Comando e Estado-Maior da Fôrça Aérea dos ESTADOS UNIDOS, em ALABAMA; na GUATEMALA, o coronel MIGUEL PONCIANO, Chefe do Estado-Maior foi treinado em escolas da Fôrça Aérea norte-americana". A enumeração de exemplos seria muito maior e culminaria com uma análise do govêrno brasileiro que em abril de 1964 conquistou o poder e que é dirigido pelo Marechal HUMBERTO CASTELO BRANCO que fêz cursos nos ESTADOS UNIDOS e na FRANÇA (nêste último país manteve contatos com a elite militarista que, depois de formular a teoria da guerra revolucionária, se separou do Presidente DE GAULLE) e pelo General GOLBERY DO COUTO E SILVA, que cursou a Escola de Fort Benning. Em seu livro POWER AT THE PENTAGON, o periodista JACK RAYMOND, do NEW YORK TIMES, cita a reação do general MAXWELL TAYLOR, / atual embaixador dos ESTADOS UNIDOS no VIETNAM, ao assistir a uma demonstração do poderio militar do Exército e da Fôrça Aérea do IRAQUE, na primavera de 1963. Dizia o General TAYLOR, comentando o fato, que "a ordem militar foi dada em inglês por oficiais iraqueanos que usavam uniformes idênticos ao uniforme de campanha norte-americano; os esclarecimentos tinham a marca inconfundível de Fort Benning e Fort Sill; podia se sentir a influência dos soldados norte-americanos em seu papel de instrutores dos exércitos de liberação". Em 30 de maio de 1965, o NEW YORK TIMES publicou uma nota sôbre os esforços que o Secretário de Defesa dos ESTADOS UNIDOS, ROBERT MC NAMARA, estava desenvolvendo para vender cinco milhões de dólares em armas e equipamentos ao Exército da ARÁBIA SAUDITA. Na ocasião, o General-de-Brigada EUGENE L. STRICKLAND, diretor do Programa de Ajuda Militar norte-americana às nações do Oriente Médio e da Ásia Meridional ao comparecer ante uma subcomissão da Câmara de representantes, disse: - nosso programa de treinamentos nêsse país nos facilitou uma série de contatos com os líderes militares, em tôdas as escalas, na ARÁBIA SAUDITA; e deu-nos a oportunidade de influir em programas e decisões a respeito dos objetivos norte-americanos na ARÁBIA SAUDITA. E não só a eficiência das fôrças sauditas aumentou, graças a nossos esforços na instrução, mas também os objetivos políticos dos ESTADOS UNIDOS e as idéias ocidentais foram difundidas através de contatos pessoais e de cooperação. Dois dias antes, na Universidade Bayor, no TEXAS, o Presidente LYNDON JOHNSON citava a vantagem de que a Fôrça Internacional da Organização de Estados Americanos que interveio na REPÚBLICA DOMINICANA, estivesse sob o comando de um general brasileiro, PANASCO ALVIM, que cursou escolas do Exército norte-americano. Foi nessa ocasião que o Presidente JOHNSON fêz aquêle famoso pronunciamento sôbre a guerra civil e a guerra internacional, nos seguintes têrmos: - no / mundo atual, com os inimigos da liberdade falando de guerras de libertação nacional, a velha distinção entre guerra civil e guerra internacional já perdeu quase todo seu sentido. O Presidente JOHNSON acrescentou: - Faz-se claro que não precisamos de um mecanismo inter-

= continua =

N8-PROCSS. 131.1, p.20

internacional criado para enfrentar fatos que se sucedem com grande rapidez. Quando o destino das gerações pode ser decidido em horas, o momento da decisão deve transformar-se no momento da ação. Em / agôsto dêste ano, no RIO DE JANEIRO, os Ministros do Exterior dos países americanos deviam reunir-se para examinar, entre outras coisas, a criação de uma Fôrça Interamericana Permanente de Paz. O Govêrno do BRASIL julgou necessária a criação dêsse Exército supranacional que permitiria a criação de uma elite militar internacional capaz de atuar de acôrdo com os interêsses estratégicos da nação / mais poderosa que equipa, adestra e doutrina as fôrças militares latino-americanas. Essa Fôrça Internacional poderia operar neste Continente, sem considerar outras fronteiras que não fôssem as fronteiras ideológicas que o Govêrno brasileiro, para espanto do mundo inteiro, acaba de descobrir e delimitar." .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x..

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

NR. PROCSS. 131.1 p. 21

FIC

PROGRAMA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

DIA 31/OUT/1966

Anexar

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

Fala do candidato HERMANO ALVES

Pertenço a um grupo de 12 homens impugnados. Um desses homens, ANTONIO MARQUES TOMÁS, está ainda mais pendente do que todos nós, porque talvez não possa nem siquer registrar-se como candidato, dado uma tecnicalidade jurídico partidária que descobriram recentemente. Estamos portanto condenados a nos transformar num grupo de onze, sem alusão. Somos todos em tôrno do candidato MARIO MARTINS, para Senador.

PAULO SILVEIRA, MARIO PEDROSA, MARCIO MOREIRA ALVES, JOSÉ FREJAT, HERMANO ALVES, que vos fala, candidatos a deputados federais.

SINVAL SAMPAIO, PAULO RIBEIRO, FERNANDO BARROS, FABIANO VILANOVA, ANTONIO SENNA PIRES, ANTONIO HOLANDA CAVALCANTE, e ANTONIO MARQUES TOMÁS, agora talvez triplicimente impugnado, cassado, que sei eu.

O Presidente CASTELO BRANCO, que é nosso adversário principal e que governa o País de maneira discricionária, porque outra coisa não sabe fazer, tendo fracassado completamente em restabelecer o poder civil que era talvez sua meta inicial, está nos estetores do seu govêrno, tentando arranjar uma saída para ficar. Tôda vez que o Presidente comete um atentado, com sentido de dar um golpe, o Presidente eleito de diploma na mão, Marechal COSTA e SILVA, agarra-se a ele, como o boxer se agarra a outro em clinche, ninguém bate em ninguém, mas alguém leva alguém, talvez às cordas e quem sabe se daqui até lá, neste clinche, nesta espécie de balet, nesse estranho minueto, não chegaremos até o dia em que um passe o poder para o outro e o outro bata na mesa e diz, EU SOU O PODER, e, então receberá um cheque em branco e fará Deus sabe o que.

O Presidente CASTELO BRANCO para impedir que isto aconteça, para se apossar discricionàriamente do govêrno por mais um ano, dois, três, quatro, cinco anos, para salvar o País, meu Deus, o Presidente procura criar um clima artificial de pânico e de inquietação, para esmagar a oposição, não, para esmagar o povo que quer fazer oposição, povo que vota e quer votar. Já não basta o Presidente ter transformado as eleições presidenciais naquilo que nós vimos, a aprovação automática de uma pessôa tirada do bolso, já não digo pròpriamente do bolso do casaco, mais talvez de um embornal das manobras militares.

Transformou a eleição para governadores nisto que nós vimos. Nomeia o ROBERTO para SP, o NILO COELHO, que cozinha tão bem, para PE. Nomeia não sei quem para tal lugar, dá-se um geito de nomear os amigos, os cupinchas, os comensais e isso chama-se democracia restaurada, sob a égide deste grande chefe. Mais a oposição grita apesar disso, reclama, berra, esperneia, mas então vamos acabar com essa história de cédula oficial. Nas cidades, deixa um pouco de cédula oficial por enquanto, quem sabe ainda há tempo, mas vamos fazer a cédula individual de votação no interior, quer dizer, vamos favorecer ao coronel do curral, ao distribuidor da cédula, a quem tem dinheiro, então quem tem dinheiro e que dispõe do Delegado de Polícia, do Juiz da cidade e dos cupinchas, dos parentes, dos amigos, das famílias, das poderosas oligarquias regionais, então terá a maioria dos votos no interior espera o Presidente. Mais isto tudo não basta, porque a oposição apesar das sanções previstas no AI nº 2, ela pode ganhar as eleições nos centros urbanos, então nós nos lançamos com uma campanha de guerra psicológica, vamos cassar todo mundo, vamos cassar 50, 100, 200, são 317 o Dr LUIZ VIANA disse a não sei quem, o Coronel fulano disse ao General sicrano, vamos cassar tudo, invade-se a Câmara e faça-se tudo isso, mas para nós, nós iremos até o último instante, nós estamos pagando para ver, até o último segundo, o último minuto, para que

N8. PROCSS. 931.1.P.22

REF. Nº 1

CORREIO DA MANHÃ
(05.08.65)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Um simples relato

C.M.J. 1226

Hermano Alves

Recebi um documento de que divulgo alguns trechos, na esperança de que o ministro da Guerra, general Costa e Silva, faça uma investigação para verificar a veracidade dos fatos nêle narrados. Trata-se do depoimento do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, que chefiou o movimento insurrecional no Rio Grande do Sul, há alguns meses.

Diz o coronel que, ao ser capturado por soldados da Fôrça Pública do Paraná, encontrou-se com um sargento do Exército, ao qual dirigiu o seguinte apêlo: — "Quero ser fuzilado pelo Exército, ao qual pertenço, e ao qual dei tôda minha vida!" Tal coisa, porém, não aconteceu e o coronel, em seguida, com os pés e mãos amarrados, foi removido para o Batalhão de F r o n t e i r a, na Foz do Iguaçu.

"Esta viagem — diz êle — incluiu uma travessia, em balsa, do Rio Capanema, durante a qual o sargento Buco, comandante da patrulha que me custodiava, deu-me conta da morte de um sargento, em combate. Estranhei, porém, quando êle me disse que o tiro que matara o seu colega fôra disparado por metralhadora. Em meu grupo não havia êsse tipo de arma. Conclui, naturalmente, que o sargento tombara vítima das balas dos seus próprios companheiros de caçada ao meu grupo."

Mais tarde, em Medianeira, o jipe em que o coronel viajava parou em frente de uma casa, dêle se aproximando um capitão. "Soube, depois, que era o capitão Dorival Sumiane, comandante da Companhia de Francisco Beltrão, à qual pertencia o sargento tão tràgicamente desaparecido", conta o coronel Jefferson. Com o capitão havia dois tenentes. O coronel afirma que o capitão determinou que êle fôsse atirado no chão. "A ordem foi cumprida. Jogado no chão, sempre com os pés e as mãos amarrados, fui rolado, como um barril, a pontapés, até o jardim do pavilhão, que me pareceu servir de alojamento da patrulha da Companhia". Diz, mais, que o capitão o insultava, com palavrões, gritando: "Matou o meu sargento!"

"Já no jardim, com o corpo imobilizado sôbre a grama, as cenas que se seguiram foram assistidas por uma dezena de praças. Primeiro, o capitão fêz-me virar o rosto, de forma a que a bôca ficasse voltada para o chão e, pisando com o coturno do pé direito na minha cabeça, vociferou: — Beija a terra que traíste... comunista assassino!

"Em seguida, fêz-me virar o rosto para cima e deu ordem aos soldados para que escarrassem. Instintivamente, tentei desviar o rosto. O capitão desferiu-me violento pontapé no queixo, afrouxando-me os dentes inferiores. Pôs a sola do coturno no meu nariz e na minha bôca, enquanto os dois tenentes me castigavam o corpo com pontapés. Quando pararam, o capitão achou que era preciso mais. Pegou um garfo e, fazendo-me ficar de ventre colado ao chão, espetou-me, desde os pés descalços até o pescoço. Cheguei a pensar que fôsse furar-me os olhos. Contudo, poupou-me a cabeça e o rosto."

Mais uma vez, o corpo do coronel foi rolado, a pontapés, pelo chão, até a viatura, onde o puseram, para o reinício da viagem. Nas proximidades de Capanema, o jipe parou. "Imagino que fôsse quase meia-noite — diz o coronel. — Pressenti movimentos de patrulhas, com focos de lanterna em minha direção. Nesse instante, aproximou-se de mim um major robusto, de óculos, a quem chamavam de Hugo. Tez clara e cabelos castanhos. Empunhava uma metralhadora INA. Só mais tarde soube que se tratava do secretário do general-comandante do Terceiro Exército. Por sua ordem, tiraram-me do jipe e me jogaram no chão. E êle gritou: — Vamos fuzilar êsse...!

"A u x i l i a d o por dois guardas rodoviários, o major desempenhou tôda uma cena, destinada, ùnicamente, a mover-me guerra de nervos, imaginando, talvez, que eu lhe fôsse pedir clemência. Com a lanterna, iluminava o campo e dizia estar escolhendo um lugar para me fuzilar. Sempre empregava um palavrão ao referir-se a mim. Por fim, fêz os guardas me colocarem numa *camionete* da Polícia Rodoviária e teve início uma nova etapa da viagem. No percurso, porém, o major continuava a sua guerra de nervos, travando e destravando, incessantemente, a INA que empunhava. Naqueles instantes, eu já aceitava o fuzilamento como uma verdadeira libertação."

O coronel afirma que por volta das duas da madrugada, ao chegarem ao Batalhão de Fronteira, os seus pés e mãos foram desamarrados. "A recepção, porém, pouco diferiu da anterior. Encarregaram-se dela dois oficiais. Um dêles, o major Ari Ronconi Moutinho. Aos empurrões e bradando palavrões, conduziram-me até a sala, onde o major Hugo, dirigindo-se aos sargentos Elísio e Marcos, mandou que me amarrassem os pulsos acima da cabeça, nas grades da porta." Os pés do coronel foram amarrados ao gradil. Nessa posição êle ficou, umas nove horas. Os seus companheiros de guerrilha foram chegando, aos poucos, e sendo, também, submetidos a êsse método de aprisionamento.

Por volta das 10 horas da manhã do dia 28 de março, o comandante do Batalhão, coronel Auro Marques Curvo, mandou desamarrá-lo. A tarde, o coronel Jefferson foi conduzido ao gabinete do comandante, sendo "alvo das sandices do próprio ténente-coronel Curvo, do major Ari Rondoni Moutinho e do capitão Rui Vieira do Rêgo Monteiro". Foi levado a uma sala. Deram-lhe uma calça de pijama para vestir. Depois, êle e os companheiros foram fotografados pela imprensa. Em seguida, chamaram-no para depor. O coronel Curvo, o major Moutinho e o capitão Rui ameaçaram-no de espancamento. À noite, nôvo interrogatório. "Queriam que eu dissesse que conhecia políticos influentes do Paraná, que tivessem ligação com o sr. Brizola. Eu, sinceramente, os desconhecia. Passaram, então, a exigir, sempre sob ameaças e impropérios, que confessasse ser intenção do nosso grupo assassinar o marechal-presidente Castelo Branco."

Na manhã do dia 29, foi levado ao gabinete do coronel Curvo que o entregou ao major Moutinho. "Conduziram-me, então, para uma sala ao lado. Fecharam a porta e três homens avançaram sôbre mim: o major Moutinho, o capitão Rui e um capitão-pára-quedista. Êste desferiu-me violento sôco no nariz e, enquanto o sangue espirrava, o major soqueava-me o estômago. Todo ensangüentado, mandaram-me de volta à cela. Vinte e quatro horas depois, pela madrugada, "ouvi barulho na sala da S2, que fica bem em cima da cela em que me encontrava. Ruídos de cadeiras e mesas arrastadas, de corpos que caíam e rolavam. Isso durou uns 30 minutos, após os quais fui chamado. Quando venci o último degrau da escada que dá acesso ao primeiro andar, um açoite vergastou-me as costas. Volteime e vi um sargento vermelho e corpulento, que empunhava uma INA apontada para mim e que tinha, noutra mão, um cassetete de borracha." Dentro da sala da S2, aos empurrões, o coronel foi levado até "o sargento Alberi Vieira dos Santos e o civil Bonilha" que estavam com as roupas rasgadas e com os corpos sangrando. Em seguida, êle, o civil e o sargento foram espancados, durante muito tempo. O coronel não soube por quanto tempo porque desmaiou logo após os primeiros socos, "desfechados pelo major Moutinho e pelo sargento Elísio".

Foi, de acôrdo com o relato, o último espancamento. Êste não é todo o relato do coronel Jefferson, que só agora me chegou às mãos. Espero que o ministro da Guerra tome alguma providência, que o presidente Castelo Branco tenha uma reação qualquer, que alguém apure os fatos e faça justiça.

Nº PROCESS. 131.1.P.23
REF. Nº 3

CORREIO DA MANHÃ

(18.08.65)

A hipocrisia

Hermano Alves

O empenho do presidente Castelo Branco em impugnar a candidatura do marechal Henrique Lott ao govêrno do Estado da Guanabara trouxe-me à memória a frase de La Rochefoucauld: — *L'hypocrisie est l'hommage du vice à la vertu.* A atitude do Govêrno Federal, ao contestar o domicílio eleitoral do antigo ministro da Guerra, tem a marca da hipocrisia que caracteriza a conduta dos homens que ocuparam o poder na crista do movimento desencadeado a 31 de março de 1964 pela guarnição militar de Minas Gerais. A primeira reação do Govêrno Federal, quando o Partido Trabalhista Brasileiro aprovou a candidatura do marechal Lott, foi a de afirmar que o nome dêsse candidato seria vetado. O chefe do gabinete civil da Presidência, sr. Luís Viana Filho, bradou às armas, declarando que se tratava de um *escárnio à revolução.* Em seguida, o noticiário do palácio do govêrno passou a informar que as autoridades federais procuravam um dispositivo legal qualquer que permitisse o afastamento da candidatura Lott. Assim, a mais expressiva candidatura da oposição, na Guanabara, foi rejeitada, apriorìsticamente, pelo presidente Castelo Branco. Como se tornava impossível acusar o marechal Lott de corrupto ou de subversivo, os homens do govêrno inventaram novas fórmulas. Disseram que a candidatura Lott era revanchista e aglutinava *as fôrças da subversão.* Afirmaram que o marechal não sabia o que estava fazendo e que elementos subversivos pretendiam utilizá-lo como *inocente útil.* E como nada disso adiantava, chegaram a pensar — sèriamente — em veto militar. Mas o problema é que o marechal Lott não tem mêdo de vetos militares. Êle tornou claro, desde o primeiro dia, que êsse tipo de extorsão política que o chamado Grupo da Sorbonne faz, em favor da União Democrática Nacional e em nome das Fôrças Armadas, não o intimida. Foi por isso que, tendo que jogar a carta do veto militar, mas não conseguindo amedrontar um adversário que conhece o Exército como a palma da sua mão, o presidente Castelo Branco resolveu exercer pressão sôbre a Justiça Eleitoral. E os ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, general Costa e Silva, almirante Paulo Bosísio e marechal-do-ar Eduardo Gomes, publicaram notas ameaçadoras. Tudo isso para assustar os magistrados da Justiça Eleitoral — já que não conseguiam assustar o marechal Lott e os partidários da sua candidatura.

A partir do instante em que os homens do govêrno preferiram a chicana em tôrno do domicílio eleitoral, tornou-se evidente que não tinham mais fôrça para promover o veto militar ou para dar o golpe. Transferindo a luta para o campo do formalismo jurídico, o marechal Castelo Branco reconheceu, implìcitamente, aquilo que os relatórios do Serviço Nacional de Informações já diziam: que não havia ambiente para golpe ou para vetos, no Exército. E, como de hábito, o Govêrno Federal recorreu à hipocrisia. Afinal, não há atitude mais hipócrita do que essa de afirmar que o marechal Lott não tem domicílio eleitoral na Guanabara. O marechal sempre votou na Guanabara. Pediu a transferência do seu título de eleitor para Teresópolis porque não queria candidatar-se a qualquer cargo eletivo. Mas os apelos que muitos políticos e intelectuais lhe dirigiram para que se candidatasse, transformando-se no líder natural de um movimento político que visa à restauração, em sua plenitude, do regime democrático no País, acabaram por convencê-lo. Ninguém imagina que o marechal Lott quisesse um cargo apenas por querer um cargo. Nem mesmo o presidente Castelo Branco — cuja paixão pelas honrarias do cargo que ocupa são conhecidas — faria tal injustiça ao marechal Lott. O próprio candidato das oposições na Guanabara tornou claro, em seu discurso à convenção do PTB, que abrira mão de um repouso merecido para iniciar uma campanha que daria à sucessão, na Guanabara, um sentido nacional. É sòmente por isso que o presidente Castelo Branco não quer a candidatura Lott. A manutenção dessa candidatura pode contribuir, decisivamente, para a reimplantação do regime democrático, em que os governantes são escolhidos pelo povo, sem que uma UDN qualquer possa inventar vetos militares para eliminar a competição. Tenho a convicção de que o presidente Castelo Branco tudo fará para que o regime vigente no Brasil seja uma democracia de aparências, para uso externo — uma espécie de democracia das impugnações, onde não há lugar para o *fair play.* Assim, vemos um presidente que só foi eleito porque, sob pressão militar, o Congresso aboliu a proibição de que os chefes de Estado-Maior se candidatassem, considerar inadmissível que o marechal Lott se candidate, porque o antigo ministro da Guerra pedira a transferência do seu título de eleitor para Teresópolis. Pode haver maior prova de hipocrisia? O marechal Lott, de acôrdo com o espírito e a letra da lei e com as normas do mais elementar bom senso, tem o direito de rever a sua decisão, candidatando-se na Guanabara e, portanto, reavendo o seu título eleitoral anterior. Mas na *democracia castelista* a lei nem sempre tem letra, quanto mais espírito... Ou, como disse o general Costa e Silva, há *leizinhas* e não leis.

P.S. — Ao ler o noticiário internacional, nos últimos dias, assaltou-me o temor de que a Organização dos Estados Americanos seja convocada, pelo govêrno brasileiro, a promover a intervenção em outra nação do Hemisfério. Fiel à teoria da *interdependência,* apegado à idéia das *fronteiras ideológicas,* decidido *a manter a ordem* numa área que vai *do Alasca à Patagônia* e preocupado com *a disseminação das guerrilhas* e com a infiltração de *idéias exóticas,* é bem possível que o govêrno brasileiro queira a constituição de uma fôrça interamericana para garantir a paz interna na Califórnia, especialmente porque ficou configurada a participação de grupos trotskystas e afins nos distúrbios de Los Angeles. Afinal de contas, o pregador Billy Graham classificou aquêles distúrbios de *ensaio geral de revolução.* E um tenente da Polícia de Los Angeles achou as coisas muito parecidas com o que ocorreu em São Domingos. Torna-se, portanto, imprescindível, a vigilância geral para evitar que o Itamarati fale em mandar tropas para a Califórnia. Afinal, trata-se de território americano. Não podemos admitir qualquer violação dos princípios de autodeterminação e de não-intervenção, em detrimento de uma nação irmã.

N8. PROCSS - 137.18.24

CORREIO DA MANHÃ

(06.10.65)

REF 7

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Depois da vitória

CM 6

Hermano Alves

Os resultados das eleições estaduais de domingo mostram que a realidade brasileira é capaz de digerir qualquer esquema artificial, absorvendo o que lhe convém e rejeitando — implacàvelmente — o que é inútil. Sei, muito bem, que a História só se repete como farsa. Mas não deixa de haver um certo paralelismo entre o golpe de Estado de 1954 e o golpe de Estado (a chamada Revolução) de 1964, e entre o que houve em 1955 e o que está ocorrendo, agora, em 1965. A chamada Revolução de março foi um esquema artificial, a partir do instante em que, afastado o presidente João Goulart, os vencedores resolveram decretar que havia uma revolução no País. Veio à tona, então, o revanchismo dos quadros de oficiais das Fôrças Armadas que tinham sido enquadrados, em novembro de 1955, pelo marechal Henrique Lott. Irromperam, também, pela brecha aberta na muralha da legalidade (muralha essa que, tanto o sr. João Goulart quanto as esquerdas tinham, sem dúvida, ajudado a abrir), os interêsses da companhia, representados pela UDN, que temia uma nova eleição do sr. Juscelino Kubitschek para a Presidência da República. O golpe de abril foi um movimento de tendência conservadora, que incluía fôrças heterogêneas. A chamada Revolução de março foi uma intervenção da UDN e dos grupos neofascistas mais conhecidos por "linha dura" e que tinham como principal expoente o governador Carlos Lacerda.

As eleições estaduais de domingo marcam o comêço do fim da Revolução. O golpe de abril — movimento sêco que derrubou um presidente — já se incorporou à História do Brasil. A Revolução, exatamente por ser artificial, por ser apenas uma palavra que não significava uma idéia, um programa ou um despotismo esclarecido, não podia ser absorvida. Era necessário expeli-la do organismo brasileiro. É possível que o próprio presidente Castelo Branco, vendo que a vida é muito diferente da fantasia, tenha compreendido que não poderia prolongar, por mais tempo, a ficção revolucionária. E não deixa de haver um certo simbolismo na volta do sr. Juscelino Kubitschek — volta que parece ter sido o resultado de concessões mútuas, pois o Govêrno federal lhe deu garantias enquanto o ex-presidente consentia em submeter-se a inquéritos policiais-militares. Neste momento, o grande denominador comum é o PSD, que venceu na maioria dos Estados e que está em condições de dialogar, em outros têrmos, com o Govêrno federal.

Se os grupos neofascistas civis e militares não conseguirem dar um golpe para impedir a posse dos eleitos, como querem o sr. Carlos Lacerda e outros politicos menores, êsse diálogo entre o PSD e o Govêrno federal será inevitável — com vistas à sucessão presidencial de 1966. O interêsse do Govêrno federal será o de atrair o PSD (talvez, até mesmo, através do sr. Juscelino Kubitschek, por mais que tal perspectiva irrite os grupos mais exacerbados) para uma aliança com vistas ao futuro. Em suma: para um esquema politico conservador que, admitindo a retomada do processo de desenvolvimento econômico, queira retardar a revolução social e a independência no campo internacional. É por isso que falam tanto no sr. Juraci Magalhães, havendo, inclusive, quem preconize a aceitação da tese da eleição indireta (ou seja: da possibilidade da reeleição do presidente Castelo Branco) com o apoio do PSD. Não tenho dúvidas de que êsse esquema está nas cabeças de alguns bacharéis da UDN que, no fundo, sonham com a volta dos bons tempos do marechal Eurico Dutra, quando faziam parte do govêrno sem serem responsáveis por tudo que ocorria.

Também êsse esquema me parece artificial. Há muitas incógnitas, em tudo isso. Em primeiro lugar, a vitória do PSD não foi, apenas, uma vitória do PSD. O papel do PTB foi decisivo, em alguns Estados, sobretudo na Guanabara e inclusive em Minas. Na Guanabara e na cidade de Belo Horizonte, a participação das esquerdas foi muito importante. Além disso, tornou-se claro, pelo volume dos votos e pelo sentido de algumas candidaturas, que o povo não se pronunciou apenas contra administrações estaduais mas, também, contra a ficção revolucionária de março & abril. O PTB tem grandes possibilidades de crescimento e as esquerdas conseguiram, a duras penas, manter a sua unidade, trabalhando pela aliança PSD-PTB. E o PSD, reforçado, tem possibilidades de vencer as eleições presidenciais de 1966, com o apoio do PTB, de outros agrupamentos e das esquerdas. O que os representantes do govêrno propõem ao PSD, ao prometerem a posse dos eleitos, é uma aliança de interêsses que, liquidando o sr. Carlos Lacerda, também afaste o PTB e as esquerdas. Assim, no caso das eleições estaduais, houve a coincidência dos interêsses do govêrno, do PSD, do PTB e das esquerdas.

A partir do instante em que a posse dos eleitos fôr garantida, haverá a divergência dos interêsses. Cada grupo irá tratar da sua vida. Ou melhor: tanto o govêrno quanto o PTB e as esquerdas tentarão fazer uma aliança com o PSD.

O adversário comum foi derrotado nas urnas. Trata-se do sr. Carlos Lacerda, que poderia, eventualmente, conquistar o apoio do sr. Magalhães Pinto para galgar a Presidência da República, no voto ou na marra. A soma dos votos do sr. Negrão de Lima com os votos dados aos srs. Amaral Neto, Aurélio Viana e Hélio Damasceno (e não estamos incluindo uma grande parte dos votos nulos) mostra que a derrota do sr. Carlos Lacerda foi impressionante. Mas isso não significa que o sr. Carlos Lacerda já esteja liquidado. E êste argumento será apresentado, na hora oportuna, ao PSD, pelos representantes do govêrno, quando êles quiseram tanger êsse partido para as verdes pastagens governistas. O outro argumento será, sem a menor dúvida, a possibilidade de um veto militar. Estou, certamente, avançando demais com relação ao futuro. Creio, no entanto, que o PTB e as fôrças politicas de esquerda — tão heterogêneas, tão fragmentadas, mas muito atuantes — devem perceber que a luta pelo restabelecimento das liberdades e dos direitos individuais, pela anistia ampla e pela reintrodução, no cenário politico brasileiro, dos problemas que dizem respeito à modificação das estruturas sociais, está começando agora. A vitória comum foi muito boa. Ainda há perigo de reação irracional e golpista contra essa vitória. Mas a união de todos os esforços é imprescindível, desde já, pois o futuro apresenta outros desafios, muito mais importante

NB. PROCSS. 131.?.25

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

Alguma coisa de Antonioni

HERMANO ALVES
Especial para "BRASIL EM MARCHA"

E COMO se fôssem personagens de um filme de Antonioni. O leitor paciente (que também deve ser um espectador paciente se quiser descobrir o significado dos filmes daquele diretor italiano) acompanha, pelos jornais, as peripécias intermináveis dos homens do atual Govêrno, na esperança de que alguma coisa aconteça. Nos filmes de Antonioni, a ação é arrastada e os objetivos que os personagens querem alcançar modificam-se no próprio curso da ação. Há uma impressionante sensação de vazio. E os personagens não encontram meios e modos de se fazerem entender, mùtuamente. Na gíria carioca, há uma frase que pode ser aplicada, sem êrro, aos personagens dos filmes de Michelangelo Antonioni — "Ninguém é de ninguém".

VEJAMOS o caso típico da missão Juraci. Os auxiliares do Presidente Castelo Branco anunciaram, como grande novidade, a vinda do Embaixador Juraci Magalhães ao Brasil, afirmando que o Chefe do Govêrno pretendia atribuir-lhe uma importante missão. Que missão era essa? A de fazer sondagens políticas

[illegible] nistro não se importaria se a alguma coisa fôsse a sua própria candidatura à Presidência da República. Mas êle sabe muito bem que a sua candidatura não é vista com bons olhos pelo setor que domina o Govêrno — o setor dos bacharéis da UDN e dos tecnocratas civis e militares. Muito sofisticados êsses homens da aristocracia governamental jamais admitiriam a transmissão do Poder ao General Costa e Silva, que consideram um sargentão, apesar de todos os esforços que o Ministro da Guerra tem feito para se transformar num personagem habitual do café society. O pobre Ministro da Guerra (um excelente personagem para Antonioni ..) quer chegar ao Poder e julga que conseguirá fazê-lo pelas vias paralelas do Exército e do café society.

O GENERAL Cordeiro de Farias, que antes chegou a ser chamado de Ministro do Interior, mas que, agora, é tratado como se fôsse um simples coordenador de autarquias, pensa na Presidência da República desde a época em que se apresentou voluntário à Fôrça Expedicionária

[illegible] ta, datada de 13 de julho de 1958, dirigida ao Primeiro-Ministro Salazar por D. Antônio Ferreira Gomes, Bispo do Pôrto. O Bispo foi logo depois exilado dêsse país católico que é Portugal e que, no entanto, costuma, às vêzes, expulsar Bispos católicos como se fôsse a China Comunista. A carta, é claro, não foi publicada em Portugal onde a imprensa é livre e "pode publicar tudo que quiser, contanto não incomode o govêrno, tudo, tudo, sob a supervisão de dois ou três censores". Mas a carta foi publicada então na imprensa brasileira. Guardo recorte, já amarelado.

[illegible] da UDN. Essa candidatura, que tinha um sentido ofensivo caiu na defensiva. Não por culpa da Oposição (se é que PSD e PTB podem ser chamados de Oposição) mas por culpa do Presidente Castelo Branco. O Sr. Carlos Lacerda também não pertence ao círculo de eleitos que gravita em tôrno do umbigo presidencial. E' um gavroche, uma espécie de Juquinha, um beatle. O Sr Roberto Campos já não o considera um democrata operacional. O General Golberi do Couto e Silva acha que o Sr. Lacerda não tem equilíbrio emocional. O Sr. Adauto Cardoso, ao falar do Sr. Lacerda, adota um ar de profunda tristeza — o filósofo grego obrigado a conviver com um decurião romano. O Presidente (como de hábito) torce o nariz ao ouvir o nome do Sr. Lacerda, cidadão que não conseguiu completar o curso da Escola Superior de Guerra. Já o Sr. Lacerda sabe que a missão Juraci não pode ser realizada em seu favor. Tem, porém, uma vantagem, êsse personagem de Robert Rossen (veja-se "A Grande Ilusão" ou All The King's Men) perdido numa fita de Antonioni: se não consegue comunicar-se com os seus companheiros revolucionários, cor-

[illegible] mentaristas há só uma pequena

EM relação aos outros países parla-

[illegible] é, o Presidente da República, é eleito indiretamente, como convém nesse regime quando o país é República. Não governa. Apenas faz discursos, recebe os diplomatas estrangeiros, inaugura exposições e pontes, empossa Reitores de Universidades e distribui condecorações. Quem governa o país é o Primeiro-Ministro, chefe do Partido maioritário na Assembléia Nacional. E' o parlamentarismo

[illegible] deflação, assim como já pagou as inflação. Assim se consegue o equilíbrio orçamentário. Mas adiantar pouco manter êsse equilíbrio só rante um ano. O equilíbrio deve c tinuar permanente, queira ou queira o povo. Por isso, a ditad tem de ser prorrogada e, enfim, petuada, construída sôbre o fu mento da fôrça militar. Depois juristas são chamados para c truir a fachada dêsse edifício p co. Fazem um esfôrço para "apri rar" e "aperfeiçoar" as instituiç já perfuradas. E inventam o pr mentarismo sem oposição. E' o l lamentarismo português. Seria o délo?

N8. PROCESS 13?.?.26
Ref. 13?.26

CORREIO DA MANHÃ
(16.10.65)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

Radicalismo militar

Hermano Alves

O número de oficiais — tenentes, capitães e majores — que fazem política nos quartéis da Guanabara é muito grande. E a palavra de ordem que os anima é a de que os eleitos a 3 de outubro, do PSD e do PTB, não devem ser empossados. Não há unanimidade de pontos de vista. E sabe-se que, fora do Rio, a situação é diferente. Seja como fôr, o fato é que existe um radicalismo militar, que merece uma análise serena por parte de todos aquêles brasileiros — civis ou militares — que se preocupam com a preservação da forma republicana de govêrno e com as instituições democráticas.

Cabe, em primeiro lugar, saber quais são os responsáveis pelo desencadeamento dêsse radicalismo militar. O pioneiro, sem dúvida, foi o sr. Carlos Lacerda, atual governador da Guanabara, que há mais de um decênio lançou a tese de que os adversários da UDN, o seu partido, só podiam ser corruptos, comunistas ou inocentes úteis a serviço do comunismo. Foi êle quem, anos a fio, pregou a necessidade da intervenção militar para a salvação do Brasil, recomendando a adoção de um regime de emergência — a prazo fixo. Outros dirigentes da UDN adotaram a mesma tese, à medida em que se convenciam de que as possibilidades de conquista do poder nacional pelo seu partido eram remotas.

Essa linha foi, também, a da UDN militar, representada pelo brigadeiro Eduardo Gomes, pelo general Juarez Távora, pelo atual presidente Castelo Branco (que foi dos últimos a se manifestar ostensivamente nesse sentido) e pelo general Cordeiro de Farias, embora êste último tivesse pedido inscrição no PSD para eleger-se governador de Pernambuco. Também o sr. Juraci Magalhães — apesar do seu juscelinismo da época em que o sr. Juscelino Kubitschek era presidente e da campanha que fêz, na Bahia, empunhando a carta-testamento de Getúlio Vargas — pertence a êsse elenco de responsáveis pelo radicalismo militar de hoje.

Os conceitos emitidos pela Escola Superior de Guerra, que os absorvera, por sua vez, do *War College* norte-americano, e a vinculação do chamado Grupo da Sorbonne à estratégia de beira-de-abismo, que considerava inevitável a Terceira Guerra Mundial, criaram, nas Fôrças Armadas, a base necessária para que a oficialidade, gradativamente, admitisse a subordinação dos interêsses nacionais aos chamados interêsses hemisféricos que, em última análise, são apontados pelo Pentágono.

Enquanto a UDN perdia as suas bandeiras na área civil, os oficiais ligados a êsse partido dominaram, progressivamente, o pensamento militar brasileiro. A bandeira da ascensão das massas ficou com Getúlio Vargas e com o PTB. A bandeira do desenvolvimento industrial foi empunhada pelo presidente Kubitschek. A bandeira das reformas ficou nas mãos de políticos como o sr. Leonel Brizola, o sr. Miguel Arraes e, inclusive, o sr. João Goulart. As teses nacionalistas — moderadas ou radicais — também se transformaram em monopólio do PTB e das esquerdas. A UDN era o partido dos juristas, tendo-se empenhado na preparação da Constituição liberal de 1946. Mas à medida em que o poder se distanciava dela, os golpistas suplantaram os juristas e êstes acabaram por obedecer-lhes às ordens. Hoje, os juristas de 1946 empenham-se em destruir a Constituição de 1946.

A oficialidade do Exército foi submetida, durante anos, à propaganda anticorrupção e anticomunismo, preparada pela UDN civil e militar. Mas havia nas Fôrças Armadas, sobretudo no Exército, um equilíbrio, graças à existência de um setor militar nacionalista e que incluía, também, representantes dos diversos matizes de esquerda, do juscelinismo, do getulismo, etc. Êsse setor neutralizava outro setor minoritário, formado por oficiais da UDN, por velhos quadros integralistas e por conservadores de vários tipos. Com o golpe de abril de 1964, a UDN militar, vitoriosa na crista de um movimento heterogêneo, eliminou a facção adversária. Os vencidos, em vez de serem mandados para Circunscrições de Recrutamento, foram expulsos das Fôrças Armadas. Rompeu-se o equilíbrio. E a maioria dos oficiais, que ficavam a meio caminho entre as duas tendências, voltada para os seus afazeres específicos, passou a ser submetida a uma lavagem cerebral. Mais do que nunca, os quartéis se transformaram em centros de endoutrinação contra não só o comunismo e a corrupção mas, também, contra coisas misteriosas como a *esquerdização* ou a *cubanização*, etc.

A mitologia da guerrilha e da contraguerrilha, também implantada pelo pensamento militar norte-americano, como fórmula única para a solução dos conflitos e das revoluções nas áreas subdesenvolvidas, contribuiu para piorar a situação. E o conceito de *guerra revolucionária*, importado da França por homens como o marechal Castelo Branco, por mais errôneo e sofisticado que seja, incorporou-se ao pensamento do alto comando. Hoje, sobretudo depois da barragem de propaganda que se seguiu, na área militar, ao golpe de abril, há um grande número de oficiais de quadros intermediários a pensar apocalipticamente. Querem proteger o povo contra o próprio povo. Acham que o povo só escolhe errado, pois vota no PTB e no PSD. Querem democracia sem eleições ou eleições sem oposição. Acham que a corrupção está no PSD, no PTB, no empresariado nacional e, até mesmo, no capital estrangeiro. Alguns chegam a dizer que todo rico é ladrão.

Mas também têm horror ao comunismo. E a tudo que cheira a comunismo ou que possa, direta ou indiretamente, parecer favorável ao comunismo. Sendo contra a subversão, encaram como ativa ou potencialmente subversivos os intelectuais, os estudantes, os trabalhadores, os camponeses, etc. Alguns provaram o gôsto do poder, que não lhes soube desagradável. Outros cometeram violências e têm mêdo de *révanche*. Há os ingênuos que, esquemàticamente, buscam a pureza numa sociedade que é imperfeita. Em muitos casos, há uma boa dose de idealismo. Em outros, uma pitada de ressentimento social. Instintivamente, tendem para o fascismo e procuram impedir que a democracia (que, graças a Deus, não é um regime perfeito) se restabeleça no País. No fundo, são vítimas, pois a culpa é dos chefes que brincaram com o fogo e que agora não sabem como apagá-lo.

N8. PROCSS. 131.7, p.27
Ref. 16

CORREIO DA MANHÃ
(26.10.65)

p. 360
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tigre de papel

CM 26

Hermano Alves

O triunvirato militar que governa o País (se é que o verbo governar pode ser empregado neste caso), formado pelo marechal Castelo Branco, pelo general Juraci Magalhães, ministro da Justiça, e pelo general Costa e Silva, ministro da Guerra, procura demonstrar uma fôrça que, na realidade, não possui. A melhor prova disso foi o que ocorreu em Itapeva, São Paulo. Todos vimos, na televisão, oficiais bradando *fecha! fecha!* quando o ministro da Guerra se referia ao Supremo Tribunal Federal. A conclusão lógica seria a de que os *militares* apóiam a atitude ilegal do ministro da Guerra. Entretanto, as informações que chegaram de São Paulo demonstram que os oficiais que faziam o côro da indisciplina tinham saído do Rio — mais de uma centena dêles — para fazer *claque*. A maioria dos oficiais do II Exército se manteve discreta, talvez procurando saber, com os seus botões, porque um general tão inexpressivo quanto o general Costa e Silva se prestava a um espetáculo tão triste. Ora, é evidente que só um general tipo Costa e Silva seria capaz de dar um exemplo público e televisionado de indisciplina, em vez de enquadrar os seus subordinados mais rebeldes — subordinados êsses que são minoria no Exército. Em Itapeva, com um côro de oficiais, repetiu-se o caso da manifestação dos sargentos no Automóvel Clube, que tanto contribuiu para a queda do presidente João Goulart. Ninguém pode prever que o presidente Castelo Branco e os seus companheiros de triunvirato passem por uma experiência idêntica. Mas no passo em que vão, tangidos por oficiais indisciplinados, que não conseguem controlar (até mesmo porque foram os primeiros a incitá-los à indisciplina e à agitação, de acôrdo com as normas dêsse maquiavelismo de segunda categoria que inspira o atual govêrno), só lhes resta o caminho da ilegalidade.

Já começaram a trilhá-lo quando deram o golpe dentro do golpe, com o Ato Institucional. Tiveram uma oportunidade rara de mudar de rumo, por ocasião das eleições de 3 de outubro. Mas não tiveram fôrça nem autoridade moral para enquadrar uma insubordinada minoria de subordinados. Resolveram adaptar-se a ela. O general Juraci passou a falar em **poder militar**, por êle classificado de **Poder Moderador**. O general Costa e Silva passou a afirmar que **nós, os militares** vamos fazer isso ou aquilo. O marechal Castelo, por sua vez, encampou tudo que disseram. E aí estão êles, montados no tigre — nesse tigre que, afinal de contas, não deve passar de um tigre de papel.

Os triúnviros são todos candidatos à Presidência da República nas eleições indiretas que pretendem decretar. O marechal Castelo insinuou ao general Costa e Silva que êle era o seu candidato. Já deve ter insinuado isso ao general Juraci que, de qualquer jeito, tem esperanças de herdar o cargo. Mas o general Costa e Silva foi mais eficiente, ao conter os exaltados da Vila Militar, no dia 6, quando êles falavam em **virar a mesa** ou em **pôr o carnaval na rua**, pois outras não são as bases do seu pensamento radical sôbre os problemas políticos, econômicos e sociais do País. Em Itapeva, o general Costa e Silva fêz o seu primeiro comício de candidato, sendo aplaudido pelos cabos eleitorais que levara do Rio. Diante disso, o general Juraci se sentiu na obrigação de representar um ato cômico na televisão. Disse êle que o govêrno deve ter o direito de intervir nos Estados sem precisar do Congresso, uma vez que, no mundo de hoje, a guerra pode estourar a qualquer minuto, sendo que os Estados Unidos e a União Soviética mantêm aviões, com armas nucleares, voando, vinte e quatro horas por dia. Com um pouco mais de esfôrço, o general Juraci poderia propor que a Fôrça Aérea Brasileira também voasse, dia após dia, sôbre os Estados, à espera da ordem para a intervenção. Não chegou a dizer isso mas, em compensação, na primeira vez que se exibiu na televisão, afirmou que os Estados Unidos são a **nova Roma** — com o que classificou-os, implicitamente, como a grande nação imperialista da nossa época. Examino as declarações do general Juraci e as do general Costa e Silva como sinais expressivos da falta de pensamento coerente por parte dos responsáveis (também aqui o têrmo talvez não seja adequado) pela atual administração brasileira. O general Juraci, o general Costa e Silva e o marechal Castelo (resta saber, apenas, qual dêles manda mais...) acabam de apresentar ao Brasil a sua grande fórmula para a salvação nacional: o lacerdismo sem Lacerda. Êles andam, viram e mexem e acabam propondo tudo aquilo que o sr. Carlos Lacerda, governador repudiado pelo povo da Guanabara, já propunha em 1953: o regime de emergência ou de exceção. Assim, êsses homens, por mais que façam, não conseguem livrar-se da influência do governador Lacerda, seu grande mentor. E se hoje estão promovendo a agitação e ameaçando o Supremo Tribunal, o Congresso, a imprensa, todos os cidadãos e mais os torcedores do Fluminense e do Flamengo, é porque o sr. Carlos Lacerda os obrigou a agir de acôrdo com as regras do pensamento marxista — não de Karl Marx, mas dos irmãos Marx.

Não tenho dúvida de que a crise está começando agora — a crise institucional, desencadeada por um govêrno sem legitimidade e que não fêz qualquer êsfôrço para legitimar-se. O presidente Castelo Branco e os seus companheiros de triunvirato travam luta em muitas frentes, ao mesmo tempo. E, agora, desencadearam um processo que visa à dissolução da Federação e à violação da própria República. O princípio federativo foi a pedra de toque na resistência dos Estados contra o presidente João Goulart. Através da história da República, há inúmeros exemplos semelhantes. O govêrno de um país como o Brasil, nesta fase decisiva da sua afirmação como Nação autônoma e industrial, exige talento, preparo e muita compreensão da psicologia do povo. Os membros do triunvirato, chefiado pelo marechal Castelo Branco, não preenchem um só dêsses requisitos. E como não parecem ter qualquer aptidão para o govêrno, só lhes resta o caminho da indisciplina permanente e da desordem programada.

N8-PROCSS. 731.1.P.28

CORREIO DA MANHÃ
(17.03.66)

REF 22

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA

360

O nôvo Castelo

C.M. 17

Hermano Alves

O ministro da Guerra, general Costa e Silva, quer explorar a presente crise nacional em proveito da sua candidatura à Presidência da República. A análise das confidências do general, publicadas em vários jornais, por iniciativa do próprio ministro da Guerra, permite uma série de observações interessantes. Em primeiro lugar, o general Costa e Silva não confia, de modo algum, no presidente Castelo Branco Tantas vêzes fala na lealdade do presidente da República para com êle, ministro da Guerra, e na sua lealdade pessoal para com o marechal Castelo Branco que não há um só leitor dos textos publicados pelos jornais que não chegue a uma conclusão inteiramente contrária. O ministro diz que confia no presidente mas lembra que foi o marechal Castelo Branco quem teve a iniciativa de declarar-se inelegível — com o que refresca a memória do chefe do Govêrno. Confia no presidente, diz êle, assim como confia na dignidade e na lealdade da maioria das pessoas. Só muda de opinião diante de fatos concretos. Conclusão lógica: se o presidente provocar algum dêsses fatos concretos, o ministro deixará de confiar nêle. E não é só isso. O general aceita disputar a candidatura na ARENA, de acôrdo com as regras e normas traçadas pelo presidente. Espera, apenas, "que não surja um candidato do bôlso do colête do presidente". Compreende a neutralidade do presidente diante dos candidatos. Recorda, porém, que pediu ao presidente: "— Não hostilize a minha candidatura nem permita que os seus auxiliares o façam." Em suma: o ministro advertiu o marechal Castelo Branco de que não toleraria que o general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar, e o general Golberi do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações, fizessem manobras contra a sua candidatura. Mas quem acredita que êsses generais fariam tais manobras sem o beneplácito do seu comandante-em-chefe, o presidente da República?

O ministro da Guerra, no entanto, não é sincero quando diz que considera acertada a posição de neutralidade do presidente, na questão sucessória. Antes de mais nada, êle é o primeiro a não acreditar nessa neutralidade. Se acreditasse, não teria precipitado o lançamento da sua candidatura, colocando o presidente diante de um fato consumado. E não faria advertências ao presidente sôbre manobras contra a sua candidatura, por parte dos auxiliares de confiança do marechal Castelo Branco. Não teria sequer chegado ao ponto de dizer a outros amigos (não os que agora recebeu) que dera ao presidente um prazo de quinze dias para acabar com os fuxicos do chefe do Gabinete Militar e do chefe do SNI. E, durante tôda a entrevista com os seus novos amigos, o ministro torna claro que está ansioso por contar com o apoio do presidente — desde que êsse apoio seja pra valer. Aceita as regras do jôgo que o presidente traçou, na sua ausência. Chegou ao ponto de encampar a política econômica e financeira do professor Roberto Campos, sôbre a qual andou dizendo cobras e lagartos. Foi mais adiante, reconhecendo que aconselhou ao presidente que não suprimisse a exigência do domicílio eleitoral para permitir que os generais Amauri Kruel e Justino Alves Bastos se candidatassem aos governos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Resumindo: o ministro está disposto a fazer qualquer coisa para que o presidente apóie a sua candidatura na ARENA. Na realidade, êle quer que Castelo deixe de ser neutro. A conversa de amigos não passa de um recado ao presidente, mais ou menos, nos seguintes têrmos: — Você não tem mais condições para continuar no poder, a menos que eu o apóie. Por que você, em troca do meu apoio, não apóia a minha candidatura?

Está implícito que se o presidente não apoiar a sua candidatura, êle cruzará os braços. Ou melhor: lavará as mãos. Isso na melhor das hipóteses. Mas não há dúvida de que êle está pensando em hipóteses piores. Êsse fato é evidente no instante em que o ministro da Guerra, nessa conversa de amigos, rememora o *queremismo* de Vargas, em 1945, quando já estavam lançadas as candidaturas do general Eurico Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes. Veio o *queremismo*, os adversários se uniram e Vargas foi derrubado. O quadro atual, por mais que o ministro da Guerra queira, é diferente. Há, sem dúvida, o desejo do continuísmo, nas rodas palacianas. Mas as eleições, em 1945, eram diretas. E havia dois candidatos. Hoje há um candidato, apenas, a tentar — desesperadamente — garantir o esquema das eleições indiretas, uma vez que tem mêdo de disputar os votos do povo, na praça pública. Êsse candidato é o general Costa e Silva, que promete não usar o cargo de ministro da Guerra em favor da sua própria candidatura. Que outra coisa está fazendo, neste momento? O problema do general Costa e Silva é o de manter, ao mesmo tempo, o presidente Castelo Branco no poder e o governador Ademar de Barros em São Paulo. Êle julga que a campanha de Ademar contra Castelo está fortalecendo a sua candidatura, pois obriga o presidente a amparar-se no ministro da Guerra. Não concorda com a intervenção em São Paulo, pois não tem garantias de que o presidente apoiará a sua candidatura, até o fim. O ministro da Guerra está fazendo prodígios de equilibrismo.

Dedicou-se, também, às acrobacias verbais. Declarando-se preocupado com a unidade nacional e a tranqüilidade do País (sem, no entanto, dizer quem as está pondo em perigo) o general Costa e Silva faz apenas uma afirmação capaz de despertar a esperança do povo. Diz êle, na conversa entre amigos, que tanto o ministro da Guerra quanto o presidente da República, se verificassem que tal coisa seria útil à paz nacional, teriam "uma atitude de retirada pura". Estará disposto a renunciar se a crise tornar-se ainda mais grave, ou proporá ao presidente que ambos renunciem? Nesta segunda hipótese, não se transformará êle no candidato (indireto, sempre indireto) de pacificação nacional, enquanto o presidente estiver preparando a sua bagagem? E, na hipótese de uma pacificação nacional, o candidato Costa e Silva continuará a opôr-se à anistia? O general Costa e Silva sem falar na hipótese que acima mencionei, diz que, dentro de cinco anos, "com a economia nacional entrando na normalidade", proporá uma lei de anistia ao Congresso. E se o Congresso tiver a iniciativa da anistia, antes disso? O general não sabe que essa anistia cabe ao Congresso? Ou quererá manter o atual regime, que já ninguém mais tolera? No fundo, o ministro da Guerra está propondo um castelismo sem Castelo. Êle contraiu a doença das *habilidades*, que tanto criticava no presidente. Se continuar com essas *habilidades*, vai acabar falando sòzinho.

Nº PROCESSO 731/1.P.29

CORREIO DA MANHÃ

(01.04.66)

REF 27

Perseguições

AM 1º

Hermano Alves

Dois anos depois, ainda ocorrem fatos como êste. A sra. Sônia Brandão, que foi jornalista e hoje é dona-de-casa, está prêsa no quartel da Polícia do Exército, por determinação do major Júlio César Veronese, encarregado de um inquérito policial-militar sôbre atividades comunistas que foi instaurado, recentemente, a propósito do suposto atentado contra a vida do presidente Castelo Branco, por ocasião das comemorações do dia 27 de novembro de 1965 — o 30.º aniversário da sublevação comunista de 1935. Ela foi prêsa sob a vaga acusação de ter participado de uma "reunião subversiva". É interrogada horas a fio pelo major Veronese e pelo capitão Hilton Portela. Os seus advogados não podem avistar-se com ela. O major exige a autorização prévia do comando do I Exército. E, no comando do I Exército, os advogados não conseguem obter a autorização prévia. A família da sra. Sônia Brandão já impetrou recurso na Justiça Militar, mas não sabe a quem recorrer para, pelo menos, ter uma idéia sôbre o tipo de tratamento que ela está recebendo na Polícia do Exército. O presidente Castelo Branco poderia — em comemoração ao segundo aniversário do movimento de março-abril, relaxar a prisão ou determinar a suspensão da incomunicabilidade. Se o atual Govêrno é tão forte quanto diz, não deve ter tanto mêdo da sra. Sônia Brandão.

O problema é que, como tôda ditadura, o atual Govêrno vive amedrontado. E quem tem mêdo demais, aprova qualquer injustiça. A propósito do segundo aniversário da revolução, quero me referir a outro caso de perseguição e de injustiça. No momento em que tantos discursos grandiloqüentes são proferidos pelos detentores do poder, quero recordar certos casos que dão bem uma idéia do clima de opressão e de hipocrisia que reina em nosso País. Há dias, foram condenados, pela côrte militar da 4.ª Auditoria de Guerra de Juiz de Fora (já famosa por suas decisões ilegais), dois jornalistas e um advogado — os srs. Guy de Almeida, Edmur Fonseca e Antônio Romanelli. As penas foram de oito anos de prisão, para os dois primeiros, e nove para o segundo. E, no entanto, a injustiça foi tão flagrante, que os juízes militares (oficiais no início das suas carreiras, teleguiados pela oficialidade do Conselho de Segurança) recusaram-se a acatar depoimentos de notórios partidários do movimento de março-abril como o sr. João Camilo de Oliveira Tôrres, conhecido historiador.

Não foi o sr. Oliveira Tôrres o único depoente em favor dos acusados. Várias testemunhas se ofereceram, tôdas notórias, em Minas, pelo seu apoio ao movimento revolucionário. Mas os juízes militares preferem proferir sentença de acôrdo com a única testemunha que a acusação apresentou — o sr. Hernane Maia. Êsse sr. Hernane Maia foi o mesmo que acusou o padre Francisco Lage de receber dinheiro "de um Vietnam", não sabendo explicar se era o do Norte ou o Vietnam do Sul. Por conta disso, o padre Lage foi condenado a 28 anos de prisão, tendo que pedir asilo ao Govêrno mexicano. O curioso é que, no caso dos dois jornalistas e do advogado, o sr. Hernane Maia, depondo por precatória, na Justiça Civil, em Belo Horizonte, desmentiu tôdas as acusações que fizera. Mas o promotor Faria Filho (que está processando o sr. Hernane Maia por falso testemunho) fêz a denúncia baseado nas invenções da testemunha recalcitrante e nas insinuações (pois outra coisa não foram) do inquérito policial-militar presidido pelo general Teófilo Pinheiro, da reserva remunerada. Nenhum dos acusados pertenceu ao Partido Comunista. Mas todos são acusados de tentarem mudar a ordem política e social estabelecida, "mediante ajuda e subsídio de Estado estrangeiro, de organização estrangeira de caráter internacional". Que Estado estrangeiro seria êsse? A denúncia não explica. Edmur é acusado de "ter recebido e recepcionado e dado cobertura jornalística aos chineses" que estiveram em comissão, na Capital mineira. Ficou provado que isso era mentira. Mas o tribunal preferiu ficar com a insinuação. Guy de Almeida é acusado de atividades trotskistas — o que, em Belo Horizonte, todo mundo sabe ser mentira. Por ter ido a Cuba, com um grupo de jornalistas, foi acusado de "nunca mais ter deixado de cubanizar as suas atividades profissionais". A viagem a Cuba foi feita em 1961, numa época em que dezenas de jornalistas brasileiros e centenas de jornalistas estrangeiros, de tôdas as nacionalidades, viam na Revolução Cubana um grande assunto a ser narrado. Guy foi procurado, na noite de 31 de março, na redação da sucursal do *Jornal do Brasil* (que êle dirigia, ao mesmo tempo em que exercia as funções de redator-chefe do *Diário de Minas*, de propriedade do sr. Magalhães Pinto), por dirigentes sindicais que lhe pediram que noticiasse o manifesto que divulgavam, contra o movimento que se desencadeara. Êle passou a notícia, junto com as notícias sôbre o movimento, como qualquer jornalista faria. Por isso foi acusado de participar de uma reunião de sabotadores.

Romanelli, por sua vez, foi acusado de ter em seu poder cinco mil metralhadoras (que não foram encontradas) e de ter pretendido cortar o abastecimento de energia de Belo Horizonte. Na realidade, o seu único crime foi o de ter sido advogado de posseiros de terras, nas cercanias de Três Marias — terras da União que um latifundiário local também reivindicava. Ganhou a questão no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Perdeu-a, agora, na 4.ª Auditoria de Guerra de Juiz de Fora, quando o condenaram. O processo contra êsses homens é uma vergonha. A sua condenação, um escândalo.

P.S. Há uma história que merece ser contada para demonstrar que o povo brasileiro não perde o senso de humor. O marechal Castelo Branco pilotava um avião em que viajavam todos os membros do Govêrno. Ao seu lado, o general Costa e Silva esperava uma oportunidade para pilotá-lo. A bordo — como em tôdas as histórias dêsse tipo — só havia um pára-quedas. Em dado momento, o presidente propôs ao general Costa e Silva que assumisse o contrôle do avião, definitivamente. Costa e Silva aceitou. Castelo vestiu o pára-quedas e abriu a porta lateral do avião. Costa e Silva, então, reclamou:

— O avião não tem gasolina!

— Eu sei — diz Castelo.

— E o rádio não funciona!

— É verdade.

— E há uma tempestade pela proa!

— Sem dúvida.

— Que devo fazer?

E Castelo, preparando-se para saltar.

— Manda chamar o professor Roberto Campos, que garante a reversão das expectativas.

Nº PROCESS. 131.1.30 81
Ref: 31

CORREIO DA MANHÃ
(22.04.66)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Sucessão militar

CM 22

Hermano Alves

A candidatura do general Costa e Silva, à Presidência da República, baseia-se num plebiscito das armas. Há dias, um oficial do Serviço Nacional de Informações, em Brasília, revelou a um político da oposição, que um inquérito feito por aquêle órgão demonstrou que 80% dos comandos de tropas dão apoio ao general Costa e Silva.

O grande problema, para o presidente da República, marechal Castelo Branco, e para o ministro da Guerra, é o de saberem se os comandos apóiam o ministro ou o candidato. Quando o general Costa e Silva se desincompatibilizar, é possível que os comandos tenham que fazer uma opção, a menos que o atual ministro da Guerra consiga influir, decisivamente, na escolha do seu sucessor, e traçar certas regras para o jôgo militar, como fêz o então general Eurico Dutra, em 1945. Na época, o general Dutra apoiou a nomeação do general Góis Monteiro que manteve nos postos-chave todos os elementos dutristas. E quando houve o movimento de 29 de outubro, o general Góis deixou o cargo de ministro da Guerra para assumir outro, criado pelos chefes militares, naquele instante: o cargo de comandante-em-chefe das Fôrças Armadas. Mesmo assim, por ocasião do golpe, alguns militares e políticos muito ligados ao general Góis fizeram um esfôrço para que êle assumisse, provisòriamente, a Presidência da República. Isso provocou uma série de manobras rápidas e, também, um movimento de coronéis e majores, no Palácio da Guerra, que gritavam em côro, o nome do presidente do Supremo Tribunal Federal. Trata-se de história antiga, de vinte anos. Mas é bem possível que os militares de hoje possam colhêr ensinamentos preciosos se reexaminarem os acontecimentos de 29 de outubro de 1945. Rejeitando a ascensão do general Góis à Presidência, a maioria do quadro de oficiais, num plebiscito das armas, garantiu o restabelecimento do Poder Civil — o que permitiu ao general Dutra, depois de eleito, presidir a um Govêrno civil. Em suma: a oficialidade de 1945 recusou a tese militarista. E o general Dutra teve as condições necessárias (graças a isso e não graças ao fato de ser um chefe militar) para fazer os militares retornarem às suas missões específicas.

Hoje, a sucessão presidencial se processa em têrmos puramente militares. Isso se tornou inevitável quando os chefes das Fôrças Armadas, promulgando o primeiro Ato Institucional, fizeram a convocação militar do Congresso (assim como grevistas em potencial ou declarados, em determinados ramos da indústria, podem ser convocados para o serviço militar), obrigando-o a eleger um general para a Presidência da República. E a implantação da tese militarista se fêz por etapas, a partir do instante em que o marechal Castelo Branco trouxe, para a Presidência, um programa de Govêrno prèviamente aprovado pela Escola Superior de Guerra. Não há dúvida de que muitos políticos brasileiros são responsáveis pelo que aconteceu — inclusive o ex-presidente Kubitschek, que garantiu o apoio do PSD ao presidente Castelo Branco, e o sr. Carlos Lacerda, que grita hoje contra o militarismo depois de ter sugerido, por mais de uma década, que as Fôrças Armadas assumissem o poder, a prazo fixo. E êste é um dos principais problemas da nossa época. As Fôrças Armadas não intervieram, como de nábito, para desatar os nós de uma crise, voltando, em seguida, para as suas missões específicas e para o desempenho do papel — tàcitamente aceito pelas classes dirigentes — de Poder Moderador. Elas assumiram as responsabilidades do exercício do Govêrno e, até mesmo, da supervisão da política educacional, da punição de comerciantes faltosos, da orientação da política externa, do contrôle das atividades dos sindicatos, etc. Convém frisar que antes do marechal Castelo Branco ascender à Presidência, muitos políticos e, sobretudo, os pensadores reacionários, exaltavam o papel de Poder Moderador que as Fôrças Armadas exerciam. Mas depois da ascensão do marechal Castelo, o próprio presidente da República passou a dar ênfase ao Poder Militar e não ao Poder Moderador das Fôrças Armadas. E homens como o sr. Eugênio Gudin chegaram ao ponto de recomendar que o Poder Militar fôsse incluído na Constituição, ao lado dos Podêres Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa tendência culmina agora, com a tese do professor João Camilo de Oliveira Tôrres, na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, da Universidade de Minas Gerais, que julga que o Poder Moderador das Fôrças Armadas deve ser juridicamente instituído, cabendo o seu exercício a um comandante-em-chefe (e há nisso um eco do pronunciamento do general Góis, em 1945) militar. A tese do prof. João Camilo reforça a tendência para a criação do Ministério da Defesa, já assinalada no atual Govêrno. Nesse caso, caberia ao ministro da Defesa, se militar, o papel de condestável da República e de preceptor — e eventual derrubador — de presidentes.

No caso da candidatura do general Costa e Silva, um ministro da Defesa, com tais prerrogativas, poderia ser — até mesmo — o homem capaz de vetar ou de apoiar o nome do atual ministro da Guerra. Colocadas as coisas em têrmos de decisão militar e não de solução política tradicional, tôdas as especulações tornam-se válidas. Afinal, a candidatura do general Costa e Silva é um golpe de Estado em processo. É o terceiro golpe de Estado que se desencadeia desde que o sr. João Goulart deixou a Presidência. O primeiro foi a promulgação do primeiro Ato Institucional, em que as Fôrças Armadas deixaram de ser Poder Moderador, estabelecendo-se, oficialmente, como Poder Militar. O segundo foi o golpe de 27 de outubro, do segundo Ato Institucional, em que o presidente Castelo Branco, associado ao general Costa e Silva, reafirmou a sua chefia do Poder Militar. O terceiro é êste golpe da candidatura Costa e Silva, que se processa por etapas, e que visa à substituição do chefe do Poder Militar pelo seu lugar-tenente da véspera. Começou, como os demais, através da conquista gradativa, pelo general Costa e Silva, do apoio dos comandos, à medida em que se enfraquecia a posição militar do presidente Castelo Branco. Conquistadas as bases militares de apoio, o general Costa e Silva disputa as bases políticas ao marechal Castelo — ao qual resta a esperança de promover a reversão das expectativas quando o ministro da Guerra deixar o cargo.

Nº. PROCESS. 131.1p.31
Ref: 34

CORREIO DA MANHÃ
(10.05.66)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
360

Neomilitarismo

Hermano Alves

A leitura do livro *A Revolução de 31 de Março*, publicado pela Biblioteca do Exército e lançado, pùblicamente, pelo ministro da Guerra, general Costa e Silva, ao comemorar-se o segundo aniversário do movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart, é muito elucidativa para todos aquêles que estudam o problema do neomilitarismo no Brasil. Quero utilizar a expressão neomilitarismo para configurar um fenômeno diferente de outros surtos militaristas assinalados na História do Brasil. Não se trata mais da hegemonia, pura e simples, da classe militar, criticada pelos monarquistas no fim do Império e no princípio da República, e pelo conselheiro Rui Barbosa. Na realidade, êsse neomilitarismo torna-se patente numa frase do sr. Carlos Maul, em conferência que proferiu no Clube Militar, no dia 29 de abril de 1965, e que foi reproduzida no livro que a Biblioteca do Exército acaba de publicar. Diz o autor que "o Exército está hoje no Govêrno, que êle, pela primeira vez na História, assume através de uma revolução desencadeada pelas maiorias esclarecidas desta terra". O autor, muito otimista, dizia também: "— Sem nada suprimir do que um regime de liberdade adquiriu para a grandeza da sua gente, ao ponto de tolerar que os que dêle divergem se desmandem em excessos, o Exército assegurou ao País o pleno e real funcionamento das instituições democráticas. Em um ano, sentimos que a mudança foi radical. Os frutos já se revelam, e virão maduros sem o recurso ao milagre. O Exército, agora, está no Govêrno, com voz altiva e serena no capítulo". Ignoro qual seja o pensamento do sr. Carlos Maul a esta altura dos acontecimentos, mas quero frisar que a sua conferência, que foi reproduzida, oficialmente, pelo Exército, baseia-se na tese de que as intervenções militares sempre foram úteis, na vida política brasileira, só malogrando por causa de intrigas promovidas por políticos civis. Aliás, o autor cita, a respeito, uma frase do general Costa e Silva: "— A base da nacionalidade está nos quartéis. Estou cansado de ver as revoluções brasileiras serem postas a perder pela política."

Mas êsse neomilitarismo a que me refiro não se baseia no culto ao velho paternalismo militar republicano, evidenciado em conferências como a do Sr. Maul, ou em artigos como o do professor João Camilo de Oliveira Tôrres, na Revista Brasileira de Estudos Políticos, da Universidade de Minas Gerais (em que êle propõe, como antes propusera o professor Eugênio Gudin, em *O Globo*, que às Fôrças Armadas fôsse atribuído, constitucionalmente, o papel de Poder Moderador. O neomilitarismo, no meu entender, começou com a implantação da Escola Superior de Guerra, que ficou — oficialmente — com o monopólio da fixação dos objetivos nacionais permanentes e atuais. O coronel Meira Matos, num artigo sôbre "o pensamento revolucionário brasileiro", reproduzido nessa coletânea que a Biblioteca do Exército publicou, afirma que "o levantamento dos objetivos nacionais, trabalho de pesquisa incansável que vem realizando a Escola Superior de Guerra, desde a sua instalação, reajustando-o, cada ano, com a colaboração dos civis e militares ali matriculados, ofereceu uma contribuição inestimável à formação de nossa política revolucionária". Ninguém ignora que foi na ESG que começou a conspiração que derrubou o presidente Getúlio Vargas, em agôsto de 1954. E tanto no govêrno do presidente Juscelino Kubitschek quanto na administração do presidente Goulart, a ESG foi sempre um foco de dissidência — no qual os objetivos nacionais atuais e permanentes eram fixados, à revelia dos partidos políticos, dos sindicatos, das universidades (mas por intermédio de elementos selecionados, pela classe militar, em quase todos êsses setores), mas com a assistência dos adidos militares norte-americanos.

O coronel Meira Matos é muito claro ao afirmar, em seu artigo, que "estabelecidos os objetivos nacionais, assumem êles o papel de metas supremas, a serem alcançadas e mantidas através da formulação e da execução de uma política nacional e da aplicação do poder nacional". Em outras palavras: quem fixa objetivos nacionais permanentes e atuais acaba tendo que assumir o poder para atingí-los. Enquanto os partidos políticos escamoteavam o problema, um grupo militar resolveu enfrentá-lo, a sua maneira — com ajuda externa. A partir dêsse instante, a ESG transformou-se num instituto de altos estudos, a formular uma política para o Brasil, com autonomia de ação. A coisa chegou a tal ponto que, para contrabalançar a influência da ESG, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros — o ISEB, hoje submetido a inquéritos policiais-militares pela *élite* da ESG, que assumiu o poder. Vale a pena frisar que o ISEB foi, bàsicamente, o órgão que procurou justificar ideològicamente o desenvolvimento capitalista do presidente Kubitschek, que se contrapunha à tese da estabilização, dentro de um quadro de engajamento mundial com vistas à Terceira Guerra, sustentado pelos tecnocratas civis e militares da Sorbonne. Houve, sem dúvida, a falência dos partidos, todos com programas iguais, no que concerne à fixação dos objetivos nacionais permanentes e atuais. E, como a natureza e a política têm horror ao vácuo, êste foi preenchido pela ESG. Mas, para a criação dêsse núcleo de influência, em que militares passaram a influenciar civis pràticamente já convencidos da validade dessas teses e a aglutiná-los para uma intervenção futura, muito contribuiram os ressentimentos dos antigos *tenentes*, alijados do poder por Vargas, depois da revolução de 1930, e que não conseguiam chegar ao poder pela via eleitoral.

Hoje, estão no Govêrno os mais expressivos representantes do *tenentismo* de 1930 (e vemos o ministro da Guerra fazer um grande esforço para demonstrar que também foi um dos *tenentes* revolucionários de 1922), os tecnocratas militares e civis da ESG. Mas, para a consolidação da ESG como centro de influência política também foi importante a frustração de oficiais que participaram da campanha da Itália e que, depois de integrados numa máquina de guerra moderna, como a norte-americana, voltaram à monotonia do Exército Brasileiro, onde havia uma reação conservadora contra elês. A oficialidade da Fôrça Expedicionária Brasileira que está no poder, hoje em dia (alguns estão exilados, outros foram cassados, mas a maioria ficou), não compreendeu que a FEB, antes de ser uma expedição militar, foi um movimento de rebeldia civil, que se afirmou nas ruas, durante a ditadura, e que atingiu, plenamente, os seus objetivos, no dia 29 de outubro de 1945.

NB- PROCESS. 131.1.P.32

Ref: 44

CORREIO DA MANHÃ
(06.7.66)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
360

O reino da hipocrisia

em 6

Hermano Alves

Está nos dicionários. *Hipocrisia: vício pelo qual se manifesta uma piedade, virtude ou sentimento que se não tem; afetação de qualidades que se não possuem — fingimento; falsidade.* Trata-se da grande característica do atual Govêrno, presidido pelo marechal Castelo Branco, essa hipocrisia sistemática. O presidente determina a um grupo de juristas que faça um estudo com vistas à reconstitucionalização do país. E, ao mesmo tempo, cassa direitos políticos dos seus adversários — sobretudo daqueles que têm condições para eleger-se, no único pleito direto que resta (por quanto tempo?), ou para influir em pleitos indiretos preparados de acôrdo com as próprias normas traçadas pelo atual Govêrno. Nunca a palavra *democracia* foi usada com tanta desfaçatez para justificar uma ditadura. Jamais um chefe de Estado, neste país, chegou a tais extremos. Getúlio Vargas, quando instituiu uma ditadura, tornou claro que estava rejeitando o sistema democrático. Mas o presidente Castelo Branco — talvez com a esperança de que a imagem do *regime de transição*, para impor a ordem e coibir a inflação, continue pervagando em alguns corredores de Washington ou de capitais européias — realiza, por etapas o seu trabalho de eliminação dos fôcos de democracia que ainda existem. A Sorbonne — uma seita político-militar organizada às custas da fundação, pelo Estado, de uma Escola Superior de Guerra — não quer que a democracia, em sua plenitude, com suas precariedades, com suas virtudes, com seus riscos e com a sua legitimidade infeccione o universo tecnocrático com que ela sonha. Disse tecnocrático? Foi um êrro. Deveria ter dito burocrático, pois a Sorbonne, no fundo, não passa de uma burocracia militar e civil, que não tem resultados técnicos de grande valia a apresentar, no seu acervo de realizações. Afinal, a inflação não foi contida — como se prometia. O ritmo de desenvolvimento econômico não foi retomado. A administração continua tão caótica quanto era. A reforma agrária não se realizou. A chamada política nacional de habitação foi um malôgro.

Mas o presidente fala em nacionalismo ao mesmo tempo em que executa uma política que transfere os centros de decisão da economia brasileira para as mãos de grupos estrangeiros. Pediu a colaboração das esquerdas não-subversivas para, em seguida, encarar as esquerdas como subversivas, autorizando tôda a espécie de atividades repressivas — sobretudo aquelas que ninguém sabe, ao certo, quem executa. O presidente nunca é responsável pelo que ocorre. Ora é o DOPS da Guanabara, ora o de São Paulo. Às vêzes, é o S-2 do III Exército, quando não o Cenimar. Trata-se da pior espécie de repressão — do ponto de vista moral — pois se baseia na hipocrisia. Na Polícia do Exército da Vila Militar, presos políticos (o presidente afirma, com indignação, que não há presos políticos no País) são submetidos a violências, dois anos depois de ter o chefe do Gabinete Militar da Presidência dito que não havia, nem podia haver, violências dessa natureza. A coisa chega às raias da comicidade quando o candidato (candidato que, só de acôrdo com a norma geral da hipocrisia, é encarado como o candidato do Govêrno à Presidência da República) diz que jornalistas nada sofrem neste País, no dia em que mais um jornalista tem os seus direitos políticos cassados, numa nova lista — que não será a última.

O presidente da República inaugurou o sistema bipartidário no País e faz um grande esfôrço para que a Oposição participe dos pleitos indiretos à sucessão presidencial e à sucessão nos Estados. Adverte, porém, que a Oposição não tem o direito de vencer qualquer pleito — inda que escolha, sem pedir cargos nem vantagens, um candidato na área dos seus adversários, como ocorre no Rio Grande do Sul. Talvez a Oposição tenha o direito de participar dêsses pleitos apenas para oferecer uma alternativa ao próprio Govêrno, em determinadas circunstâncias. Por exemplo: para livrar-se de um candidato governista que pode tornar-se incômodo, em São Paulo, o Govêrno poderá recorrer à Oposição para encenar uma rebelião capaz de eleger o ministro da Indústria e do Comércio ou um outro elemento da preferência do presidente. Para o pleito direto, que visa à renovação do Congresso Nacional (e o presidente jurava, solenemente, defender o Congresso, na hora exata em que o submetia a um processo de esmagamento) deverão funcionar ou as cassações, puras e simples, de direitos políticos, ou as cassações indiretas, mediante a decretação da inelegibilidade dos candidatos inconvenientes à chamada revolução — que já hoje nada tem a ver com o movimento que derrubou o Govêrno anterior. Não se trata de um golpe de Estado, brusco e repentino, mas da técnica do golpe de Estado permanente, posta em execução pela burocracia da Sorbonne. É o único aspecto realmente técnico que se apresenta nesse quadro de imposição de uma ditadura sem programa, sem espírito e sem grandeza.

O mesmo presidente que encareceu o papel da Universidade na vida social brasileira não só já teve a ocasião de dizer que não se deveria dar, à juventude, muitas esperanças de acesso ao nível universitário, como permitiu que as suas fôrças de repressão tentassem demolir a Universidade de São Paulo, destruíssem a Universidade de Brasília e transformassem num campo de batalha a Faculdade Nacional de Filosofia, prendendo estudantes e professôres (mas não há presos políticos?), eliminando outros alunos, sumàriamente (o estímulo à educação é uma das metas do Govêrno) e fechando o caminho a pesquisadores originais e independentes — mas abrindo as portas à pesquisa estrangeira indiscriminada ou a pesquisadores autorizados apenas por organizações vinculadas ao estrangeiro. Tudo que significa criação — no campo do teatro, do cinema e da literatura — começa a sofrer, em conseqüência da mentalidade do atual Govêrno, restrições cada vez mais freqüentes. A política do obscurantismo transmite-se dos quadros superiores do Govêrno aos quadros inferiores, o temor e a inquietação generalizam-se, o aparato policial cresce, o puritanismo refloresce. É um Govêrno mesquinho e sombrio êste que faz da hipocrisia a sua pedra de toque da opressão — personalista por excelência — o seu principal instrumento. Nunca houve Govêrno tão impopular e tão detestado, até mesmo porque nada ha que um povo tanto deteste quanto a hipocrisia de governantes ilegítimos.

CORREIO DA MANHÃ
(9/9/66)

Nº PROCSS. 131.1.P.33
REF: 45

Igreja e Exército

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Hermano Alves

Há um conflito entre a Igreja e o Estado, na medida em que o Exército conquistou o Estado, do qual devia ser um simples — mas eficiente — instrumento de ação. Não se trata de um conflito entre personalidades como os prelados católicos já demonstraram, com a maior clareza possível. Na realidade, há um choque de concepções entre a hierarquia eclesiástica e a hierarquia militar. A Igreja comprometeu-se com o processo de transformação das estruturas sociais e econômicas do Brasil e das demais nações subdesenvolvidas ou — para usarmos o eufemismo em moda — emergentes. Mas o Exército comprometeu-se, oficialmente, com a preservação do *status quo*. Dirão alguns que há uma simplificação neste raciocínio. No entanto, tornou-se evidente que, a partir do instante em que a alta hierarquia militar adotou, nos Estados-Maiores, na instrução, na endoutrinação e no preparo psicológico, as teses da *guerra revolucionária*, o próprio Exercito entrou em conflito com as teses sustentadas pela hierarquia eclesiástica católica e pelos setores mais ativos das igrejas protestantes depois do Concílio Ecumênico. E enquanto nao houver uma mudança de atitude dentro do Exército, o conflito não cessará.

Não há exemplo mais significativo do que o choque de concepções entre as hierarquias eclesiástica e militar no Nordeste brasileiro. Trata-se da região mais sofrida do Brasil. A hierarquia eclesiástica denunciou a situação de miséria e opressão ali existentes, pondo por terra a mitologia governamental que afirmava estar o Nordeste vivendo uma fase de progresso. O pronunciamento da hierarquia tinha, forçosamente, que ser considerado subversivo pelo IV Exército e pela 7ª Região Militar — que exerciam, desde abril de 1964, o poder real, em todo o Nordeste brasileiro. Afinal, a 7ª RM chegava a ponto de censurar os jornais e de dar a última palavra na concessão de carteiras de estudantes. Os argumentos utilizados pelas autoridades militares, na famosa circular contra o arcebispo de Recife e Olinda, foram argumentos tipicamente ultramontanos. Seriam aplaudidos pela hierarquia eclesiástica há uns vinte anos atrás. Mas, depois do Concílio Ecumênico, teriam de ser repudiados universalmente.

A realização do Concílio Ecumênico foi o marco decisivo, na História da Igreja, para acabar com o *grande escândalo* a que se referiram, durante décadas, muitos prelados do mundo inteiro. Êsse *grande escândalo*, ocorrido no século XIX, durante a Revolução Industrial européia, foi o afastamento da hierarquia eclesiástica e das grandes massas de trabalhadores. A luta contra o *grande escândalo* travou-se, nos diversos níveis hierárquicos da Igreja, durante muito tempo. A vitória foi do Concílio Ecumênico, convocado pelo Papa João XXIII, que abriu a grande perspectiva de renovação interna da Igreja e que equivaleu, em profundidade e projeção histórica, à Contra-Reforma. Como sempre acontece, a transformação interna foi seguida de um extravasamento no plano da ação externa. Surgiram muitas formas de militância católica no plano temporal. Algumas delas tinham sido reprimidas durante o pontificado de Pio XII. O aparecimento de tendências radicais e imaturas era inevitável — como se um rio quase sêco desse lugar a um rio caudaloso.

O problema é que isso, no Brasil, ocorreu quando o Exército marchava no sentido contrário. Politicamente endoutrinado para ver, em cada movimento de reivindicação e em cada sinal de mudança nas estruturas sociais e econômicas tradicionais, perigos para a ordem vigente, e treinado para classificar todos êsses fenômenos como atividades de *guerra revolucionária*, comunista ou não, o Exército entrou em conflito com a Igreja, depois de abril de 1964. As teorias de *guerra revolucionária*, basicamente fascistas, tinham envelhecido o Exército na hora mesma em que a Igreja se renovava. A ocupação do aparelho do Estado pelo Exército, apoiada pelos setores ultramontanos do clero, que se opunham à renovação da Igreja, provocou uma perseguição sistemática à militância católica — sobretudo aos jovens — no plano social. A hierarquia eclesiástica, nessa ocasião, preferiu recuar um passo, para não aprofundar o conflito e, sobretudo, para não aumentar as divergências em suas próprias fileiras. Êsse recuo, no entanto, garantiu o principal: a unidade interna da hierarquia. E à medida em que se desfaziam as esperanças daqueles setores mais conservadores do clero, que viam no movimento de março/abril uma pausa ordenadora, que eliminaria o comunismo mas daria nôvo impulso ao desenvolvimento econômico e social, tornou-se inevitável um nôvo choque entre a hierarquia militar e a hierarquia eclesiástica.

A Igreja Católica foi muito paciente, depois de abril de 1964. Deu aos novos detentores do poder tôdas as oportunidades possíveis. Ainda hoje, não fecha a porta a um entendimento. Não há dúvida de que alguns chefes militares têm feito um esforço no sentido de impedir que o conflito se prolongue. Um exemplo disso foi a nomeação do general Souza Aguiar para o IV Exército — sendo muito expressivos os primeiros atos daquele oficial. Mas a mentalidade policial-militar, que é uma das características principais dessa meia-filosofia de *guerra revolucionária*, não foi erradicada do Exército. Nem poderia sê-lo, quando exerce a presidência da República o marechal Castelo Branco, um dos maiores responsáveis pela adoção de tais conceitos pelo Exército brasileiro, e quando é um outro marechal, também comprometido com as teorias da *guerra revolucionária*, o ex-ministro Costa e Silva, que se prepara para ocupar o poder autoritário e ditatorial. No fundo, trata-se de um problema do Exército e não da Igreja. Esta procura construir pontes para o futuro, com vistas às novas gerações de brasileiros. Mas o Exército, pela visão errônea dos seus chefes mais expressivos, continua voltado para o passado ou, na melhor das hipóteses, para a preservação, no presente, dos vestígios do passado.

Há dois fatos que simbolizam a diferença de concepções. Um dêles foi o apoio que as ordens católicas deram, em Belo Horizonte, ao Congresso da União Nacional dos Estudantes — sintomàticamente realizado numa catacumba. O outro foi a desagregação metódica da Universidade de Brasília, executada por autoridades militares. Quando o Exército compreenderá que é êle quem deve acertar o passo com o Brasil atual, aprendendo a lição da Igreja, que procura caminhar, com firmeza, para o futuro?

CORREIO DA MANHÃ (21/10/66)

ANEXO Nº 46

N8-PROCS. 131.1.39

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Ambição fria

Hermano Alves

Quem autorizou o presidente da Câmara a dizer que não haveria mais cassações de mandatos de senadores e de deputados federais foi o próprio presidente da República. O marechal Castelo Branco não só autorizou o sr. Adauto Cardoso a dizer tal coisa como, também, estimulou-o a realizar gestões políticas, com vistas à reforma da Constituição, baseado no fato de que não haveria mais cassações. Creio que o presidente traçou e executou um plano, com a maior frieza possível. Na hora em que julgou oportuna a criação de um fato nôvo, chamou o presidente da Câmara, conversou com êle sôbre vários assuntos, mas não revelou que já assinara as cassações de mandatos e de direitos políticos de seis deputados. No mesmo dia, o presidente da República recebeu o sr. Filinto Müller, a quem disse — sorridente — que não transmitira ao presidente da Câmara aquela informação essencial. Não tenho dúvidas de que o marechal Castelo Branco cortou — deliberadamente — tôdas as saídas para o presidente da Câmara, forçando-o a resistir ao Govêrno. Vingava-se o presidente da República daquele correligionário que impusera a sua própria candidatura à presidência da Câmara, em detrimento do candidato da preferência do marechal Castelo Branco, o sr. Nilo Coelho. E levou tal vingança às últimas conseqüências ao encarregar o sr. Nilo Coelho do mais triste dos papéis — o de entregar ao presidente da Câmara a ordem para o despejo dessa mesma Câmara.

O marechal Castelo Branco, no meu entender, quer perpetuar-se no Govêrno. Êle diz que não. Mas quem pode — depois de tantos exemplos — fiar-se na palavra do presidente? Êle prometeu, ao Congresso, respeitar o princípio de independência e harmonia dos Podêres. Prometeu ao sr. Juscelino Kubitschek, realizar eleições presidenciais diretas e livres, nos prazos marcados, chegando a afirmar que teria prazer em transmitir ao então senador por Goiás, a faixa presidencial. Foram tantas as promessas que o marechal Castelo Branco fêz, a tantas pessoas, que ninguém tem memória suficiente para enumerá-las. E, com a maior desenvoltura, o presidente sempre deixou de cumprir tais promessas. Assim sendo, quando o presidente afirma que o marechal Costa e Silva tomará posse, no prazo marcado, todo mundo duvida de que isso seja verdade — todo mundo, inclusive o marechal Costa e Silva. Noticiava-se, ontem, que o marechal Costa e Silva aplaudira a decisão presidencial de usar a violência, contra a Câmara Federal, recomendando-lhe, até mesmo, que baixasse o pau nos deputados.

A propósito, um dos assessôres militares do marechal Costa e Silva, procurando minimizar o caso, declarou a um deputado que, em Brasília, estavam reunidos, apenas, "alguns baderneiros do MDB".

A atitude do marechal Costa e Silva é compreensível. Êle teme que o marechal Castelo Branco dê um golpe, para liquidar com a sua eleição e a sua posse. Não faz um esfôrço decisivo pela antecipação da sua posse por temer a má repercussão de uma iniciativa dessa espécie, nas Fôrças Armadas. Procura, então, calçar o marechal Castelo Branco. Aprova tudo que o presidente faz, apenas para não dar-lhe o pretexto necessário para "virar a mesa" — pretexto êsse que o marechal Castelo vive procurando. Acha, porém, que capitalizará tôdas as simpatias, na área militar, se o presidente, em dado momento, tomar uma providência direta contra êle, marechal Costa e Silva. É um jôgo curioso, êsse, que presidente em exercício e presidente eleito desenvolvem, diante de uma Nação perplexa. Um quer entrar e o outro não quer sair — ou, se fôr o caso de sair, quer impedir que o primeiro entre.

O problema é que, nesse processo, ambos comprometeram o Exército. Anteontem à noite, muitos oficiais do Exército, aqui no Rio de Janeiro, diziam — à guisa de desculpa — que o esmagamento da Câmara seria feito por policiais e não por militares. Mas o presidente comprometeu o Exército, deliberadamente, ao determinar que oficiais (e o coronel Meira Matos entrará na História como o homem que se dispôs a fechar a Câmara) se desincumbissem dessa missão.

Não há, no momento, partidos políticos civis. Há duas estruturas heterogêneas, criadas por decreto — ARENA e MDB. Mas existe um grande partido militar, dividido em duas facções ativas: a dos partidários do marechal Castelo Branco e a dos correligionários do marechal Costa e Silva. Essas facções uniram-se, transitòriamente, para reduzir o Congresso à expressão mais simples. Temem que se abra uma perspectiva de restabelecimento do Poder Civil. As Fôrças Armadas cometeram o êrro de assumir o poder, depois de 31 de março de 1964. O sentimento de classe faz com que os mais expressivos representantes das duas facções rejeitem a hipótese da transferência do Govêrno para as mãos de civis. Por isso, tôdas as divergências e dissenções se têm limitado ao âmbito das Fôrças Armadas — sobretudo do Exército, que é a fôrça que prevalece. E os interêsses pessoais do marechal Castelo Branco e do marechal Costa e Silva fazem com que êsses dois políticos utilizem o Poder Militar sem pensar nos prejuízos que estão causando ao Exército e ao País. As suas ambições desencadeadas não permitem que êles vejam o péssimo exemplo que estão dando a todo mundo. O maquiavelismo é contagioso. E a violência, como se sabe, gera a violência.

Fechando as portas para uma solução democrática, tripudiando sôbre os vestígios de Poder Civil, exercendo pressões sôbre as fôrças oposicionistas legais, os detentores do poder estão abrindo o caminho para que um nôvo tipo de oposição — mais violenta e radical — se forme. E estão condenando o Exército a travar, no futuro, uma luta interminável contra êsses setores — luta essa que poderá ser perigosa para a preservação da própria unidade nacional. O exercício arbitrário do poder não permite que as ambições sejam contidas em seus devidos limites. A ruptura do equilíbrio que só um sistema verdadeiramente democrático pode proporcionar a um país, talvez seja a pior das conseqüências da utilização das estruturas militares para fins privatistas. Os chefes do movimento de março/abril comprometeram-se a buscar êsse equilíbrio, mas fizeram exatamente o contrário. E o resultado é que o fôsso aberto entre as Fôrças Armadas e o povo se está alargando, a cada dia que passa.

Nº PROCESS. 731-1.035

(CORREIO DA MANHÃ - 27.09.966)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

O partido militar

Hermano Alves

O marechal Costa e Silva — que faz anos a 3 de outubro — vai ganhar um país inteiro (oito e meio milhões de quilômetros quadrados, oitenta milhões de habitantes) como presente de aniversário. Talvez seja êsse o mais caro *happy birthday* da história da América Latina. E tudo porque as Fôrças Armadas, através dos seus representantes mais expressivos, continuam apegadas à idéia antidemocrática de que um Poder Militar é necessário, para tutelar o Poder Civil ou, na melhor das hipóteses, para equiparar-se a êle.

É curioso assinalar-se que à medida em que se implanta êsse Poder Militar, mais se enfraquecem as Fôrças Armadas, como instituições nacionais permanentes, em face da opinião pública brasileira e internacional. A própria oficialidade das Fôrças Armadas está sofrendo, atualmente. A Escola Naval, êste ano, preencheu menos da metade das suas vagas. Jovens oficiais da Marinha, casados, se vêem obrigados a repartir o aluguel de apartamentos, já que os seus vencimentos são baixos.

Há inúmeros exemplos nesse sentido. De uma turma de 78 capitães-de-fragata, apenas 13 continuam no serviço ativo. A lei dos Inativos, promulgada pelo atual Govêrno, teve efeitos contrários ao que se pretendia. Em vez de esvaziar, apenas, os quadros superiores das Fôrças Armadas, esvaziou — também — os quadros intermediários. Os oficiais que se consideram em condições de ganhar a vida fora das Fôrças Armadas — majores, tenentes-coronéis, coronéis — deixaram o serviço ativo.

Por outro lado, a ocupação de cargos públicos federais e estaduais por militares reformados (e que formam o chamado V Exército) realizou-se, maciçamente, depois do movimento de março/abril de 1964. Na Superintendência Nacional do Abastecimento, o número de oficiais superiores reformados é muito grande e, no entanto, aquêle órgão não consegue ganhar a batalha dos preços. Na Petrobrás, em várias outras autarquias, nos órgãos de contrôle das polícias federais e estaduais, nas repartições mais inesperadas, a presença militar evidencia-se, de um modo inédito em tôda a vida republicana.

A oficialidade que permaneceu no serviço ativo não vê com bons olhos essa ocupação dos cargos administrativos civis pelos oficiais reformados. Um candidato a deputado, pelo MDB, que veio da antiga UDN, declarou-me que consegue dizer, em comícios de rua, o que bem entende, porque não se esquece de afirmar que os militares da ativa também estão sofrendo com a presente situação, uma vez que os seus vencimentos são muito baixos. Todo mundo sabe que a oficialidade da ativa está reclamando um aumento de 100% dos vencimentos — e que o marechal Costa e Silva, por intermédio dos seus assessôres, já prometeu concedê-lo.

Mas quando outro candidato do MDB — êste contrário, desde o início, ao movimento de março/abril de 1964 — atreveu-se a criticar o Poder Militar, na televisão, foi tirado do ar, imediatamente, por determinação dos fiscais indicados pelo procurador-geral Eduardo Bahout. Assim, o conceito do Poder Militar prevalece, embora em detrimento das Fôrças Armadas. E prevalece porque convém ao Govêrno que haja um Poder Militar. Sem êle, o marechal Castelo Branco não estaria no poder. Sem êle, o marechal Costa e Silva não ganharia, a 3 de outubro, o maior presente de aniversário do mundo.

Entretanto, os chamados setores revolucionários das Fôrça Armadas continuam a dizer que o Govêrno não pode ser entregue aos civis — pois êstes não têm a necessária competência para exercê-lo. É o espírito militarista a prolongar, indefinidamente, uma situação artificial e perigosa. Mas, sejam quais forem os defeitos dos políticos civis, o fato é que os políticos militares — que usam, indevidamente, as Fôrças Armadas para a consecução dos seus objetivos imediatos — oferecem ao País a pior das alternativas: Castelo ou Costa e Silva.

Muitos dêles dizem que o marechal Costa e Silva não reúne as condições básicas para governar um país como o Brasil, mas afirmam que *qualquer um será melhor do que o marechal Castelo Branco*. E, no entanto, há setores castelistas fazendo a previsão fácil de que a ascensão do marechal Costa e Silva tornará popular o marechal Castelo Branco, de acôrdo com o velho ditado que afirma: *Depois de mim, virá quem me fará melhor*.

A prevalência do Poder Militar teve conseqüências surpreendentes para os chefes militares da chamada revolução. Em vez de unir as Fôrças Armadas, dividiu-as, internamente, em facções e grupos. A transformação do processo sucessório numa disputa entre generais, prevista pelo professor San Thiago Dantas em seu testamento político, transformou-se numa realidade. E culmina, hoje, com a luta surda entre um chefe de Estado em declínio (mas que não quer reconhecer tal fato) e o seu sucessor, que não quer esperar mais de cinco meses para ocupar o poder — inclusive porque não confia nas intenções do antecessor.

A nomeação do marechal Costa e Silva, pelo Congresso, a 3 de outubro, não solucionará o problema. E tanto isso é verdade que o presidente Castelo Branco apressou-se a criar um nôvo elenco de árbitros militares para o seu eventual conflito aberto com o marechal Costa e Silva: os ministros militares. Êstes colocaram-se numa posição intermediária, rejeitando o continuísmo do marechal Castelo e, ao mesmo tempo, a antecipação da posse do marechal Costa e Silva. Numa eventualidade, êles — e não o presidente em declínio ou o presidente em ascensão — representariam o Poder Militar.

Enquanto isso, a oficialidade da chamada *linha dura* reclama uma definição do marechal Costa e Silva quanto ao seu programa de Govêrno — que ela quer inteiramente diverso do programa do marechal Castelo Branco. Se o presidente nomeado não se definir logo depois de 3 de outubro não terá o seu apoio se o marechal Castelo tomar alguma providência contra a posse. Mas se o marechal Costa e Silva atender a semelhante pedido, o marechal Castelo reagirá, enèrgicamente..

Era inevitável que o quadro assim se configurasse a partir do instante em que se estabeleceu, no País, o Poder Militar. A única solução, para as próprias Fôrças Armadas, que já se transformaram numa espécie de convenção partidária em sessão permanente, é a restauração do Poder Civil — reclamada pelo povo, que cada vez se afasta mais das Fôrças Armadas por identificá-las com um Poder Militar, intrìnsecamente antidemocrático e antipopular.

NB. PROCSS. 131.1.p.36

CORREIO DA MANHÃ
(06.1.67)

Responsabilidades

AN 6

Hermano Alves

O chefe do Govêrno, marechal Castelo Branco, quer implantar uma série de dispositivos legais, de caráter nitidamente repressivo, na nova Constituição, na Lei de Imprensa e na anunciada Lei de Segurança. Todos êsses dispositivos baseiam-se na adoção, pelo Estado, de um conceito de segurança nacional, muito amplo (e tão amplo que a malícia governamental se torna evidente demais), proposto pela Escola Superior de Guerra. No fundo, o marechal Castelo Branco quer implantar, na legislação permanente do País, dispositivos semelhantes aos que foram impostos ao presidente deposto da Argentina, Arturo Frondizi, por ocasião do conflito entre os militares e os peronistas. Só que, naquela época, os setores militares de *linha dura*, na Argentina, prepararam um plano transitório — o famoso *Plano Conintes* — e, hoje, no Brasil, o Govêrno procura instituir, em definitivo, um plano semelhante, com artigos constitucionais e leis complementares. De acôrdo com o conceito amplo e deturpado de segurança nacional, civis poderão ser julgados por tribunais militares, a propósito de crimes políticos, e a liberdade de imprensa será restringida a tal ponto que poderá, até mesmo, desaparecer. A pretexto de garantir a segurança nacional, o chefe do Govêrno terá o direito de intervir nos Estados sem dar satisfações ao Congresso e de permitir o estacionamento de tropas estrangeiras no território do Brasil. A repressão às atividades sindicais, estudantis, intelectuais, políticas e — também — empresariais, que não sejam convenientes ao Govêrno, ficará a critério do chefe dêsse mesmo Govêrno e do Conselho de Segurança Nacional (que é o Govêrno), desde que seja invocado o conceito amplo de segurança nacional.

Com isso, o marechal Castelo Branco procura instituir, oficialmente, o Poder Militar — como regulador e controlador dos outros Podêres: Executivo, Legislativo e Judiciário. Sabendo-se que o marechal Castelo Branco não quer deixar a política, depois de março, e que êle continuará exercendo influência na área militar, percebe-se, sem muito esfôrço, que o atual chefe do Govêrno tenta criar um mecanismo qualquer que lhe permita desempenhar, no futuro, um papel mais decisivo, na vida brasileira, do que o que o almirante Isaac Rojas e o general Pedro Aramburu conseguiram ter, na Argentina. Como o marechal Castelo Branco não conta com apoio popular e é suficientemente realista para saber que o contrôle das fôrças políticas governistas passará para o marechal Costa e Silva, verifica-se que só o espírito militarista (tão diferente do verdadeiro espírito militar, que é o de prestarem-se serviços dentro de um contexto legal marcado pela legitimidade) poderá abrir caminho para a preservação da sua influência e a do seu grupo — que é bem expressivo. Essa política do marechal Castelo Branco faz com que as distâncias entre civis e militares aumentem, ainda mais, numa hora em que os verdadeiros interêsses nacionais estão a exigir uma superação de divergências.

Mas a responsabilidade histórica pelo surgimento dêsse espírito militarista não cabe, apenas, ao marechal Castelo Branco e ao grupo da Escola Superior de Guerra que exerce o poder. Muitos pensadores e políticos civis — de tôdas as tendências — participaram, direta ou indiretamente, de atividades que estimularam o aparecimento dêsse espírito militarista. Ainda hoje, depois de tantas lições, há quem sustente que cabe ao moralismo das classes armadas um papel de vigilância em face da corrupção dos políticos. As vêzes, a corrupção se confunde com inépcia e, conseqüentemente, através de um curioso mecanismo psicológico, os partidários da intervenção militar atribuem às classes armadas um nível técnico muito mais alto do que o que atualmente possuem. Mesmo depois dos inquéritos policiais-militares, com o seu cortejo de episódios cômicos ou dramáticos (um determinado general, por exemplo, chegou a sustentar que Raul Castro, irmão de Fidel, estêve em Goiás, duas vêzes, depois do movimento de 31 de Março de 1964), o mito da eficiência militar na correção da inépcia civil é reafirmado por vários autores e muitos políticos — todos civis. Enquanto isso, numa reação natural, a classe média das grandes cidades e os trabalhadores passam a classificar todos os militares de incompetentes e desastrados. São os preconceitos de base a neutralizar os mitos criados pelas cúpulas.

Outro conceito errôneo, que fêz época, no Brasil, foi o de que as Fôrças Armadas do nosso País, são, essencialmente, democráticas. Nessa matéria, direita e esquerda de tal modo se comprometeram, que ninguém tem hoje o direito de atirar pedras no telhado do vizinho ou do adversário. Ao repetirem tal conceito, os seus propugnadores confundiram a origem social dos quadros de oficiais das Fôrças Armadas com a função social dessas mesmas Fôrças Armadas. Como os oficiais são recrutados na classe média (e, por extensão, os sargentos são provenientes da classe média mais empobrecida e do proletariado) e esta sustenta, nos períodos de relativa tranqüilidade, as idéias da democracia liberal, atribuiu-se uma vocação democrática às Fôrças Armadas, quando estas, tradicionalmente, defendem o *status quo*. A defesa de idéias nacionalistas por numerosos militares muito contribuiu, num período em que nacionalismo e democracia se confundiam, para aumentar a confusão. Atualmente, há quem dê prioridade ao nacionalismo, deixando a democracia (e quando me refiro a ela, também incluo as suas repercussões nos campos social e econômico) num segundo plano, para justificar um despotismo esclarecido, de militares, a que se dá o nome de *nasserismo*.

Finalmente, há o conceito errôneo que o marechal Castelo Branco quer implantar e que os políticos e pensadores brasileiros, nos últimos 25 anos, em sua esmagadora maioria, admitiram, por ação ou por omissão. É o de que a segurança nacional cabe aos militares, em sua conceituação, em sua formulação e em sua aplicação. Por uma deformação profissional e por interêsse político imediato, o atual chefe do Govêrno procura instituir, na Constituição e nas leis, um conceito de segurança nacional que é, basicamente, intervencionista. De acôrdo com êsse conceito e com essa legislação, as Fôrças Armadas, através dos seus chefes mais expressivos (o chamado consenso dos generais, a que pode somar-se ou subtrair-se um inconformismo de coronéis ou de oficiais jovens), ficam com o direito de intervir, em nome da segurança nacional, quando julgarem necessário. Mas quando se recorda que, depois da Constituição de 1946, a maioria das fôrças políticas delegou aos militares o direito de dar a última palavra quanto à segurança nacional (e não há exemplo mais claro do que a omissão dos civis nas comissões de segurança nacional do Congresso), é lógico concluir-se que coube aos civis uma substancial parcela de responsabilidade no surgimento do espírito militarista que o marechal Castelo Branco hoje estimula, oficialmente.

N8. PROCSS 931.70.37

CORREIO DA MANHÃ

(27.01.67)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Segurança nacional

Hermano Alves

O mal. Castelo Branco, desenvolve uma série de esforços planificados (não fôra êle homem de estado-maior...) para manter a chamada *élite* da Escola Superior de Guerra, pelo maior prazo de tempo possível, no comando da situação brasileira. O chefe do atual Govêrno prepara um dispositivo militar e político, baseadô num elenco de leis excepcionais e na suspensão de direitos políticos dos seus adversários mais expressivos, para que o grupo da ESG seja capaz de resistir a tudo — até mesmo ao Govêrno do marechal Costa e Silva. Quem analisa a composição do atual Govêrno verificará que os seus principais membros pertencem a êsse grupo da ESG. O chefe do Govêrno foi diretor de cursos, naquela Escola. O marechal Juarez Távora, ao lado do marechal Cordeiro de Farias (hoje afastado), foi um dos fundadores da ESG. Os ministros do Planejamento e da Fazenda, srs. Roberto Campos e Otávio Bulhões, foram os conferencistas mais assíduos, daquela Escola, em matéria de economia e finanças. O ministro da Justiça, professor Carlos Medeiros, pode ser classificado de um jurista da ESG — e assim por diante. É notório que depois da ascensão ao poder do marechal Castelo Branco, foram recrutados (é o verbo mais adequado), sistemàticamente, para os postos administrativos e políticos, militares e civis que cursaram a ESG. Para a *élite* da ESG, que se considera ideológica, a ascensão do marechal Costa e Silva ao poder, em n arço dêste ano, é encarada como uma espécie de recaída fisiológica. O nôvo presidente não é da ESG, sendo classificado de *troupier* pelos pseudo-ideólogos da chamada Sorbonne, que temem a modificação da política econômica e financeira; a revisão da nova Constituição; a adoção de uma política de pacificação que signifique a reincorporação à vida nacional dos vencidos de abril de 1964; e a subseqüente marginalização do grupo que hoje ocupa o poder. Já dizia o general Golberi do Couto e Silva (então coronel), no seu livro *Planejamento Estratégico* que a "trágica realidade da nossa época conturbada" demonstrava que "fora do poder não há salvação".

O temor da Sorbonne é o de que as circunstâncias a façam voltar a uma posição secundária na política nacional. Convém frisar que êsse grupo só conseguiu chegar ao poder na crista de um movimento político-militar urdido e desencadeado por elementos alheios aos seus quadros — como os generais Mourão Filho, Justino Alves Bastos, Amauri Kruel, marechal Odílio Denys, srs. Ademar de Barros, Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, etc. O único político de relêvo da ESG que desempenhou um papel muito importante na preparação dêsse processo foi o marechal Cordeiro. O grupo da Sorbonne sòmente ocupou o poder — a princípio em condomínio com outros setores — porque os políticos o encaravam como um grupo mais liberal e moderado e porque os *troupiers* (como que dando razão a um lugar-comum) serviam para fazer a revolução, mas não serviam para governar. Êsses *troupiers* queriam entregar o poder aos civis e ficar — como de hábito — numa espécie de eterna vigilância. Os políticos civis, que não se entendiam entre si, buscaram uma solução militar moderada, elegendo o marechal Castelo Branco. Só mais tarde é que a vida lhes mostrou quão enganosas eram as aparências, pois o grupo que consideravam moderado queria aferrar-se ao poder. Para conservar-se no contrôle da situação por um decênio ou mais, os membros da chamada *élite* da ESG precisavam de uma ideologia. O sr. Juscelino Kubitschek, que foi, sem saber e mais por instinto de que por outra coisa, o pior adversário da ESG (a sua ascensão, em 1955/56, retardou por quase dez anos a ocupação do poder pela Sorbonne), inventou uma *ideologia do desenvolvimento*, que teve êxito, mas que não podia ser considerada, realmente, uma ideologia, até porque não trazia soluções para alguns dos problemas sociais mais agudos do Brasil. Para manter-se no poder, a Sorbonne está inventando uma *ideologia da segurança nacional*, que também não é uma ideologia, mas um simples programa transitório, a que uma campanha de propaganda atribui efeitos mágicos.

Diàriamente, a expressão *segurança nacional* é utilizada nos documentos oficiais e na propaganda governamental para ocultar a dura realidade de uma intervenção militar permanente, que apenas visa à preservação das posições dos atuais ocupantes do poder. Há, inclusive, uma definição de segurança nacional que já se transformou em verdade r e v e l a d a: "É o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, militares e psico-sociais (inclusive técnico-científica), um Estado pode proporcionar, numa época determinada, à Nação que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes". Quem analisar tal definição, verificará que não passa do óbvio que se consegue atingir através de uma linguagem rebuscada e à qual não faltam as expressões mágicas como *psico-social*, *técnico-científico*, etc. No entanto, essa linguagem rebuscada inclui elementos de construção e de expressão que a tornam familiar aos militares, de um modo geral. Para os civis, sobretudo para aquêles que se sentem em situação de inferioridade física diante dos militares, há o sentido misterioso e mágico de uma linguagem pouco familiar em que subsistem vestígios de um tecnicismo que não se define. Para os militares, há a familiaridade e uma pitada de intelectualismo e de sofisticação que justifica a ascensão política de um grupo de iniciados — mas de um grupo bàsicamente militar, portanto respeitável. Na realidade, o que o grupo da Sorbonne diz é o seguinte: a. segurança nacional é tudo; qualquer ação política ou militar contra o Govêrno prejudica a segurança nacional; não há mais diferença entre segurança nacional, segurança do Govêrno, segurança do Estado ou segurança interna e externa; o mundo está em guerra porque a *guerra fria*, os conflitos localizados e as revoluções, guerrilhas e golpes são parte de uma guerra maior, a mundial, que só não se trava com armas nucleares porque há o chamado equilíbrio do terror; numa situação dessas, a segurança nacional não pode ficar nas mãos dos civis, porque êles não entendem de guerra; cabe a uma *élite* militar o direito, talvez divino, de monopolizá-la, recrutando civis; portanto, deve caber a essa *élite* o direito de governar as massas ignaras que não sabem o que é segurança nacional.

Num regime democrático, pode haver segredos de Estado e segredos militares, mas não há mistérios quanto à segurança nacional. Quem a decide é o povo, de quem emana todo o poder. No regime que se implanta, por etapas, em nosso País, a *segurança nacional*, grifada e revestida de conotações misteriosas, é o patrimônio exclusivo de uma categoria de privilegiados — a chamada *élite* da Sorbonne, que se considera uma aristocracia e que tem, evidentemente, uma mentalidade neofascista.

CORREIO DA MANHÃ
(29.03.67)

Nº. PROCSS. 131-SP. 38

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Regulamento Geisel

Hermano Alves

Sòmente agora, através da leitura atenta do *Diário Oficial*, que continuou a publicar os atos do marechal Castelo Branco depois da posse do marechal Costa e Silva, e da comparação dêsses Atos Complementases ou não, com decretos-leis, leis já em vigor, regulamentos, portarias, e o texto da nova Constituição, é que se pode ter uma idéia exata dos danos causados à ordem jurídica pelo Govêrno que se encerrou a 15 de março.

Um dos textos mais importantes, se o combinarmos com a Lei de Segurança Nacional, é o regulamento para a salvaguarda de assuntos sigilosos, aprovado pelo marechal Castelo Branco e firmado pelo general Ernesto Geisel, então chefe do gabinete Militar (Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967). Êsse regulamento, que é outra das o b r a s - p r i m a s de *Nonsense* do grupo da Escola Superior de Guerra, considera passível de classificação, como documento sigiloso "qualquer material impresso, datilografado, gravado, desenhado, manuscrito ou fotografado, e suas respectivas reproduções, que esteja classificado de acôrdo com os artigos 2º e 4º do presente regulamento".

O artigo 2º diz que "são assuntos sigilosos aquêles que, por sua natureza, devam ser de conhecimento restrito", enquanto o artigo 4º fixa quatro graus de sigilo: ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado. O assunto ultra-secreto é aquêle "cujo teor ou características só devem ser do conhecimento de pessoas intimamente ligadas ao seu estudo ou manuseio". Não pode haver definição mais vaga. Mais adiante, porém, há um parágrafo que esclarece serem "normalmente classificados como ultra-secretos" os seguintes assuntos: "negociações para alianças políticas e militares; hipóteses e planos de guerra; descobertas e e x p e r iências científicas de valor excepcional; informações sôbre política estrangeira, de alto nível".

Torna-se evidente que o Govêrno, de acôrdo com êsse regulamento, pode sonegar ao Congresso, à imprensa, aos partidos políticos e à opinião pública as informações de alto nível que tiver, inclusive quando digam respeito a negociações de alianças políticas e militares. Em outras palavras: a divulgação de um texto ou informação (isso fica claro através da leitura da Lei de Segurança Nacional) classificado como sigiloso pelas autoridades pode levar os responsáveis pela publicação à cadeia. E a Lei de Segurança se refere aos documentos sigilosos, não estabelecendo qualquer distinção entre ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados.

Quem classifica assuntos como u l t r a-secreto? De acôrdo com o regulamento Geisel, tal incumbência é privativa do presidente da República, do vice-presidente, dos ministros de Estado, do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, do chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, dos chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica e do chefe do Serviço Nacional de Informações. A classificação de secreto também pode ser dada por "diretores, comandantes e chefes de órgãos autônomos". Quanto às classificações de confidencial e reservado (que, de acôrdo com a Lei de Segurança, também dão cadeia) serão a alegria da rapaziada. Poderão dá-las "os oficiais das Fôrças Armadas, oficiais de administração ou funcionários de categoria mais elevada na administração civil". Em suma: todo mundo.

A maluquice vai ainda mais longe. Podem ser considerados secretos (parágrafo 6.º do artigo 4.º do regulamento) os "dados de elevado interêsse sob os aspectos físicos, políticos, econômicos, psico-sociais e militares de países estrangeiros e meios de processos pelos quais foram obtidos". São "normalmente classificados como confidenciais", segundo o parágrafo 7.º do artigo 4.º "os referentes a pessoal, material, finanças etc., cujo sigilo deva ser mantido por interêsse do Govêrno e das partes", tais como, entre outros: "informes e informações sôbre a atividade de pessoas e entidades e respectivos meios de obtenção". E são "normalmente reservados" — pasmem os leitores: — os "assuntos técnicos e as partes de planos, programas e projetos e as suas respectivas ordens de execução".

Trata-se, em última análise, do estabelecimento de um govêrno secreto, aliás, coisa natural nas mentes de militares e civis que adotaram os conceitos de "guerra revolucionária" que fizeram a glória efêmera e o infortúnio definitivo dos militares e civis franceses que acabaram criando a Organização do Exército Secreto. De acôrdo com o Regulamento Geisel, qualquer oficial do Exército, em qualquer pôsto, em qualquer situação, pode decidir se um assunto é confidencial ou reservado. E se um funcionário, por qualquer motivo, divulgar um documento assim classificado, no todo ou em parte, poderá ser enquadrado na Lei de Segurança, com prisão até 60 dias, com processo em tribunal militar, com a suspensão do seu emprêgo (até mesmo do "bico" que tiver numa emprêsa privada), sem o benefício do *sursis*, sem o recurso do pagamento de fiança etc. E se um jornalista defendê-lo pela imprensa, a Lei de Segurança também prevê o seu enquadramento, com o agravamento de pena, pois o crime, nesse caso, foi cometido através da imprensa.

A mentalidade carcerária presidiu aos últimos atos do marechal Castelo Branco. No entanto, quem está em jôgo, neste momento, não é o presidente que saiu, mas o presidente que entrou. O marechal Costa e Silva, em matéria de redemocratização do País, ainda não disse a que veio. Êle parece mais inclinado a manter a legislação de exceção e a preservar dispositivos de coação para uso na primeira oportunidade. Se é esta a sua intenção, está fazendo, exatamente, aquilo que o marechal Castelo Branco queria que êle fizesse. Poder-se-ia dizer que, em espírito, é o marechal Castelo Branco quem governa e não o marechal Costa e Silva. Mas como o atual presidente é maior de idade e vacinado, o papel da Oposição não é o de abrir-lhe créditos de confiança, mesmo implícitos. O marechal Costa e Silva foi eleito presidente de maneira irregular, por meio de um processo nitidamente antidemocrático. Êle é que deve provar se merece ou não um crédito de confiança. Como vai, não vai bem. É verdade que não aplicou as leis de exceção. Mas também não as revoga. Se continuar nessa linha de "habilidade", convenientemente indefinido, pensando que ganha tempo, quando na verdade o perde, terá que enfrentar uma grave crise, mais cedo ou mais tarde, e encontrará, nas esquinas dessa crise, o marechal Castelo Branco e o grupo da ESG, preparados para disputar-lhe o poder.

CORREIO DA MANHÃ
(22.06.67)

NB. PROCESS. 931.1 p. 39

Procura-se govêrno

CM 22

Hermano Alves

O presidente da República, marechal Costa e Silva, não admite modificações no texto constitucional. Dizem os porta-vozes do Govêrno que "a Constituição é intocável". A propósito, o sr. Ernani Sátiro, líder da ARENA na Câmara Federal, afirmava ontem que "a revolução continuará". Em favor do sr. Ernani Sátiro diga-se que é bem possível que êle acredite, realmente, na continuidade do processo revolucionário — sobretudo se admitirmos que o processo revolucionário é a preservação dos interêsses de oligarquias regionais sob a égide do alto comando das Fôrças Armadas. Outra coisa não foi a chamada revolução de março/abril de 1964. Aliás, em favor do govêrno do marechal Costa e Silva convém dizer-se, ainda, que não é tão submisso às determinações estrangeiras quanto era o govêrno do seu antecessor, o marechal Castelo Branco. Mas o govêrno anterior, nessa matéria, ultrapassou tôdas as expectativas, sendo difícil a qualquer administração repetir tal façanha. Até porque, no momento, existem no Govêrno alguns setores que se consideram nacionalistas. O sr. Magalhães Pinto, ministro do Exterior, por exemplo, procura definir uma política externa que não se subordine — como a do seu antecessor na pasta — às determinações do Departamento de Estado norte-americano. O sr. Magalhães Pinto conta com o mecanismo do Itamarati, que já compreendeu, há muito tempo (embora algumas exceções, como a do sr. Pio Corrêia, mereçam destaque), que o Brasil não se pode dar ao luxo de ter política externa baseada na tese de que as aspirações brasileiras e os interêsses norte-americanos são coincidentes. Por outro lado, a pressão dos Estados Unidos se exerce, atualmente, de maneira prioritária, noutras áreas do mundo — especialmente no sudeste da Ásia, no Oriente Médio e na África. O Brasil, para todos os efeitos, está marginalizado, embora haja possibilidade de divergências no futuro próximo, à luz do conflito de interêsses no âmbito do Fundo Monetário Internacional e no contexto do Convênio Internacional do Café. Por enquanto, a perplexidade brasileira não cria maiores problemas para os Estados Unidos.

E, de fato, existe uma perplexidade brasileira. Sem dúvida, as fôrças oposicionistas no Brasil, que são heterogêneas e de diversas origens, que arcam com as conseqüências dos erros passados e não conseguiram unir-se para a afirmação de uma estratégia comum, estão em crise. Mas o grande exemplo de perplexidade é o Govêrno e — com êle — todo o sistema de fôrças da chamada revolução de março/abril. Por que o marechal Costa e Silva considera intocável a Constituição? Porque tem mêdo de mexer na viga mestra da política que considera revolucionária. O presidente chegou ao poder contra a vontade do seu antecessor, o marechal Castelo Branco. Não teve — e não podia ter — apoio popular. Não pode contar com o apoio da ARENA num instante de crise grave em que fique demonstrado o seu enfraquecimento ou, pelo menos, o fortalecimento do esquema castelista, que continua à espreita. O marechal Castelo Branco ainda exerce uma espécie de poder corregedor, com relação ao atual Govêrno. Sabe êle que, entre um govêrno nacionalista fraco e um govêrno forte mas sem veleidades de nacionalismo, é possível que a maioria dos altos escalões militares prefira a segunda hipótese. Para a psicologia militar, a capacidade de comando do marechal Castelo é um fato muito importante. E se o marechal Costa e Silva não demonstrar que possui tal capacidade, poderá esvaziar-se. O problema é que o marechal Costa e Silva não parece ter condições para restabelecer a disciplina vertical nas Fôrças Armadas, de modo a abrir uma perspectiva democrática para o Brasil. Não quer fazer uma ditadura pura e simples. Mas permite que tôda e qualquer autoridade sem expressão cometa violências esporádicas contra estudantes, exilados políticos que retornam ao País etc. e não se atreve a fazer uma abertura para a democracia, limitando-se a dizer que a presente ordem jurídica (não será melhor classificá-la de desordem jurídica?) é intocável.

Em suma, o Govêrno procura manter o *status quo*, para que a casa não desabe. Mas trata-se de um Govêrno sem política, sem rumos definidos, sem planos e sem coerência. A linha de política que o sr. Magalhães Pinto procura desenvolver está em flagrante contradição com a política de segurança nacional imposta pelo marechal Castelo Branco e, ainda hoje, adotada pelas Fôrças Armadas. O Govêrno ora diz que o conflito de nossa época é o do bloco ocidental com o bloco oriental, ora afirma que a política de blocos está ultrapassada, pois o mundo se divide, na realidade, em nações pobres ao sul e nações ricas ao norte do planêta. Um dia o Govêrno é estruturalista, noutro é monetarista. Pretende estatizar os seguros de acidentes do trabalho e — ao mesmo tempo — faz a apologia da livre emprêsa. Há ministros estatizantes e ministros do *laisser-faire*, liberais-democratas e militaristas, nacionalistas e "entreguistas", simpatizantes do sr. Roberto Campos e inimigos do sr. Roberto Campos, amigos do sr. Carlos Lacerda, castelistas e anticastelistas, todos misturados num govêrno que só agora vai reunir-se, em sessão plena, pela segunda vez. E êsse Govêrno, no Congresso, é apoiado por uma grande maioria silenciosa, da qual se destaca um pequeno grupo de parlamentares de tendência nitidamente direitista, sempre a aplaudir um líder que — no fundo — pretende substituir. Enquanto isso, a Fôrça Aérea Brasileira entra em luta com o sr. Oscar Niemeyer, apresentando um antiquado projeto de aeroporto para Brasília e abrindo (sem apoio na lei) concorrência para executá-lo — e tudo porque o sr. Niemeyer perdeu os direitos políticos porque o consideram um perigoso comunista. Também a FAB, por causa de uma das costumeiras e pacíficas invasões de índios na área de Cachimbo, chega ao ponto de providenciar bombas de gasolina gelatinosa (as bombas "Napalm") para qualquer emergência, esquecendo-se de que os índios são tutelados da União. O sr. Demistóclides Batista confia na palavra do presidente Costa e Silva, volta ao País e é prêso. O sr. Ernâni Sátiro diz que não conhece o caso — o que demonstra que o líder nem sequer lê os jornais.

Por enquanto, as fôrças políticas de oposição, no Congresso e fora dêle, procuram opor-se ao regime vigente no País. É o que fazem, diàriamente, com erros e acertos, de acôrdo com as circunstâncias — nem sempre favoráveis, pois a própria heterogeneidade oposicionista as prejudica. Quanto a fazer oposição ao Govêrno é mais difícil, já que ninguém sabe, exatamente, onde está o Govêrno.

Nº PROCESS 931.?.P.40

CORREIO DA MANHÃ

27 JUL. 1967

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Isolamento militar

Hermano Alves

Não há dúvida de que o setor militar castelista procurou tirar proveito político imediato da publicação do artigo do sr. Hélio Fernandes sôbre a personalidade do marechal Castelo Branco. A publicação do artigo permitiu uma rápida aglutinação dêsses militares vinculados ao presidente morto. Agora, o setor castelista tenta promover uma reativação do chamado processo revolucionário, enquanto o govêrno do marechal Costa e Silva declara que respeitará qualquer decisão da Justiça no caso do jornalista confinado à Ilha Fernando de Noronha. Mais uma vez, feitas as devidas ressalvas, manifestam-se, no meio militar, duas tendências já conhecidas: a golpista e a legalista. O marechal Costa e Silva procura fixar um conceito de legalidade, que lhe garanta o apoio seguro da maioria militar, contra o setor castelista que tenta exercer uma tutela virtual sôbre o Govêrno ou — se tal coisa não fôr possível — sacudir-lhe os alicerces. Não tem alicerces firmes o Govêrno do marechal Costa e Silva, pois falta-lhe a legitimidade que só uma eleição livre e direta confere. E mesmo quando pretende ser legalista, fundamenta-se, apenas, na chamada legalidade revolucionária, estabelecida pelo seu antecessor. Assim, o legalismo governamental, neste caso, visa tão-sòmente a capitalizar, em seu favor, o desejo de ordem e de disciplina que existe nas Fôrças Armadas. Não tem o Govêrno manifestado qualquer intenção clara de permitir que a situação nacional evolua no sentido de uma legalidade apoiada pelo povo.

O seu legalismo para consumo interno nas Fôrças Armadas também é precário, uma vez que a disciplina militar foi muito abalada nos últimos tempos — não-sòmente no fim do Govêrno do sr. João Goulart, como, ainda, durante todo o Govêrno do marechal Castelo Branco.

É curioso assinalar que os castelistas, a esta altura dos acontecimentos, querem fazer, nesta primeira fase do Govêrno do marechal Costa e Silva, o mesmo que a chamada "linha dura" fêz, na primeira fase do Govêrno do marechal Castelo Branco: impedir que se desenvolva um processo de transição pacífica com vistas à restauração da ordem legal democrática no País. Chegam ao ponto de vestir o uniforme da "linha dura" — uniforme êsse que, a partir do instante em que as Fôrças Armadas passaram a agir como agremiação política, é envergado, de acôrdo com as circunstâncias, pelos mais variados grupos de descontentes. Não havendo regras jurídicas que conciliem a disciplina militar vertical e a atuação política de militares, a única solução, para os descontentes, é a do "endurecimento", como método de pressão sôbre o Govêrno.

Mas houve clima favorável à rearticulação (que o marechal Costa e Silva, ao que tudo indica, espera ser transitória) do "castelismo" militar. E a publicação do artigo do diretor da *Tribuna da Imprensa* foi muito importante para a criação dêsse clima, dados os têrmos que êle utilizou na análise da personalidade do marechal Castelo Branco. No entanto, o artigo em questão serviu de pretexto para a deflagração de um movimento de opinião militar que o marechal Costa e Silva quis frear ao determinar o confinamento do autor. Como sempre, houve uma massa de manobra, que se sensibilizou com os têrmos do artigo e que foi dirigida pelos ativistas que viam desaparecer, com a morte do marechal Castelo Branco, a sua possibilidade de compartilhar, direta ou indiretamente, do exercício do Poder. E o que mais sensibilizou a maioria militar não foi o artigo em si, mas o artigo como expressão mais exacerbada da opinião geral contra o estado de coisas vigentes no País depois de abril de 1964. O grande choque, na minha opinião, foi causado pela indiferença do povo diante do desaparecimento de uma figura política tão importante, para os militares, como a do marechal Castelo. Inevitàvelmente, no espírito de qualquer cidadão, civil ou militar, comparou-se a emoção popular pela morte do presidente Getúlio Vargas e a indiferença popular diante da morte do presidente Castelo Branco. A partir de 1964, prevaleceram, no Govêrno, os militares que se tinham acostumado a encarar a figura de Vargas como o símbolo da demagogia e da irresponsabilidade. Para êsses militares, o marechal Castelo Branco era — apesar de divergências ocasionais — a figura proverbial do governante austero e patriota que sepultaria o getulismo. Embora tivessem cultivado a impopularidade, ao executar, no País, a repressão policial-militar permanente e a política econômica e financeira de contenção, êsses militares queriam — e querem — ser populares. No fundo, esperavam que o povo terminasse por aplaudi-los. Assim, o povo reconheceria que êles tiveram razão ao fazer a chamada "intervenção cirúrgica" reclamada por tantos membros da "elite" civil e militar agrupada na Escola Superior de Guerra. Quando o povo, nas principais cidades, guardou silêncio diante da morte do marechal Castelo Branco, êsses militares interpretaram tal indiferença como um sinal de hostilidade, não apenas ao estadista desaparecido, mas também a todos os homens de uniforme. Afinal, o marechal Castelo Branco era, na expressão dos militares que o indicaram, em 1964, como o único chefe militar em condições de exercer a Presidência da República, "o melhor de todos nós". O silêncio indiferente do povo diante da mais destacada figura militar revolucionária foi encarado como prova de incompreensão e de ingratidão. Aumentou o sentimento de solidão, de isolamento dos militares em face do resto do País. Há militares que procuram uma "saída honrosa" para as Fôrças Armadas. Há, ainda, os que temem represálias se e quando a situação mudar.

Na realidade, todos reconhecem, implicitamente, que as Fôrças Armadas foram longe demais, assumindo as responsabilidades de impor ao País inteiro uma série de conceitos e de métodos que a maioria do País repudia.

Nesse quadro de situação, o artigo do sr. Hélio Fernandes foi a gôta d'água que fêz transbordar a taça da impaciência e do temor que a maioria dos militares, a esta altura dos acontecimentos, gostaria de ver afastada do seus lábios. É interessante notar que vários militares que o articulista costumava elogiar sem restrições — o general Sizeno Sarmento, o coronel Mário Andreaza, o coronel Jarbas Passarinho — correram a dar apoio ao confinamento. Não queriam afastar-se dos seus companheiros de uniforme, que formam a única base real do presente Govêrno. Fizeram uma concessão ao espírito de classe, apoiando a violência preventiva do Govêrno e sacrificando o seu partidário civil, talvez para impedir uma ressurreição inesperada do "castelismo" — hoje evidentemente acéfalo, mas reforçado pelo ressentimento e pelo temor que lavram nos meios militares.

N8. PROCESS. 131. fl. 49

CORREIO DA MANHÃ

ANEXO Nº 95
JUNTADA EM 13/09/1967

31 AGO. 1967

1226

A crise e a Frente

Hermano Alves

A crise não é provocada pelo aparecimento da Frente Ampla. Ela já existe, é profunda e criou as condições necessárias para a formação dessa mesma Frente Ampla, que visa não apenas a unir os esforços dos srs. Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e João Goulart mas também aglutinar todos os grupos interessados na redemocratização do País e na adoção de uma política real de desenvolvimento econômico e uma política externa de independência. Quando se iniciaram as articulações para a formação da Frente Ampla, havia o temor generalizado de que o marechal Castelo Branco se perpetuasse no poder. Que houve esforços nesse sentido não há dúvida alguma. Mesmo depois da escolha do marechal Costa e Silva para substituto do marechal Castelo Branco, elementos castelistas fizeram sondagens, junto às fôrças oposicionistas, para uma ação comum contra a posse do atual chefe do Govêrno. Nessa ocasião não faltaram promessas, as mais tentadoras, com o objetivo de garantir a neutralidade — pelo menos — das oposições. Quando o marechal Costa e Silva tomou posse, a Frente Ampla entrou em recesso. O sr. Carlos Lacerda obtivera um crédito de confiança para realizar sondagens na área governamental e verificar se as promessas de redemocratização do País eram, mesmo, p'ra valer. Que o marechal Costa e Silva fêz promessas nesse sentido, é coisa pública e notória — sobretudo nos meios políticos o nôvo Govêrno prometia redemocratizar o País gradativamente. Apenas pedia um prazo para consolidar-se no poder, uma vez que uma nova fôrça oposicionista — com ramificações extensas e profundas no sistema dominante — procurava articular-se com o claro objetivo de enquadrá-lo ou, se tal coisa fôsse necessária, derrubá-lo: o castelismo.

O Govêrno do marechal Costa e Silva teve os prazos que queria. E, no entanto, não cumpriu as promessas que fizera. Considerou intocável a Constituição imposta pelo marechal Castelo. Recusou-se a revogar a Lei de Segurança Nacional e a discutir assuntos tão importantes quanto à revisão às cassações de que tanto falavam alguns dos próprios políticos da confiança do Govêrno. E' verdade que, no campo da diplomacia, o Govêrno procurou afastar-se da política de subordinação completa às diretivas do Departamento de Estado norte-americano, seguida pelo seu antecessor. E, no que concerne à energia nuclear, adotou uma política autônoma, em divergência com os interêsses das superpotências que procuram manter o oligopólio atômico. Finalmente, no campo da economia, anunciou que promoveria o desenvolvimento, nas linhas do mais puro juscelinismo. O Govêrno teve a seu favor — sem dúvida — os pronunciamentos irritados do sr. Roberto Campos e do marechal Cordeiro de Farias. Mas, apesar das boas intenções, os resultados são poucos e contraditórios. O programa estratégico de Govêrno e o chamado orçamento-programa não guardam a menor relação com as declarações do ministro do Exterior, sr. Magalhães Pinto, do próprio marechal Costa e Silva (discurso de Ilha Solteira), e de outros membros do Govêrno. Não há de ser com os dez réis de mel coado previstos no Orçamento que o Govêrno promoverá o desenvolvimento nuclear autônomo do Brasil.

Nem será com o confisco salarial que o Govêrno ganhará a confiança do operariado, essencial à retomada do processo de desenvolvimento. Nem tampouco com as intervenções nos sindicatos. Nem com a perseguição sistemática às manifestações dos estudantes — sejam elas quais forem. A propósito, o ministro da Justiça, professor Gama e Silva, disse que a luta dos estudantes contra o sistema vigente assemelhava-se à luta do mosquito contra o elefante. O ministro, ao que tudo indica, ignora que, no fabulário popular, os mosquitos e as pulgas sempre acabam por derrotar os elefantes (e êste Govêrno tem um inegável pendor paquidérmico) e os leões — inda quando sejam leões-de-chácara. Em suma: o Govêrno, quando muito, disse o que gostaria de fazer. Mas fêz exatamente o contrário, culminando por curvar-se às pressões do grupo castelista, aprisionando o sr. Hélio Fernandes depois da morte do marechal Castelo Branco. Nessa ocasião, os ministros do Trabalho e dos Transportes, coronéis Jarbas Passarinho e Mário Andreaza, chegaram a dizer ao presidente Costa e Silva que a indignação militar era tal que o sr. Hélio Fernandes poderia ser assassinado. Esperava-se, lògicamente, que o marechal Costa e Silva dominasse a manifestação de indisciplina, protegendo o jornalista e criando condições para que a família do estadista morto iniciasse um processo de calúnia e injúria na Justiça. O que se viu foi outra coisa — o confinamento do jornalista, que equivaleu à violação, até mesmo da Constituição que o Govêrno classificou de intocável.

Enquanto isso, o ministro da Justiça preparava um anteprojeto de lei de inelegibilidades (a chamada evolução só se preocupa em tornar inelegíveis quantos cidadãos possa...), ameaçava céus e terras e tornava impossível o diálogo. Na área governamental já se falava em sucessão presidencial, em têrmos de candidatura militar única e de eleição indireta, para 1970. No campo da energia nuclear o ministro do Exterior, sr. Magalhães Pinto, dizia uma coisa, e o ministro das Minas e Energia, general Costa Cavalcânti, dizia outra. O orçamento da Agricultura transformou em letra morta a tão celebrada Carta de Brasília. E a liderança do Govêrno, na Câmara, através dos srs. Ernani Sátiro, Geraldo Freire e outros, a cada incidente entre polícia e estudantes, limitava-se a ler relatórios policiais e a acusar o comunismo internacional, a Organização Latino-Americana de Solidariedade etc. A impressão de desorientação e balbúrdia culminou com a nota do ministro do Exército, general Lira Tavares, referindo-se a um nôvo Exército — o Exército da Revolução — com os esforços que continuam em desenvolvimento para a criação da Fôrça Interamericana Permanente de Paz (com êste ou outro nome), com a vigilância exercida pelos serviços de informações do Govêrno sôbre o próprio titular da pasta do Exterior etc. É claro que a política governamental, no que diz respeito ao café solúvel, à conferência de fretes, é acertada — setorialmente acertada. A cada esfôrço válido, sobretudo no plano externo, não correspondem outros esforços capazes de respaldá-lo no plano interno. O Govêrno é nacionalista mas o programa estratégico de Govêrno dá tratamento idêntico às emprêsas estrangeiras e nacionais. O Govêrno diz que o seu enfoque, na política econômica, é estruturalista, mas o ministro da Fazenda, sr. Delfim Neto, afirma que não há qualquer divergência de concepções entre o Govêrno e o Fundo Monetário. A confusão governamental cria as condições para maior instabilidade política, econômica e social, sobretudo porque o Govêrno pretende manter um *status quo* que todo mundo considera intolerável. E foi por isso que a Frente Ampla reativou-se, depois que ficou demonstrado que o Govêrno quer manter o atual regime — só Deus sabe para que e por quê.

Demonstração de fraqueza

HERMANO ALVES

O deputado Hermano Alves (MDB-GB) pronunciou da tribuna da Câmara Federal o seguinte discurso protestando contra o confinamento do jornalista Hélio Fernandes:

A prisão e o destêrro do jornalista Hélio Fernandes vieram demonstrar a profunda fraqueza do govêrno do marechal Costa e Silva. Ao contrário do que se afirma, não se trata de um govêrno forte, mas de um govêrno fraco, porque se viu obrigado a tomar uma série de providências apressadas, contrárias às leis em vigor e à Constituição, simplesmente para atender às imposições de uma minoria exacerbada de militares, de partidários, no plano da política militar, do falecido presidente Castelo Branco. Êsse grupo de partidários do castelismo conseguiu impor a sua vontade ao presidente Costa e Silva, fazendo com que rompesse a ordem legal vigente, conquanto injusta, mas, sem dúvida, vigente.

Essa demonstração de fraqueza tornou-se ainda mais nítida a partir do instante em que oficiais-generais e oficiais superiores, vinculados ao jornalista Hélio Fernandes, como é o caso do comandante do 2.º Exército, general Sizeno Sarmento, como é o caso do ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, como é o caso do ministro dos Transportes, Mário David Andreazza coronel do Exército, quando êsses oficiais se sentiram na obrigação de solidarizar-se pùblicamente com o ministro da Justiça e de apoiarem a medida do confinamento, ou seja, o degrêdo do jornalista Hélio Fernandes.

Ora, sendo êsses oficiais, êsses membros do govêrno, homens que têm recebido sistemàticamente o apoio e as manifestações de simpatia do jornalista Hélio Fernandes, a sua correria em apoiar um ato ilegal do govêrno, apenas demonstra a profunda fraqueza do govêrno e também demonstra que êles não quiseram afastar-se do sentimento geral da classe.

Sr. Presidente, o que sucedeu foi apenas o seguinte: a maioria exacerbada do que se convencionou chamar Sorbonne promoveu uma agitação para forçar o Govêrno Federal a endurecer as posições e para recuar, conseqüentemente, em futuro, de alguma posição nacionalista que êste govêrno está procurando um tanto timidamente tomar. Ao fazer isso, explorou o sentimento militar do mêdo. Êsse sentimento militar de mêdo tornou-se evidente a partir do momento em que grande parte de oficiais das Fôrças Armadas descobriram que a população diante do falecimento do marechal Castelo Branco manifestou indiferença, não indiferença com relação ao morto, mas com relação àquele símbolo do poder militar vigente no País.

Ora, se o povo demonstra que está alheio aos militares que estão no Poder, e demonstrando com isso que estão êles, êsses militares, que exercem o Poder e que fazem política, alienados do corpo da Nação, e sendo o marechal Castelo Branco, sem dúvida, na área militar uma figura exemplar, que os militares costumavam chamar o melhor de todos nós, é lógico que a cada um dêsses militares políticos acorre logo o pensamento: se a população foi indiferente a uma figura tão nobre e expressiva, como me tratará, amanhã, se as circunstâncias mudarem, se a situação — como se diz na gíria — virar?

Foi à base dêsse temor que se generalizou em certos escalões militares que a minoria mais exacerbada, minoria golpista dêste País, procurou trabalhar no sentido de forçar o govêrno Costa e Silva à ilegalidade e, forçando, como forçou, à ilegalidade, essa minoria demonstrou que ainda exerce certa parcela de poder, ponderável, e o govêrno deu profunda demonstração de fraqueza, de tibieza, de inanidade e de capitulação diante de elementos presumìvelmente amotinados.

Sr. presidente, antes de mais nada, antes de ser a violência que foi, o episódio Hélio Fernandes é, apenas, demonstração de que o govêrno não consegue manter a disciplina vertical nas fileiras das Fôrças Armadas.

Muito obrigado, sr. presidente.

TRIBUNA DA IMPRENSA
07 AGO 1967
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Nº PROCESS. 937-1, P. 43

CORREIO DA MANHÃ

10 AGO. 1967

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Guevara e a burguesia

Hermano Alves

No artigo que enviou, a 16 de abril dêste ano, ao secretário-executivo da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina, para publicação na revista *Tricontinental*, Ernesto *Che* Guevara propõe a criação de vários Vietnames à retaguarda do Império norte-americano e apresenta, entre outras justificativas, a seguinte:

As burguesias autóctones perderam tôda a sua capacidade de oposição ao imperialismo — se é que algum dia a tiveram — e formam hoje a sua retaguarda."

Mas o ministro do Exterior do Brasil, sr. Magalhães Pinto, que é um típico representante da burguesia nacional brasileira, em sua conferência perante a Escola Superior de Guerra, no dia 28 de julho dêste ano, dizia que "a experiência dos últimos anos mostra o alto custo e a precariedade de uma solução militar para o problema das guerrilhas, mesmo quando se conjugam esforços multinacionais para combatê-las". Ressalvou êle que tal coisa "não exclui, naturalmente, a hipótese de ação conjunta numa emergência, frente a um caso concreto de subversão comunista que supere as possibilidades nacionais de defesa e constitua uma ameaça à própria segurança do Hemisfério" — com o que pagou tributo exigido pelos setores militares brasileiros que desejam a criação da Fôrça Interamericana de Paz.

Assim, Magalhães faz uma crítica indireta aos esforços repressivos dos Estados Unidos no Vietnam e, no que concerne à criação da FIP, admite que seja transitória, para atender a um caso determinado, mas rejeita — implìcitamente — a idéia de uma fôrça multinacional de caráter permanente. E, logo em seguida, na mesma conferência, acrescentaria o seguinte:

"Daí a urgência de solução mais profunda e definitiva. Essa solução só pode ser dada pelo desenvolvimento que elimina as causas político-sociais geradoras da subversão e, ao mesmo tempo, através da industrialização e da urbanização, torna menos viáveis operações militares do tipo das guerrilhas."

A burguesia nacional brasileira, por um dos seus porta-vozes mais autorizados, volta à formulação do presidente Juscelino Kubitschek na época da operação pan-americana, e procura conter os impulsos do neomilitarismo, pró-Washington, que tenta consolidar-se, como tendência definida, no hemisfério.

A resistência do atual Govêrno à criação da FIP em caráter permanente, aliada à decisão (pelo menos verbal) do marechal Costa e Silva de sustentar a tese da autodeterminação nuclear; a posição do ministro de Transportes, coronel Mário Andreaza, de denunciar a política interamericana de fretes e outras atitudes, demonstra que a burguesia nacional está em desacôrdo com os interêsses dos Estados Unidos e muito tímida, ainda, essa posição que conta com o apoio de um setor militar. E não faltam as contradições internas — tais como a divergência entre o ministro das Minas e Energia, coronel Costa Cavalcânti, e o ministro do Exterior, ou os impulsos contraditórios que podemos assinalar, com facilidade, no "programa estratégico de desenvolvimento", do ministro do Planejamento, sr. Hélio Beltrão.

Êste ano, verificou-se na área diplomática norte-americana uma pressão psicológica, sôbre o atual Govêrno brasileiro, para forçá-lo a modificar certas atitudes, através da ameaça de suspensão ou redução da chamada ajuda externa. E os artigos do sr. Roberto Campos — que hoje, mais uma vez, repete o papel desempenhado, na Argentina, pelo sr. Alvaro Alsogaray — são a mais evidente demonstração de que a matriz não está de acôrdo com as tendências ùltimamente surgidas no interior de uma presumível filial e que, durante o Govêrno do marechal Castelo Branco, não criou problemas.

A burguesia nacional brasileira foi fator determinante na derrubada do Govêrno do presidente João Goulart. Com o sr. Magalhães Pinto no govêrno de Minas e o sr. Ademar de Barros no govêrno de São Paulo, sobretudo depois da demissão do sr. Carvalho Pinto, do Ministério da Fazenda, a conspiração ganhou corpo, permitindo a formação de uma frente heterogênea que incluía os interêsses estrangeiros, as autoridades diplomáticas norte-americanas (veja-se o livro *Politics in Brazil*, de Frank Skidmore), os proprietários de terras, políticos liberais, setores religiosos, a maioria atuante dos quadros de oficiais das Fôrças Armadas, sôbre um pano de fundo de classe média. Mas a burguesia nacional sòmente mudou de posição (e com tanta rapidez que teve necessidade de importar ideologia, adotando os conceitos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática — IPES e IBAD) quando as fôrças políticas de esquerda, sem apoio na realidade, procuraram queimar etapas e abriram inúmeras frentes de luta, ao mesmo tempo.

Mas o movimento de março/abril de 1964 foi empolgado pelos setores militaristas mais exacerbados, que serviram de massa de manobra para os interêsses estrangeiros. Implantou-se uma política econômico-financeira contrária aos interêsses da própria burguesia nacional. Esta, porém, dando provas de uma inesperada capacidade de resistência, procurou retomar o contrôle da situação suscitando o aparecimento da candidatura do marechal Costa e Silva e aliando-se aos setores militares nacionalistas (e autoritários) que ressurgiram no interior do movimento vitorioso. Hoje, há duas tendências que revelam o desejo da burguesia nacional de retomar o poder e desencadear um processo de desenvolvimento à maneira de Kubitschek: a daqueles membros do Govêrno Costa e Silva que querem maior autonomia de decisão no País, em face do govêrno de Washington, e a da "Frente Ampla", que admite um entendimento com as próprias fôrças da esquerda, com vistas a uma aliança como a que prevaleceu sob a inspiração do getulismo. Não foi à-toa que o embaixador Lincoln Gordon, em sua recente carta ao *New York Times*, defendendo a figura histórica do marechal Castelo Branco, afirmou que o falecido Chefe de Estado tivera que recorrer à "intervenção cirúrgica" para liquidar certos vestígios do getulismo, nos campos econômico e social.

Dêsse modo, ainda é cedo para dizer-se que a burguesia nacional malogrou — inteiramente — em nosso País. Ela está derrotada, em definitivo, se não conseguir, contra as determinações do Fundo Monetário, romper o esquema de congelamento e confisco de salários; se não tiver condições para restabelecer o sistema democrático-representativo, em sua plenitude, com vistas às eleições de 1970; se não compreender que a realização de uma reforma agrária é um imperativo da sua própria sobrevivência autônoma.

No próximo artigo procurarei analisar, de acôrdo com êste raciocínio, as reações da esquerda brasileira.

CORREIO DA MANHÃ
17 AGO. 1967
N8. PROCS. 931. fp. 44
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Guevara e a esquerda

Hermano Alves

Em seu livro clássico, *A Guerra de Guerrilhas*, Ernesto "Che" Guevara afirma o seguinte:

"Se um govêrno chegou ao poder através de alguma forma de voto popular, seja fraudulenta ou não, e se êste govêrno mantém, pelo menos, a aparência de Lei Constitucional, o levante de guerrilhas não pode efetuar-se [illegible] nha percorrido todos os caminhos possíveis de ação legal".

A análise da situação brasileira, de acôrdo com a realidade dos fatos, demonstra que não existem as condições essenciais para a aplicação dos métodos revolucionários propugnados (e muito alardeados pelas fôrças de direita, para as quais tais métodos têm o significado de confirmação histórica da sua posição favorável à subordinação do Brasil aos interêsses dos Estados Unidos) em Havana, na reunião da Organização Latino-Americana da Solidariedade.

Em *A Guerra de Guerrilhas*, Guevara também diz que não é preciso esperar-se, indefinidamente, pela criação de tôdas as condições objetivas e subjetivas para o desencadeamento de uma ação revolucionária. Mas êle próprio reconhece ser imprescindível a existência de um mínimo de condições para tal ação, se o movimento insurrecional quer contar com o apoio popular essencial à sua sobrevivência e ao seu êxito.

No Brasil, existe um processo eleitoral — embora viciado — em funcionamento. E, com tôdas as violações conhecidas, existe um sistema constitucional, admitido — de maneira implícita — por uma ponderável parcela da população. Além disso, nota-se uma resistência de caráter nacionalista dentro do próprio sistema imperante, que traduz as divergências naturais entre os interêsses do país e os interêsses da superpotência norte-americana.

Também as diferenças de regiões, as dificuldades de comunicação e a falta de uma organização atuante, de âmbito nacional (o MDB [illegible] vimentos de esquerda não têm unidade etc.), que permita o desencadeamento de uma ação oposicionista de caráter sistemático, são fatos que devem ser considerados.

Por outro lado, a repressão policial-militar não se exerceu — apesar de tudo — com violência comparável à que se assinalou em Cuba. Nem há figura do ocupante estrangeiro, uniformizado, com o idioma e outras características a diferenciá-lo da população local. Nem mesmo foi obtida, apesar da pressão norte-americana, a criação da fôrça interamericana permanente de paz ou de defesa.

A situação brasileira é complexa — muito mais complexa do que a situação de Cuba ao tempo do general Fulgêncio Batista e, evidentemente, muito diversa da situação do Vietnam sob a ocupação bélica e política dos Estados Unidos. O descontentamento geral ainda não pode ser capitalizado por qualquer grupo político, em têrmos nacionais. As fôrças política de esquerda, que construíram os seus castelos sôbre a areia, na radicalização de 1963-64, sofreram uma derrota muito séria e não conseguiram, até o momento, reorganizar-se em profundidade e apresentar uma liderança inspirada.

O espírito que presidiu a reunião da OLAS serviu, por enquanto, para a reiteração de um êrro, que é o da importação e/ou exportação de modelos revolucionários. Pior ainda, verificou-se que houve um esfôrço para a decretação de métodos, normas de ação etc. Tudo isso se fêz através de comparações impróprias entre a situação de tôdas as nações la[illegible] [illegible] Guerra Mundial, em Cuba, à época de Batista, no Vietnam atual.

A propósito de Cuba, vale a pena frisar um fato, muito citado na época em que Fidel Castro e Guevara ainda se encontravam nas montanhas, mas que, hoje em dia, é omitido com uma surpreendente freqüência por determinados setores da esquerda. O movimento anti-Batista, em Cuba, foi uma frente política, que incluía elementos dos partidos de tendência democrática-burguesa, e que tinha uma fôrça armada, do tipo *Partisan*, em operações. A principal fonte de suprimentos para essa fôrça era a indústria norte-americana. Excedentes de material bélico eram comprados nos Estados Unidos por homens de negócios que apoiavam o movimento armado. A plataforma política de Fidel era liberal e não incluía nenhuma palavra-de-ordem que previsse uma ruptura completa de Cuba com os Estados Unidos. Foi necessário todo um longo processo de luta, com recriminações mútuas, com a reforma agrária, as nacionalizações e as represálias norte-americanas, para que Castro, depois de implantado no poder, se declarasse marxista-leninista. E ainda hoje há dúvidas sôbre a veracidade da sua afirmativa de que, ao tempo em que estava na Sierra Maestra, já professava o marxismo-leninismo como filosofia política.

A tese sustentada em Havana, de que é urgente a imediata criação de novos Vietnames à retaguarda dos Estados Unidos, pode ser muito interessante, do ponto de vista da formulação teórica, mas talvez não atenda aos interêsses das esquerdas em outros países que não sejam Cuba e o Vietnam, hoje submetidos à pressão norte-americana, êste mais do que aquela. A trans[illegible] [illegible] formas e métodos (examinada, de modo minucioso, no artigo de G. Luís Araújo, na revista *Civilização Brasileira*, número 14) pode ocasionar a repetição de malogros como o da insurreição de Bela Kun, na Hungria, e do movimento frustrado que serviu de pretexto para a brutal repressão na Indonésia.

As contradições no raciocínio daqueles que preconizam a abertura de "uma segunda, uma terceira, uma quarta e muitas mais frentes contra o imperialismo" evidenciam-se no artigo que Paul Sweezy e Leo Huberman publicaram, na *Monthly Review*, em junho de 1966. Nesse mesmo artigo os autores reconhecem que estavam enganados, na análise de situação que fizeram cinco anos antes, pois "as mudanças em processo não foram, invariàvelmente, contra o capitalismo e a favor do socialismo" e que "o sistema capitalista-imperialista era e é capaz não só de conquistar uma ou outra vitória tática em sua retirada, mas também de preparar uma contra-ofensiva em larga escala". Dizem êles, ainda, que "a única coisa que poderia provocar um afrouxamento seria uma depressão econômica interna, mas tal eventualidade parece muito improvável enquanto não ocorrer uma prévia e substancial redução do orçamento militar e dos gastos públicos e privados no exterior". Mas, apesar disso, recomendam a abertura de várias frentes à retaguarda dos Estados Unidos, numa atitude curiosa, que procurarei analisar no próximo artigo.

N8. PROCSS. 131. 1P. 45

CORREIO DA MANHÃ
24 AGO. 1967

A visão real

Hermano Alves

A tese da luta armada — autêntica e purificadora — que se contraporia à luta política — conciliatória e, portanto, capitulacionista — como solução para a crise brasileira, não chega a ser, pròpriamente, uma tese. Trata-se, na realidade, de uma formulação, baseada em *slogans*, que revela a impaciência de uns tantos setores da esquerda e a frustração de outros. Não falta a esta formulação uma pitada de misticismo, sobretudo em algumas áreas da esquerda oriunda dos movimentos católicos de base. Já ouvi de um sacerdote a afirmação de que sòmente sangue derramado poderá purificar a sociedade brasileira, tão marcada pela injustiça e por aquilo que Emmanuel Mounier — o fundador de *L'Esprit* — classificava de "desordem estabelecida". Também há quem diga, com a mais reta das intenções, que o Brasil, no afã de evitar o derramamento de sangue, deixa de fazer história — uma história que se pretende caracterizar, de forma definitiva, através do uso da maiúscula indiscutível e inicial.

O problema é que a história não pode ser manipulada — por mais que certos neomarxistas queiram ignorar as opiniões de Marx, Plekhanov etc. e pretendam transplantar, de maneira mecânica, para o Brasil, métodos que foram utilizados em outros países e em situações diferentes. Qual a semelhança entre a situação brasileira e a da Argélia na fase final do colonialismo francês? E desde quando se devem usar no Brasil métodos de ação política e revolucionária que, para a conquista do poder, em Cuba, não foram, realmente, usados? Há, pelo continente, uma *nouvelle vague* revolucionária, fundamentalmente romântica e influenciada, também, pelo existencialismo. No Brasil, onde a esquerda tem apresentado os sintomas de um complexo de inferioridade por causa das dificuldades de organizar-se para a conquista do poder, estabeleceu-se, em certas áreas, uma distinção moralística entre os puros, que desejam a luta armada, e os impuros, que travam a luta política — como se a luta armada também não fôsse uma forma de luta política (nem todo mundo leu Clausewitz, autor que Lenine não dispensava) e como se esta não pudesse desembocar naquela.

A idéia da criação de focos insurrecionais, formados por pequenas unidades de guerrilheiros, que contariam com o apoio dos camponeses, exerce inegável fascínio sôbre alguns grupos, geralmente de origem e experiência urbanas. Não se trata de uma estratégia nitidamente delineada, pois ora se fala na criação de focos em várias regiões, que conseguiriam, por fim, unir-se, ora se afirma que a simples existência de um foco guerrilheiro, durante muito tempo, provocaria a derrubada automática do regime — talvez por ação dos gênios invisíveis da cidade a que se referia Ferrero. Durante muito tempo neguei-me a tratar, em artigo, dêste assunto. Mas, agora, quando agentes provocadores dos chamados serviços de informações já conseguiram tirar proveito da impulsividade e do desespêro (quando não os estimularam...) de uns tantos militantes de esquerda, torna-se imperativa a discussão do assunto, com a maior amplitude possível. Por enquanto, essa contraposição artificial da luta armada e da luta política apenas serviu para cindir as fôrças políticas de esquerda, no Brasil e noutros países da América Latina.

Há alguns anos, na Argentina, desenvolveram-se operações de guerrilhas, nas províncias mais próximas dos contrafortes andinos, sem qualquer resultado visível. O próprio Ricardo Masseti, amigo de Ernesto "Che" Guevara, jornalista que dirigiu a Agência Prensa Latina, participou dêsses movimentos, desaparecendo mais tarde. Presume-se que tenha morrido. Por outro lado, em Buenos Aires houve uma campanha de terrorismo urbano, desencadeada por elementos mais radicais do movimento peronista, que não modificou a situação do país. Pelo contrário, tais atividades apenas contribuíram para a aplicação de medidas repressivas que reforçaram a posição interna do poder militar — vinculado ao Pentágono — e impediram a formação de qualquer movimento de Frente Nacional que se baseasse na legalidade democrática, nas reformas da estrutura social e no desenvolvimento econômico autônomo. Foi preciso que se passasse o govêrno Aramburu—Rojas; que caísse o govêrno do presidente Arturo Frondizi; que surgissem os governos de José Maria Guido e de Arturo Illia; que houvesse a ascensão, nua e crua, do poder militar, subordinado aos interêsses estrangeiros (mas com profundas contradições internas), encarnado pelo general Juan Carlos Ongania, para que setores, cada vez maiores, pensassem na organização de uma verdadeira frente ampla. O radicalismo de classe média, que teve Hipólito Irigoyen como a sua figura mais expressiva, e o peronismo, baseado no movimento obreiro, procuram — finalmente — um entendimento através da troca de impressões entre Illia, Ricardo Balbin e o representante de Perón, o antigo ministro do Exterior Jerônimo Remorino. A plataforma básica para o entendimento inclui a anistia, a restauração da ordem legal e constitucional, a denúncia dos acôrdos petrolíferos, uma política nacionalista de desenvolvimento econômico e uma política externa de independência.

Não preconizo a transplantação mecânica da fórmula que se procura aplicar na Argentina, até porque foi no Brasil que se iniciou o processo de criação — difícil mas resistente — de uma frente ampla. Mas é conveniente assinalar-se que, na Argentina, a impossibilidade de um entendimento entre o radicalismo e o peronismo, a posição inconformada e dogmática da esquerda tradicional e, também, dos setores da chamada *Izquierda nacional*, criaram as condições essenciais à implantação de uma ditadura militar que subordina os interêsses do país às necessidades políticas, econômicas e estratégicas dos Estados Unidos. O quadro argentino é suficientemente claro para quem quiser estudá-lo com atenção e, através do seu exame, decidir-se a examinar, em têrmos de realidade, a situação brasileira. Se é imprescindível, do ponto-de-vista psicológico, a análise de uma situação externa, para fins de comparação com a situação interna, a fria visão de Buenos Aires talvez seja mais útil do que a ensolarada paisagem de Havana.

Nº Process. 131-1-p. 46
ANEXO N.º 104
Lançado em 20/10/1967

CORREIO DA MANHÃ

14 SET. 1967

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Verbas militares

Hermano Alves

A análise das verbas para o Exército, no orçamento-programa que o marechal Costa e Silva enviou ao Congresso, revela que com a aquisição de animais serão gastos no ano de 1968 189 mil cruzeiros novos enquanto 100 mil cruzeiros novos serão dedicados ao desenvolvimento de foguetes e mísseis.

O relator do orçamento, na parte do Exército, marechal Mendes de Morais, em seu parecer, afirmou que "as Fôrças Armadas fizeram uma revolução política, em 31 de março de 1964, e seu chefe, o marechal Castelo Branco, esqueceu-se de fazer a sua própria, a que já está em marcha no mundo inteiro, a revolução da arte da guerra". Tem o relator muita razão ao afirmar tal coisa. Êle mesmo revelou que o ministro do Exército, general Lira Tavares, teve que lutar para que não se fizesse a redução de 40% das verbas destinadas a sua Pasta, já que o Exército — com tal providência reclamada pelo ministro do Planejamento, sr. Hélio Beltrão — apenas serviria "para manter o *status quo*, isto é, manter a ordem interna, sem consideração alguma com respeito à defesa da nossa soberania".

Vale a pena assinalar dois aspectos nessa questão. Em primeiro lugar, outras pastas, que não a do Exército, serão atingidas pelos cortes no orçamento, ditados por medida de economia. Sem dúvida, isso representa um privilégio concedido ao Exército — o que servirá para a exploração política, justa ou puramente demagógica. Em segundo lugar, não há qualquer previsão, apesar da concessão dêsse privilégio, para uma modificação profunda das estruturas das Fôrças Armadas, de um modo geral, e do Exército, em particular. A simples — e até certo ponto simplista — comparação que acima fiz, entre o Exército do passado e o Exército do futuro, ao citar as verbas para aquisição de animais e as verbas para o desenvolvimento de foguetes e mísseis é significativa. Hoje, o Exército está dedicado à preservação do *status quo* social, econômico e político e, por via de conseqüência, se vê obrigado a manter, como pode, a sua estrutura antiquada.

A chamada revolução de março/abril de 1964, comprometendo o Exército com determinadas estruturas sociais, compromete também a própria evolução dêsse Exército. Não deixam de ser louváveis (embora um tanto patéticos, a esta altura dos acontecimentos) os esforços que muitos oficiais estão fazendo para que o Exército, em particular, e as Fôrças Armadas, de modo geral, procurem inserir-se na realidade mundial contemporânea através de uma incursão em profundidade no campo da tecnologia e da pesquisa. No entanto, os compromissos políticos obrigam os militares a deslocarem verbas cada vez maiores para atividades de espionagem interna, na preservação da atual ordem política e social. Que são os militares que fazem isso ninguém tem dúvida, uma vez que êles controlam a secretaria do Conselho de Segurança Nacional, o Serviço Nacional de Informações, as assessorias de Segurança Nacional em nove Ministérios e os órgãos de Polícia Política, federais e estaduais. E a coisa chega a tal ponto que as verbas previstas para o SNI, no orçamento-programa, são superiores a tôdas as verbas que o Govêrno, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas, pretende utilizar na pesquisa e desenvolvimento de atividades espaciais.

No momento em que a segurança nacional exige que o Govêrno dê a maior ênfase à aplicação da energia nuclear para fins pacíficos (cuja tecnologia é idêntica a da aplicação para fins bélicos), à pesquisa e desenvolvimento de atividades espaciais, à conseqüente formação e retenção de técnicos, ao desenvolvimento de foguetes e mísseis etc. verificamos que está ocorrendo o contrário. A velha estrutura militar, comprometida com a preservação da velha estrutura social e com um determinado tipo de política econômica refratário ao desenvolvimento rápido, prevalece na realidade orçamentária.

Assim, o corte de verbas para o desenvolvimento nuclear pacífico, justificado — aos trancos e barrancos — pelo ministro das Minas e Energia, general Costa Cavalcânti, transformou o discurso da Ilha Solteira, do marechal Costa e Silva, chefe do Govêrno, numa simples declaração de intenção. E a luta que o Itamarati trava para trazer de volta ao Brasil os técnicos que emigraram por motivos políticos ou de ordem econômica merece aplausos, mas será uma gôta d'água no mar da incompreensão enquanto não cessar a perseguição política e a Nação puder, sem temores, retomar o processo de desenvolvimento econômico. As duas coisas estão vinculadas — até mesmo porque a repressão constante às atividades políticas que se consideram subversivas é essencial à preservação de uma política econômica subordinada, em suas linhas gerais, às normas do Fundo Monetário Internacional, que, por sua vez, impedindo o aumento de salários e aumento de produção retardam o desenvolvimento econômico.

A crise do presente regime vai aprofundar-se, ainda mais, à medida em que as contradições se evidenciam de maneira muitas vêzes dramática. E não há, no quadro atual, contradição mais expressiva do que a que se evidencia nas Fôrças Armadas, entre os oficiais que já compreenderam que só o desenvolvimento econômico garante a segurança nacional e aquêles que ainda estão apegados ao *status quo* — tanto o social quanto o militar. O problema é que os oficiais que se convenceram da validade da mensagem desenvolvimentista do sr. Juscelino Kubitschek estão comprometidos, ainda hoje, com o rescaldo de um movimento político-militar que julgaram revolucionário mas que apenas serviu para estancar o desenvolvimento do País. E, como ainda têm mêdo de entes de razão tais como a subversão de que tanto falam, a chamada agitação estéril, o famoso revanchismo e a indefinida volta ao passado, julgam que o desenvolvimento econômico pode fazer-se sem o empenho de todo o povo, num passe de mágica de natureza tecnocrática — como uma operação planejada por um Estado-maior. Mas a realidade é outra e, no resultado final, as declarações de intenção colidem — flagrantemente — com o programa estratégico do Govêrno, com o orçamento-programa, com a passividade da maioria parlamentar, com a queda sensível dos padrões políticos e administrativos. E, feitas as contas, a União vai gastar mais dinheiro em vigiar subversivos em potencial (que deixariam de ser subversivos se o processo de desenvolvimento econômico fôsse retomado com apoio popular) do que com as atividades de modernização da estrutura militar brasileira, tão caras aos brios dos militares que reconhecem ter feito um movimento político e assumido responsabilidades na administração civil, sem inverter a relação atual entre as verbas para aquisição de animais e as verbas para o desenvolvimento de foguetes e mísseis.

CORREIO DA MANHÃ

28 SET. 1967

Nº. PROCSS. 131.1.p. 47

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

Realidade militar

Hermano Alves

CM 28

Há que distinguir entre Poder Militar e Fôrças Armadas — ambos com maiúsculas, sendo aquêle *de facto* e as outras *de jure*. As Fôrças Armadas são instituições nacionais em caráter permanente. A Constituição de 1946, que era democrática, já dizia isso. A Constituição de 1967, de inspiração militarista, repetiu êsse conceito que, apesar dela, é válido. O Poder Militar — com tôdas as maiúsculas possíveis e imagináveis — foi proclamado, oficialmente, pelo marechal Castelo Branco, pouco depois de assumir a Presidência da República. Trata-se de uma deturpação do verdadeiro papel das Fôrças Armadas na vida do País. Significa a intervenção militar permanente nos assuntos do Estado, baseada noutra deturpação: a deturpação do conceito de Segurança Nacional, que passa a abranger todos os aspectos da vida do povo (inclusive a intimidade de cada cidadão) e a justificar a ocupação virtual do Poder Executivo e o exercício da tutela das armas sôbre os Podêres Legislativo e Judiciário. As Fôrças Armadas, que devem guiar-se por aquela disciplina militar prestante que Camões dizia não se aprender — Senhor! — na fantasia, perdem a sua legitimidade de instituições nacionais permanentes, a partir do instante em que a psicose militarista do Poder Militar, privando-as da consciência dos seus deveres reais, transforma-as em dominadoras do País. Invertem-se os papéis e — como na definição anedótica da antiga Rússia — em vez do Estado que possui um Exército, temos um Exército que possui um Estado.

A tendência militarista prevalece, hoje em dia, no Brasil, menos pela vontade da maioria dos militares (refiro-me, sobretudo, aos quadros de oficiais) do que pela institucionalização do Poder Militar que ocorreu durante o govêrno do marechal Castelo Branco. Tal institucionalização se processou através da proclamação oficial da existência de um poder militar; da submissão dos Estados ao Govêrno central; da redução compulsória das prerrogativas do poder legislativo; dos inquéritos policiais-militares; da imposição de uma nova Constituição e da promulgação da Lei de Segurança Nacional como lei complementar, conquanto prévia ou antecipada. Dêsse modo, as próprias Fôrças Armadas tornaram-se prisioneiras do sistema criado sob a sua égide. E tal sistema só conseguiu implantar-se mediante a ruptura da disciplina militar, claramente expressa pelo surgimento de grupos de pressão dentro das Fôrças Armadas e pela subseqüente invasão dos postos administrativos civis por militares de carreira — reformados ou da ativa. E quando o Govêrno do marechal Castelo Branco estabeleceu que o militar que se candidatasse a cargos eletivos solicitasse transferência para a reserva, impediu que o Congresso sofresse tal invasão, mas estimulou a corrida de militares aos cargos administrativos civis. E são — precisamente — tais militares que ocupam cargos civis nos quadros de manobra do militarismo nascente, pois sabem que o restabelecimento, em plenitude, do poder civil, poderá alijá-los, em sua esmagadora maioria, das posições que hoje ocupam.

Há políticos que julgam que, com o passar do tempo, êsses militares que ocupam cargos civis poderão "apaisanar-se" (alguns dizem, maliciosamente, "civilizar-se") gradativamente — o que contribuiria para aliviar a tensão existente no País. Mas se êsses militares sabem que a modificação do sistema vigente poderá significar a perda das posições que ocupam, a tendência geral (há exceções, é claro) será a de se transformarem em defensores do *status quo*, em reformadores. Por êste lado, estabelece-se uma distinção natural entre o militar que ocupa o cargo civil e o militar que continua na tropa, mergulhado no anonimato — mal pago, impopular e sem perspectivas abertas para o futuro. Tal fato provoca um ressentimento inevitável entre os tropeiros disciplinados, diante dos outros, que aparecem como privilegiados. A maioria continua a servir em silêncio, cumprindo ordens dentro de uma estrutura militar antiquada e pouco eficiente. Muitos procuram uma solução psicológica em panacéias como a teoria da contra-insurreição, os exercícios antiguerrilhas, o estudo dos chamados fatôres psico-sociais, a ação cívica (expressão cunhada pelo Pentágono para definir um tipo de trabalho que, desde Rondon e outros, o Exército fazia sem alarde), inibidoras de uma revolução tecnológica das Fôrças Armadas, que só poderá realizar-se através da retomada real — e não verbal, como está ocorrendo — do processo de desenvolvimento econômico do País. Na França, o general De Gaulle conseguiu, com o impulso que deu à criação da *Force de Frappe* (anteriormente equacionada pelo primeiro-ministro Mendes-France), tirar o Exército da sua psicose colonialista, que o conduzira ao neofascismo, transformando-o numa fôrça moderna, vinculada aos setores mais avançados da tecnologia e da economia nacionais.

Mas não é todo dia que aparece um De Gaulle, que impediu que um exército de mentalidade retrógrada possuísse uma nação e fêz com que essa mesma nação — restaurada a confiança em si mesma — possuísse um exército de mentalidade moderna. No Brasil, alguns militares já perceberam, por estudo ou por instinto, que o desenvolvimento de uma tecnologia nuclear, em nosso País, abre novas perspectivas, não só para o desenvolvimento econômico rápido como também para a modernização da mentalidade militar. Os esforços que fazem merecem todo o estímulo possível, até mesmo porque, na luta pela implantação de tais concepções, êles começam a perceber que nada podemos esperar das superpotências — muito especialmente dos Estados Unidos, que procuram controlar todos os exércitos das nações latino-americanas, dentro da estreita bitola dos seus interêsses imperiais, para a dominação dessas mesmas nações. Ainda recentemente, a Fôrça Aérea Brasileira, que precisa reaparelhar-se, pensou em comprar aviões "Mirage" na França. Chegou a mandar uma missão a Paris. Mas as autoridades norte-americanas vetaram tal aquisição, assim como conseguiram vetar, recentemente, a aquisição de aviões "Canberra", na Grã-Bretanha, pela Fôrça Aérea do Peru. O argumento é, sempre, o mesmo: o de que tais compras provocariam uma corrida armamentista na América Latina. Mas a realidade é outra: os Estados Unidos querem manter a sua hegemonia no mercado mundial de armamentos — hoje calculado em 10 bilhões de dólares por ano — e o seu monopólio, no que concerne ao fornecimento de armas e equipamentos às fôrças militares latino-americanas. Por isso, é acertada a decisão da Marinha do Brasil de reaparelhar-se com material fabricado exclusivamente em nosso País. E a decisão do atual ministro do Exército, general Lira Tavares, de proibir a absorção, pelo Exército, de equipamentos no exterior, quando existam similares nacionais, merece um exame atento por parte de todos os interessados na renacionalização das fôrças armadas do País.

Nº PROCSS. 131.1 p. 48

ÚLTIMA HORA
14 SET. 1967

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Caso JK comprova que há despreparo

BRASÍLIA (UH) — O Ministro da Justiça, Gama e Silva, foi acusado ontem pelo Deputado do MDB, Hermano Alves, de não estar preparado para exercer o cargo, tendo em vista o episódio da intimação do Sr. Juscelino Kubitschek para depor sôbre sua participação na Frente Ampla em uma dependência da Polícia Federal, na Guanabara.

O Sr. Hermano Alves disse que o Ministro Gama e Silva "vem exercendo o cargo de maneira atrabiliária, porque como jurista falta-lhe competência e como político não tem trânsito nas áreas da política nacional".

Sugeriu o deputado do MDB carioca que o Marechal Costa e Silva, "num estalo de Vieira, devolva o Ministro da Justiça a São Paulo, onde por certo continuará provocando prejuízos, mas o Estado é forte e pode suportar o impacto". Disse o Sr. Hermano Alves que, se lutar pela volta das eleições diretas significa subversão, líderes do Govêrno, como os senadores Carvalho Pinto e Nei Braga, a maioria da Arena, todo o MDB e agora os integrantes da Frente Ampla estão unidos pela subversão".

DESAGRAVO DO MDB CARIOCA

Em nome do MDB carioca, o Deputado José Colagrossi falou em desagravo ao Sr. Juscelino Kubitschek, afirmando que "ao ser chamado a depor perante uma autoridade de quinto escalão, Kubitschek não ia só. Com êle iam também todos os brasileiros que sentem que êste País precisa ser transformado, dando uma reviravolta de uma vez por tôdas".

— A Nação inteira assistiu de coração sangrando a ingratidão sofrida por êste homem — disse o Sr. José Colagrossi —, que não mais pertence ao Brasil; a êsse homem cujas atitudes e cuja administração à frente da nossa República deu a êste País uma perspectiva que nunca lhe havia sido dada, lançando o Brasil no futuro. Êsse homem fêz com que acreditássemos em nós mesmos, fêz com que a democracia fôsse mantida neste País, embora no seu Govêrno os homens que hoje ocupam o poder, os subversivos de ontem e que hoje continuam conspirando, fôssem mantidos na plenitude dos podêres que a democracia lhes garantia".

FALTA DE BOM-SENSO

Em resposta às declarações do Ministro da Justiça, de que o Govêrno considera a Frente Ampla como uma conspiração, porque defende soluções políticas contra a Constituição, o Deputado Davi Lerer disse que o Ministro Gama e Silva "demonstra uma aflitiva e exasperante falta de bom-senso, porque em idêntica situação está o MDB, que não só já apresentou projeto para restabelecer as eleições diretas, como inclui em seu programa, como primeiro item, a reforma da Constituição".

— E igualmente conspiradores — afirmou o Sr. Davi Lerer — devem ser considerados os Srs. Carvalho Pinto e Abreu Sodré, além de outros arenistas, todos favoráveis à eleição direta e por isso contrários ao texto da Constituição.

EURICO VAI RESPONDER

O Senador Eurico Rezende anunciou ontem no Rio que assumirá hoje a liderança do Govêrno no Senado, em substituição ao Senador Daniel Krieger, que está no exterior, e imediatamente responderá ao discurso do seu colega oposicionista Josafá Marinho, que acusou o Govêrno de transgredir a atual Constituição ao convocar o ex-Presidente Juscelino Kubitschek para depor numa dependência policial.

N8. PROCSS. 131. 2p. 49

CORREIO DA MANHÃ

ANEXO N.º 109
LANÇADO EM 21/11/1967

05 OUT. 1967

A rotina da violência

Hermano Alves

Há três anos e meio que funcionam — como instrumentos de ação política governamental — os inquéritos policiais-militares instaurados pelo movimento de março-abril de 1964. Em nome do Govêrno, o sr. último de Carvalho, na Câmara Federal, afirmou que só existem, em Brasília, oito prisioneiros políticos, enquadrados em inquéritos policiais-militares. No exercício eventual da liderança do partido do Govêrno, o sr. último de Carvalho esforçou-se para obter informações seguras sôbre as prisões políticas no Distrito Federal e no Estado de Goiás. No entanto, as autoridades militares só lhe forneceram os nomes de cidadãos que tiveram decretada a sua prisão preventiva. Sôbre os demais, reina o mais absoluto silêncio oficial.

Mas há, pelo menos, uma subunidade do Exército a efetuar prisões em cidades goianas, por conta de uma guerrilha imaginária. E, em Brasília, ocultos por essas mesmas autoridades militares, existem outros prisioneiros. Na semana passada, uma fonte segura calculou em 70 ou 80 os presos políticos na área da Capital federal. Divulguei tal informação pedindo esclarecimentos ao Govêrno e partindo do pressuposto de que tal situação não pode continuar no País. O sr. último de Carvalho sugeriu que o partido oposicionista — o MDB — fizesse um levantamento dos nomes dos prisioneiros que julga existir sob custódia do Exército ou das diversas Delegacias de Ordem Política e Social (as DOPS) nos Estados. Mas a Oposição não tem meios para obter informações exatas, pois as prisões, na sua maioria, são realizadas de surprêsa, por autoridades que contam com os recursos necessários à movimentação rápida e ao encarceramento sigiloso.

Por outro lado, especialmente em Brasília, existe um aspecto que merece nota. Muitas famílias evitam — enquanto podem — divulgar que os seus membros foram presos. Algumas dizem que "descrêem" da ação oposicionista ou da reação da imprensa. Outras reconhecem que têm esperança de que a inocência dos seus familiares seja comprovada nos inquéritos policiais-militares; de que as autoridades se dêem por satisfeitas com a discrição dos presos e das suas famílias; de que "a onda passe" e tudo acabe voltando ao normal. Há quem considere "degradante" o eventual envolvimento de seus familiares em inquirições dessa natureza, pois dizem respeito aos dois entes de razão tão caros ao movimento de março/abril de 1964; a "corrupção" e a "subversão", que resumem tôda a filosofia governamental de segurança do Estado e de segurança nacional.

Tudo, em Brasília, depende do Estado, direta ou indiretamente. E muitos dêsses "envolvidos" são funcionários, contratados, concessionários, técnicos, dependentes do Estado, etc. Sofrem perseguição sistemática, no momento, pessoas da classe média, prêsas à típica moralidade de classe média e para as quais a prisão política é humilhante. São funcionários públicos, estudantes, professôres, etc. Na maioria, depois da repressão inicial, procuraram refazer as suas vidas, em Brasília e em Goiás. A mentalidade de província (e Brasília tem, sob certos aspectos, mentalidade provinciana) é diferente daquela mentalidade que prevalece numa cidade de espírito cosmopolita, como o Rio de Janeiro.

E' o que também ocorre em Curitiba, no Paraná, segundo informações que tenho recebido. O coronel Ferdinando de Carvalho, tristemente famoso pela sua obsessão inquisitorial e pelo seu exibicionismo, conseguiu "reativar" um inquérito policial-militar e passou a efetuar prisões políticas. O coronel Ferdinando foi o autor daquele inquérito sôbre as atividades comunistas no Brasil que concluiu por arrolar, entre indiciados, o sr. Negrão de Lima, atual governador da Guanabara. Demonstrou a sua inépcia, com inquiridor, ao chegar a tais conclusões — o que não impediu a Biblioteca do Exército de gastar dinheiro dos contribuintes para editar, em livro, os resultados do trabalho do coronel. Foi premiado, quando devia merecer punição.

Em Brasília, segundo o Govêrno, havia apenas, nos últimos dias, oito presos políticos. No entanto, um estudante, que já recebera um *habeas-corpus*, foi despachado para Juiz de Fora.

A ordem judicial foi descumprida. Outros presos para lá foram mandados, quando começaram as denúncias. Cinco ou seis (não conheço o número exato) foram soltos às pressas e recambiados para Goiás. E há casos típicos de violência caracterizada. O caso do IPM sôbre os transportes coletivos de Brasília, há o caso do sr. Geraldo Campos, acusado de mentor das greves políticas naquela emprêsa, no ano de 1963. Duas testemunhas o acusam. Uma delas, segundo os autos do inquérito, diz que o sr. Campos "seria" o mentor de tais greves. A outra afirma que soube, "por ouvir dizer", que êle tem idéias comunistas.

Outro caso é o do sr. Adauto Bezerra. O deputado David Lerer, do MDB, foi visitá-lo, levando um médico da Câmara dos Deputados. O sr. Bezerra está prêso no Hospital Militar, com guarda à porta. Trata-se de um diabético, que necessita de cuidados especiais. O médico da Câmara (o deputado Lerer também é médico), prescreveu-lhe uma dieta especial. Mas, por determinação do coronel Epitácio Cardoso de Brito, o prisioneiro não teve dieta especial, pois "não há verba para isso". No sábado, a mãe do prisioneiro foi visitá-lo. Trata-se de uma senhora de idade avançada. Mas não pôde entrar no quartel porque se esquecera de pôr na bôlsa a sua carteira de identidade.

São detalhes, dirão alguns. O bom marechal Costa e Silva de nada sabe. Está convencido de que a situação já se normalizou e de que o regime democrático implantou-se, em plenitude, no Brasil. Mas são detalhes reveladores porque se multiplicam ao longo do território nacional. No Rio, durante a reunião do Fundo Monetário Internacional, o DOPS chegou a alugar apartamentos para esconder estudantes presos. Querem provas? Não acredito que o DOPS as forneça por escrito. Quem manda no DOPS? É o governador? Claro que não. São as autoridades militares. Que autoridades? Ninguém diz, ninguém informa ninguém esclarece. Essas autoridades se manifestam, à distância, por telefonemas, que orientam a ação dos policiais. Mas o presidente Costa e Silva também não sabe. Ou, se sabe, não presta atenção, não interfere, não se interessa.

O pior, em tudo isso, é a indiferença. Todo mundo, no govêrno, enche a bôca com citações da *Populorum Progressio* como se houvesse qualquer relação entre o espírito do papa Paulo VI e a mentalidade policial-militar que representa o regime e, portanto, define o Govêrno. Entretanto, de Norte a Sul do País, três anos e meio depois do movimento de março-abril, há uma população flutuante nas prisões políticas, há interrogatórios intermináveis, há coação sôbre famílias de prisioneiros (chegam a capturar reféns), pois a violência institucionalizou-se, de maneira permanente, ao ponto de transformar-se em rotina.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

N8-PROCSS. 131-2p.50

CORREIO DA MANHÃ

12 OUT. 1967

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Homem e mito

CM 12

Hermano Alves

A julgar pelas fotografias, parece que se trata — mesmo — de Guevara. Mas diante do espalhafato que o govêrno da Bolívia está fazendo, cabem tôdas as dúvidas possíveis e imagináveis. Inclusive porque as autoridades norte-americanas (até o instante em que estas linhas eram escritas) não deram a última palavra sôbre o assunto. E, sem a menor dúvida, a última palavra deve caber a essas autoridades porque, na Bolívia, o surto de guerrilhas transformou-se, em tempo relativamente curto, numa mini-guerra norte-americana. A tropa boliviana de operações especiais foi treinada pelos *Rangers* norte-americanos. Funcionários da *Central Intelligence Agency* — a CIA — interrogaram Regis Debray e outros prisioneiros. E, em princípios dêste ano, quando surgiram as primeiras notícias sôbre a possível participação de *Che* Guevara no movimento guerrilheiro boliviano, o general Vernon Walters, então adido militar norte-americano no Brasil (hoje se encontra no Vietnam), fêz uma viagem de observações à fronteira do nosso País com a Bolívia. Como as autoridades norte-americanas controlam a situação naquêle país vizinho e dispõem de maiores recursos no que diz respeito à coleta de informações, não custa esperarmos mais um pouco, antes de acreditar no que dizem as fotografias.

Mas se Guevara — de fato — morreu, a coisa muda de figura. O ministro do Exterior do Brasil afirmou que "a morte dos mitos arrefece as guerrilhas". E acrescentou, prudentemente, referindo-se ao govêrno de que faz parte, que "nem por isso devemos afrouxar as nossas atenções". Está cometendo um êrro. Se Guevara morreu, com êle morre o mito de um Guevara vivo e onipresente, a exercitar uma inesperada ubiqüidade — verdadeira encarnação do mitológico Kilroy que os marinheiros, na Segunda Guerra Mundial, encontravam em tôda parte e que foi celebrado em verso por Peter Viereck e, por êle, comparado a Deus. Mas não morre um outro Guevara, cujo mito vai espalhar-se pelas Américas — o de um nôvo herói bolivariano, de uma segunda guerra de independência, contra o mais poderoso dos impérios.

Para os Estados Unidos, Guevara morto é muito mais perigoso do que Guevara vivo. Se é verdade que o famoso guerrilheiro argentino, cubano ou — melhor seria dizer — latino-americano participava do movimento na Bolívia, as suas possibilidades de êxito eram poucas. Quem lê a guerra de guerrilhas (livro proibido em nosso País desde antes do movimento de março/abril de 1964) verifica que as condições essenciais para a vitória de um movimento dêsse tipo ainda não existem, apesar dos generais René Barrientos e Alfredo Ovando, na Bolívia. As autoridades bolivianas, dispostas a tirar vantagem da presumível morte de Guevara, trataram o corpo com revoltante desrespeito, como se tratasse de um cangaceiro ou de um *gunfighter* do Oeste norte-americano. O tratamento dispensado ao corpo do guerrilheiro morto lembra o que os volantes brasileiros deram ao cadáver de Lampião ou traz à memória as fotografias dos bandoleiros mortos, em fins do século passado, no *far-west* dos Estados Unidos.

Pode ser que a morte de Guevara — se é que houve — sirva, como diz o ministro do Exterior do Brasil, para arrefecer as guerrilhas, por algum tempo, na Bolívia e, mesmo, noutros países. Entretanto, o mito de um homem que deu a sua vida, espontâneamente, por idéias de libertação da América Latina, não morre com a sua morte, mas nasce com ela, mais vigoroso ainda. Diante de tão singular figura de morto (se está morto) curvam-se todos aquêles que aspiram à emancipação política, econômica e social da América Latina e que divergiam filosòficamente ou, tão-sòmente, em questões de natureza tática. Insere-se Guevara na lista dos grandes latino-americanos mortos e que inclui figuras tão diversas de estilo, formação, período, origem e tendências quanto Zapata, Jorge Eliecer Gaitan, Vargas, o padre Camilo Tôrres e Sandino — o general de homens livres, como o classificou Gregório Selser.

Os cidadãos norte-americanos, que se recordam dos fatos da história dos Estados Unidos (e existem muitos, a lutar contra uma visão imperial do mundo que procura sufocar os impulsos mais nobres da civilização implantada na América do Norte), sabem quão importante foi, como mito, a figura de John Brown, o guerrilheiro do Kansas que se levantou em armas pela libertação dos escravos e que, por isso, morreu na fôrca. A canção popular John Brown's Body, de autor anônimo, cantada por soldados negros norte-americanos, na guerra de secessão, continua tão atual quanto ontem, enriquecendo o folclore daquele país e incorporando-se, em nossa época, ao Fol Singing e às modernas canções de protesto. Há homens que crescem com a morte e, se para os Estados Unidos, John Brown foi um dêles, para os latino-americanos, Guevara também vai ser. Deixará de ser o representante de um grupo diferenciado das esquerdas da América Latina para tornar-se patrimônio comum a todos os que aspiram à real emancipação dos povos submersos do Continente. Deixará de ser o Partisan de um grupo determinado a implantar a luta armada — e, inda assim, uma fórmula peculiar de luta armada — como única solução, para tornar-se legenda universal.

Diante da sua morte presumível esquecem-se os erros cometidos pela revolução cubana e pela sua política externa que, muitas vêzes, beirou o infantilismo de esquerda. Até os seus últimos textos políticos, tão controvertidos e tão eivados de certas simplificações que explicariam o seu malôgro na Bolívia, são relegados ao olvido diante da exibição indecente do seu corpo e da propaganda frenética com que os generais Barrientos e Ovando buscam impressionar a opinião pública do continente. Pior ainda — para as autoridades dos Estados Unidos — a morte de Guevara poderá transformar-se noutro obstáculo às idéias de eventual conciliação de interêsses entre a nação norte-americana e as Nações da América Latina. Marxistas, não-marxistas e, inclusive, antimarxistas verão em Guevara um símbolo das frustrações da juventude latino-americana, em face de uma ordem feudal sustentada pelo militarismo com apoio externo. Vivo, Guevara era um marxista que pertencia a um grupo diferenciado que provocava reações intensas na esquerda latino-americana. Morto, transfigura-se, com suas barbas e a sua asma crônica, com a sua coragem e a sua vida ascética, num herói do nacionalismo em tôda a América Latina. Do ponto de vista histórico, é bem possível que os tiros que mataram Guevara (se é que o mataram) saíram pela culatra e feriram, de morte, aquêles que os dispararam.

Nº PROCESS. 131.1.P.51

TRIBUNA DA IMPRENSA
11 NOV. 1967

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

POLÍTICA DE BRASÍLIA

DÍLSON RIBEIRO

Oposição não crê em boatos e diz que congresso continua

A ameaça de fechamento do Congresso foi o grande tema em debate, ontem, nos círculos políticos de Brasília. O MDB fêz sucessivas reuniões que se estenderam até altas horas da noite. Na oportunidade, o sr. Hermano Alves revelou fatos de estarrecer, inclusive a existência de um documento que vem circulando entre os oficiais da Marinha sôbre a situação interna do Uruguai, ressaltando a responsabilidade do Brasil na manutenção da ordem pública naquele país. Quanto aos rumôres de que existem grupos interessados na desmoralização da Câmara e Senado, através de um plano que teria o seu desdobramento numa seríssima crise institucional, o partido oposicionista chegou à conclusão de que não há dados concretos para aceitar como válidas estas informações. Pelo menos é esta a posição do sr. Mário Covas, que prefere não acreditar em fantasmas. Mas o sr. Hermano Alves não tem o mesmo ponto de vista. Entende o parlamentar carioca que as nuvens estão se condensando e que o caminho começa a fechar-se para o MDB e para as fôrças hostis ao Govêrno. Se o desfêcho será a supressão do Congresso, não é fácil prever. O que é tido como certo — pelo menos em fontes dignas de crédito — é que o próximo ano trará problemas sérios para o regime em que vivemos. A superação dessas dificuldades vai depender, em grande parte, do marechal Costa e Silva e sua habilidade, da conduta de seu Govêrno em face de algumas teses mais explosivas.

2-NOV.1967

CORREIO DA MANHÃ

N8. PROCSS. 131.1, p. 52

Lugar-comum

Hermano Alves

O general Ernesto Geisel, ministro do Superior Tribunal Militar, resolveu — três anos depois — dar explicações sôbre os resultados da sua missão de setembro de 1964, nas prisões militares de Recife, Salvador, Fernando de Noronha, Rio de Janeiro e São Paulo. Naquela ocasião, por ordem do presidente da República, marechal Castelo Branco, o general Geisel, que ocupava o cargo de chefe do Gabinete Militar da Presidência, visitou as prisões militares para saber qual o tratamento que era dispensado aos presos políticos. Vários jornais — inclusive e sobretudo o CORREIO DA MANHÃ — denunciavam maus tratos e, até mesmo, torturas infligidas a prisioneiros políticos. O general Geisel voltou a Brasília dizendo que tais denúncias não tinham fundamento. Passaram-se três anos e, na Câmara dos Deputados, quando a comissão de deputados que foi a Juiz de Fora revelou que dez prisioneiros, a esta altura dos acontecimentos, afirmam que foram torturados, o nome do general Geisel foi mencionado por dois representantes — o sr. Márcio Moreira Alves e eu. Não tenho por hábito estabelecer polêmica com autoridades, nesta página — preferindo, para isso, a tribuna da Câmara, sempre que considero necessário. Mas, neste período de minirecesso, em que a Câmara está silenciosa, julgo imprescindível um esclarecimento do que se disse sôbre o general Geisel, naquela sessão, e do que está dizendo, agora, o general Geisel, a propósito da sua missão.

Afirma o general que houve calúnia. Na realidade, houve acusações bem fundamentadas — e muito lógicas. Eu afirmei que o general Geisel se omitira, não aprofundando, como devia, as suas investigações. O sr. Márcio Moreira Alves corrigiu-me, dizendo que o general Geisel mentira à opinião pública, pois tivera provas de que havia torturas e maus tratos mas dissera exatamente o contrário. E a comprovação de tudo isso está no próprio depoimento que o general Geisel acaba de fazer aos demais ministros do Superior Tribunal Militar. Em primeiro lugar, êle reafirma que estêve em Recife, Fernando de Noronha, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo *entre* 15 e 21 de *Setembro* do ano de 1964. Assim, dedicou apenas seis dias a essa viagem a tão variados pontos do território nacional — quatro capitais e uma ilha-presídio. A investigação foi, sem dúvida, superficial. Mesmo assim, como bem esclareceu o sr. Márcio Moreira Alves, em seu livro *Torturas e Torturados*, o general Geisel soube de torturas, mas calou. Agora, o próprio general diz que "um reduzido caso em que havia indícios de torturas, na área de Pernambuco, foi comunicado ao general-comandante da 7ª Região Militar, tendo essa autoridade informado, detalhadamente, que já estavam sendo objeto das necessárias averiguações em IPM e em sindicâncias oficiais". Diz o general que "a prática dessas torturas, segundo as queixas formuladas, teria ocorrido na fase inicial da revolução (dia 2 de abril de 1964, relativamente a Gregório Lourenço Bezerra) e não se teria estendido além de 10 de maio do mesmo ano".

Assim, verifica-se que, mesmo superficialmente, o general Geisel comprovou a veracidade de alguns dos fatos denunciados. E, no entanto, ao dar explicações à imprensa, naquela época, o general abriu as comportas de uma campanha de propaganda governamental que visava a demonstrar a improcedência das denúncias. Houve clara intenção, por parte do Govêrno, de desmentir as acusações que se faziam a determinados oficiais das Fôrças Armadas. Os historiadores do futuro, quando compulsarem as páginas dos jornais brasileiros, na busca de fatos sôbre aquêle período de repressão e agonia, terão notícia de inúmeras denúncias, muitas bem fundamentadas (como os documentos firmados pelos prisioneiros do Centro de Informações da Marinha, publicados no CORREIO DA MANHÃ) e outras fragmentárias, sôbre maus tratos e torturas. Não será com a explicação que agora publica que o general Ernesto Geisel modificará o juízo dos contemporâneos e as conclusões dos historiadores futuros.

Há outro aspecto a considerar. Até hoje, esperase a divulgação dos resultados nas averiguações sôbre torturas, em Pernambuco — se é que houve averiguações. O fato é que ninguém foi punido e nenhum documento foi divulgado. E, depois da missão Geisel, houve novas denúncias que não mereceram investigação. O próprio general Geisel, entre as providências que diz ter sugerido às autoridades militares, inclui "maior rapidez" na conclusão do IPM de Recife, organização de uma comissão local "para investigar as condições em que estavam sendo mantidos os prisioneiros políticos" e, também, "acionamento da Legião Brasileira de Assistência para ampla assistência aos familiares dos presos". Não sei se aquêle IPM de Recife, a que se refere o ministro, foi concluído com rapidez. O fato é que os inquéritos continuaram a funcionar e até hoje novos inquéritos são abertos, como êsse IPM de Curitiba, do coronel Ferdinando de Carvalho. Quais as conclusões da comissão pernambucana — se é que ela chegou a conclusões? E qual foi a ajuda que a LBA deu a famílias de prisioneiros? O general Geisel permaneceu, na chefia do Gabinete Militar, até março de 1967 e, entretanto, não dá sinais de se ter interessado pelo assunto, como era da sua obrigação. Parece-me ter, pura e simplesmente, lavado as mãos.

Não é com prazer que discuto um assunto dessa natureza, nem por facciosismo político. A tortura é um assunto repugnante. Tenho, porém, a obrigação de clamar, incessantemente, até porque novos fatos estão surgindo, novas violências se cometem, novos inquéritos policiais-militares se instauram, novas ameaças irrompem, a tôda hora. E o pior é que a rotina da violência pode torná-la lugar comum, assunto proibido nas conversas, por ser assunto chato, monótono e cansativo. Cria-se um verdadeiro fatalismo, pois os responsáveis continuam impunes e as vítimas acabam por conformar-se com o papel de vítimas. Não raro, na Câmara e fora dela, tenho ouvido argumentos tais como "isso já passou" ou, mesmo, aquela teoria segundo a qual "se êles tivessem ganho seria muito pior". A violência contra prisioneiros é inaceitável, do ponto de vista moral, por mais esporádica que seja (é não foi êste o caso brasileiro), em qualquer regime e em qualquer época. A condenação da violência e da repressão é um dever de todo homem, sobretudo do homem investido de alguma parcela de autoridade. Há o problema dos prisioneiros de Juiz de Fora, que já mereceu um ofício do sr. Oscar Passos, presidente do MDB, ao ministro do Exército, general Lira Tavares. Há os casos de Curitiba e, também, a invasão da casa do sr. José Gomes Talarico, recentemente ocorrida, a violação de correspondência, a gravação de conversas telefônicas etc. Institucionaliza-se a violência, de maneira gradativa, por omissão de muitos homens responsáveis — inclusive por omissão do general Geisel.

N8. PROCSS. 131. 1 P. 53

CORREIO DA MANHÃ

16 NOV. 1967

A previsão

Hermano Alves

A análise da situação nacional, que tive a oportunidade de fazer, na semana passada, durante uma reunião da bancada oposicionista, na Câmara dos Deputados, provocou uma série de reações nos meios governamentais. De repente, o próprio chefe do Govêrno, marechal Costa e Silva, sentiu-se na obrigação de fazer um discurso, no porta-aviões Minas Gerais (respondendo mais ao sr. Carlos Lacerda do que a mim), para dizer que repudia as ditaduras — como se o seu Govêrno não fôsse uma meia-ditadura, baseada no regime híbrido, de preservação simultânea das aparências e das violências, que se implantou no País depois de 1964. O líder do Govêrno no Senado, sr. Daniel Krieger, desmentiu as previsões — que eu não fiz, nesses têrmos de um golpe de Estado no mês de junho de 1967. Outros figurões (e, até mesmo, algumas figuretas) do Govêrno também contestaram as minhas previsões. Cheguei, até mesmo, a ser criticado, em editoriais, por alguns jornais. Tudo isso não deixa de ter o seu aspecto pitoresco e, sem dúvida, revelador. Considero muito significativa a reação frenética das autoridades constituídas (embora mal constituídas, como todo mundo sabe) diante de uma advertência como a que fiz. É por isso que aproveito esta oportunidade para esclarecer alguns pontos que considero fundamentais.

Em primeiro lugar, tenho a convicção de que é o poder militar — representado pelo alto comando do Exército e por diversos grupos de pressão existentes nas Fôrças Armadas — quem governa o País. No entanto, já se evidencia o malogro dêsse tipo de regime híbrido em que a cúpula militar enfeixa todos os podêres e exerce tutela virtual sôbre tôdas as atividades públicas. A melhor coisa que o poder militar ofereceu ao País foi um govêrno incoerente, em que as divergências entre os ministros se evidenciam a cada dia que passa; em que o problema da sucessão presidencial já foi suscitado com incrível antecedência (provocando uma grande irritação no marechal Costa e Silva, como êle próprio confessou, há dias); e em que não se assinala um esfôrço real para a retomada do processo de desenvolvimento econômico. As divergências entre os ministros são muito conhecidas, envolvendo os titulares das Pastas de Minas e Energia, Relações Exteriores, Indústria e do Comércio, Trabalho, Planejamento, Fazenda etc. e o chefe do Govêrno não consegue imprimir uma diretriz segura à sua administração, por faltar-lhe a necessária diligência. Não compreendeu êle — que também é um prisioneiro do sistema que ajudou a criar — que, depois do sombrio — mas coerente — govêrno do marechal Castelo Branco a Nação estava a reclamar uma mudança geral de rumos e de atos.

O marechal Costa e Silva procurou transformar-se em parte, no anti-Castelo, sobretudo naqueles instantes difíceis em que lutou por sua eleição indireta e, mais tarde, por sua posse, mas, no segundo semestre de 1967, depois da morte do marechal Castelo Branco (que, de acôrdo com depoimentos pessoais que recolhi, não acreditava que o marechal Costa e Silva reunisse as condições necessárias para ficar no poder até o fim do mandato), o atual presidente tentou castelizar-se, também em parte. Em suma: acabou ficando numa espécie de limbo político e ideológico, não sendo carne nem peixe, democrata ou ditador, reformista ou conservador, partidário do desenvolvimento ou da contenção. Desagradou a todo mundo — embora procurasse, sempre, preservar o chamado dispositivo militar. Há um fato muito expressivo, que se refere ao aumento do funcionalismo. O presidente não atendeu às propostas do ministro da Fazenda, que só admitia o aumento do funcionalismo civil e militar no segundo semestre de 1968. Argumentou êle que podia enfrentar estudantes e operários, a imprensa e a igreja, mas não queria afastar-se da sua gente. Noutras palavras: dos militares. Assim, o funcionalismo civil vai receber um aumento inferior aos índices do aumento do custo de vida, só porque se impõe o reajustamento das vantagens e dos vencimentos da burocracia militar.

Por outro lado, há a introdução de fatôres inflacionários profundos numa economia em recesso (ou, como se diz, francamente, em recessão); observada pelo economista norte-americano Rozenstein Rodan, que visitou o Brasil durante a reunião do Fundo Monetário e que trocou idéias com muitos colegas brasileiros. E foi êsse economista quem fêz a previsão de uma crise para o próximo ano — e crise grave. Essa previsão foi apoiada por vários dos seus interlocutores, uns mais cautelosos, outros menos. As contradições do Govêrno, além disso, serviram para a criação de novas áreas de atrito entre o Brasil e os Estados Unidos — atritos pela metade, que também não satisfazem a ninguém. Assim, na política de fretes marítimos, no caso das negociações sôbre aviões com a França, na questão do café solúvel e no equacionamento da questão nuclear, a prevalência de certos impulsos nacionalistas (prontamente contestada por impulsos no sentido contrário, dentro do próprio Govêrno), as divergências entre Washington e Brasília se evidenciam. E, no presente estágio de paralisação da economia, a simples ameaça de redução da chamada ajuda externa torna-se muito perigosa para o atual Govêrno.

Outro aspecto a considerar é o conflito latente entre Poder Militar e Congresso. Por lógica e até por instinto, os cabeças do Poder Militar sabem identificar o inimigo em potencia — pelo menos aquêle que está mais perto. E quem está mais perto, no plano institucional, é o Congresso. Trata-se de um Congresso predominantemente conservador mas — por uma dessas contradições muito curiosas que caracterizam o quadro brasileiro — de tendência nacionalista. E o sentimento antimilitarista no Congresso é um fato que não pode ser contestado — seja porque há muita gente cansada de representar um papel puramente secundário, seja porque os militares abiscoitam as melhores nomeações, seja porque já se percebem no ar os ventos da mudança. A coisa mais comum é ouvir-se um congressista intimamente vinculado ao Govêrno dizer, à meia-voz, que "os militares não querem entregar a rapadura". Hoje, porém, os primeiros sinais de rebelião apontam, aqui e ali, dentro do próprio sistema político e eleitoral criado pelo regime implantado em 1964 e aprofundado pelo golpe da Vila Militar, em 1965. E o Poder Militar sabe que por pior que uma Assembléia seja — ou tenha sido — ela sempre tem condições, em determinadas circunstâncias, de reagir. A mesma convicção que, em França, cumpriu tôdas as determinações de Robespierre, acabou por guilhotiná-lo. Há numerosos exemplos históricos — inclusive no Brasil — que demonstram tal coisa.

Se o Poder Militar, numa fase crítica, ao evidenciar-se o seu malôgro, sentir que a terra pode fugir-lhe aos pés, o seu impulso natural será o de desfazer-se do Congresso e o de completar, por assim dizer, a chamada revolução de março/abril de 1964. Foi esta a análise que fiz e que aqui repito. Quanto a saber se o Poder Militar, em tais circunstâncias, manteria a sua unidade, é outra história.

NR. PROCSS. 131.1.P.54

- 1 FEV. 1968

ANEXO N.º 119
LANÇADO EM 2 / 2 / 1968

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

A prontidão

Hermano Alves

Por mais que o Govêrno se esforce — agora — para minimizar os fatos, a verdade é que as Fôrças Armadas foram mobilizadas por ordem do marechal Costa e Silva, presidente da República, e por iniciativa do alto Comando do Exército, para sufocar um movimento revolucionário que irromperia, simultâneamente, em Minas e São Paulo. Temia o Govêrno que a aliança café com leite (a esta altura talvez uma simples mistura de café solúvel com leite desnatado), se reproduzisse, em têrmos bélicos, a esta altura dos acontecimentos. Não se tratava apenas do pronunciamento que o sr. Carlos Lacerda faria em São Paulo, mas de uma soma de informes (e não de informações) que puseram o Govêrno em pânico. Assim, o sr. Jânio Quadros voltava a admitir a hipótese da sua participação na Frente Ampla; o senador Josafá Marinho, que com êle estivera, anunciava um discurso, no Senado, que precederia o pronunciamento do sr. Carlos Lacerda; o sr. Mário Covas fazia outro tanto; a crise do café solúvel provocava inquietação nos meios econômicos de São Paulo; a Fôrça Pública de São Paulo resistia (e ainda resiste, mas em têrmos legais) ao seu contrôle pelo Exército; a Polícia Militar de Minas adotava (e continua adotando) posição semelhante; o sr. Abreu Sodré, governador de São Paulo, iniciava uma ação política, por conta própria, junto a certas áreas da Oposição; o sr. Israel Pinheiro, governador de Minas, que não conseguiu que determinadas reivindicações fôssem atendidas pelo Govêrno, preferia não hostilizar a reunião da Frente Ampla em Belo Horizonte. Todos êsses sinais foram interpretados, pelo Govêrno, como prenunciadores da deflagração de um movimento revolucionário. O jornal *O Estado de São Paulo*, em seu editorial, de 30 de janeiro, afirma que, na reunião do alto Comando do Exército, em Petrópolis, o marechal Costa e Silva entregou um papel ao ministro do Exército, general Lira Tavares, em que era feita referência "a uma sublevação da Fôrça Pública de São Paulo em conjunto com a Polícia Militar Mineira, sublevação para a qual estariam articulados o sr. Carlos Lacerda, o sr. Juscelino Kubitschek e o sr. Ademar de Barros". Por mais absurdo que pareça, êsse papel "sem a chancela de nenhuma repartição, nem muito menos o protocolo do Serviço Secreto do Exército", anunciava que a revolta irromperia no dia 27 "e começaria pela prisão, seguida da execução sumária", do governador de São Paulo. Só quando se reuniu a cúpula do III Exército, no Rio Grande do Sul, para examinar o assunto, é que alguns oficiais desconfiaram da veracidade dos informes contidos no papel fornecido pelo marechal Costa e Silva. Um oficial viajou para Petrópolis e ouviu do presidente que "um informante particular" lhe dera tais notícias. Diante disso, para salvar a face do Govêrno, a prontidão foi mantida em meio a uma inevitável atmosfera de galhofa. Vários jornais que tinham estas informações hesitaram em publicá-las, não por mêdo de repressão, mas por considerá-las inacreditáveis — dado o ridículo da história. Mas o fato é que a versão de *O Estado de São Paulo* não foi desmentida e, até nos meios políticos governistas, muita gente está dando risadas com a *gaffe* cometida pelo grupo dirigente do País.

O marechal Costa e Silva, recentemente, andou citando D'Annunzio, numa carta. Dizem as más línguas que, ao receber o original da carta, das mãos de um dos seus *ghost-writers* palacianos, o presidente indagou se D'Annunzio não era "aquêle general italiano que substituiu Mussolini". Seja ou não verdade, conviria que o presidente pensasse menos em D'Annunzio e Badoglio e lesse um pouco de Ferrero, sobretudo aquêle ensaio *O Poder*, em que é discutido o problema da legitimidade dos governantes. Segundo Ferrero, o govêrno ilegítimo sente-se na obrigação de criar aparelhos policiais e repressivos concêntricos, acabando por organizar a polícia que fiscaliza a outra polícia que, por sua vez, fiscaliza uma terceira polícia — e assim por diante, como naquele velho anúncio do almanaque de *O Pensamento* em que aparecia um sujeito com cara de almanaque, dentro de cujo almanaque havia outro almanaque e mais outro, até o infinito. Assim, o brigadeiro Brandini controla, no Ministério do Trabalho, o coronel Passarinho. O coronel Meira Matos controla, no Ministério da Educação, o professor Tarso Dutra. O general Turola, no mesmo Ministério, quer controlar a ideologia dos funcionários. O general Portela, no chamado Conselho de Segurança Nacional, quer controlar todos os ministros de Estado, pretendendo que se dirijam a êle antes mesmo de se dirigirem ao próprio presidente da República. Os serviços secretos militares controlam o DOPS que, por sua vez, controla os cidadãos. Já o SNI controla os telefones de todo mundo, inclusive dos políticos governistas. E, apesar de tantos contrôles, o marechal Costa e Silva tem necessidade de "um informante particular" para saber do que ocorre. O resultado não poderia ser outro: essa prontidão rigorosa sem motivo algum, por conta de uma trama revolucionária que não existia. Os governos ilegítimos são vítimas do mêdo que a própria ilegitimidade provoca. Lògicamente, passam a ver fantasmas em todos os cantos. Pior ainda, expõem ao ridículo as Fôrças Armadas. Quem causou maior prejuízo às Fôrças Armadas, em todos êstes episódios, foi o próprio Govêrno militarista que diz falar em nome delas.

Diz o comandante do II Exército, general Sizeno Sarmento, que houve insultos "contra tôda a nossa organização". Não houve coisa alguma. E o general sabe muito bem disso. Há mais de três anos que políticos, intelectuais, estudantes etc. criticam o militarismo, que é uma deturpação da tradicional missão das Fôrças Armadas (que não foram feitas para governar o País), e a reação da cúpula militar dominante é sempre a mesma. Trata-se de uma reedição da atitude que se atribuía, nos meios políticos, ao general Góis Monteiro, há duas décadas. Quando alguém criticava o general Góis, dizia-se, êle corria a afirmar que estava insultando o Exército. Na verdade, o que todo mundo pretende — MDB, Frente Ampla e, inclusive, grande parte da ARENA — é que a intervenção militarista acabe. E que as Fôrças Armadas voltem ao seu devido lugar de cumpridoras das determinações do Poder Civil — democràticamente escolhido, com anistia, com eleições diretas, com a revogação da Lei de Segurança, com a Reforma Constitucional etc. Diz o general Sizeno, textualmente: — "Não voltaremos aos quartéis porque dêles jamais nos afastamos." O general Sizeno foi interventor no Amazonas e, mais tarde, secretário de Estado na Guanabara. O general Geisel, se não me engano, foi interventor da União num grupo de emprêsas industriais. A administração civil está povoada de oficiais — da ativa e da reserva — enquanto a maioria dos quadros da oficialidade continua, anônimamente, sem acumulação de vencimentos, sem projeção social, a trabalhar nos quartéis — e a suportar prontidões descabidas como a que ocorreu outro dia.

N8. PROCSS. 131, P. 55.

5

TRIBUNA DA IMPRENSA

25 MAR. 1968

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

MDB TAMBÉM FOI PRA FRENTE NO ABC

11 15

O deputado Hermano Alves foi dos oradores do comício de São Caetano do Sul que falaram em nome do MDB, unindo-se ao sr. Carlos Lacerda, na nova arrancada da Frente para a frente, no sul do País.

28 MAR. 1968
CORREIO DA MANHÃ

N8. PROCSS. 131 fp. 56
6

A prisão do coronel

Hermano Alves

A prisão do coronel Rui Castro é um dos fatos políticos mais significativos da presente crise brasileira. Por que foi prêso o coronel? Não por ter feito um pronunciamento sôbre questões políticas, pois muita gente, no Exército, tem emitido opiniões sôbre êsses assuntos sem sofrer punição de espécie alguma. Não há exemplo mais expressivo do que o do capitão José Ribamar Zamith, que derrubou prefeitos no Estado do Rio, que cultivou um tipo de popularidade às avessas, sendo premiado, mais tarde, com a sua indicação para um curso em escola do Exército dos Estados Unidos, em Maryland. Vários oficiais superiores e até mesmo subalternos fizeram declarações contra o partido legal de oposição — o Movimento Democrático Brasileiro — sem que o ministro do Exército, general Lira Tavares, mexesse uma palha. Mas, agora, o pronunciamento do coronel Rui Castro, preconizando a indicação de um político civil para a sucessão do marechal Costa e Silva, provocou as iras do atual chefe do Govêrno e do seu *alter ego* — o taciturno general Jaime Portela, secretário do Conselho de Segurança Nacional. A conclusão é lógica: o coronel Rui Castro foi punido por se ter insurgido contra a linha militar (ou seja: militarista) de sucessão. Foi punido por ter deixado claro que essa mesma linha militarista de sucessão governamental, desde que mantida, a ferro e fogo, incompatibilizará, em definitivo, o Exército com o resto da Nação, cobrindo de ridículo os militares. É claro que o coronel não disse a coisa nos têrmos em que eu a coloco. Mas é o que está implícito nas suas declarações, que eu considero, do ponto de vista político, muito tímidas, se comparadas com as aspirações gerais do povo.

Dirão alguns (sempre há gente disposta a fazer qualquer papel) que estou exagerando quando digo que um pronunciamento de militar a favor da redemocratização do País sofre punição enquanto outros pronunciamentos de militares, a favor do regime atual, merecem prêmios oficiais. Há exemplos de atitudes militares absolutamente incompatíveis com o verdadeiro senso do dever das armas que têm merecido prêmios. Não há caso mais expressivo do que a recente promoção do coronel Meira Matos ao generalato. O coronel Meira Matos, em São Domingos, esqueceu tudo que aprendera na Fôrça Expedicionária Brasileira que serviu na Itália. E, ao comandar a tropa de assalto que invadiu a Câmara dos Deputados, transformou-se num personagem sinistro que a História do Brasil não esquecerá. Disse-se, inclusive, que o coronel Meira Matos estêve na Bolívia, em Camiri, vestido de *ranger* e falando inglês, para verificar se Che Guevara estava, realmente, morto. Pelo menos alguns jornalistas afirmam tal coisa — testemunhas que foram da trágica farsa que se seguiu ao assassinato daquele prisioneiro de guerra. Há outros exemplos muito marcantes. Quero, apenas, citar o exemplo dessa comemoração anual do movimento político-militar de março/abril de 1964, oficializada pelo Exército. O ministro Lira Tavares acaba de determinar, seguindo o figurino, que essa data que marca a desunião dos brasileiros e o início de um período de repressão policial, de cassações de mandatos, de inquéritos policiais-militares intermináveis, de organização de um sistema de espionagem interna (o Serviço Nacional de Informações, cujo regulamento é secreto, de acôrdo com um decreto publicado pelo marechal Castelo Branco), de alienação das riquezas e da autonomia brasileira, seja festejada em todos os quartéis.

Há um monstruoso anacronismo em tudo isso. No momento em que até políticos comprometidos com todos os atos do marechal Castelo, como o sr. Luís Viana Filho, governador da Bahia, falam em pacificação, o ministro do Exército determina que se comemore a data da vingança e do revanchismo — pois trata-se, no fundo, de revanchismo, puro e simples. Já tive ocasião de citar um trecho do admirável helenista inglês, Gilbert Murray, em que êle, referindo-se a certos costumes da Grécia Antiga, dizia que os monumentos de guerra, erigidos pelos gregos, para comemorar vitórias, eram — na maioria dos casos — de madeira. Não eram reparados nem cuidados para que, com o tempo, desaparecessem da memória dos cidadãos — desaparecendo com êles a memória dos velhos ódios e ressentimentos. Aqui, no Brasil, procura-se cultivar, oficialmente, o ódio e o ressentimento, comemorando-se uma data que, para muitos, foi a data da violência, e para outros é a data das ilusões perdidas. E tal coisa ocorre para que o marechal Costa e Silva continue a manter, pela inércia das armas, uma situação intolerável para todos os brasileiros, tanto para os que sofreram com o movimento de março/abril quanto para os que — por vários motivos — acreditaram na sua validade.

O coronel Rui Castro não disse nem a metade do que afirmou, no domingo, o general Poppe de Figueiredo. O general Poppe, hoje na reserva, não pode (pelo menos teòricamente) sofrer punição disciplinar. Mas logo os porta-vozes governamentais procuraram desmoralizá-lo, dizendo que êle não era, em março/abril de 1964, um revolucionário "autêntico". E quem era "autêntico"? O general Costa e Silva, que julgando a situação perdida, no Rio, pensava em fugir para São Paulo, no iate de um conhecido industrial paulista? O general Castelo Branco que, por telefone, tentou dissuadir o general Olímpio Mourão de sublevar-se em Minas? Ou é "autêntico" êsse mesmo general Mourão que já disse, no Superior Tribunal Militar e fora dêle, tudo que o general Poppe afirmou no domingo? Ou será "autêntico" o general Peri Bevilacqua, que tomou posição, com muita antecedência, contra o Govêrno do presidente João Goulart, quando tantos "autênticos" ainda hesitavam? Quem ignora que o general Peri já disse, com palavras candentes, tudo que está dizendo, agora, o general Poppe? Não quero, sequer, referir-me a certos chefes militares considerados contrários ao sistema que se implantou, como o marechal Henrique Lott e o marechal Hesckett Hall. Quero, apenas, frisar que, nos dias que correm, um coronel é punido por ter dito uma verdade, enquanto vários generais, picados pela môsca azul, consideram que a Presidência da República é sòmente outro pôsto da hierarquia militar e fazem manobras — de verão e de inverno — para galgá-lo, sôbre os destroços do Poder Civil.

Nº. PROCESS. 131.1.957 360

CORREIO DA MANHÃ

23 MAIO 1968

ANEXO Nº 129
LANÇADO EM 24/5/1968

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Help!

Hermano Alves

Quando o sr. Juscelino Kubistchek foi aplaudido, com entusiasmo, no baile do Muncipal, o Serviço Nacional de Informações preparou um relatório, que enviou à Presidência da República, dizendo que alguns amigos do ex-presidente tinham comprado centenas de convites para distribuir a adversários do Govêrno, convenientemente mobilizados para tal demonstração de aprêço. O relatório, como qualquer pessoa de juízo sabe, foi mentiroso. Mas revelou um fato muito interessante: o fato de que o SNI prefere cuidar da bajulação a tratar da informação.

Outro exemplo curioso é o da pesquisa de opinião pública sôbre o Govêrno, promovida pelo próprio Govêrno. Segundo ela, a maioria da população, nos centros urbanos mais importantes, considera um primor de simpatia êsse ilustre marechal pangloss que ocupa a chefia nominal do Govêrno. É a técnica da auto-sugestão, levada às últimas conseqüências. O marechal Costa e Silva está convencido de que o seu Govêrno é formidável. Convenceu-se, também, de que o povo gosta muito dêle — mareçhal Costa e Silva. Diante disso, o chefe virtual do Govêrno, que é o general Jaime Portela, apresenta uma pesquisa de opinião que mostra que o marechal Costa e Silva está com a razão.

Tudo isso — na realidade — apenas comprova o que todo mundo já sabia: que o Govêrno está muito satisfeito com o Govêrno. E se há jeito (e verba nos cofres públicos), o próprio Govêrno se encarrega de promover alguns fatôres psico-sociais positivos. Não é esta a expressão da moda, nos meios oficiais? Os chamados fatôres psico-sociais, descobertos pela Escola Superior de Guerra (que está preparando, segundo informes que circulam por aí, outra descoberta sensacional, a do ôvo de Colombo), servem para tudo, inclusive para aquela roupa nova do imperador a que se referia Andersen, no seu clássico da literatura infantil.

Querem uma prova? na Mensagem nº 14, que promove a cassação da autonomia de 68 municípios, lá estão os fatôres psico-sociais. O relator da Mensagem, deputado João Roma, repete a definição de segurança nacional da própria Mensagem (é o Govêrno repetindo o Govêrno), que é a seguinte: — "Segurança nacional é o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas, psico-sociais, econômicas e militares, o Estado proporciona à Nação que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos internos e externos." É a linguagem de Cantinflas erigida em filosofia de govêrno — o que não deixa de ser uma experiência revolucionária, pelo menos no que concerne à semântica.

Para não fugir ao figurino, o relator invoca a geopolítica, citando um respeitável (já falecido) mestre brasileiro, o prof. Everardo Backeuser, de tendência direitista, e um neofascista austríaco, naturalizado norte-americano e vinculado ao Pentágono, o prof. Strausz-Hupe — êste último evidentemente comprometido com aquêle tipo de militância anticomunista profissional que tanto sucesso fêz, nos Estados Unidos, no período do senador Joseph (não Eugene) McCarthy. E, com tais citações, o relator chega à conclusão de que são de interêsse da Segurança Nacional (e, portanto, não devem ser autônomos) os municípios que se situam na faixa de fronteiras e os municípios que se situam na orla marítima.

Faltam, apenas, os municípios que se situam entre a faixa de fronteiras e a orla marítima. Em suma: todos os demais. No entanto, se os fatôres psico-sociais continuarem a agir com tanta rapidez nos corredores palacianos e no âmbito do alto comando, demonstrando que o povo está muito satisfeito com o govêrno, mas que, paradoxalmente, a Segurança Nacional está em perigo por causa dos "antagonismos internos e externos", a autonomia dos demais municípios (e Estados) será cassada, mais cedo ou mais tarde. É um estranho govêrno, o do Brasil atual. O coronel Otávio Medeiros, do inquérto policial-militar de Minas, procurou demonstrar, numa longa exposição aos deputados que foram visitar os estudantes aprisionados, que o perigo de subversão é iminente. Mas o Govêrno diz que as pesquisas mostram que o povo está relativamente satisfeito e considera simpático o marechal Costa e Silva.

Em janeiro, o marechal Costa e Silva determinou a prontidão do Exército — evidentemente por causa dos "antagonismos internos e externos". Quando houve a crise estudantil, o general Cunha Garcia, comandante interino do primeiro Exército, publicou uma ordem do dia alarmista e ameaçadora. Os fatôres psico-sociais estão — ao que tudo indica — fazendo alguma malandragem com o pobre Govêrno do marechal Costa e Silva. Basta examinar-se o calendário. Em janeiro, prontidão rigorosa, inclusive contra os banhistas de Copacabana. Em meados de março, alegria geral no Govêrno, pelo primeiro aniversário do Govêrno. Em meados de abril, enquanto o marechal Costa e Silva se divertia no Rio Grande do Sul, pânico geral no Govêrno, com o ministro da Justiça, prof. Gama e Silva, a propor nôvo Ato Institucional. Em fins de maio, alegria geral no Govêrno, por causa da pesquisa de opinião.

As flutuações da psicologia governamental são rápidas e profundas. Há algo de misterioso em tudo isso. Em primeiro lugar, os trabalhadores que ganham salário mínimo (e que são a maioria esmagadora da classe) continuam, segundo o Govêrno, satisfeitos. Só não aplaudem o sr. Delfim Neto porque estão muito preocupados em aplaudir o coronel Jarbas (*little bird*) Passarinho. Em segundo lugar, apesar da extraordinária simpatia do marechal Costa e Silva e do apoio popular que o Govêrno assinala, movem-se céus e terras, no Congresso e fora dêle, para que se estabeleçam novas medidas de segurança. O chefe do Govêrno não vai a canto algum sem que um grande aparato de defesa pessoal se ponha em movimento.

A impressão que o observador leigo tem é a de que, se o Govêrno está certo, alguém está procurando estragar a festa. Serão os comunistas ou os portadores de convites do baile do Municipal? É o caso de promover-se uma investigação do SNI. Quem sabe se os culpados não são êsses famosos fatôres psico-sociais, tão invocados mas tão pouco conhecidos? Talvez valesse a pena abrir-se um IPM contra os próprios fatôres psico-sociais, para segurá-los pela gola — se é que êles têm gola. Por falar nisso, onde está o general Meira Matos? E os antagonismos, onde estão os antagonismos?

N8. PROCSS. 131.68
ANEXO N.º 131
LANÇADO EM 05/06/1968.
1.226
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

O SR. HERMANO ALVES:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos assistindo, a cada dia, a evidentes sinais de desagregação do regime que se instituiu no Brasil em abril de 1964. Vai fazer quatro anos que êste regime se instalou no Brasil, êste regime que significa, na realidade, do ponto de vista histórico, a culminância das aspirações retrógradas e reacionárias da classe dominante no Brasil representada por uma minoria político-militar que empalmou o poder.

Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, sugerir ao Sr. Ministro do Exército, General Lira Tavares, que, por uma iniciativa mínima de pudor e propriedade, em homenagem à memória do estudante Lima Souto, a quem chamavam Duda, em homenagem aos anseios da juventude brasileira, mandasse suspender as comemorações que determinou no âmbito do Exército a propósito do 4º aniversário dessa farsa monstruosa a que se deu o nome de revolução.

Sr. Presidente, eu me referia aos sinais de desagregação, que me parecem cada vez mais evidentes, sinais de desagregação de tôda uma ordem política e social que procura manter-se pela fôrça, que procura sustentar-se, como nos tempos de decadência,

Diário do Congresso Nacional
nº 48 - Seção I - de 30 Mar 68
página 939

apelando para o recurso dos pretorianos.

Senhor Presidente, repentinamente abrem-se as entranhas da classe, dominante e verifica-se o horror da matança indiscriminada de índios para a posse de terras, da qual são cúmplices diretos ou indiretos alguns dos mais expressivos representantes, da categoria política que domina o País.

Vemos, de repente, o censor, o representante da chamada moralidade revolucionária, ser identificado como outra pessoa, como se, numa comédia ou numa farsa talvez monstruosa, já sumissem as identidades e aparecessem apenas as máscaras. De repente a Nação descobre que aquêle que falava em nome da classe dominante, em nome da minoria político-militar, na censura às artes, no que diz respeito à moral e à ética, era um foragido da Justiça que cometia crimes de falsidade ideológica. Vimos, Sr. Presidente, o próprio Ministro da Justiça dêste regime reconhecer que um quinto das terras brasileiras já está alienado em mãos de estrangeiros, sem que esta classe dominante tenha condições de oferecer uma formulação jurídica ou tenha vontade de garantir a integridade e a soberania nacionais. Vimos um govêrno que in-

[illegible] (Muito bem!)

[illegible] ilegalmente das classes mais [illegible] sociedades da sorte [illegible]

Assim procedendo, o Sr. Ministro da Saúde estará prestando um grande e inestimável serviço à causa nacional, impedindo que os favores da iniciativa do meu Estado, [illegible] em debatido as autoridades aduaneiras [illegible] e departamentos com que se [illegible] de um problema social dos mais [illegible] Govêrno Federal e o do Ceará, [illegible] teleral ao acôrdo firmado entre o [illegible] para conjurar, dando cumprimento [illegible] os recursos de que necessitam o [illegible]

Nº PROCSS. 137. fp. 59

CORREIO DA MANHÃ

18 ABR. 1968

Tôrre de Babel

Hermano Alves

A guerra psicológica contra as fôrças oposicionistas desencadeou-se, nos últimos dias, com grande intensidade. Trata-se da conseqüência lógica da crise interna nos meios governamentais — crise que vai aprofundar-se cada vez mais. A guerra psicológica, que visa a restringir ao Congresso a área de ação do MDB e a impedir que as fôrças políticas que se uniram em frente ampla (também em crise, neste momento) procurem reagrupar-se, nada mais é do que a continuação dessa contra-ofensiva que o Govêrno iniciou com a Portaria n.º 177, do Ministério da Justiça — a portaria que reativou o Ato Institucional número 2. Um vice-líder do Govêrno, o sr. Último de Carvalho, em discurso provocador, afirmou que as fôrças da Oposição, de um modo geral, procuram desmoralizar as classes armadas. E, embora reconhecendo que há grupos de extrema direita, na área governamental, interessados em extirpar os últimos vestígios de sistema democrático (o Congresso, a Imprensa etc.), resolveu advertir os oposicionistas de que estão "chuçando a onça com vara curta". A onça, ao que tudo indica, é o general Jaime Portela, o verdadeiro ditador administrativo que procurou, por ocasião das manifestações dos estudantes, pôr em funcionamento um esquema nacional de repressão. Outro político, o senador Dinarte Mariz, resolveu afirmar — depois de ter dito o contrário — que a Constituição de 1967 deve ser reformada. Não disse como, mas sugeriu qualquer coisa na linha do sistema mexicano (de partido único) ou do sistema francês, de plenos podêres. Já o sr. Clóvis Stenzel, que se tornou famoso como porta-voz de um grupo de militares mais exacerbados — o grupo sediado em Brasília —, não só considerou obsoleto o sistema federativo (e isso na hora em que o sr. Abreu Sodré, governador de São Paulo, manifestava os primeiros sinais de inconformismo com a situação, no que foi imitado pelo governador do Maranhão, sr. José Sarnei, e pelo governador do Paraná, sr. Paulo Pimentel), como anunciou um progressivo enrijecimento da posição governamental. Como se tudo isso não bastasse, alguns membros da cúpula do MDB, como os senadores Oscar Passos, Aurélio Viana e Camilo Nogueira da Gama, decidiram classificar de subversiva a Frente Ampla e afirmar que o partido oposicionista não pode trilhar o "caminho da subversão".

Curioso é que tais declarações coincidiram não só com o edito governamental que determinou o fechamento da Frente Ampla como, também, com a decisão do Govêrno federal de reativar o processo de impugnação dos mandatos de sete deputados federais e de dois deputados estaduais por São Paulo — todos acusados de atividades subversivas. Não passa dia sem que ameaças de tôda ordem sejam endereçadas aos políticos mais atuantes da área oposicionista — ameaças de cassação, pura e simples, de fechamento do Congresso, de dissolução dos partidos existentes, de intervenção nos Estados, contra o sr. Negrão de Lima, contra o sr. Abreu Sodré etc.

Enquanto isso, o marechal Costa e Silva, chefe (pelo menos nominal) do Govêrno, depois de afirmar, a vários políticos, que está disposto a governar com a Constituição, se puder, e sem ela, se fôr necessário, resolveu manifestar, ao sr. Agnaldo Rayol, as suas preferências em matéria de música popular brasileira. E o comando do Primeiro Exército, depois daquela nota apressada e descabida do general Cunha Garcia, negando as sevícias infligidas aos srs. Rogério e Ronaldo Duarte, resolve investigar a procedência das acusações. A balbúrdia generalizou-se na área governamental onde as contradições tornam-se cada vez mais evidentes. A fase da auto-sugestão, em que os membros do Govêrno, a começar pelo sr. Costa e Silva, diziam que tudo estava ótimo, que o mel jorrava das torneiras e que o milênio chegara, através da manipulação de dados imaginários, parece encerrada. Talvez sòmente o sr. Costa e Silva acredite nos efeitos miraculosos dessa auto-sugestão que lembra o velho método Coue, segundo o qual o remédio para a cura de uma dor de cabeça seria a firme convicção de que não há dor de cabeça. O sr. Hélio Beltrão, ministro do Planejamento, adota o método Coue ao afirmar que, na economia, tudo vai bem. Na política é que tudo — segundo êle — vai mal. Como se a política nada tivesse a ver com a economia e vice-versa.

Dizem, nos meios governamentais (onde a boataria é geral), que o sr. Delfim Neto, ministro da Fazenda, já advertiu os responsáveis (quem são êles?) que um enrijecimento político-militar retardaria a aplicação de capitais estrangeiros num montante de 300 milhões de dólares. Creio que êsses 300 milhões de dólares são tão reais quanto os dados sôbre o custo de vida que a Fundação Getúlio Vargas costuma publicar e nos quais ninguém acredita, ou quanto as promessas do sr. Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho, ou as cifras oficiais sôbre o crescimento do produto bruto nacional. Na área governamental, o espírito de Versailles foi substituído por uma atmosfera de Tôrre de Babel, na qual uma estranha multiplicidade de idiomas não consegue esconder, entretanto, os sinais de pânico, de incompreensão e de raiva. O sistema está em crise, o Govêrno está em crise, a chamada revolução está em crise — simplesmente porque não houve revolução, não há Govêrno e não se pode dar o nome de sistema ao que se implantou no País depois de 1964.

O problema é que a cúpula das Fôrças Armadas assumiu as responsabilidades de govêrno no Brasil confiando em que contaria — eternamente — com apoio externo (Aliança para o Progresso, tratamento de nação mais favorecida, etc.) e com o apoio da classe média, tão influente na formação da opinião pública. E, no entanto, malogrou no Govêrno. O apoio externo é mais aparente do que outra coisa, neste instante em que os Estados Unidos também experimentam uma grave crise, em que a retração dos investimentos é uma realidade, em que a grande imprensa norte-americana passa a criticar uma intervenção militar que antes era considerada admirável, sob todos os aspectos. E a classe média cansou-se de repressão, tensão, violência, guerra psicológica, exacerbação militarista etc.

A revolta estudantil é um sinal típico dêsse descontentamento da classe média diante de um regime que pretendeu, em dado instante, vestir o uniforme do general De Gaulle mas acabou usando os bigodes do general Ongania. A intervenção militar no Govêrno já não interessa mais a ninguém — nem à burguesia, nem à classe média, nem aos Estados Unidos, nem à maioria da corporação política, que vive se queixando, depois de se ter submetido a todos os vexames. Um nôvo golpe de Estado — o chamado "enrijecimento" — pode recompor, por algum tempo, a face perdida da chamada revolução. Mas será, ao que tudo indica, por pouco tempo, pois é difícil enrijecer-se uma coisa que já apodreceu.

N8. PROCSS. 131/P.60
D.360
CORREIO DA MANHÃ
5 SET 1968
5 SET 1968
ANEXO N.º 138
LANÇADA EM 10/9/1968
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

A verdadeira subversão

Hermano Alves

Quase uma semana depois, o chefe do govêrno decidiu nomear, para a apuração do que houve na Universidade de Brasília, exatamente o funcionário que tinha a obrigação de saber tudo uma semana antes — o general Garrastazu, chefe do Serviço Nacional de Informações. Ontem, na Câmara dos Deputados, o líder governista, sr. Ernâni Sátiro, chegou a usar como argumento, para explicar a demora do marechal Costa e Silva em tomar providências, a consternação provocada pela morte, num desastre de automóvel, do filho do sr. Rondon Pacheco — aliás um rapaz muito estimado. O argumento não tem qualquer validade e o sr. Sátiro não podia de forma alguma utilizá-lo, até por uma questão de respeito à memória do rapaz e ao sofrimento de sua família. A invasão da Universidade ocorreu na quinta-feira passada, pela manhã. O acidente que vitimou o jovem Sérgio Rondon ocorreu no domingo, à noite. E só ontem o marechal Costa e Silva decidiu nomear o general Garrastazu. Ainda no domingo, o chefe do Govêrno sentiu-se à vontade para dar um pulo em Anápolis, surpreendendo os dirigentes da ARENA local ao declarar-se, jovialmente, "um inxerido". Naquele mesmo instante, no hospital Distrital de Brasília, havia três estudantes feridos, um dêles entre a vida e a morte, um outro com uma bala na perna e um terceiro sofrendo das faculdades mentais, pois fôra torturado (inclusive com a simulação de fuzilamento) por elementos da Polícia Militar. Era preferível que o marechal Costa e Silva fôsse mais "inxerido" nos assuntos do seu Govêrno, para impedir que tais coisas acontecessem.

Agora, o chefe do Govêrno diz que episódios dêste tipo não se repetirão. Mas não garante a punição dos responsáveis pelo que ocorreu. E é muito difícil garanti-la, pois todos os indícios demonstram que a invasão da Universidade de Brasília, por companhias de infantaria da Polícia Militar armadas de metralhadoras, fuzis e mosquetões (os professôres da universidade, nos últimos dias, retiraram balas das paredes, a um metro de altura do chão, o que prova que a tropa atirou para matar e que só por milagre não atingiu mais gente), sob o comando de oficiais do Exército, foi decidida de acôrdo com os planos de combate à chamada guerra revolucionária. É a própria doutrina repressiva do Govêrno que está em jôgo — doutrina que se assenta em pronunciamentos repetidos dos mais altos chefes militares e em documentos de Estado-Maior. São os próprios elementos da confiança do Govêrno, que formam o chamado "dispositivo de Brasília", os principais responsáveis. Oficiais da Polícia Militar, delegados da Polícia Federal e numerosos oficiais das Fôrças Armadas, em Brasília (isso para não falarmos em reações semelhantes no Rio e em outras áreas), estão manifestando a sua indignação com o que ocorreu. Havia, inclusive, oficiais do Exército cursando a universidade. Ao lado do estudante Valdemar, que foi atingido por uma bala na testa, estava um capitão do Exército, também estudante, que podia ter morrido durante a operação bélica.

Foi evidente a intenção de se obter um determinado efeito psicológico com a invasão da universidade, considerada um reduto de elementos subversivos. Há muito que o "dispositivo de Brasília" implica com a teimosia dos estudantes e dos professôres, que consideram o *campus* um território livre, no qual ninguém devia ser prêso. A má vontade evidenciou-se na nota que a Polícia Federal (general Bretas e outros) publicou e na qual se afirma que o substituto do reitor desaconselhou a prisão de estudantes no *campus*. Só que na nota o substituto do reitor é chamado de "o indivíduo em tela". A subversão chega a ser, também, estilística. O quadro de disparates é completo e seria cômico se não houvesse feridos, em estado grave, e se o episódio não tivesse traumatizado a população de Brasília e a opinião pública brasileira. Creio que muita gente ainda recorda o telegrama que o coronel Passarinho, ministro do Trabalho, passou ao coronel Otávio Aguiar, de Minas, que prendera o filho do deputado Dnar Mendes. Indagava o sr. Passarinho até quando os militares suportariam os desaforos dirigidos contra os melhores dentre êles. É o caso de perguntarmos até quando os militares permitirão que alguns militares, falando em nome de todos os demais, invocando as doutrinas de guerra revolucionária, continuem a cometer violências como se fôssem proprietários das Fôrças Armadas, que, por definição, pertencem ao patrimônio de todo o povo brasileiro. Subversão é provocar a incompatibilidade entre civis e militares. Portanto, subversivos são, prioritàriamente, os militares que utilizam, de maneira indevida, as fôrças armadas para subjugar o povo e para impor conceitos (ou preconceitos) formulados por minorias exacerbadas e autoritárias.

17 SET 1968

N8-PROCSS. 131.71.67

Para Hermano Exércitos no Rio ferem soberania

Brasília (Sucursal) — O Deputado Hermano Alves, do MDB da Guanabara, reiterou ontem as acusações de que "a Conferência dos Exércitos Americanos a realizar-se no Rio entre os dias 23 e 30 próximos é peça num processo destinado a anular, na prática, o conceito de soberania nacional" e que "gradativamente, os comandos militares latino-americanos partem para a constituição de um Exército internacional".

Para êle, "a inspiração norte-americana dêsse projeto é incontestável: as cinco primeiras Conferências foram realizadas em estabelecimentos militares dos Estados Unidos", frisando que as quatro primeiras se deram em Forte Amador, na Zona do Canal do Panamá, região militar sob jurisdição de Washington. A quinta se realizou na Academia Militar de West Point, "e sòmente depois que se estruturou um plano exequível, do ponto de vista militar, foi que se partiu para medir a repercussão dos povos diante da programação".

LIMA, BUENO SAIRES E RIO

OP 17

Para o Deputado Hermano Alves, escolheu-se, "por isso, a cidade de Lima, no Peru, e como a reação popular não foi muito negativa, acertou-se ali um conjunto de bases teóricas para o prosseguimento do trabalho de articulação do militarismo no Continente".

— Marcou-se para Buenos Aires a reunião seguinte, e na Argentina ficou acertado um entendimento maior entre Estados Maiores, entre outros detalhes do interêsse da organização coletiva das Fôrças Armadas latino-americanas — afirmou, destacando que, "êste ano, no Rio, cogita-de lançar as bases institucionais para a criação do Exército continental".

O Deputado Hermano Alves sustentou "os coordenadores da Conferência querem dar-lhe um caráter grandioso, a fim de que as reuniões sistemáticas, não autorizadas por nenhum tratado do qual o Brasil seja signatário, apresentem-se como fatos consumados e capazes de gerar fatos irretratáveis".

— Basta que se veja o fato de que a sigla da Conferência dos Exércitos Americanos vem tendo um tratamento semelhante ao dado à OEA e à ONU — disse, salientando que "o que se diz ser uma simples reunião para troca de informações transformou-se numa reunião com características extremamente práticas".

— A Conferência de Exércitos Americanos é uma internacional de Exército procurando transformar-se em Exército continental — declarou, afirmando que "veta-se a presença de parlamentares brasileiros na qualidade de observadores, mas se admite a presença de observadores do Exército americano e do Exército do Canadá".

Acha que, transformando-se em Exército continental, as Fôrças Armadas latino-americanas se constituirão no poder militarista "que existirá fora do alcance da fiscalização e contrôle dos civis e dos órgãos de representação popular", o que "a Conferência de Exércitos a realizar-se no Rio de Janeiro custará dinheiro e tenho informações de que um hotel deverá ser colocado à disposição dos seus participantes".

—Resta saber quem pagará as despesas e de onde, sendo brasileiro, sairá o dinheiro para o pagamento — declarou, destacando que não existe consignação orçamentária para êsse tipo de gasto.

PADRONIZAÇÃO

O Deputado Hermano Alves disse que os chefes dos Exércitos americanos "estão trabalhando no sentido da padronização militar, tanto material quanto doutrinária e política" e informou que para se conseguir essa unidade de pontos de vista será necessária "uma lavagem cerebral, a que serão submetidos os militares e os alunos nas Academias".

Salientou que está revelada a tese de que os Exércitos latino-americanos sòmente terão que enfrentar problemas internos, no contexto da guerra revolucionária, e que "por inimigos evidentemente serão tomados os que forem contrários ao statu quo jurídico que militares estão construindo".

O parlamentar informou a O PAIZ que o Deputado Mário Covas, líder da Minoria, fará nos próximos dias pronunciamento oficial sôbre a VIII Conferência dos Exércitos Americanos.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Nº PROCSS. 131. Fl. 62

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED-MDB/GB

HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES no Congresso Nacional.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
12 Set 67	Falou sôbre nota de JK à imprensa, sôbre declarações no DPF.	Nº 112
14 Set 67	Falou sôbre a censura em TV. Voltou a falar no assunto dia 19/9/67.	Nº 114
16 Set 67	Comunicou a prisão do jornalista ADAUTO BEZERRA pela PE e que mais de 30 pessoas são mantidas incomunicáveis em cárceres secretos.	Nº 116
16 Set 67	Atacando o Gov, disse que o que existe sôbre Segurança Nacional foi importado dos EUA e que é um conceito típico dos Estados militaristas.	Nº 116
23 Set 67	Afirmou que prisões constantes estão ocorrendo na área de GO, pelo Cel EPITÁCIO CARDOSO DE BRITO, em CURITIBA, pelo Cel FERDINANDO DE CARVALHO e a depoisção de Prefeitos na Baixada Fluminense pelo Cap ZAMITH, e a inclusão do Maj MENA BARRETO para a Ordem do Mérito Militar, depois de ter sido indiciado pela morte de um prisioneiro sob sua guarda, são fatos que confirmam as afirmações de que não estamos numa democracia. Disse que o Gov não é contra a formação da FIP.	Nº 121
21 Set 67	Disse que as declarações de TARSO DUTRA constituem o primeiro sintoma de um plano no sentido de continuismo de CS e de sustentação do poder militar e oligárquico que hoje infelicita o País.	Nº 119
27 Set 67	Elogiou a FA e o pacto de MONTEVIDÉU.	Nº 123
30 Set 67	Criticou o Sr ROMEIRO LAGO, Diretor da Censura, dizendo que êle convoca oficiais do Ex, para servirem de censores políticos de obras de arte. Disse que no caso do filme "Terra em transe" a censura militar foi composta por oficiais do Btl de Guardas Pres. Declarou que as afirmativas do Pres CS a respeito da liberdade de criação artística são letra morta.	Nº 126
30 Set 67	Requereu à Mesa da Câmara que solicitasse às autoridades militares e ao Min da Justiça que informasse o número de pessoas presas e os motivos pelos diversos IPMs que correm em GO e outros Estados. Declarou que tem conhecimento de 80 pessoas que estão presas em BSB.	Nº 126
03 Out 67	Atacou o Cel FERDINANDO DE CARVALHO, dizendo: "Êsse exibicionista, que não pode estar longe das manchetes dos jornais porque senão morreria, fêz um péssimo e incompetente inquérito sôbre -	

N8. PROCSS. 131.7, p. 63

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED-MDB/GB

HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES - Cont. no Congresso Nacional.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
03 Out 67	Cont. - atividades comunistas no Brasil ....., pois êle está de novo na ribalta, prendendo gente".	Nº 127
04 Out 67	Declarou que "existe hoje, no Brasil, uma população flutuante de prisioneiros, e que uma unidade do Ex, de Artilharia, estaria efetuando prisões no interior de GO, sob a capa de executar o recenseamento de reservistas. Declarou que diversas famílias estão submetidas a coação por dezenas e dezenas de oficiais do Ex e da Polícia Política dêste País.	Nº 128
07 Out 67	Criticou o encontro do Pres CS com a ARENA, denunciando à CD fato que considerou extremamente grave. Disse que no encontro o Pres teria revelado a existência de um plano contra a família brasileira e contra as FFAA e que o Pres teria ameaçado com intervenção militar, através, talvez, de um plano COHEN, ou do tipo do protocolo dos sábios do SION - falsificação histórica. Disse que o que se pretende fazer éuma ameaça ao regime democrático.	Nº 131
06 Out 67	Condenou a atitude do Dep CLÓVIS STENZEL, que solicitou ao Gov o fechamento da revista subversiva "Revisão".	Suplem ao Nº 130
14 Out 67	Em aparte ao discurso proferido pelo Dep MATHEUS SCHMIDT, em que denunciava como danoso aos interêsses nacionais, acôrdo a ser firmado entre o Min dos Transportes e a USAID para compra de caminhões, disse que tôda a ajuda americana é condicionada a compra de material dos EUA.	Nº 136
14 Out 67	Falando sôbre o Tratado para prosciação de armas nucleares na América Latina, disse que a Oposição o aprova completamente. Criticou a passagem do problema atômico da área do Min MP para a área do MME, onde o Min faz suas as palavras de todos os que não estão interessados no desenvolvimento atômico brasileiro. Disse que companhias estrangeiras estão interessadas na construção de hidrelétricas no Amazonas e que o Brasil deveria construir usinas nucleares na Região.	Nº 136
17 Out 67	Aludindo a uma resolução que teria sido tomada pelo Congresso dos EUA, limitando as importações dos produtos latino-americanos, atacou a política econômico-financeira, taxando-a de suicida e imposta pelo FMI. Disse que o Gov não levanta um dedo em nossa defesa. Declarou que a decisão do Cong dos EUA é a resposta à nossa subserviência,	

N8. Procss. 131.7p.64

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA AGÊNCIA RIO DE JANEIRO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED-MDB/GB - HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES - Cont. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
17 Out 67	Cont. - ao nosso capachismo. Atacou a política exterior, que assume posições tímidas, dúbias, contraditórias e servis. Concluiu dizendo: "Que pretendem os govêrnos que se instalaram após a quartelada de 1º de abril? Transformarem-nos em colônia ou território dos EUA?"	Nº 137
17 Out 67	Requereu à Mesa que solicitasse ao MRE, com tôda urgência, informações sôbre o inteiro teor das iniciativas em andamento no Congresso dos EUA, implantando restrições quanto ao ingresso de produtos industrializados latino-americanos.	Nº 137
18 Out 67	Aludindo a notícia publicada no JB de que o Itamarati consideraria "inamistoso" para o Gov do Brasil, convite formulado pela Argentina, ao jornalista ARTHUR JOSÉ POERNER, que teve seus direitos políticos suspensos, disse que não é a primeira vez que jornalistas sofrem discriminação do MRE. Dizendo que o convite partiu do Gov da Argentina, "que não é Gov democrático, que não é de esquerda, que, pelo contrário, comunga com muitas idéias do movimento de abril de 64, pois se trata de um Gov militarista, reacionário e, na linha da política externa, submisso aos interêsses do Pentágono e do Departamento de Estado" extranhou que o jornalista fôsse considerado "persona non grata" pelo Itamarati e não pelo Gov Argentino. Apelou para o Min MP para acabar com essa política adotada pelo Itamarati".	Nº 138
18 Out 67	Em aparte a discurso proferido pelo Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES, em que atacava as FFAA, acusando as de torturas a presos políticos, apoiou as palavras do mesmo, acrescentando que os presos brasileiros não recebem nem as condições dadas pela Convenção de Genebra aos prisioneiros de guerra.	Nº 138
21 Out 67	Em aparte a discurso proferido pelo Dep FEU ROSA, elogiando a FAB, disse que devem ser elogiados todos os que prestaram serviço à FAB, inclusive os afastados por motivos políticos, como é o caso de RUI MOREIRA LIMA, que foi "errôneamente acusado de comunista, e demitido da FAB, sem a menor satisfação, bem como os Brigadeiros FRANCISCO TEIXEIRA e NICALL.	Nº 141
21 Out 67	Atacou todos os programas dos Govêrnos CB e CS, realçou as contradições que existiriam entre as posições dos ministros COSTA CAVALCANTI e MP, no caso da energia nuclear; MP e Aeronáutica, no caso da compra dos aviões Mirage; DELFIM NETO e	

Nº PROCSS. 131.1, p. 65

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/GB

HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES - Cont. no Congresso Nacional.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
21 Out 67	Cont. - HÉLIO BELTRÃO, no caso de possível crise econômica. Acentuou que tudo é causado pelo imperialismo norte-americano e pelo plano de estagnação nacional elaborado por ROBERTO CAMPOS e condenado por SANTIAGO DANTAS.	Nº 141
21 Out 67	Em aparte a discurso proferido pelo Dep JAIRO BRUM, no qual relatava acontecimentos ocorridos em 1966, entre deputados e tropas do Ex, comandadas pelo Cel MEIRA MATOS, na CD, disse que "é preciso que se registre sempre, para que sempre se lembre, que êsse oficial (MEIRA MATOS), que pretende galgar as glórias do generalato, foi o homem que executou friamente esta operação tramada sinistramente na calada da noite, nos corredores e porões de um govêrno ditatorial".	Nº 141
25 Out 67	Atacando o dispositivo constitucional que regula a percepção de subsídios pelos vereadores, declarou que êste preconceito existe e se manifestou muito claramente, nos últimos anos, nos altos escalões das FFAA, sobretudo em setores vinculados à Escola Superior de Guerra. "Dizia-se nesse meio que o vereador não deveria receber remuneração. E a imprensa noticiou fartamente - declarações, insinuações, idéias, moções difundidas por Chefes Militares, por Coronéis da linha dura, branda, mole ou o que seja".	Supl ao Nº 143
03 Fev 68	Disse: "Alguns porta-vozes do presente Gov - entre os quais o Sen DINARTE MARIZ - resolveram classificar de subversiva a FA, a qual pertenço, acusando-a de tentar um golpe de Estado para depor o Mar CS". "... golpista é o atual regime, que se baseia na teoria do golpe permanente, segundo a qual uma minoria de representantes das oligarquias regionais, como o Sr DINARTE MARIZ, paraliza a Nação inteira, graças ao apoio que lhe dá a cúpula das FFAA.	Nº 13
06 Mar 68	Falou sôbre a censura no cinema, criticando o Cel CAMPELO.	Nº 30
16 Mar 68	Falou sôbre o 1º aniversário do Gov CS.	Nº 38
30 Mar 68	Apresentou sugestão ao Min do Exército, de suspensão das comemorações do 4º aniversário da Revolução.	Nº 48
11 Abr 68	Falou sôbre o restabelecimento da paz no Brasil.	Nº 56
02 Abr 68	Falou sôbre comunicado do Min do Ex.	Nº 49

Nº. Process. 131.67.66

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/GB

HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES - Cont. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
03 Abr 68	Levou ao conhecimento do Cong Nac um abaixo-assinado de doze professôres da Fac de Ciências da UFB, protestando contra o espancamento de um professôr e um funcionário.	Nº 21-I
10 Abr 68	Falou sôbre a crise estudantil na GB.	Nº 55-I
16 Abr 68	Falou sôbre a prisão de dois artistas brasileiros na Polícia da Vila Militar.	Nº 57-I
19 Abr 68	Abordou projeto que inclui municípios na área de Segurança Nacional.	Supl ao Nº 60-I
06 AGO 68	Em seu discurso, entre outras coisas disse o seguinte: "sejam quais forem as restrições que façamos ao Sr JÂNIO QUADROS - e elas são muitas - / devemos, no entanto, solidarizar-nos com êle, depois que o Governo do Marechal Costa e Silva decretou o seu confinamento em CORUMBÁ. A punição do Sr JQ é mais um ato de violência e demonstra que não ha uma ordem jurídica fixada no Brasil, uma vez que se baseou na violação da propria carta constitucional imposta por este regime discricionario e autoritario de terceira classe, que infelicita o país. O Governo do Mar CS conseguiu uma especie de milagre as avessas que é o de / associar a violencia ao rdículo, oferemendo uma triste imagem do Brasil ao mundo inteiro e, no plano politico, ou seja na politica interna, demonstrando uma falta de sensibilidade e de competencia inedita em nossa Historia. Devemos solidarizar-nos com todas as vítimas do atual regime tanto os jovens militantes estudantis como PALMEIRA, quanto os trabalhadores de OSASCO/SP, os politicos cassados como o Sr JÂNIO QUADROS e ~~xix~~ outros.	Nº 130-I
03 SET 68	Falando sôbre a invasão da UnB pela Polícia, disse: "a Nação esta esperando providencias oficiais no sentido da identificação e da punição exemplar dos responsaveis pelas violencias ocorridas na UnB. Ate agora o Governo não pode ou não quis dizer quais são os responsaveis pelas violencias ocorridas na UnB. Ninguem sabe quem mandou, ninguém sabe quem promoveu as violencias, ninguem sabe / de coisa alguma. Não tenho dúvida, de que, se os verdadeiros culpados fosem policiais de carreira, delegados do DEP POL FED (DPF), ja teria havido uma punição, ou pelo menos uma identificação. Mas a impressão que se generaliza nesse país é de que o Sr PR não pode punir os responsaveis, porque esses se acobertam sob a farda de oficiais do Exercito".	Nº 150-I

Nº PROCESS. 131. 1P.67

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/GB HERMANO de Deus Nobre ALVES. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
28.8.68	Em seu discurso, disse: "reuniu-se o Govêrno do Mar CS para a esta altura dos acontecimentos, definir o que chamam de conceito estratégico nacional. Suspendeu-se a reunião porque se apresentaram emendas. Esperamos sinceramente que as emendas / não sejam piores de que o conceito. Nao acredito que o Govêrno do Mar CS possa, depois de um ano e meio no poder, chegar a qualquer conclusão sôbre o papel que esta representando em tudo isso. Exatamente por esse motivo e que xxxx xxx para ganhar tempo e por falta de assunto o Gov, a esta altura dos acontecimentos procura fixar e definir o chamado conceito estrategico nacional. E vai faze-lo, embora diga tantas vezes que a posição do Brasil deve ser tomada / dentro de um contexto global; vai faze-lo sem / que haja a definição do processo da Tcheco-Eslovaquia, da França, do Vietnam e sem que se conclua, ou pelo menos ate o momento não se concluiu, o problema da eleição ou do equacionamento da campanha eleitoral norte-americano etc".	146-I
05.10.68	Em seu discurso, disse: "é sintomático que o Chefe do Govêrno, Mal COSTA E SILVA, que foi a SP a convite de seu partido, para vistar-se com seu / partido, xxxxxxxxxxxxxxxxx a ARENA, em primeiro lugar, visitado o partido militar. Antes de falar aos nobres e ilustres membros da ARENA, o PR dirigiu-se aos oficiais do comando do II Ex e, tambem aqueles que pertencem ao Círculo Militar. Quando me refiro, a partido militar, nao estou usando uma expressão cunhada por mim ou por quaisquer membro do MDB. A expressão, a frase textual que disse ser o Exercito um partido com o qual conta o Govêrno, ja ao tempo do Marechal CASTÊLO / BRANCO, é de autoria do então Ministro da Guerra, Gen CS. De modo que, no maximo, invoco o testemunho, a autoridade e o pronunciamento dêste oficial-general que hoje ocupa a Presidencia da República. O Sr PR faz promessas de preservação do regime democrático. Refere-se êle a uma democracia formal, que, no entanto, é fundamentalmente antidemocratica, autoritaria, discricionaria e ultraconservadora".	SUP DC 174-I
17.10.68	Em aparte e defendendo discurso do Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES, pronunciado em xxxxxx 03.09.68, concitando o povo a não comparecer a Parada de 7 Setembro, disse: "o Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES nem mesmo pregou a desobediencia civil. Não ha qualquer lei que obrigue os cidadãos a assistirem a Parada Militar de Sete de Setembro. E o Dep Márcio não criticou o Dia da Independencia como data e como símbolo; recomendou ao povo que não comparecesse, não prestigiasse o desfile militar de Sete de Setembro que e parte das comemorações de Sete	

Nº Process. 131.1.p. 68

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/GB
HERMANO de Deus Nobre ALVES. no Congresso Nacional.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
17.10.68	de Setembro. Se oficiais do Exército vieram à Televisão, em Brasília e em outros lugares, conclamando o povo a comparecer a Parada, o Dep Marcio tem todo o direito de conclamar o povo a não comparecer. O Dep Marcio exerceu, ou procurou exer uma pressão moral libertadora".	SUP DC 182-I
24.10.68	Em seu discurso, disse: "quero, com a maior sinceridade e honestidade possível, trazer aqui o sinal de meu profundo respeito pela grande coragem que o Dep Mario Covas tem manifestado, coragem moral, não apenas coragem física, que esta qualquer desclassificado pode ter mas a coragem moral que só os verdadeiros homens sabem ter, a coragem de enfrentar com paciência, constancia e dignidade todo esse caudal de brutalidade, de cinismo e de podridão que caiu sôbre o Brasil, no atual regime, no atual Governo".	187-I
14.9.68	Em seu discurso, disse: "no momento em que se reune no Rio de Janeiro, uma Conferencia de Exercitos Americanos, em que uma maioria esmagadora de participantes estrangeiros vai ter pleno acesso a debates a discussões, a conferencias e a documentação considerados segredo de Estado pelo Exercito Brasileiro, esta Câmara não se pode fazer representar. Por que? Não somos nos os representantes do povo brasileiro? Não somos nos representantes da segurança do povo brasileiro? Que Camara e esta? Que situação e esta a que chegamos, Sr Presidente? Isto e abdicação de funções, abdicações de prerrogativas? Fica registrada a minha crítica à dicisão de V. Exa. Fica, o meu protesto contra a decisão de V. Exa. E fica sobretudo o meu protesto contra essa conferência, que e clandestina, do ponto de vista legal, mas que se realiza ostensivamente e que faz parte do processo de criação gradativa de um tipo de internacional militarista que visa, sem duvida, o estabelecimento da tese de fronteiras ideologicas e a criação, no futuro, no momento oportuno, da chamada Força Interamericana Permanente de Paz. Paz para eles, opressão para nos"	SUP DC 159-I

Nº. PROCESS. 131.1269

Artigos assinados publicados no CM após elaborado o Estudo para processar o Dep em tela

CORREIO DA MANHÃ
28 NOV 1968
ANEXO N.º 159
LANÇADO EM 2 / 12 / 1968
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO
M. PROCS. 131.70 360

A ofensiva golpista

Hermano Alves

A pressão violenta que se exerce sôbre a Câmara dos Deputados, neste momento, visa à redução — gradativa mas rápida —, do poder de decisão do Legislativo. Os processos contra o deputado Márcio Moreira Alves e outros membros da Câmara são simples pretextos para tal ação que tem por objetivo final o fechamento do Congresso Nacional. Em outras palavras: o que se pretende é a dissolução do colégio eleitoral que, de acôrdo com a atual Constituição, escolherá — em pleito indireto — o sucessor do marechal Costa e Silva, na Presidência da República. E como o problema é o colégio eleitoral, tornam-se imprescindíveis, dentro da lógica do golpe, a intervenção em alguns Estados e o contrôle rígido da Imprensa e dos meios de comunicação de massas. Trata-se de manobra continuísta para que se mantenha no poder, indefinidamente, numa imitação do que ocorreu na Argentina, o grupo militarista que explora politicamente as Fôrças Armadas, falando em nome delas, a cada instante e por todo e qualquer motivo. Não foi à toa que o general Jaime Portela, chefe do gabinete Militar da Presidência e todo-poderoso secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, defendeu — recentemente —, na Escola Superior de Guerra, a tese de que o País deve ser governado por dois conselhos: o de Segurança e o de Desenvolvimento. É a tese do general argentino Eduardo Señorans, transplantada para o Brasil. Êsse esquema (que, evidentemente, não inclui o Congresso) já está em funcionamento na Argentina. Nem é por acidente que o general Meira Matos, na Inspetoria Geral das Polícias Militares, está empenhado na preparação de uma estrutura militar que, a pretexto de funcionar como reserva das Fôrças Armadas, pode transformar-se, eventualmente, em organização paralela, de âmbito nacional, formada por soldados profissionais, capaz de contestar as próprias Fôrças Armadas.

Qual o papel real do marechal Costa e Silva em tudo isso? O chefe (pelo menos nominal) do Govêrno, segundo alguns políticos, reconhece que só se mantém no poder porque ainda não surgiu uma liderança militar em condições de substituí-lo. Outros políticos dedicam-se a exaltar-lhe a jovialidade, o sentimentalismo, a gentileza de trato. Há quem afirme que êle só não demite o ministro do Interior, general Albuquerque Lima, porque não quer — na expressão textual — "criar um herói". Há quem diga que êle não faz a reforma ministerial porque tem mêdo de que, se mexer em qualquer peça, o mecanismo se desarticule. Na verdade, sejam quais forem os fatôres subjetivos, o marechal Costa e Silva é o principal responsável. Se é fato que o ministro da Justiça, prof. Gama e Silva, reforma decisões do Govêrno, a responsabilidade é do chefe do Govêrno. Se é fato que o general Portela manda e desmanda, faz "guerra psicológica" contra o Congresso e estimula o radicalismo de direita civil e militar, também é fato que êle só consegue desenvolver tais atividades porque o marechal Costa e Silva consente. É possível que o marechal Costa e Silva seja apenas um prisioneiro da engrenagem autoritária que ajudou a construir e a instalar. Isto, porém, é secundário. O essencial é que a engrenagem, em funcionamento, tende a destruir os últimos e precários vestígios de ordem democrática, removendo o próprio formalismo jurídico e político que preservou o Legislativo, o Judiciário e a autonomia da Imprensa.

A ofensiva contra o Congresso naquilo que êle tem de mais característico, que é a imunidade parlamentar, começou como uma contra-ofensiva, desencadeada por um sistema militarista que luta pela sobrevivência. Enquanto a crise estava circunscrita aos meios políticos, religiosos, estudantis, operários, intelectuais etc., o sistema não sentiu a necessidade de uma contra-ofensiva de envergadura que violasse a autonomia do próprio Congresso Nacional. Mas, quando a crise irrompeu na área militar, significando uma reação salutar de crescentes setores das Fôrças Armadas contra as conseqüências da deturpação militarista e autoritária, a engrenagem iniciou o processo de constrangimento do Legislativo, visando à liquidação eventual do colégio eleitoral. Os manifestos de militares sôbre aumento de vencimentos, as reclamações sôbre a política de inquilinato e a carestia, os documentos do tipo memorial da EsAO, a corajosa e digna reação dos oficiais e subalternos do PARASAR e do brigadeiro Itamar Rocha — todos contribuíram, decisivamente, para abalar a estrutura do sistema. E, por fim, houve o desencadeamento do processo sucessório no próprio meio militar, com os nomes dos generais Lira Tavares, Albuquerque Lima, Syseno Sarmento e dos coronéis Mário Andreazza e Jarbas Passarinho surgindo, com intensidade crescente, nas especulações da Imprensa e, sobretudo, nas cogitações do colégio eleitoral — o Congresso Nacional. Partindo do pressuposto de que as candidaturas de generais e as manifestações de inconformismo nas Fôrças Armadas terminariam por destruir o atual sistema, os ocupantes do poder puseram a engrenagem em funcionamento com o claro intuito de estancar o processo sucessório e de tentar — a paus e pedras — restabelecer um mínimo de unidade militarista para o golpe. Os pretextos (pronunciamentos de deputados) podem ser pueris, mas a trama é — positivamente — sinistra.

N8. PROCSS. 131. 1p. 71

Rio, 6 de Maio de 1968

CIE/1787

Semente de ódios

C. Cm-28/MAR/68

Hermano Alves

O coronel Gerson de [illegible] — muito bem — [illegible] sr. Ênio Oliveira não obrigou o sr. Miguel Arraes em sua residência, nos dias em que o ex-governador de Pernambuco desapareceu, antes de asilar-se na Embaixada da Argélia. Compreendo que o coronel se tenha irritado com o papel cômico que desempenhou em tôda essa história. Não foi à toa que o seu correligionário da Liga Democrática Radical, o coronel Osnelli Martinelli, criticou-o, duramente, por ter deixado Arraes desaparecer. Depois, houve aquela Operação Semente, que não medrou, nem deu frutos, embora o coronel tivesse assinalado, no mapa do Estado do Rio, um triângulo escaleno e mobilizado as tôrpas para descobrir o sítio imaginário onde Arraes estaria. Tudo isso deve ter criado uma situação difícil para o coronel, pois o famoso esquema de segurança do Govêrno Federal não funcionou — o que divertiu muito a opinião pública.

O fato de ter o coronel feito perguntas às empregadas da casa de Ênio sôbre uma feijoada subversiva, a que Arraes e outras pessoas compareceram, não demonstra que o chefe do inquérito policial-militar sôbre o ISEB se tenha empenhado em apurar fatos concernentes ao desaparecimento do ex-governador. Na realidade, o coronel está [illegible] nada vai descobrir. Êle quer é chatear a gentinha alheia, prolongar o êrro sem pé nem cabeça que lhe está dando um certo [illegible]. A cada passo em que vai, o coronel passará da [illegible] ridículo para a [illegible], verificando [illegible] na [illegible] pilhada de agitação (aliás necessária) na *omelete*. Afinal, como até o sr. Juraci Magalhães já descobriu, não se faz uma *omelete* sem quebrar ovos. Seguindo essa pista, o coronel Pina talvez descubra quais as galinhas que vão pôr os ovos previstos pelo Programa Econômico do Govêrno e que estão provocando tamanha controvérsia entre os srs. Carlos Lacerda e Roberto Campos.

No fundo, o que o coronel Pina quer é meter mêdo aos outros. Depois da aventura de Arraes, tanto o coronel quanto os seus parceiros de tropelias da Liga Autocrática Visceral, ficaram na situação do Mágico de Oz, da história infantil, que não era tão perigoso quanto diziam. Era mais fachada do que outra coisa. Todo mundo já percebeu que êsses coronéis (aliás pouco conceituados no Exército) são meros instrumentos do presidente Castelo Branco que, de vez em quando, precisa de alguém para fingir que ainda existe a chamada linha dura. O coronel Pina e os seus correligionários dêsse partido político que são os inquéritos policiais-militares sôbre assuntos imaginários, chega — inclusive — a agir como instrumento de políticos interessados no esvaziamento da candidatura do sr. Hélio de Almeida, à sucessão na Guanabara.

O caso de Ênio, porém, é diferente. O pobre coronel Pina quer liquidar a Editôra Civilização Brasileira, pois esta publica obras que desgostam ao govêrno — a êsse triste govêrno sem mensagem, nem rumo que se vai arrastando por aí, sempre a sonhar com o golpe e com tolices como a intervenção militar no Uruguai, a chamada integração continental e a sua já conhecida interdependência. Com isso, êle reconhece que a resistência intelectual, no Brasil, é muito mais importante do que imaginavam os homens do atual govêrno e os seus mirmidões da Liga Burocrática Corporal. Imagino a agonia dêsse coronel Pina e de uns poucos militares que, aproveitando-se do prestígio das Fôrças Armadas, cometeram violências de tôda a ordem, ao verem que a presente situação política talvez seja insustentável. Êles têm mêdo de que a situação vire e de que o castigo venha a cavalo. E, por terem mêdo, procuram infundir mêdo aos seus adversários já conhecidos e, também, nos desconhecidos — êstes ainda mais assustadores do que os outros.

É por isso, e não por causa de Arraes — que fêz muito bem em asilar-se quando quis e não quando os seus perseguidores quiseram — que o coronel prendeu Ênio. Quanto à investigação sôbre o ISEB, não é — nem pode ser — feita com seriedade. Arraes deixou isso bem claro, em seu comunicado aos jornais. E todos os jornalistas sabem que as perguntas que o coronel faz, sigilosamente, às suas vítimas, revelam uma profunda ignorância dos fatos e das idéias, sobretudo destas. Afinal, o ISEB não chegou a formular [illegible] nem a adotar [illegible] tente. Foi, na [illegible] um campo [illegible] lógico — essa [illegible] que uns considerem negativos e que outros os vejam positivos. E quando me refiro a uns e outros, falo dos políticos e intelectuais que apoiavam o Govêrno anterior ou que — talvez seja mais acertado dizê-lo — com êle se solidarizavam, simplesmente porque não tinham remédio.

No entanto, essa investigação descabida e ridícula, se faz com um ar de profunda seriedade. O presidente da República apóia a investigação, para não desprestigiar o Exército, embora saiba que o Exército está pouco ligando para o coronel Pina e para os seus conjurados. O general Edson de Figueiredo, chefe do Estado Maior do Primeiro Exército, é homem de confiança do presidente, é quem acolhe as reivindicações dos coronéis radicais. E o Ministro da Guerra, general [illegible] dado, o seu aval [illegible] às arbitrariedades [illegible] das em nome do Exército [illegible] por meio dêsse de [illegible] plagiados. No fundo, a irresponsabilidade não é dêsses inquéritos de opereta, mas dos que dêles se utilizam para fins de política miúda. A culpa não é dos instrumentos, mas de quem os usa para fins inconfessáveis. Que êste tenha paciência. Afinal, quem está pelos pés é êle. Pelos vistos, [illegible] e saturou [illegible] em suas intenções [illegible] dêste a um [illegible] que não existe e arrisca-se [illegible] um futuro que não [illegible] a prêsa. O [illegible] que o [illegible] [illegible] [illegible]

N8. PROCSS. 131. 1 p. 72

Promessas esquecidas

Hermano Alves

— "Os meios militares nacionais e permanentes não são, pròpriamente, para defender programas de Govêrno e muito menos a sua propaganda, mas para garantir os podêres constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei" — dizia o general Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, na circular que enviou aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e organizações subordinadas, no dia 20 de março de 1964.

O general Castelo Branco afirmava, em sua circular, que as Fôrças Armadas "não estão instituídas para declarar solidariedade a êste ou àquele Poder", esclarecendo que "se lhes fôsse permitida a faculdade de solidarizarem-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessàriamente, o direito de também se oporem a uns e a outros".

O pensamento expresso pelo general Castelo Branco, nos últimos dias do Govêrno do presidente João Goulart, refletia o ponto de vista dominante na oficialidade do Exército. Em seu discurso de 1.º de março de 1966, o presidente Castelo Branco recordou aquela situação, afirmando que "os comandos pediam informações reiteradas sôbre se o movimento (referia-se ao movimento contra o presidente Goulart) não implantaria uma ditadura militar [illegible] restaurando [illegible] políticos [illegible] como era [illegible] [illegible] Fôrças Armadas.

Por êsse motivo a circular que o general Castelo Branco, como chefe do Estado-Maior, enviou às guarnições, foi saudada como uma garantia da fidelidade do movimento revolucionário às instituições democráticas e republicanas, tais como foram concebidas pelos constituintes de 1946. O grosso do Exército não pensava (e há inúmeros depoimentos a respeito disso) na promulgação de Atos Institucionais, [illegible] adiamento de [illegible], em dissolução de partidos, em pleitos indiretos [illegible] à [illegible] [illegible].

[illegible] ao [illegible] a seguir:

"Relativamente à [illegible] que admite o seu emprêgo como fôrça de pressão contra um dos podêres é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer dêles. Não sendo milícia, as Fôrças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os podêres constitucionais e a sua coexistência."

Na época, temendo que o presidente Goulart quisesse convocar uma Assembléia Constituinte, o atual presidente Castelo Branco afirmava ser "um objetivo revolucionário pela violência, com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura". E declarava que "a insurreição é um recurso legítimo de um povo". O então general Castelo Branco dizia que o povo não estava pedindo "uma ditadura militar ou civil" ou a Constituinte. E não admitia a hipótese de "entrarem as Fôrças Armadas numa revolução para entregar o Brasil [illegible] [illegible] [illegible] destinar [illegible] [illegible] a governar [illegible]".

Recomenda a expressa mento que as Fôrças Armadas não permanecessem "omissas ou caudatárias" em face de atividades subversivas que, no seu entender, visavam à instauração de um regime de fôrça. E sugeria que elas procurassem "garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da Nação" [illegible] dentro dos limites da lei [illegible] o dever de [illegible] oficial era estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] o processo eleitoral.

[illegible] como presidente da República a 15 de abril de 1964 o marechal Castelo Branco declarou, peremptòriamente: — "Defenderei e cumprirei com honra e lealdade, a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei, com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exação e zêlo."

— "Meu procedimento será de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966."

O presidente Castelo Branco também foi muito afirmativo ao declarar: — "A nossa vocação é a da liberdade democrática — Govêrno da maioria com a colaboração e o respeito das minorias." Adiante declarava: "Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita [illegible] [illegible] [illegible] em necessárias."

Hoje tôdas essas promessas estão esquecidas. À medida em que o tempo passava, embora a palavra *democracia* continuasse incorporada ao vocabulário governamental, a verdadeira definição de sistema democrático — eleição direta, sufrágio universal, liberdade de associação, reunião, cátedra, manifestação de pensamento, etc. — foi desaparecendo dos textos oficiais. A coexistência dos três Podêres foi substituída pela prevalência de um só Poder — o Executivo. E êste passou a apoiar-se no chamado Poder Militar, reconhecido, oficialmente, nos discursos do presidente da República. A tendência à implantação do Poder Militar como fator político decisivo, obrigaria outro chefe do Estado-Maior do Exército, o general Décio Escobar, a dizer, ao tomar posse no cargo, a 22 de junho de 1964, as seguintes palavras:

"Opomo-nos à tutoria da Nação pelo Poder Militar cuja subordinação ao Poder Civil, legalmente constituído, reconhecemos [illegible] sem favor."

Mais tarde, ao devolver o cargo de ministro da Guerra ao general Costa e Silva, o general Escobar, que o ocupara interinamente, afirmou, a 24 de fevereiro de 1966, que o Exército "não influi nas decisões governamentais, não pressiona a autoridade civil, nem intenta a implantação de nenhum regime militarista".

É significativo assinalar que o Serviço de Relações Públicas do Exército, ao publicar uma antologia sôbre o pensamento da revolução — o livro *A Revolução de 31 de Março* — não tenha incluído uma só declaração do general Escobar nem qualquer dos pronunciamentos que o general Amauri Kruel fêz, em Curitiba e em São Paulo, sôbre eleições livres e diretas — isso para não falar dos pronunciamentos de outros chefes revolucionários, como os generais Peri Bevilacqua, Muricy Filho, etc., sôbre os verdadeiros objetivos do movimento que derrubou o [illegible] João Goulart. [illegible] que, gradativamente, [illegible] pensamento liberal [illegible] substituído, no vocabulário e na mitologia da revolução, pelo pensamento autoritário, antidemocrático e tutelar.

- CM - NB. PROCESS. 131.1.P.73

Fôrças inermes

Hermano Alves

A subcomissão do Senado dos Estados Unidos, presidida pelo senador Wayne Morse, publicou um relatório, intitulado *The Latin American Military and United States Policy*, achando que "a atual onda de militarismo", na América Latina, "pode ser explicada, de modo geral, como uma reação a Fidel Castro". No entanto, êsse mesmo relatório afirma, de maneira peremptória, que "a ameaça à segurança interna, supostamente criada pelas fôrças do comunismo internacional, tem sido distorcida e exagerada".

— "A Cuba de Castro" — diz o relatório — "tem apenas uma capacidade limitada para a subversão. A União Soviética e os partidos comunistas ortodoxos da América Latina não estão, atualmente, provocando a violência, e os partidos comunistas não-ortodoxos, partidários da violência e encorajados pela China Vermelha, têm uma influência muito reduzida".

O relatório é esclarecedor quando informa que "a principal ameaça à segurança interna, na América Latina, é proveniente das fôrças populistas reprimidas, e o programa de assistência militar dos Estados Unidos está contribuindo para essa repressão". A subcomissão (*subcomitee on American Republic Affairs*) demonstra que a assistência militar norte-americana é fundamental para a sustentação de regimes controlados, direta ou indiretamente, pelas fôrças armadas.

O curioso, em tudo isso, é que o volume de assistência militar não corresponde à gravidade da situação interna de cada país. A subcomissão demonstra que o Brasil, entre 1953 e 1966, recebeu a metade do total fornecido às nações onde existem surtos de guerrilhas, tais como Venezuela, Colômbia, Bolívia e Guatemala. O total do *Military Aid* concedido ao Brasil, nesse período, foi de 374 milhões e 300 mil dólares.

As informações sôbre a ajuda militar norte-americana ao nosso País são provenientes de fontes oficiais dos Estados Unidos. No Brasil, tornou-se hábito, desde antes do movimento de março/abril de 1964, considerar-se privativo das Fôrças Armadas o conhecimento de tais assuntos. No Congresso, a falta de informações sôbre êsse problema é notória. E a Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, pela maioria dos seus membros, tem evitado aprofundar-se no exame de uma situação que merece ser examinada em tôdas as suas minúcias.

De modo geral, os políticos brasileiros delegaram aos militares tôdas as decisões sôbre segurança nacional, nos anos que precederam o movimento de março/abril de 1964. Agora, quando prevalece um conceito totalitário de segurança nacional, implantado pelo surto militarista que se seguiu à queda do presidente João Goulart, os políticos — em sua maioria — ou silenciam ou apenas dão ênfase à condenação do militarismo.

O exame da questão militar brasileira, em todos os seus aspectos, tornou-se um imperativo da hora que o País está vivendo. Inclusive porque a cúpula militar que governa o Brasil não se mostrou competente para garantir a segurança nacional — que ela confunde com a repressão policial às fôrças políticas que preconizam as mudanças na estrutura social e econômica do País (geralmente classificadas de comunistas, filo-comunistas, cubanizantes etc.) — ou com a ocupação, pura e simples, de postos burocráticos, da administração civil, por militares da ativa e reformados ou pór civis militarizados como essa pseudo-elite que assistiu aos chamados cursos da Escola Superior de Guerra.

Uma das características fundamentais do militarismo brasileiro é a preservação do *status quo* nas próprias Fôrças Armadas. Quem analisar os relatórios dos ministérios militares, sobretudo do Ministério do Exército, verificará que não houve modificações nas estruturas das Fôrças Armadas. O nível técnico continua baixo — apesar dos esforços desenvolvidos por alguns grupos de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O nível de instrução e ensino militares deixa muito a desejar, embora — de acôrdo com a experiência de algumas décadas — seja mais alto na Marinha do que nas outras fôrças.

Agora, a propósito da publicação de uma vigorosa entrevista do almirante Saldanha da Gama (e de um artigo meramente informativo sôbre a guerra no Vietnam) pela revista *A Galera*, publicada pelos alunos da Escola Naval, a cúpula militar assanhou-se e resolveu procurar uma célula comunista naquele estabelecimento de ensino da Marinha. Em suma: os velhos políticos de uniforme, que têm idéias semelhantes às dos srs. Benedito Valadares, Daniel Krieger e Felinto Müller, querem reprimir os impulsos de renovação intelectual das Fôrças Armadas que, promissoramente, já se assinalam entre os alunos das Academias Militares. É o caso de sugerirmos que o sr. Tarso Dutra seja nomeado para presidir uma comissão de exame da questão estudantil, nas Fôrças Armadas, em compensação ao ato do marechal Costa e Silva que nomeou o supercoronel Meira Matos para examinar o problema dos estudantes paisanos.

Que a presente cúpula militar (agora itinerante, pois passou a reunir-se, só Deus sabe por que, ora numa cidade, ora noutra, num dispêndio inútil de tempos e meios) representa o passado, ninguém duvida. Sob a sua égide, tornou-se evidente que o Brasil não fará o investimento no setor de energia nuclear que o marechal Costa e Silva, num momento de descuido, prometeu fazer. Essa mesma cúpula militar não se contenta em reprimir os movimentos políticos que visam à modificação de estruturas sociais e em considerar estudantes, trabalhadores e intelectuais como *O Inimigo*, mas assumiu a responsabilidade de implantar, oficialmente, o conceito de agressão interna e as teorias de guerra antiinsurrecional, fornecidos pelo Pentágono e baseados nas distorções e nos exageros a que se refere a subcomissão do senador Wayne Morse.

Sem dúvida é mais cômodo, para quem não pretende iniciar a reforma das Fôrças Armadas, transformar os militares de carreira em policiais de um nôvo tipo e em substitutos dos civis na administração pública. A presente cúpula militar não só incompatibilizou as Fôrças Armadas com o resto do País como, ainda, impede que elas se modernizem. É por isso que tais fôrças, quando tratam de repressão, são armadas, mas à medida em que enfrentam o desafio do futuro transformam-se em fôrças inermes, isoladas e alienadas, para a tristeza dos militares que têm a real vocação das armas e que, de fato, se preocupam com a verdadeira segurança (ou seja: desenvolvimento) do Brasil.

N8. PROCSS. 131. 1p.74

A vigília das armas e a solidão militar

Hermano Alves

CM J

A crise do regime desencadeou-se (e começa a desdobrar-se de maneira perigosa e profunda) apenas quinze dias depois daquele espetáculo de euforia oficial que o Govêrno proporcionou à opinião pública por ocasião do seu primeiro aniversário. As graves ocorrências do Rio de Janeiro e de Goiânia, além dos episódios de Brasília (onde o *campus* da Universidade continua sob ameaça de invasão militar na tarde de ontem, quarta-feira), transformaram o chamado poder militar numa espécie de poder acuado, que teme desmoralizar-se perante o povo inteiro, sobretudo em face dos estudantes. E o mêdo — como todo mundo sabe — é pior conselheiro do que a fome. Em Brasília, na tarde de ontem, muitas mães correram a tirar os filhos das escolas primárias depois que se espalhou o rumor de que os militares faziam o mesmo. Na Universidade, tive a confirmação, do reitor Caio Benjamim, de que só a custo, na noite de têrça-feira, evitou-se um ataque frontal da Polícia Militar contra as frágeis barricadas que os estudantes ergueram no *campus*. Numa reunião de oficiais do Batalhão de Guarda Presidencial, a voz da ponderação coube a um oficial do Exército que fôra aprisionado e desarmado pelos estudantes, na véspera, ao entrar na Universidade, e que afirmou ter recebido bom tratamento. Mas, nos meios militares, as informações demonstram que os elementos mais exaltados (entre os quais estão aquêles que praticaram violências em diversas ocasiões e que, hoje em dia, têm mêdo de represálias) insistem em pedir a decretação do estado de sítio, o fechamento do Congresso, a promulgação de nôvo Ato Institucional etc. Está ocorrendo exatamente aquilo que tantas vêzes se previu: o isolamento psicológico dos militares, como conseqüência da crescente reação popular às ações arbitrárias praticadas pelo chamado poder militar em nome e por conta das Fôrças Armadas. Aqui é um oficial da Fôrça Aérea que tem de fugir de uma multidão indignada, acolá trata-se de um oficial superior do Exército que adverte um amigo considerado subversivo que desapareça de circulação, pois a repressão está a caminho. Um deputado governista, que também é general, afirma que, com os recentes acontecimentos, "o marechal Costa e Silva perdeu o último civil mas ganhou até o último militar" — o que deve ser um exagêro mas, pelo menos, revela uma aspiração e, talvez, uma intenção.

A presente crise serviu para demonstrar a todo mundo que, na realidade, não existe um govêrno organizado no País, mas uma junta governativa, formada por chefes militares — e só por êles. Fazem parte dessa junta os três ministros das Fôrças Armadas, os chefes de Estados-Maiores, o chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, o diretor do Serviço Nacional de Informações, o poderoso chefe do gabinete Militar da Presidência e o secretário do Conselho de Segurança Nacional e, até mesmo, o marechal Costa e Silva. Por conta de um errôneo conceito de segurança nacional, que se opõe (em nome de objetivos nacionais transitórios e permanentes) às aspirações do povo e à soberania popular, essa junta governativa isolou-se de tal modo do resto do País que, a esta altura dos acontecimentos, não se sente em condições de negociar politicamente, tendendo de modo perigoso — a partir para a repressão pura e simples.

A situação é tão grave que o próprio marechal Costa e Silva, que considerava intocável a Constituição de 1967 (a Carta reclamada pelo poder militar para garantir o conceito oficial de segurança nacional), já declarou-a transitória, no Rio Grande do Sul, admitindo a hipótese de instauração de uma ditadura, no caso da ditadura completa. As bases de legitimidade do presente regime são de tal maneira fracas que uma simples manifestação estudantil contra o péssimo serviço de um restaurante da classe suscitou uma caudal de violência oficial e de reação popular que traumatizou a Nação inteira. Neste momento, além do proletariado urbano, de parte da burguesia, dos estudantes, intelectuais e artistas de muitos setores políticos de vanguarda, a classe média, em pêso, repudia o atual regime. Os motivos podem ser os mais variados — do arrôcho salarial à liberdade de criação, da livre manifestação de pensamento político à questão universitária — mas o adversário geral é o poder militar que faz a guerra em tôdas as frentes, exatamente porque decidiu implantar um conceito de segurança nacional exclusivista e alienado.

Há solução pacífica para a presente crise? Sim, desde que ela surja como uma revisão interna, dentro das Fôrças Armadas. Os generais Pope, Mourão Peri e vários outros, além do coronel Rui Castro, sugeriram essa revisão, que nada mais significa do que a contraposição do conceito de Fôrças Armadas, como instituições nacionais permanentes, ao conceito de Poder Militar, evidentemente transitório e, sem dúvida, deturpador das tradições legalistas e republicanas. A derradeira possibilidade de uma reconciliação das Fôrças Armadas com o povo reside n[a] capacidade dos militares d[e] impedir que o abscesso mi[li]tarista continue a cresce[r] por conta de um exacerb[a]do espírito de classe que t[o]dos os radicais de unifor[me] procuram explorar. Se n[ão] surgirem dentro das Fôrç[as] Armadas as resistências v[á]lidas e ativas à deturpaç[ão] do significado e da miss[ão] histórica dessas mesm[as] Fôrças Armadas, a repr[es]são há de gerar a rea[ção] contrária, estabelecendo o conflito civil. Neste g[ra]ve instante da vida br[asi]leira, o grande inimigo [da] Segurança Nacional é, [pre]cisamente, o conceito [dis]torcido de Segurança [Na]cional que se estabele[ceu] oficialmente, através [da] marginalização do po[vo], no qual êsse mesmo p[ovo é] considerado inimigo en[po]tencial ou declarado [da] Nação que habita e construiu. Ainda qu[e a] presente fase crítica [seja] controlada — desta o[u da]quela maneira — a [crise] não passará, a m[enos] que a consciência [legalista] prevaleça sôbre o e[spírito] militarista.

ta-se a presença de parlamentares brasileiros na qualidade de observadores, mas se admite a presença de

... pronunciamento ... cial sôbre a VIII Conferência dos Exércitos Americanos.

N8-PROCSS. 131. 1p.75

E.M. nº 28/SC-1/68 ANEXO Nº 3

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 2ª - SEÇÃO	
ORGÃO: CORREIO DA MANHÃ	ASSUNTO: Câmara dos Deputados
DATA: 29 Ago 68	
RESUMO:	

Quinta-feira, 29 de agôsto de 1968 1.º Caderno

A Banda vai passar

Hermano Alves

Reina a mais completa alegria nos meios governamentais. A informação provém das fontes oficiais mais categorizadas, entre as quais se incluem alguns políticos que, noutro dia, foram convidados para um churrasco na granja do Ipê, atualmente ocupada pelo sr. Rondon Pacheco. Dizem estas fontes que o marechal Costa e Silva, chefe do Govêrno, está eufórico, que os ministros — de um modo geral — estão satisfeitos, que o próprio general Jaime Portella não consegue esconder a sua alegria. E o fenômeno é muito curioso e merece um estudo em profundidade.

Por que está eufórico o Govêrno? A opinião pública nunca foi tão contrária a uma administração e a um regime como atualmente — fato comprovado pelos inquéritos de opinião pública, pelas reivindicações de classes, pelo noticiário de imprensa e pelos movimentos de protesto —, sobretudo o movimento estudantil. O nível de eficiência do Govêrno também é muito baixo — coisa que se demonstra, diàriamente. O Govêrno chega a vetar iniciativas do próprio Govêrno, quando não se vê forçado a revogá-las, como ocorreu com o decreto sôbre pesquisas e explorações na plataforma submarina. A vitória governamental, na Câmara, quando foi votado o projeto de anistia, equivaleu a uma vitória de Pirro. Teve o Govêrno que se comprometer a enviar, até o fim do ano, um projeto de anistia à Câmara para reunir os votos necessários à rejeição do projeto oposicionista. Por que, então, tanta euforia?

O Govêrno do marechal Costa e Silva se caracteriza por uma extrema falta de equilíbrio emocional. Passa da euforia para a depressão com uma impressionante rapidez. A impressão que se generaliza, nos meios políticos, é a de que a alegria atual foi provocada por uma interpretação eminentemente subjetiva de certos fatos ocorridos nas últimas semanas. Por exemplo: a ocupação da Tcheco-Eslováquia por tropas das cinco nações do Pacto de Varsóvia. O Govêrno considerou êsse fato um golpe de morte nas esquerdas brasileiras. E, como julga que as esquerdas brasileiras (que incluem setores muito diferenciados do ponto de vista ideológico) seguem ordens emanadas de Moscou, passou a acreditar que elas estão neutralizadas, no plano interno. Outro fato: o pronunciamento do Papa Paulo VI contra o uso da violência para a realização de reformas sociais. É verdade que, no Brasil, tem sido a direita quem promove a violência — como se verificou, agora, em São Paulo. Mas, por misteriosos caminhos, o Govêrno chegou à conclusão de que o pronunciamento do Papa (e o Papa não podia fazer outra coisa) veio reforçar a sua posição no Brasil.

A suspensão transitória dos movimentos estudantis de protesto e o surgimento (que também era inevitável) de divergências de natureza política e eleitoral no âmbito universitário contribuíram para a euforia governamental. Isso demonstra, apenas, que o Govêrno estava em pânico diante do movimento universitário. Agora, ganhou o Govêrno algum tempo para dar ênfase aos documentos sôbre uma tímida reforma da estrutura universitária que — evidentemente — não realizará. Creio, no entanto, que três fatôres prevaleceram para dar alegria ao Govêrno: a realização de uma parada militar e a proximidade de outra parada militar; discussão oficial em tôrno do chamado "Conceito Estratégico Nacional"; a desenfreada propaganda sôbre as atividades governamentais, a começar pelo caudaloso rio de papel que se refere à integração da Amazônia. Sentindo-se capaz de realizar paradas militares, divulgando uma versão condensada dos velhos documentos da Escola Superior de Guerra e acreditando — piamente — na sua própria publicidade, o Govêrno saiu da fossa para os píncaros da Lua.

Mas a euforia pode acabar a qualquer instante, dado o seu caráter puramente episódico. A reforma cambial, ao que tudo indica, vai agravar o surto inflacionário. As reivindicações sociais e trabalhistas vão aumentar. As divergências políticas, na área oficial, são crescentes. O Papa, depois de um passo atrás, pode dar dois ou três passos adiante. As tropas estrangeiras podem sair da Tcheco-Eslováquia. Os estudantes podem voltar às manifestações de protesto. As oposições podem unir-se (pelo menos é o que tentam fazer, agora), o "Conceito Estratégico Nacional" sairá do noticiário, as paradas acabarão a 7 de setembro e a banda — lògicamente — vai passar. Com a mesma rapidez, o Govêrno cairá dos píncaros lunares, próximos ao Mar da Serenidade em que gosta de banhar-se a sêco, para voltar à fossa. E terá que rezar, ardentemente, para que cheguem — quanto antes — a rainha Elizabeth e o Natal. É preciso não esquecer o Natal.

Nº. PROCESS. 131-1p.76

8

CORREIO DA MANHÃ

12 SET 1968

1

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

A face da repressão

Hermano Alves

O ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, iniciou a guerra psicológica contra as categorias de trabalhadores que estão reivindicando aumentos de salários. O coronel e senador Passarinho — bem mais coronel do que senador — afirmou que há agitadores infiltrados nos meios sindicais, sobretudo entre os bancários, os metalúrgicos e os trabalhadores em petróleo e derivados, e que o movimento reivindicatório tem objetivos puramente políticos. É o primeiro passo para a repressão, que o coronel Passarinho já prometeu executar. O próximo passo será, ao que tudo indica, a publicação de informações (melhor seria dizê-las informes, pois, na realidade, trata-se de fatos sem confirmação) vinculando o movimento reivindicatório a um plano geral de derrubada do Govêrno. O coronel Passarinho sabe que tais acusações são falsas, mas começou a criar o clima necessário para veiculá-las, na hora oportuna, com o maior estardalhaço possível. É possível que, durante o processo, o coronel Passarinho também faça algumas acusações a extremistas de direita, para dar — como se diz na gíria — uma no cravo e outra na ferradura. O ministro do Trabalho já usou essa tática antes e ela é bem conhecida, sobretudo dos trabalhadores, que, ao ouvir o seu nome, nas assembléias de classe, têm o curioso hábito de vaiá-lo. A tática do coronel Passarinho consiste no seguinte: êle esmaga, pela fôrça ou pela ameaça, os movimentos de reivindicação salarial, acusando extremistas de esquerda, enquanto adverte a Nação sôbre o perigo de um "endurecimento" ou de um golpe de extremistas de direita. Com isto, êle julga que muitos incautos continuarão a acreditar que êle — coronel Passarinho — é um liberal, um democrata-cristão, um solidarista ou assemelhado. É possível que o ministro do Trabalho ainda consiga aplausos em determinados setores, sobretudo nas Fôrças Armadas, ao usar de todo o rigor contra os trabalhadores ao mesmo tempo em que fala em democracia representativa. Mas, a sua política não lhe garante o apoio dos trabalhadores — até mesmo porque o coronel Passarinho não está falando para os operários, mas para os militares. Êle quer redourar os seus brasões na repressão, pois não quer ficar para trás na corrida pelo "endurecimento", desencadeada pelos generais Jaime Portela e Carlos Meira Matos e por seus correligionários militares e civis — já que existem civis comprometidos com essa trama.

Os trabalhadores — a começar pelos bancários — estão reivindicando, basicamente, um aumento de salário condizente com o cálculo real do custo da vida (que não é, evidentemente, o cálculo feito pelo Govêrno) e a devolução da parte do poder aquisitivo que lhes foi retirada pela chamada política de contenção. O próprio coronel Passarinho encarregou-se, na hora em que tentava fixar uma imagem de liberal e democrata, de afirmar que os trabalhadores tinham sofrido um virtual confisco de poder aquisitivo, sendo-lhes lícito e justo reivindicar a devolução dos salários confiscados. Chegou a explicar, na Câmara dos Deputados, que as equações aplicadas pelo Govêrno do marechal Castelo Branco, para fins de estabelecer a relação entre os aumentos de salários e o aumento do custo da vida, tinham um vício de origem e apenas prejudicavam os trabalhadores. No entanto, quando houve o movimento grevista de Minas Gerais e, mais tarde, quando houve a greve de Osasco, o coronel Passarinho chefiou a repressão, distribuindo ameaças e brandindo com a Lei de Segurança. E outra não podia ser a sua atitude no quadro geral da situação. O ministro do Trabalho não pode, no contexto de uma política que se diz eminentemente deflacionária, admitir as negociações diretas entre trabalhadores e empresários, permitir o exercício do direito de greve e consentir que, na prática, as categorias reivindicantes demonstrem que os cálculos impostos pelo Govêrno são puramente arbitrários. Se êle fizesse tal coisa, não seria mais ministro do Trabalho — a menos que o Govêrno abrisse mão da chamada política de contenção, coisa que o marechal Costa e Silva não quer fazer. Todos os sinais demonstram que o coronel Passarinho iniciou a guerra psicológica para impedir que os trabalhadores reivindiquem os seus direitos ou para justificar a repressão, no caso do aprofundamento das ações reivindicatórias. A moeda da repressão governamental não tem coroas. Só tem caras e uma delas é a efígie do coronel Passarinho.

Nº Proc. 131.10.77

E.M. Nº 28/SG-1/68 ANEXO Nº 5

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 2º - SEÇÃO	
ORGÃO: CORREIO DA MANHÃ	ASSUNTO: HERMANO ALVES
DATA: 19 Setembro 1968	

a-feira, 19 de setembro de 1968 1.º Caderno

Altos e grossos

Hermano Alves

A Universidade de Brasília foi invadida há 21 dias. E, até agora, o general Emílio Garrastazú Medice, encarregado de fazer uma sindicância sôbre o caso, não deu sinal de vida. Trata-se do chefe do Serviço Nacional de Informações — o organismo encarregado da espionagem interna. Tinha a obrigação funcional de saber, com antecedência, que um grupo de militares do Exército (alguns investidos de funções na Polícia Federal, outros não) preparava uma ação militar sôbre o *campus* da Universidade. Se soube, não contou a ninguém. Nem ao marechal Costa e Silva. Acredito, mesmo, que não tenha sabido — o que não é desculpa. Todo mundo, em Brasília, sabia que, mais cedo ou mais tarde, o chamado "dispositivo militar" invadiria a universidade para prender alguns dirigentes do movimento estudantil e para criar um clima político favorável ao que se chama — um tanto eufemisticamente — de "endurecimento". Mas o chefe da espionagem interna não tinha conhecimento de coisa alguma. Foi encarregado de fazer uma sindicância, que mais parece um parto da montanha. Até o momento em que êste artigo era composto, nas oficinas do jornal, ignoravam-se os resultados da famosa sindicância Garrastazú. Em Brasília, todo mundo aposta para saber quem será o bode expiatório entre tantos participantes da operação de 29 de agôsto — a célebre batalha da universidade. Há quem diga que será o coronel Palma Cabral, secretário de Segurança, que se prepara para fazer uma viagem aos Estados Unidos. Há quem afirme — com evidente ceticismo — que alguns soldados da Polícia Militar, que espancaram o deputado Santilli Sobrinho, serão punidos. Mas há quem julgue, até mesmo, que não haverá punições por causa do "acidente de Brasília" a que se referiu — com elegância palaciana — o secretário de Imprensa da Presidência, sr. Heráclio Sales.

O inquérito parlamentar foi desarticulado porque os deputados pertencentes à ARENA — o partido governista — passaram a obstruir os trabalhos da Comissão, recusando-se a ouvir testemunhas essenciais. Por exemplo: não quiseram ouvir (e tinham a maioria dos votos para isso) o coronel Carlos Evaristo, chefe do Estado-Maior da 11ª Região Militar. O coronel Evaristo foi apontado, por dois depoentes (o general Dionísio do Nascimento e o coronel Raul Munhoz, ambos da Polícia Federal), como o oficial que garantiu o apoio das tropas do Exército para a operação da Universidade. Por causa disso, houve movimentação de fôrças do Exército que, em caso de necessidade, poderiam ter atacado o campus universitário. Outra testemunha dispensada pela ARENA: o general Meira Matos. Dias depois do ataque à Universidade, o general Meira Matos afirmava ao sr. Daniel Krieger, líder da maioria no Senado, e a outros políticos, que havia uma "guerra revolucionária" em processo no País e que o movimento estudantil dela participava. O general Meira Matos, por ser o autor do relatório que tomou o seu nome, no Ministério da Educação, por ser teórico (ou prático?) de "guerra revolucionária" e por ser o inspetor-geral das polícias militares, que sempre participam da repressão violenta ao movimento estudantil, era uma testemunha indispensável. Mas a ARENA resolveu dispensá-lo, por determinação do seu líder, sr. Ernâni Sátiro, que recebeu ordens expressas do Govêrno.

A ordem, portanto, não era a de se descobrir os responsáveis, mas de encobrir-se o que fôsse possível. E como alguns oficiais superiores do Exército, exatamente do grupo que faz política radical de direita, não se sentiram muito à vontade, respondendo às perguntas dos deputados oposicionistas, foi ordenado o enquadramento da ARENA para a limitação do inquérito parlamentar. Era melancólico ver-se como todos fugiam à responsabilidade. O coronel Munhoz não sabia a diferença entre prisão e detenção. Nenhum dêles parecia saber que, para prender-se um cidadão, dentro de uma casa (a sede da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília), era necessário, além do mandado de prisão, o mandado de busca. Pelos depoimentos, as tropas foram tão corretas, em sua ação repressiva, que qualquer incauto chega à conclusão de que os estudantes feriram-se uns aos outros. E não faltou o detalhe cômico de um ferimento a bala, de raspão, no dedo mínimo de uma das mãos de um oficial da Polícia Militar, que teria sido provocado por projétil calibre 22. Por conta dêsse ferimento, abriu-se um inquérito. Por conta dos ferimentos infligidos a estudantes (um quase morreu, outro ficou desequilibrado, um terceiro recebeu uma bala na perna), ninguém se lembrou de abrir inquérito. E a bancada da .... ARENA recebeu ordens de abafar o que pudesse, para que o inquérito (êsse IPM às avessas) não permitisse a identificação dos verdadeiros e principais responsáveis, que continuam pairando alto e falando grosso.

N8. PROCSS. 131.1p.78

13

CORREIO DA MANHÃ

26 SET 1968

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

1

A corrupção armada

Hermano Alves

Tem razão o deputado Edilson Távora (ARENA — Ceará) quando afirma que a utilização constante da fôrça para a repressão aos movimentos de protesto está contribuindo, de maneira decisiva, para criar, no Brasil, a mentalidade da violência. O deputado referiu-se, especificamente, ao caso do Pará, onde o brigadeiro Haroldo Veloso, deputado pela ARENA, participante das conspirações militares que culminaram com o movimento de março/abril de 1964, foi ferido a bala pela Polícia do coronel Alacid Nunes, governador do Estado. Procurou demonstrar que a violência se torna contagiosa, no presente regime.

Eu creio que a violência já se tornou institucional. O episódio da Universidade de Brasília é revelador. A universidade foi atacada por tropas da Polícia Militar porque era considerada um baluarte de elementos (professôres e estudantes) participantes da "guerra revolucionária" a que se referem os generais Meira Matos e Antônio Muricy. Nenhum dos oficiais superiores envolvidos no caso da invasão da universidade demonstrou qualquer arrependimento. Quando muito, dois dêles — o coronel Munhoz e o coronel Gay — reconheceram que, se tivessem previsto a tempo as repercussões negativas, teriam desaconselhado a operação. Mas nenhum dêles pestanejou diante da hipótese do emprêgo normal dos meios de violência — fuzis, mosquetões, baioneta armada, bombas de efeito moral, cassetetes etc. O coronel Jurandir Palma Cabral, secretário de Segurança de Brasília, prepara-se para fazer uma viagem aos Estados Unidos. É o prêmio — talvez de consolação — se o relatório Garrastazu (quando será publicado?) determinar o seu sacrifício. Tais prêmios são normais no atual regime. O capitão José Ribamar Zamith, que se tornou muito conhecido pelas violências que cometeu na Vila Militar e na Baixada Fluminense, foi premiado com a indicação para um curso nos Estados Unidos. O coronel Ferdinando de Carvalho, célebre pelas arbitrariedades que praticou em inquéritos policiais-militares, foi nomeado adido militar no exterior. O famoso coronel Hélio Ibiapina também recebeu prêmio semelhante. O general José Horácio da Cunha Garcia, autor daquela ordem-do-dia que afirmava que os estudantes do Rio seriam tratados como invasores do solo da Pátria, foi nomeado embaixador.

Se o inquérito sôbre os acontecimentos de Brasília fôsse levado às últimas conseqüências, os inquiridores teriam que bater à porta do general Jaime Portella, na Presidência da República. Se o inquérito sôbre o terrorismo em São Paulo fôr (não creio que seja, mas sempre há a esperança) levado às últimas conseqüências, as portas do Gabinete Militar da Presidência terão que ser arrombadas. Aliás, todos os caminhos da violência conduzem, de uma forma ou de outra, ao general Portella. Na Guanabara, o general França, secretário da Segurança, é um espinho do general Portella atravessado na garganta do general Syseno Sarmento, comandante do Primeiro Exército. O general França dedica-se à exibição da violência. Se um grupo de senhoras, intelectuais e estudantes quer protestar contra a presença do general Westmoreland (êsse internacionalmente célebre especialista em violência) no Brasil, o general França manda dissolver a manifestação a pau. Outro dia, ultrapassando todos os limites do ridículo, êsse general comandou as tropas que esvaziaram pneus dos freqüentadores de um restaurante na Zona Sul. Agora, descobre-se que êle quer interrogar a sra. Márcia Kubitschek Barbará, filha do ex-presidente Juscelino Kubitschek, para saber por que ela foi à grande passeata popular, mais conhecida como Passeata dos Cem Mil. Está cometendo tantas violências e se tornando alvo das reclamações gerais e do desprêzo público que até parece ser pretendente a uma embaixada.

A corrupção pela violência da sociedade brasileira está sendo promovida pelo próprio regime. É uma corrupção pior do que a corrupção tradicional, das ladroeiras, que aliás não foi eliminada pelos "incorruptíveis revolucionários" de 1964. O conceito de "guerra revolucionária", oficialmente implantado (e que, agora, através da Conferência dos Exércitos Americanos, se dissemina pelo Continente inteiro), é uma peça muito importante nesse processo de corrupção pela violência, pela tortura, pelo ódio, pela calúnia organizada no âmbito da chamada "comunidade de informações" a que se referiu, no inquérito da Câmara, o coronel Munhoz. Tudo isso serve, apenas, para demonstrar que há uma crise de autoridade, muito profunda. A crise de autoridade conduz ao autoritarismo sob tôdas as suas formas. Ela é decorrência natural da falta de legitimidade de um regime militarista, impôsto (a corrupção pelo mêdo) ao país por um grupo de chefes militares que resolveu transformar as Fôrças Armadas em simples polícias para manter-se no poder de qualquer maneira.

Nº. PROCSS. 131.Jp.79

E.M. nº 28/SC-1/68 ANEXO Nº 7

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 2º - SEÇÃO

ORGÃO: CORREIO DA MANHÃ | ASSUNTO: Câmara dos Deputados

DATA: 03 de Out. de 1.968

RESUMO:

quinta-feira, 3 de outubro de 1968 CORREIO DA MANHÃ 1.º Caderno

Um problema de autoridade

Hermano Alves

A Câmara dos Deputados iniciou ontem o seu exame de consciência, no momento em que uma nova campanha de desmoralização do Congresso Nacional está em curso, promovida pelos mesmos grupos militaristas que pregam o golpe de Estado e que determinaram a invasão do *campus* da Universidade de Brasília com o intuito de criar um clima de "endurecimento" capaz de permitir o fechamento do Poder Legislativo, o expurgo político do Poder Judiciário, a intervenção nos Estados, a repressão ao movimento sindical, a censura à Imprensa e o esmagamento dos movimentos de estudantes, intelectuais e artistas. Quem está promovendo essa campanha? Sem dúvida, o general Meira Matos, teórico e prático da chamada "guerra revolucionária", participa da operação. Não disse êle a alguns políticos do Govêrno que o Brasil vive "a terceira fase de guerra revolucionária" e que não se pode tolerar a formação de "territórios livres", sejam êles quais forem — inclusive no Congresso Nacional? Não é o general Meira Matos quem está articulando as polícias militares procurando aumentar-lhes os efetivos para engajá-las nesse processo de "guerra revolucionária" que procura oficializar? É o general Meira Matos o *alter ego* do general Jaime Portella, o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, a quem parece dominar inteiramente. É um dêsses segredos de polichinelo, que todo mundo, nos meios políticos, está cansado de saber, a campanha que o sr. Gama e Silva, ministro da Justiça, está desenvolvendo, nos meios governamentais, para que se estabeleça uma censura rígida à Imprensa. Pelas informações que se veiculam no Congresso, o próprio ministro da Fazenda, sr. Delfim Neto, vê com bons olhos êsse "endurecimento" pretendido pelos setores mais exacerbados do militarismo. Na Guanabara, o general João Dutra de Castilho, comandante da Vila Militar, é apontado — pelos partidários do general Meira Matos — como elemento fundamental na escalada do "endurecimento", enquanto o ministro do Exército, general Lira Tavares, é criticado como "liberal", não faltando quem se refira a êle, de modo pejorativo, classificando-o de "escritor". Não é à toa que o general Emílio Garrastazú Medice, chefe do Serviço Nacional de Informações, procura arquivar o caso da invasão da Universidade de Brasília em que se envolveram — profundamente — oficiais ligados aos generais Portella e Meira Matos. Também não foi gratuitamente que o governador de São Paulo, sr. Abreu Sodré, se viu obrigado a recuar nas suas denúncias sôbre a conspiração de direito. E não foi por acidente que, nos meios governamentais, o sr. Abreu Sodré passou a ser ridicularizado de modo sistemático.

O processo de golpe está desencadeado e, a esta altura dos acontecimentos, a posição do Congresso torna-se de grande importância. É uma vítima em potencial. Ao mesmo tempo, é um centro de decisões que se pode restaurar no instante de grave crise, quando os militaristas e os burocratas civis que os apóiam virem-se — diante dos problemas administrativos, sociais e econômicos — sem outros recursos para a ação, a não ser o golpe imediato. Portanto, não cabe à Câmara dos Deputados fazer um exame de consciência em têrmos de reorganização dos seus trabalhos legislativos, neste momento. Cabe-lhe fazer o verdadeiro exame de consciência, muito rápido e eficaz, que é o de reconhecer que está cercada, e agir, politicamente, com vontade e coragem. Deve a Câmara demonstrar que não tem mêdo de uma nova invasão promovida pelo general Meira Matos que, da última vez, foi um simples cumpridor de ordens, mas que agora pretende dá-las. Na medida em que a Câmara (e, por extensão, o Senado) demonstrar que não teme as ameaças dos setores militaristas, que falam em nome do Exército, mas que na realidade apenas se utilizam das Fôrças Armadas como instrumentos na conquista do poder, o golpe virá por água abaixo. Há resistências evidentes na própria área militar, nas fôrças políticas tradicionais, em alguns governos de Estados. Os grupos que preparam o golpe ainda não estão em condições de desencadeá-lo com a necessária presteza. Se estivessem, não teriam tanto empenho em desmoralizar o Congresso ou a Universidade de Brasília. Teriam fechado, um e outra, pura e simplesmente. Por enquanto, êsses grupos precisam do marechal Costa e Silva, que também sofre pressões no sentido contrário. Se vitoriosos, poderão dispensar os seus serviços, como a um outro general Naguib, que, curiosamente, seria substituído por uma comissão de Onganias. Se a Câmara tiver a sabedoria necessária, o golpe será abortado a tempo. Mas não será com a discussão da reforma do seu regimento interno que ela conseguirá tal coisa. O problema não é de regimentos internos, mas de outros regimentos — de Infantaria, de Cavalaria etc. — que respeitarão a autoridade de quem tiver condições psicológicas e morais de afirmá-la, sem temores nem hesitações.

Nº Process-131.P.80

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - SG - 1	
ORGÃO: CORREIO DA MANHÃ	ASSUNTO: "CM"
DATA: 05 de Dezembro de 1.968	
RESUMO:	

Briga de foice

CM

Hermano Alves

Diz o Govêrno que está sofrendo uma pressão intensa dos militares para que exija, da Câmara dos Deputados, a licença para o processo de cassação do deputado Márcio Moreira Alves. Na realidade, tais pressões são exercidas pelo grupo do general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar da Presidência e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Se o marechal Costa e Silva tivesse a intenção de resistir às pressões, o general Portela já estaria de volta às fileiras do Exército, aguardando a sua vez para a promoção ao pôsto de general-de-divisão — pois ainda é general-de-brigada. Mas o marechal Costa e Silva, na Presidência da República, continua sob a orientação do general Portela, como se ainda estivesse no Ministério do Exército. Aliás, naquela época, quando houve uma altercação entre o marechal Costa e Silva e o falecido marechal Castelo Branco, então presidente, êste lhe disse: — "Mande o Portela me depor!" No episódio atual, foi o general Portela quem telefonou ao general Lira Tavares, ministro do Exército, determinando, em nome do marechal Costa e Silva, que o ministro pedisse a punição do sr. Márcio Moreira Alves. O ministro ficou em situação difícil. Também êle é candidato, em potencial, à Presidência da República, na eleição indireta. Diante da compulsória, esperava a confirmação no cargo de ministro, que dependia do marechal Costa e Silva. Mas se pedisse a cassação de um deputado, criaria um ambiente desagradável para a sua candidatura no Colégio Eleitoral, que é o Congresso. Por isso, o ministro oficiou ao presidente, pedindo uma providência contra o deputado mas não c... ... providência. E não mexeu uma palha para solicitar o apoio dos ministros da Aeronáutica e da Marinha que sòmente se movimentaram depois que o general Portela e o incontido ministro da Justiça, professor Gama e Silva (que é uma espécie de dr. Mabuse do atual regime), lhes recomendaram que não deixassem o Exército sòzinho em tal situação. O almirante Augusto Rademacker e o brigadeiro Márcio Souza e Melo, pensando acudir em socorro do ministro do Exército, na realidade deram cobertura a uma manobra do general Portela — contra a Câmara. Ou seja: contra o Colégio Eleitoral.

Quando a Câmara esboçou a sua primeira reação negativa (antes, mesmo, da obstrução na Comissão de Justiça), o general Portela e o seu grupo disseram a vários deputados que os ministros militares exigiam a punição do sr. Márcio Moreira Alves. Se a Câmara não concedesse a licença para o processo — diziam os portelistas — o ministro Lira Tavares, imediatamente, colocaria o cargo à disposição do presidente da República. Isso aconteceu no instante exato em que o ministro do Exército aguardava a confirmação presidencial para ficar no cargo e — conseqüentemente — no esquema da sucessão para 1970. O raciocínio, àquela altura dos acontecimentos, era o seguinte: se a Câmara rejeitasse a licença, o general Lira Talaves seria acusado de ter conduzido o Govêrno a uma derrota, para que se demitisse; se a Câmara deferisse o pedido de licença e a repercussão na opinião pública fôsse (como evidentemente será, nesse caso) negativa, o ministro do Exército seria responsabilizado por tudo, nos meios políticos. Trata-se de uma manobra primária, de estratégia de lanchonete, estudada e desencadeada pelo portelismo. Além de significar um atentado ao Congresso (leia-se: Colégio Eleitoral), naquilo que êle tem de fundamental, que é a inviolabilidade do mandato representativo, a manobra visava à eliminação prévia da candidatura do general Lira Tavares. Todos êstes fatos apenas revelam, em suas minúcias, que a luta pela sucessão presidencial já começou, na base da intriga mais desesperada. Neste momento, segundo a opinião de alguns dirigentes políticos da área governamental (cujos nomes, evidentemente, não revelarei), quem está capitalizando é o general Albuquerque Lima. Dizem tais políticos que se a Câmara conceder a licença, o ministro do Interior poderá afirmar, nos meios militares, que o Govêrno — na sua incompetência — moveu céus e terras para remover um obstáculo secundário, mas se a Câmara não conceder a licença, o mesmo ministro passará a explicar que o Congresso, desmoralizado, não tem condições para funcionar como Colégio Eleitoral. O coronel Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho, que está lutando contra o general Albuquerque, depois de uma série de hesitações, resolveu aderir ao esquema de pressões que o portelismo desencadeou contra a Câmara. Esqueceu-se de que é senador, visitou o Terceiro Exército (para trabalhar as bases eleitorais) e exigiu que a Câmara concedesse a licença, sob pena de estar encampando os conceitos desairosos contra as Fôrças Armadas que êle — *le petit oiseau* — atribuiu ao sr. Márcio Moreira Alves. Verifica-se, portanto, que há mais um candidato à Presidência, disputando a simpatia presidencial, no momento em que o general Albuquerque cai em desgraça e prefere esperar, na tropa, que o Govêrno também caia e que alguém vá buscá-lo em *Colombey-Les-Deux-Eglises*. A um deputado que o interpelou, o coronel Passarinho saiu-se com esta: "Quem deu aquela entrevista não foi o Jarbas Passarinho, mas o ministro de Costa e Silva." Torna-se muito claro, assim, que não é, pròpriamente, a sorte do deputado Márcio (ou qualquer outro deputado) que está em jôgo. Assistimos às primeiras escaramuças pela sucessão de um Govêrno que ninguém, em sã consciência, considera eficiente e hábil. Empenham-se, em tais escaramuças, os partidários da eleição indireta em 1970 e os partidários da dissolução do Colégio Eleitoral — uns por isto e outros por aquilo. E tudo se processa através da exploração indébita, insólita e insolente do prestígio das Fôrças Armadas, que não pediram a cabeça de qualquer deputado nem querem o fechamento do Congresso.

Nº PROCESS 131.1.81

DOCUMENTO ANEXO Nº 1 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

Manifesto

à

Nação

Nº Proc. 131/82

Enquanto não se restabelecer a legalidade democrática, dentro do princípio da independência e da harmonia dos Poderes, com o respeito às decisões dos Tribunais e dos Juizes, à soberania dos órgãos legislativos e à integridade de cada pessoa e cada família, o Brasil não conseguirá fixar os seus objetivos e lançar-se à sua conquista, com a coragem e a paciência que os grandes problemas do país estão a exigir.

AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Não pode a Nação viver em clima de intolerância e de opressão, perdendo a clara visão das suas responsabilidades presentes e das suas possibilidades futuras.

Conclamamos o povo e tôdas as fôrças políticas para a plena restauração do regime federativo, das liberdades democráticas e dos direitos individuais, tais como expressos na Constituição da República e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esperando que todos os brasileiros, de todos os setores sociais e de todos os pontos do país, trabalhem nesse sentido, encaramos como imperativos da hora atual:

— a garantia irrestrita dos direitos de opinião, associação, reunião e propaganda;

— a reintegração, na plenitude dos seus direitos civis e políticos, de todos os cidadãos, sem restrições nem discriminações;

— a cessação dos inquéritos policiais-militares de natureza política;

— a libertação dos presos políticos;

— a realização das eleições municipais, estaduais e federais em 1965 e 1966;

— a proscrição de tôdas as manobras prorrogacionistas ou intervencionais;

— a suspensão das intervenções nos sindicatos de trabalhadores e nas associações e diretórios de estudantes;

— o respeito à liberdade de cátedra e à autonomia universitária.

Condenamos tôdas as tentativas de restrições aos direitos individuais e de suspensão das liberdades públicas; a delação, a violência e a tortura; o obscurantismo, o terror cultural e tôda sorte de discriminações políticas, culturais, religiosas, ideológicas e raciais.

Rejeitamos as decisões de política econômica e financeira que — com o sacrifício do povo pelo aumento do custo da vida e pela compressão salarial — se baseiem na alienação da riqueza nacional,

N8-PROCSS.131-1/p.83

alterem o estatuto das emprêsas de propriedade estatal ou acarretem o enfraquecimento, das entidades de economia mista; e as que, a pretexto de estímulo aos investimentos estrangeiros, causem prejuízo à iniciativa privada tipicamnte nacional.

E denunciamos como contrária aos legítimos interêsses nacionais tôdas as medidas que estão levando à progressiva transferência para o exterior dos centros de decisão sôbre a economia, as finanças, o planejamento e a política internacional do Brasil.

Desta maneira, na busca de soluções democráticas para a grave crise política nacional, resolvemos lançar o Movimento Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, dirigindo esta conclamação a todos os brasileiros, para que dêem a sua adesão, individual ou coletiva, aos seguintes objetivos de reintegração do país no império da lei, na ordem democrática e na plena vigência da Constituição Federal de 1946:

1. A defesa intransigente dos direitos e garantias individuais e políticas;
2. A luta pela realização das eleições de 1965 e 1966 como condição necessária à redemocratização do país;
3. A convocação de uma Conferência Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, com vistas à fixação dos objetivos brasileiros, em têrmos de respeito à soberania nacional e às características e peculiaridades de nossa formação cultural, para a garantia de que caberá ao Brasil e ao seu povo governarem-se sem tutelas internas ou externas.

Alceu Amoroso Lima — escritor; Alfredo Ceschiatti — escultor; Alfredo Marques Viana — editor; Aloísio Magalhães — pintor; Anísio Teixeira — educador; Antônio Callado — jornalista; Antônio Figueira Filho — estudante; Antônio J. Chediak — professor; Augusto Rodrigues — pintor; Augusto Vilas-Boas — jornalista; Ayres da Mata Machado — professor; Barbosa Lima Sobrinho — escritor; Bavard Demaria Boiteaux — professor; Berilo Dantas — jornalista; Bolivar de Freitas — professor; Cândido de Oliveira Neto — advogado; Carlos Diegues — cineasta; Carlos Heitor Cony — escritor; Carlos Ribeiro — editor; Celina Narah Telles, viúva Ladário Telles; Cícero Sandroni — editor; Cláudio Mello e Sousa — jornalista; Danton Jobim — jornalista; Darwin Brandão — jornalista; Dias Gomes — teatrólogo; Domar Campos — economista; Durval Lôbo — urbanista; Edgar Mata Machado — professor; Edmundo Muniz — jornalista; Edson Cabral — jornalista; Eduardo Augusto Viana — estudante; Eduardo

Nº - PROCESS. 131. 1p. 89

Frieiro — escritor; Eduardo Portella — escritor; Edu Lôbo — compositor; Fernando de Azevedo — sociólogo; Fernando Barbosa Lima — produtor de TV; Fernando de Barros — estudante; Fernando Leite Mendes — jornalista; Ferreira Gullar — escritor; Flávio Rangel — teatrólogo; Flávio Tavares — jornalista; Florestan Fernandes — sociólogo; Fortuna — caricaturista; Glauco de Oliveira Campelo — arquiteto; Hélio de Almeida — engenheiro; Hermano Alves — jornalista; Ítalo Campofiorito — arquiteto; Jaime Tiomno — físico; João Batista Mesquita — estudante; João Carlos Alvim Corrêa — advogado; João Carlos Meirelles — advogado; João Cruz Costa — professor; João Filgueiras Lima — arquiteto; João do Valle — compositor; Joaquim Pedro de Andrade — cineasta; Joel Silveira — jornalista; Jorge R. Salles — estudante; José Gregori — advogado; José Gonçalves Fontes — jornalista; José Honório Rodrigues — historiador; Josemar Dantas — jornalista; José Louzeiro — escritor; José Mauro — jornalista; José Teixeira — estudante; Limeira Tejo — escritor; Luís Alberto Barreto Leite — jornalista; Luís Carlos Barreto — cineasta; Luísa Barreto Leite — atriz; M. Cavalcanti Proença — escritor; Marcelo de Alencar — advogado; Márcio Moreira Alves — jornalista; Marcus Pereira — publicatário; Mário Carneiro — cineasta; Mário Magalhães — médico; Mário Martins — jornalista; Mário Mazzei Guimarães — jornalista; Mário Pedrosa — escritor; Maurício Roberto — arquiteto; Mauro Lins e Silva — médico; Millor Fernandes — escritor; Moacyr Werneck de Castro — jornalista; Nadja Andrade — professôra; Nélson Pereira dos Santos — cineasta; Nélson Róssi — professor; Newton Carlos — jornalista; Oduvaldo Viana Filho — teatrólogo; Oscar Niemayer — arquiteto; Osíris Lopes Filho — estudante; Oswaldo Gusmão — advogado; Otto Maria Carpeaux — escritor; Paulo Duarte — professor; Paulo Francis — jornalista; Paulo Ribeiro — advogado; Raymundo Magalhães Júnior — escritor; Reinaldo Jardim — jornalista; Roberto Faria — cineasta; Roberto Lyra — professor; Ronaldo Chaer do Nascimento — estudante; Rui Guerra — cineasta; Sabino Barroso — arquiteto; Sérgio Buarque de Holanda — historiador; Sérgio Cabral — jornalista; Sérgio Tostes — estudante; Tarcísio de Holanda — jornalista; Thereza Cesário Alvim — jornalista; Wilson Rahal — jornalista.

ADESÕES PODEM SER ENDEREÇADAS À AVENIDA MARECHAL FLORIANO, 143, SALA 1002.

Nº PROCESSO 131.1985

3 cópias

OFÍCIO
Nº 1.594, de 1968

Solicita licença para processar o Deputado Hermano Alves, na forma do art. 34, § 1º, da Constituição.

(DA JUSTIÇA MILITAR — 1ª AUDITORIA DA MARINHA)

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA)

1ª AUDITORIA DA MARINHA

Rio de Janeiro, E. G., 12 de novembro de 1968.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Assunto: Solicitação de licença para processar Deputado.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

1. Em cumprimento ao que determina a Constituição de 1967, no Artigo 34, em seu § 1º, solicito que Vossa Excelência se digne submeter à Câmara, o pedido de licença para processamento do Deputado Hermano de Deus Nobre Alves, que também se assina Hermano Alves.

2. Para tanto, anexo ao presente cópia autenticada da denúncia do Procurador da Justiça Militar, em exercício nesta Auditoria.

Com os protestos de elevada consideração, apresente minhas Saudações. — Dr. *Arnaldo Carnascali*, Juiz-Auditor.

Exmo. Sr. Dr. Auditor da Primeira Auditoria da Marinha.

O Procurador da Justiça Militar, Substituto, em exercício, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 120, do Código da Justiça Militar, vem, com fundamento nos inclusos documentos, oferecer denúncia contra

HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES, que também se assina HERMANO ALVES, brasileiro, natural da Guanabara, com 41 anos de idade, filho de Antônio José Alves e Julieta Nobre Alves, Deputado Federal e residente à SQ-105, Bl. 10, apt. 301, Brasília,

pelo fatos delituosos que passa a expôr.

Ninguém, com isenção de ânimo, pode pôr em dúvida o clima de liberdade vigente, inclusive na imprensa, bastando para o reconhecimento de tal afirmativa a leitura dos jornais que se publicam em todo o País, onde se constata a variedade, sem restrições, dos assuntos nêles tratados.

Não é possível, porém, que aquêles que têm a facilidade de dispôr de colunas em jornais, usem de suas prerrogativas para o cometimento de crimes de natureza diversas, previstos no Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, que define os crimes contra a Segurança Nacional e a ordem política e social, como ocorre com o denunciado, o qual, nas suas práticas delituosas, ultrapassou o direito de crítica e da liberdade da manifestação do pensamento, para situar-se no campo do ilícito penal, tanto mais quanto não se pode aceitar liberdade, sem responsabilidades.

Realmente, dos exames dos inclusos documentos, fácil é verificar que o denunciado, num verdadeiro concurso material de delitos definidos na Lei de Segurança Nacional, infringiu, através de artigos de sua autoria, publicados no "Correio da Manhã", edições de 25 de janeiro, 4 de abril, 29 de agôsto, 12 de setembro, 19 de setembro, 26 de setembro e 3 de outubro, tudo do corrente ano, disposições contidas nos artigos 14, 23, 29, 31 e 33, incisos I e III, do citado Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967.

E, para demonstrar que os crimes praticados pelo denunciado estão perfeitamente tipificados, basta reproduzir alguns trechos, dos apontados artigos, de autoria do denunciado:

1. "Correio da Manhã" de 25 de janeiro de 1968 — *Fôrças Inermes*:

.....

"O exame da questão militar brasileira, em todos os seus aspectos, tornou-se um imperativo da hora que o País está vivendo. Inclusive porque a cúpula militar que governa o Brasil não se mostrou competente para garantir a segurança nacional — que ela confunde com a repressão policial às fôrças políticas que precederam as mudanças na estrutura sôcial e econômica do País (geralmente, classificadas de comunistas, filo-comunistas, cubanizantes, etc.) — ou com a ocupação, pura e simples de postos burocráticos, da administração civil por militares como essa pseudo-elite que assistiu aos chamados cursos na Escola Superior de Guerra".

.....

"O nível técnico continua baixo — apesar dos esforços desenvolvidos por alguns grupos de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O nível de instrução e ensino militares deixa muito a desejar, embora — de acôrdo com a experiência de algumas décadas — seja mais alto na Marinha do que nas outras fôrças".

.....

"Que a presente cúpula militar (agora itinerante, pois passou a reunir-se, só Deus sabe por que, ora numa cidade, ora noutra, num dispêndio inútil de tempos e meios) representa o passado, ninguém duvida".

.....

"Sem dúvida é mais cômodo, para quem não pretende iniciar a reforma das Fôrças Armadas, transformar os militares de carreira em policiais de um nôvo tipo e em substituição dos civis na administração pública. A presente cúpula militar não só incompatibilizou as Fôrças Armadas com o resto do País como, ainda, impede que elas se modernizem".

2. "Correio da Manhão", de 4 de abril de 1968 — *A Vigília das Armas e a Solidão Militar*

.....

"A presente crise serviu para demonstrar a todo o mundo que, na realidade, não existe um govêrno organizado no País, mas uma junta governativa, formada por chefes militares — e só por êles. Fazem parte dessa junta os três ministros das Fôrças Armadas, os chefes de Estados-Maiores, o Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, o diretor do Serviço Nacional de Informações, o poderoso chefe do Gabinete Militar da Presidência e o secretário do Conselho de Segurança Nacional e, até mesmo, o marechal Costa e Silva. Por conta de um errôneo conceito de segurança nacional, que se opôs (em nome de objetivos nacionais transitórios e permanentes) às aspirações do povo e à soberania popular, essa junta governativa isolou-se de tal modo do resto do País que, a esta altura dos acontecimentos, não se sente em condições de negociar politicamente, tendendo de modo perigoso — a partir da regressão pura e simples".

.....

"Há solução pacífica para a presente crise? Sim, desde que ela surja como uma revisão interna, dentro das Fôrças Armadas. Os generais Pope, Mourão, Peri e outros, além do Coronel Rui Castro sugeriram essa revisão, que nada mais significa do que a contraposição do conceito de Fôrças Armadas, como instituições nacionais permanentes, ao conceito do Poder Militar, evidentemente transitório e, sem dúvida, deturpador das tradições legalistas e republicanas. A derradeira possibilidade de uma reconciliação das Fôrças Armadas com o povo reside na capacidade dos militares de impedir que o abcesso militarista continue a crescer por conta de um exacerbado espírito de classe que todos os radicais do uniforme procuram explorar".

.....

"Neste grave instante da vida brasileira, o grande inimigo da Segurança Nacional é, precisamente, o conceito disforcido de Segurança Nacional que se estabeleceu, oficialmente, através da marginalização do povo e no qual êsse mesmo povo é considerado inimigo em potencial ou declarado da Nação que habita e que construiu. Ainda que a presente fase crítica seja controlada — desta ou daquela maneira — a crise não passará, a menos que a consciência militar prevaleça sôbre o espírito militarista".

.....

.....

3. "Correio da Manhã", de 29 de agôsto de 1968.

"A Banda vai Passar"

.....

"Com a mesma rapidez, o Govêrno cairá dos píncaros lunares, próximos ao Mar da Serenidade, em que gosta de banhar-se a sêco, para voltar à fossa. E terá que rezar, ardentemente, para que cheguem quanto antes — a rainha Elizabeth e o Natal. E' preciso não esquecer o Natal".

.....

4. "Correio da Manhã", de 12 de setembro de 1968.

"A face da repressão"

.....

"Ele (Jarbas Passarinho) quer redourar os seus brasões na repressão, pois não quer ficar para trás, na corrida pelo "endurecimento", desencadeada pelos generais Jaime Portella e Carlos Meira Matos e por seus correligionários militares e civis — já que existem civis comprometidos com essa trama".

.....

5. "Correio da Manhã", de 19 de setembro de 1968.

"Altos e Grossos"

.....

"A Universidade de Brasília foi invadida há 21 dias. E, até agora, o general Emílio Garrastazu Médico, encarregado de fazer uma sindicância sôbre o caso, não deu sinal de vida. Trata-se do chefe do Serviço Nacional de Informações — o

N8. PROCESS. 131.1.86

organismo encarregado da espionagem interna. Tinha a obrigação funcional de saber, com antecedência, que um grupo de militares do Exército (alguns investigados de funções na Polícia Federal, outros não) preparava uma ação militar sôbre o campus da Universidade. Se soube, não contou a ninguém. Nem ao Marechal Costa e Silva! Acredito, mesmo que não tenha sabido — o que não é desculpa".

.....

"Mas o chefe da espionagem interna não tinha conhecimento de coisa alguma. Foi encarregado de fazer uma sindicância, que mais parece um parto da montanha".

.....

"Mas há quem julgue, até mesmo, que não haverá punições por causa do "acidente de Brasília" a que se referiu com elegância palaciana — o secretário de Imprensa da Presidência, Sr. Heráclito Sales."

.....

"A ordem, portanto, não era a de se descobrir os responsáveis, mas de encobrir-se o que fôsse possível".

.....

6. "Correio da Manhã", de 26 de setembro de 1968.

"A Corrupção Armada"

.....

"Se o Inquérito sôbre os acontecimentos de Brasília fôsse levado às últimas conseqüências, os inquiridores teriam que bater à porta do general Jaime Portella, na Presidência da República. Se o Inquérito sôbre o terrorismo em São Paulo fôr (não creio que seja, mas sempre há esperança) levado às últimas conseqüências, as portas do Gabinete Militar da Presidência terão que ser arrombadas. Aliás, todos os caminhos da violência conduzem, de uma forma ou de outra, ao general Portella. Na Guanabara, o ge-

—Portella. Na Guanabara, o general França, Secretário de Segurança, é um espinho do general Portella, atravessado na garganta do general Syseno Sarmento, Comandante do I Exército.

.....

"A corrupção pela violência da sociedade brasileira está sendo promovida pelo próprio regime. E' uma corrupção pior do que a corrupção tradicional, das ladroeiras, que aliás não foi eliminada pelos Incorruptíveis Revolucionários de 1964".

.....

7. "Correio da Manhã", de 3 de outubro de 1968.

"Um Problema de Autoridade"

.....

"Sem dúvida o general Meira Matos teórico e prático da chamada *Guerra Revolucionária* participa da operação. Não disse êle, a alguns políticos do govêrno que o Brasil vive *A terceira fase da Guerra Revolucionária* e que não se pode tolerar a formação de *Territórios Livres*, sejam êles quais forem, inclusive no Congresso Nacional? Não é o general Meira Matos quem está articulando as polícias militares procurando aumentar-lhes os efetivos para engajá-las nesse processo de *Guerra Revolucionária* que procura oficializar? E' o general Meira Matos o *alter ego* do general Jaime Portella, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a quem parece dominar inteiramente".

.....

"Na Guanabara, o general João Dutra de Castilho, Comandante da Vila Militar, é apontado — pelos partidários do general Meira Matos — como elemento fundamental na estabinda do *Endurecimento*, enquanto o Ministro do Exército, general Lira Tavares, é criticado — como *Liberal*, não faltando quem se refira a êle, de modo pejorativo, classificando-o de *Escritor*. Não é à toa que o general Emílio Garrastazu Médice, Chefe do Serviço Nacional de Informações, procura arquivar o caso da invasão da Universidade de Brasília em que se envolveram — profundamente oficiais ligados aos generais Portella e Meira Matos".

.....

"O processo de golpe está desencadeado e, a esta altura dos acontecimentos, a posição do Congresso torna-se de grande importância. E' uma vítima em potencial. Ao mesmo tempo, é um centro de decisões que se pode restaurar no instante da grande crise, — quando os militaristas e os burocratas civis que os apoiem virem-se — diante dos problemas administrativos sociais e econômicos — sem outros recursos para a ação, a não ser o golpe imediato. Portanto, não cabe à Câmara dos Deputados fazer um exame de consciência em têrmos de reorganização dos seus trabalhos legislativos, neste momento. Cabe-lhes fazer o verdadeiro exame de consciência, muito rápido e eficaz, que é o de reconhecer que está cercada, a agir politicamente, com vontade e coragem. Deve a Câmara demonstrar que não tem mêdo de uma nova invasão promovida pelo general Meira Matos que, da última vez, foi um simples cumpridor de ordens, mas que agora pretende dá-las.

.....

"Os grupos que preparam o golpe ainda não estão em condições de desencadeá-lo com a necessária presteza. Se estivessem, não teriam tanto empenho em desmoralizar o Congresso ou a Universidade de Brasília. Teriam fechado, um e outro, pura e simplesmente. Por enquanto, êsses grupos precisam do Marechal Costa e Silva, que também sofre pressões no sentido contrário. Se vitorioso, poderão dispensar os seus serviços, com a um outro general Naguib que, curiosamente, seria substido por uma comissão de Onzanias".

.....

Dêste modo, o simples confronto de tais publicações com as disposições contidas nos artigos 14, 23, 29, 31 e 33, incisos I e III, do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, combinados com o artigo 66, do Código Penal Militar, mostram à evidência, a incidência do denunciado na prática de tais crimes, porquanto:

I — por sua finalidade, tendenciosidade e deturpação, põe em perigo o bom nome, a autoridade e o prestígio do Brasil;

II — constituem atos destinados à guerra revolucionária ou subversiva;

III — ofendem a honra e a dignidade do Exmo. Sr. Presidente da República, diretamente, ou através de seus Ministros de Estado e Auxiliares;

IV — incitam, públicamente, à subversão da ordem política e social e à animosidade entre as instituições civis e militares.

Cumpre assinalar, ainda, que o denunciado acobertado por suas imunidades parlamentares, como Deputado Federal, usou da tribuna do Parlamento, no caso a Câmara dos Deputados, para através de vários discursos publicados no *"Diário do Congresso"*, de 6 de fevereiro, de 2 de abril, de 10 de abril e 28 de agôsto, do corrente ano, os quais também instruem a presente denúncia, infringir a Lei de Segurança Nacional, em face da imunidade assegurada ao mas que não são trazidos à colação, denunciado pelo artigo 34, *caput*, da Constituição Federal.

E, como assim procedendo, tenha o denunciado praticado os crimes previstos nos artigos 14, 23, 29, 31 e 33, incisos I e III da Lei de Segurança Nacional (Decreto-lei número 314, de 13 de março de 1967), combinados com o artigo 45, do mesmo Decreto-lei e artigo 66, do Código Penal Militar, oferece o representante do Ministério Público, abaixo assinado, a presente denúncia, para o fim de, recebida e julgada provada, ser o denunciado punido como fôr de direito e justiça com as penas dos dispositivos citados.

Ról de Testemunhas:

1. Oswaldo Peralva, brasileiro, casado, jornalista, encontrado à Avenida Gomes Freire, 471, Guanabara;

2. Nelson de Faria Baptista, brasileiro, casado, jornalista, encontrado à Avenida Gomes Freire, 471, Guanabara;

3. Isaac Axelrud, brasileiro, casado, jornalista, encontrado à Avenida Gomes Freire, 471, Guanabara.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1968. — *José Manes Leitão* — Procurador da Justiça Militar, em exercício.

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

Sr. Auditor:

Tenho a honra de enviar a V. Exª, face ao que dispõe o art. 120 do Código da Justiça Militar, a inclusa Representação apresentada contra Hermano Alves, para distribuição a uma das Autoridades desta Capital, a fim de ser instaurada contra o mesmo a competente ação penal, uma vêz que se apura através da documentação que a instrue, a existência de crimes previstos no Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967 (Lei de Segurança Nacional).

Apresento a V. Exª os protestos de minha estima e consideração. — *Nelson Barbosa Sampaio* — Procurador-Geral da Justiça Militar.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

G/1.533:

GB, em 21 de outubro de 1968

Sr. Procurador-Geral:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para que sejam adotadas as providências necessárias à propositura da indispensável ação penal, o anexo processo em que o Senhor Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional trouxe ao meu conhecimento a prática de crime contra a segurança nacional pelo Senhor Deputado Hermano Alves, por meio de artigos publicados no "Correio da Manhã", que se edita nesta.

2. Realmente, os artigos publicados pelo citado parlamentar, nas edições de 25 de janeiro, 4 de abril 29 de agôsto, 19 e 26 de setembro e 3 de outubro dêste ano do "Correio da Manhã", sob os títulos "Fôrças Inermes", "A Vigília das Armas e a solidão Militar", "A Banda vai Passar", "A face da Repressão", "Altos e Grossos", "A Corrupção Armada", e "Um problema de autoridade" configuram, indubitàvelmente, violações dos preceitos expressos nos artigos 14, 23, 29, 31 e 33, itens I e III, do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, porque:

a) por sua falsidade, tendenciosidade e deturpação, põe em perigo o bom nome, a autoridade e o prestígio do Brasil;

b) constituem atos destinados à guerra revolucionária ou subversiva;

c) ofendem a honra e a dignidade do Exmo. Sr. Presidente da República, diretamente, ou através de seus Ministros de Estado e Auxiliares;

d) incitam, publicamente, à subversão da ordem política e social e à animosidade entre as instituições civis e as Fôrças Armadas.

3. Os trechos dessas publicações, salientados no Aviso com o qual o Senhor Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, nenhuma dúvida permitem contra o cometimento dêsses delitos, que desdobram do direito de crítica, extravasam do direito de liberdade do manifestamento do pensamento, e, por sua tipicidade com as figuras delituosas definidas, no Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, caracterizam crimes contra a segurança nacional, cujo processo e julgamento competem à Justiça Militar (arts. 44 e 45).

4. Irrelevante, na hipótese, que o autor dos malsinados artigos exerça um mandato eletivo. Necessário se faz, todavia, face ao disposto no artigo 34, § 1º, da Constituição do Brasil, que seja solicitada licença prévia à Câmara dos Deputados para a instauração do processo.

5. No tocante, porém, aos discursos proferidos na tribuna da Câmara dos Deputados, não se me afigura, *in casu*, exista qualquer delito, diante da indenidade assegurada no art. 34, *caput*, da Constituição, e porque o abuso do direito político praticado, sem dúvida, pelo incontinente Deputado não atenta contra a ordem democrática nem vista à prática de corrupção, e sòmente quando o abuso do direito tende a êsses objetivos ou a qualquer dêles, se justifica a medida prevista no art. 151 da Lei Maior.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração. — *Luís Antônio da Gama e Silva* — Ministro da Justiça.

AVISO Nº 66/SG-1/68

Brasília, DF, em 10 de outubro de 1968

Sr. Ministro:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, na qualidade de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e de acôrdo com o que prescreve o Artigo 1º do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, a respeito das atividades políticas e jornalísticas do Deputado Federal Hermano Alves, que vem exercendo intensa atividade jornalística através de coluna assinada no ma ùltimo "Correio da Manhã".

O cidadão em tela, em linguagem à autoridade constituída, vem pregando, sistemàticamente:

— a desagregação das Fôrças Armadas;

— o antagonismo entre as classes armadas e os civis;

— a desmoralização da autoridade quer através da pessoa do Exmo. Senhor Presidente da República, quer dos seus Ministros e auxiliares diretos;

— subversão do regime.

Em decorrência dêsse procedimento, o Deputado Hermano Alves é passível das sanções penais de acôrdo com os Artigos 14, 23, 29, 31 e parágrafo único, e itens I e III do Artigo 33, tudo do Decreto-lei número 314, de 13 de março de 1967.

Como exemplo dessa pregação subversiva, destacam-se os trechos abaixo, constantes de farta documentação anexa:

.....

ANEXO 1

— *"Correio da Manhã", de 25 de janeiro de 1968 "Fôrças Inermes"*

.....

O exame da questão militar brasileira, em todos os seus aspectos, tor-

Nº PROCESS-131-10-87

nou-se um imperativo da hora que o País está vivendo. Inclusive porque a cúpula militar que governa o Brasil não se mostrou competente para garantir a segurança nacional — que ela confunde com a repressão policial às fôrças políticas que preconizam as mudanças na estrutura social e econômica do País (geralmente classificadas de comunistas, filo-comunistas, cubanizantes etc). — ou com a ocupação, pura e simples, de postos burocráticos, da administração civil por militares da ativa e reformados ou por civis militarizados, como essa pseudo-elite que assistiu aos chamados cursos da Escola Superior de Guerra.

.....

O nível técnico continua baixo — apesar dos esforços desenvolvidos por alguns grupos de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O nível de instrução e ensino militares deixa muito a desejar, embora — de acôrdo com a experiência de algumas décadas — seja mais alto na Marinha do que nas outras fôrças.

.....

Que a presente cúpula militar (agora itinerante, pois passou a reunir-se, só Deus sabe por que, ora numa cidade, ora noutra, num dispêndio inútil de tempos e meios) represente o passado, ninguém duvida.

.....

Sem dúvida é mais cômodo, para quem não pretende iniciar a reforma das Fôrças Armadas, transformar os militares de carreira em policiais de um nôvo tipo e em substitutos dos civis na administração pública. A presente cúpula militar não só incompatibilizou as Fôrças Armadas com o resto do País como ainda impede que elas se modernizem.

.....

ANEXO 2

— *"Correio da Manhã", de 4 de abril de 1968 "A Vigília das Armas e a solidão Militar"*

.....

A presente crise serviu para demonstrar a todo mundo que, na realidade, não existe um govêrno organizado no País, mas uma junta governativa, formada por chefes militares — e só por êles. Fazem parte dessa junta os três ministros das Fôrças Armadas, os chefes de Estados-Maiores, o Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, o diretor do Serviço Nacional de Informações, o poderoso chefe do gabinete Militar da Presidência e o secretário do Conselho de Segurança Nacional e até mesmo, o marechal Costa e Silva. Por conta de um errôneo conceito de segurança nacional, que se opõe (em nome de objetivos nacionais transitórios e permanentes) às aspirações do povo e à soberania popular, essa junta governativa isolou-se de tal modo do resto do País que, a esta altura dos acontecimentos, não se sente em condições de negociar politicamente, tendendo de modo perigoso — a partir para a repressão pura e simples.

.....

Há solução pacífica para a presente crise? Sim, desde que ela surja como uma revisão intensa, dentro das Fôrças Armadas. Os generais Pepe, Mourão, Peri e vários outros, além do coronel Rui Castro, superiram essa revisão, que nada mais significa do que a contraposição do conceito de Fôrças Armadas, como instituições nacionais permanentes, ao conceito de Poder Militar, evidentemente transitório e, sem dúvida, deturpador das tradições legalistas e republicanas. A derradeira possibilidade de uma reconciliação das Fôrças Armadas com o povo reside na capacidade dos militares de impedir que o abcesso militarista continue a crescer por conta de um exacerbado espírito de classe que todos os radicais de uniforme procuram explorar.

.....

Neste grave instante da vida brasileira, o grande inimigo da Segurança Nacional é, precisamente, o conceito distorcido de Segurança Nacional que se estabeleceu, oficialmente, através da marginalização do povo e no qual êsse mesmo povo é considerado inimigo em potencial ou declarado da Nação que habita e que construiu. Ainda que a presente fase crítica seja controlada — desta ou daquela maneira — a crise não passará, a menos que a consciência militar prevaleça sôbre o espírito militarista.

.....

ANEXO 3

— *"Correio da Manhã", de 29 de agôsto de 1968 "A Banda vai Passar"*

.....

Com a mesma rapidez, o Govêrno cairá dos píncaros lunares, próximos ao Mar da Serenidade em que gosta de banhar-se a sêco, para voltar à fossa. E terá que rezar ardentemente, para que cheguem — quanto antes — a rainha Elizabeth e o Natal. E' preciso não esquecer o Natal.

ANEXO 4

— "Correio da Manhã", de 12 de setembro de 1968: "A Face da Repressão".

.....

Êle (Jarbas Passarinho) quer redourar os seus brasões na repressão, pois não quer ficar para trás na corrida pelo "endurecimento", desencadeada pelos generais Jaime Portella e Carlos Meira Matos e por seus correligionários militares e civis — já que existem civis comprometidos com essa trama.

.....

ANEXO 5

— "Correio da Manhã", de 19 de setembro de 1968 — "Altos e Grossos".

.....

A Universidade de Brasília foi invadida há 21 dias. E, até agora, o general Emílio Garrastazú Médice, encarregado de fazer uma sindicância sôbre o caso, não deu sinal de vida. Trata-se do chefe do Serviço Nacional de Informações — o organismo encarregado da espionagem interna. Tinha a obrigação funcional de saber, com antecedência, que um grupo de militares do Exército (alguns investidos de funções na Polícia Federal, outros não) preparava uma ação militar sôbre o *campus* da Universidade. Se soube, não contou a ninguém. Nem ao Marechal Costa e Silva. Acredito, mesmo, que não tenha sabido — o que não é desculpa.

.....

Mas o chefe da espionagem não tinha conhecimento de coisa alguma. Foi encarregado de fazer uma sindicância, que mais parece um parto da montanha.

.....

Mas há quem julgue, até mesmo, que não haverá punições por causa do "acidente de Brasília" a que se referiu com elegância palaciana — o secretário de Imprensa da Presidência, Sr. Heráclio Sales.

.....

A ordem, portanto, não era a de se descobrir os responsáveis, mas de encobrir-se o que fôsse possível.

.....

ANEXO 6

— "Correio da Manhã", de 26 de setembro de 1968 — "A Corrupção Armada".

.....

Se o Inquérito sôbre os acontecimentos de Brasília fôsse levado às últimas conseqüências, os inquiridores teriam que bater à porta do general Jaime Portella, na Presidência da República.

Se o Inquérito sôbre o terrorismo em São Paulo fôr (não creio que seja, mas sempre há esperança) levado às últimas conseqüências, as portas do Gabinete Militar da Presidência terão que ser arrombadas.

Aliás, todos os caminhos da violência conduzem, de uma forma ou de outra, ao general Portella. Na Guanabara, o general França, Secretário da Segurança, é um espinho do general Portella, atravessado na garganta do general Syseno Sarmento, Comandante do Primeiro Exército.

.....

A corrupção pela violência da sociedade brasileira está sendo promovida pelo prprio regime. É uma corrupção pior do que a corrupção tradicional, das ladroeiras, que aliás não foi eliminada pelos "incorruptíveis revolucionários de 1964.

ANEXO 7

— "Correio da Manhã", de 3 de outubro de 1968 — "Um Problema de Autoridade".

.....

Sem dúvida o general Meira Matos, teórico e prático da chamada "guerra revolucionária", participa da operação. Não disse êle a alguns políticos do Govêrno que o Brasil vive "a terceira fase de guerra revolucionária", e que não se pode tolerar a formação de "territórios livres", sejam êles quais forem — inclusive no Congresso Nacional? Não é o general Meira Matos quem está articulando as polícias militares procurando aumentar-lhes os efetivos para engajá-las nesse processo de "guerra revolucionária" que procura oficializar? É o general Meira Matos o *alter ego* do general Jaime Portella, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a quem parece dominar inteiramente.

.....

Na Guanabara, o general João Dutra de Castilho, Comandante da Vila Militar, é apontado — pelos partidários do general Meira Mates — como elemento fundamental na escalada do "endurecimento" enquanto o Ministro do Exército, general Lira Tavares, é criticado como "liberal", não faltando quem se refira a êle, de modo pejorativo, classificando-o de "escritor". Não é à toa que o general Emílio Garastazú Médice, Chefe do Serviço Nacional de Informações, procura arquivar o caso da invasão da Universidade de Brasília em que se envolveram — profundamente — oficiais ligados aos generais Portella e Meira Matos.

.....

O processo de golpe está desencadeado e, a esta altura dos acontecimentos, a posição do Congresso torna-se de grande importância. É uma vítima em potencial. Ao mesmo tempo, é um centro de decisões que se pode restaurar no instante de grande crise quando os militaristas e os burocratas civis que os apóiam virem-se — diante dos problemas administrativos, sociais e econômicos — sem outros recursos para a ação, a não ser o golpe imediato. Portanto, não cabe à Câmara dos Deputados fazer um exame de consciência em têrmos de reorganização dos seus trabalhos legislativos, neste momento. Cabe-lhe fazer o verdadeiro exame de consciência, muito rápido e eficaz, que é o de reconhecer que está cercada, a agir politicamente, com vontade e coragem. Deve a Câmara demonstrar que não tem medo de uma nova invasão promovida pelo general Meira Matos que, da última vez, foi um simples cumpridor de ordens, mas que agora pretende dá-las.

.....

Os grupos que preparam o golpe ainda não estão em condições de desencadeá-lo com a necessária presteza. Se estivessem, não teriam tanto empenho em desmoralizar o Congresso ou a Universidade de Brasília. Teriam fechado, um e outro para simplesmente. Por enquanto, e grupos precisam do marechal C e Silva, que também sofre pres no sentido contrário. Se vitorio poderão dispensar, os seus serv como a um outro general Mag que, curiosamente, seria substitu por uma comissão de Organis.

Na Tribuna da Câmara dos Dep tados, os pronunciamentos do Dep tado Hermano Alves confirmam s atividades pela imprensa, confor se verifica pelos Anexos 8, 9, 10 e 12.

Ressalta dessas atividades o p nunciamentos do Deputado Herma Alves um claro desafio às autorida constituídas, pois o Deputado em la ao invés de fazer oposição co trutiva ao Govêrno, escudado suas imunidades constitucionais, veste contra o regime que lhe cute gá a liberdade de falar e escrev pregando a subversão.

Em conseqüência solicito a Vos Excelência, a abertura de um pr cesso legal para, na forma do Arti 34 e seu § 1º, da Constituição d Brasil, capitular o Deputado e questão nos dispositivos da Lei de S gurança Nacional.

Aproveito a oportunidade para r novar a Vossa Excelência meus pr testos de elevada estima e distint consideração. — Gen. *Jayme Por tella.*

Exmo. Sr. Dr. Auditor da 1ª Au ditoria da Marinha

1. Denúncia em separado (oito fô lhas);

2. Esclareço que a denúncia é ofe recida na forma do artigo 120, d Código da Justiça Militar, provad como está a autoria e a materiali dade dos delitos por parte do denun ciado, através da documentação qu a instrue.

3. Por oportuno, é de relevar-se o têxto do artigo 45, do Decreto-Le número 314, de 13 de março de 1967

.....

"Art. 45. O fôro especial, es tabelecido nêste Decreto-Lei prevalecerá sôbre qualquer ou tro, ainda que os crimes tenham sido cometidos por meio da im prensa, radiodifusão ou televi são"

.....

o que implica em sujeitar ao aludido decreto-lei e ao fôro da Justiça Militar, todos os que infringirem os dispositivos do citado decreto-lei ainda que o seja através da imprensa.

Por outro lado, a fim de dirimir quaisquer dúvidas, é de atentar-se para o princípio da anterioridade das leis. A Lei de Imprensa — Decreto-Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, em vôr a partir de 14 de março de 1967, em tudo é anterior à Lei de Segurança Nacional — Decreto-Lei número 314, de 13 de março de 1967, em vigor a partir de 15 de março de 1967.

Deve ser aplicada, portanto, a Le mais nova.

4. Finalmente, com fundamento no § 1º, do artigo 34, da Constituição Federal, requeiro seja oficiado à Câmara dos Deputados, solicitando a necessária licença para a instauração da ação penal contra o denunciado Hermano de Deus Nobre Alves Deputado Federal, nos têrmos da denúncia, ora oferecida, cuja cópia deverá acompanhar o pedido.

Estado da Guanabara, em 4 de novembro de 1968. — *José Manes Leitão*, Procurador da Justiça Militar, em exercício.

NP. PROCSS. 131.1, p. 88
FK

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA GUANABARA

(Recurso do Procurador Regional Eleitoral da GUANABARA contra o registro de candidatos pelo TRE/GB)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

ANEXO Nº 64-A

Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral

A Procuradoria Regional Eleitoral, nos autos do Processo n. 276, referente à impugnação de registro de candidatos do MDB, às eleições de 15 de novembro p. futuro, não se conformando, data vênia, com a parte do V. acórdão que rejeitou as impugnações relativas aos Srs.

HERMANO ALVES
MARCIO EMANUEL MOREIRA ALVES
MARIO PEDROSA
FERNANDO DE BARROS

quer e vem, oferecer o presente Recurso Especial com fundamento no art. 276, I do Código Eleitoral, requerendo que, cumpridas as formalidades legais, sejam os autos remetidos ao Tribunal Superior Eleitoral para os devidos efeitos.

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1966.

EDUARDO BAUCUTH
Procurador Regional Eleitoral

Nº. PROCSS. 131. fls. 89

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA GUANABARA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Razões do Recurso Especial que oferece a Procuradoria Regional Eleitoral para conhecimento do Egrégio Superior Tribunal Eleitoral.

Egrégia Côrte

A respeitável decisão do Ilustre Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara, que decidiu das impugnações da Procuradoria Regional Eleitoral ao registro de candidaturas requerido pelo M.D.B., venia concessa, merece ser, em parte, reformada pelo Colendo Tribunal ad quem, na parte em que rejeitou as impugnações oferecidas quanto a quatro dos impugnados.

De fato, as impugnações relativas aos candidatos HERMANO ALVES, MARCIO EMANUEL MOREIRA ALVES, MARIO PEDROSA e FERNANDO DE BARROS, não poderiam - e o dizemos sem quebra do respeito que tributamos ao Egrégio Tribunal local- ser rejeitadas, em face da prova apresentada das atividades subversivas dos impugnados.

DO CABIMENTO

1. É de manifesta adequação o recurso oferecido pela Procuradoria Regional Eleitoral, em face do art. 121, III da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pelo

NP. PROCSS. 131. fp. 90

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

art. 16 da Emenda Constitucional nº 16.

2. Por outro lado, houve evidente violação da lei federal na decisão atinente aos referidos impugnados pois como é notório, pertenciam todos êles ao grupo de aderentes do Partido Comunista, pois a Lei nº 4 730, de 15 de junho de 1965, considerou inelegíveis, inclusive para o Congresso Nacional e para as Assembléias Estaduais

.....

b) os que pública ou ostensivamente façam parte ou sejam adeptos de partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no art. 141, § 13 da Constituição Federal.

3. Ora, a prova produzida no bojo dos autos demonstra a sociedade, a adesão manifesta dos referidos impugnados aos princípios comunistas e o seu empenho em defender idéias subversivas, em afeiçoar suas atividades ostensivas aos mandamentos do comunismo internacional.

A luta da Procuradoria Regional Eleitoral, nesta fase preliminar do processo eleitoral, Egrégio Tribunal se dirige no sentido de afastar do pleito de 15 de novembro aquêles candidatos cuja propaganda constitui evidente ameaça à pureza do regime democrático, para evitar que, através do processo normal de captação dos sufrágios, se faça a propaganda do credo vermelho, de tantas conseqüências funestas para o Brasil.

4. Não se pode, com efeito, Egrégio Tribunal, no âmbito da atividade probatória, exigir dos representantes do poder público a demonstração documental de que os impugnados sejam comunistas, com confissão ou exibição de suas fichas de filiação ao Partido Comunista.

Nº PROCSS. 131.1.P.91

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - RIO DE JANEIRO

O que cumpria demonstrar por ocasião do julgamento das impugnações - e isso, data venia, está plenamente feito - é a característica das atividades desses partidos, comparando essas atividades com a orientação e a doutrina que o referido Partido Comunista divulga para o conhecimento e orientação de seus prosélitos.

5. Vejam-se, pois, Egrégio Tribunal, as normas de conduta difundidas pelo movimento comunista em nossa terra, para, através do exame do comportamento público dos impugnados, ora Recorridos, constatar a identidade de propósitos que se percebe pela comparação...

6. De fato, os estatutos do Partido Comunista consignam entre as obrigações dos membros do partido, entre outras,

Art. 3º:

g) manifestar solidariedade às vítimas de perseguição política,

e na parte relativa à organização de base do Partido, alicerce de tôda a organização partidária, define-a como o grupo de pelo menos três comunistas que trabalham numa mesma empresa, estudam numa mesma escola ou residam numa mesma área, com as tarefas específicas ali enumeradas, inclusive,

b) - fazer agitação e propaganda entre as massas.

A VI Conferência do P.C.B, realizada em junho de 1966, com o título de UNIÃO DOS BRASILEIROS PARA LIVRAR O PAÍS DA CRISE, DA DITADURA, E DA AMEAÇA NEOCOLONIALISTA, prega o conceito à luta contra o que chama de " imperialismo ianque", que define como o pior inimigo da humanidade.

Estabelece como tarefas do partido, para

N8 PROCSS-131. Jp.92

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

levar avante aquela luta contra o " imperialismo", face à situação internacional,

a) prestar ativa solidariedade ao povo do Vietnam, e exigir a volta imediata dos soldados do Brasil que se encontram em São Domingos, ajudar aos que, na América de armas na mão, lutam contra a reação e o imperialismo (item I) e defender as conquistas da revolução de Cuba, combatendo enèrgicamente a organização da chamada "força interamericana de Paz.

A referida conferência considera o Govêrno Brasileiro, como ditadura militar, afirmando,

- estarem no poder pessoas diretamente ligadas ao Pentágono e ao Departamento de Estado...
- que o Govêrno Castelo Branco caracteriza-se pelo mais descarado entreguismo, por uma conduta contrária ao desenvolvimento do país...
- que as soluções por êle preconizadas são inspiradas ou ditadas por Washington...
- que o Brasil passou a simples caudatário da Casa Branca...
- que a ditadura arrogou-se a faculdade de cassar mandatos de parlamentares e governadores...
- que atentou contra direitos de cidadãos, perseguiu, prendeu e torturou....
- que desencadeou o terrorismo cultural....

Nº PROCSS. 131.1, P. 93

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Mais adiante assume a apaternidade "a fundamentada denúncia" sôbre a ameaça da recolonização do país pelo imperialismo norte-americano.

Preconiza, no item 4, a busca das formas e meios que o P.C.B. há que desenvolver para atingir seus objetivos.

Refere como alvo principal do ataque das correntes comunistas o govêrno Castelo Branco, que representa " os interêsses do imperialismo ianque e tudo o que há de mais obscurantista no país", tido como " agente mais destacado dos monopólios ianques" e em cujo redor" se junta a fina flor do entreguismo".

7. Prega afinal, a guerra popular como o meio de atingir os objetivos do P.C.B., afirma a necessidade de intenso trabalho político e de organização entre as massas a ser feito com observância das normas de trabalho conspirativo, inclusive com a divulgação, por todos os meios possíveis, dos objetivos do partido e da demolição das instituições democráticas.

Enumera as tarefas do Partido, terminando por considerar como meta essencial:

" Difundir a idéia da Revolução.
Fazer propaganda da luta armada e ajudar as massas a se preparar concretamente para a guerra popular."

Examinemos as atividades dos Recorridos, para que o Alto Tribunal ad quem tire suas sábias conclusões.

QUANTO AO INPUGNADO
HERMANO ALVES

N8-PROCSS. 131.1,p.94

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

8. O candidato impugnado, jornalista [illegible] ALVES, vem se caracterizando, através de seus escritos, [illegible] dos mais ativos difusores das idéias comunistas.

Com efeito, nos seus escritos investe contra o pretendido imperialismo " ianque", ataca pessoalmente o Presidente Castelo Branco, dizendo-o entreguista, agente do imperialismo americano e pugna contra a criação de fôrça internacional de Paz, ponto recomendado especificamente pelos comunistas a seus adeptos.

9. Ainda recentemente, no horário gratuito que aos candidatos é cedida pela Justiça Eleitoral, em linguagem desabrida, volta aos sediços chavões comunistas atacando tão rudemente a figura do Presidente da República que

> A própria Justiça Eleitoral, através de seu magistrado,

se viu compelida a retirá-lo do ar e a Procuradoria Regional Eleitoral a mover-lhe a competente ação penal....

Em 4 de dezembro do ano passado, quando se realizou em um dos Hotéis desta cidade, conferência inter-continental, o Recorrido, ombro a ombro com elementos subversivos de notoriedade incontroversa, apaudilhado com os pregoeiros do mesmo credo, tentava, em ato tão louvado pelos vermelhos, desacatar as representações estrangeiras e o próprio Senhor Presidente da República. Ao ser detido, o foi de cambulhada com os mais conhecidos e reincidentes agitadores...

Negar a qualidade de adepto do Partido Comunista a Hermano Alves, é negar a própria evidência, e pretender escudar-se na cegueira para não ter que afirmar a verdade clara.

Nº. PROCSS 131.1.p.95

SNI/ST/GAB

Em ____/____/____

ARQUIVE-SE: _____

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 349/SNI/ABSB/1968

(SC-3-140)

Data: - 06 ago 68

Assunto: - Situação Política

Referência: -

Difusão: - Ch SNI - SNI/ARJ - GM/2 - CIE/ADF

---

1) - Segundo os Deputados do MDB HERMANO ALVES, MÁRCIO MOREIRA ALVES, RAUL BRUNINI, OSWALDO LIMA FILHO, RENATO ARCHER e o Senador JOSAFÁ MARINHO, os ex-presidentes JK e JG, bem como CL estão com manifestos prontos para serem lançados ao povo. Tais manifestos estão sofrendo alguns retoques após o que aguardarão o momento propício para o lançamento.

2) - Disseram aquêles parlamentares que JK e CL visitarão JQ em CORUMBÁ, oportunidade em que acertarão a formação de uma Frente ou Bloco de combate ao atual govêrno, contando para isso com estudantes, líderes sindicais, clero e outros círculos de atividades em oposição ao govêrno.

3) - Os documentos (manifesto) que pretendem lançar, ainda no corrente mês tratarão, entre outras coisas, sôbre o confinamento de JQ, movimentos sindicais e estudantis, clero, prisões, situação social, econômica, política, administrativa, Fôrças Armadas etc.

4) - Que um emissário será enviado a JANGO, sem ser ventilado o seu nome; contudo, figuram dois nomes cujas possibilidades não estão afastadas: deputados OSWALDO LIMA FILHO e LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE.

5) - Fizeram menção à data 24 de agôsto, oportunidade em que pretendem promover uma grande concentração junto ao busto de VARGAS, na Cinelândia (GB), e nessa ocasião será lido um pronunciamento de JANGO. Contam com a presença de parlamentares, líderes estudantis e sindicais.

6) - Para o deputado HERMANO ALVES, "a prisão de WLADIMIR PALMEIRA e o confinamento de JQ contribuiram para a unidade dos oposicionistas ao govêrno que aí está, e que [illegible] estudantes, trabalhadores, parlamentares, povo e tôdas as [illegible] democráticas da nação, estarão irmanados nas ruas, praças [illegible] nas lutas [illegible] se avizinham pela libertação nacional contra a [illegible] ditadura".

CONFIDENCIAL

Nº PROCSS: 131-7/p.96

1144

16

CONFIDENCIAL

SNI/SI/GAB

Em ___/___/___

ARQUIVE-SE: ___

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 168 /SNI/ABSB/19 68

(SC-3/067)

Data: - 24 Abr 68

Assunto: - FRENTE AMPLA.

Referência: -

Difusão: - Ch SNI - SNI/ARJ - CIE/ADF - GM/2 - DPF

---

1 - Segundo HERMANO ALVES e OSVALDO LIMA FILHO, deputados oposicionistas e "frentistas", a F.A. está desmantelada, porém outro movimento será criado em seu lugar. Referindo-se a JK, JANGO e CARLOS LACERDA, disseram que a crise existe entre êles e que os dois ex-presidentes estão propensos a romper suas relações com CL; como consequência, a F.A. estará alijada das programações de CARLOS LACERDA, inclusive da "Semana do Recife". Na realidade, está havendo dentro da F.A. uma dispersão de seus membros.

2 - Declarou a deputada LIGIA DOUTEL DE ANDRADE que os componentes da F.A., possuidores de imunidade parlamentar, reunir-se-ão em BSB, antes do 1º de Maio, para designar seus representantes, por Estado, junto às manifestações que serão levadas a efeito no Dia do Trabalho; que a F.A. voltará a atuar na "Mobilização Popular dos Trabalhadores e dos Estudantes", com LACERDA ou sem êle. Disse que JK não abjurou a F.A.

CONFIDENCIAL

N8. PROCSS- 131. 1p. 87

CONFIDENCIAL

ARQUIVE-SE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N. 147 /SNI/ABSB/1968
(SC-3/058/68)

Data: - 10 Abr 68

Assunto: - Reunião de Deputados.

Referência: -

Difusão: - Ch SNI - SNI/ARJ

---

1 - Na noite de 09 Abr 68, houve uma reunião na residência da Deputada LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, à qual além da anfitriã, compareceram os deputados do MDB:

- JOSÉ MARIA MAGALHÃES
- HERMANO ALVES
- RENATO ARCHER
- MÁRIO COVAS
- MARTINS RODRIGUES
- Padre GODINHO
- RAUL PRUNINI
- BERNARDO CABRAL
- OSVALDO LIMA FILHO e
- JOSÉ CARLOS GUERRA, da ARENA (PE).

Devido ao mau tempo deixaram de comparecer outros deputados, também convocados.

024F02

2 - Nessa reunião foram debatidos e examinados, com profundidade, trechos do discurso do Presidente da República pronunciado na AFI tendo a maioria dos presentes chegado à conclusão que a fala presidencial foi uma ducha fria na Portaria do Ministro da Justiça; mas mesmo assim não deveriam confiar naquelas palavras porque não traziam a chancela do Gen PORTELA e do esquema militarista que domina o Govêrno.

3 - Nova reunião, neste fim de semana, será realizada na GB, certo com a presença de CL e JK, com objetivo de examinar os desentendimentos surgidos entre aquêles dois políticos, bem como os andamentos articulações para a criação de um outro movimento, [illegible]

CONFIDENCIAL

Departamento de Imprensa Nacional

Nº PROCSS. 131.1.98

CONFIDENCIAL

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 147 /SNI/ABSB/68, de 10 Abr 68). - -
(SC-3/058/68)

à FRENTE AMPLA, caso o Govêrno estabeleça pressões e venha aplicar a Lei de Segurança Nacional aos frentistas.

4 - Ficou estabelecido que as futuras reuniões da FA serão levadas a efeito dentro do maior sigilo e sem qualquer publicidade.

5 - A Portaria Ministerial referente à FA causou um certo pânico aos seus adeptos. Assim é que os mais tímidos começam a se dispersar, especialmente os pertencentes às facções juscelinistas e janistas.

6 - OSWALDO LIMA FILHO disse que JANGO não está muito conforme com certos pronunciamentos de CARLOS LACERDA.

02A-F02

CONFIDENCIAL

SNI/SI/GAB

Em ___/___/___

ARQUIVE-SE

CONFIDENCIAL

Nº PROCSS-131.1.99

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº 086 /SNI/ARJ/968
(SS16/018)

Data : 1º de fevereiro.
Assunto : Dep HERMANO ALVES.
Referência:
Difusão : Ch SNI.

O Dep Federal HERMANO ALVES, semanalmente, escreve um artigo no "Correio da Manhã".

De um modo geral, HERMANO ALVES não se cansa em atacar, sistemàticamente, o regime o Govêrno Federal; elemento notòriamente esquerdista, com ligações as mais espúrias, julga-se profundamente informado sôbre as Fôrças Armadas.

Hoje, HERMANO ALVES passou a uma fase mais avançada da sua pregação esquerdista: tenta lançar os "novos" militares contra os mais "antigos", sob o pretexto vil de que êstes não querem a modernização das Fôrças Armadas.

HERMANO ALVES considera como "renovação intelectual das Fôrças Armadas", o recente caso da Escola Naval, quando foi encontrado no camarote de um aluno, vasto material subversivo (PCB) e, com outro aluno, um documento "Clube dos Debates", que pelo seu conteúdo, muito se aproxima da propalada doutrina da Ação Popular.

Anexo, recorte do artigo de HERMANO ALVES, publicado no "Correio da Manhã", de 25 Jan 968.

SUBV
EB
GRUPOS POLÍTICOS
Pe. POL PARLAMENTAR
DEP FED
ATIV. JORNALÍSTICA

* * * * *
* * *
*

CONFIDENCIAL

NP. PROCSS. 131.1.R 100

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 270 /SNI/ABSB/1967
(SC.3 - nº 88/67)

Data: - 18 de outubro de 1967

Assunto: - Criação da Procuradoria do MDB

Referência: -

Difusão: - Ch SNI - SNI/ARJ - D.2/DF

---

1 - Continua sendo articulada pelos Deputados HERMANO ALVES e MÁRCIO MOREIRA ALVES a criação de uma PROCURADORIA do MDB tendo como // Presidente MARCELO ALENCAR (Sup. M.MARTINS) para acompanhar os // processos políticos e IPMs com dois objetivos:

a) - assistir os implicados;

b) - processar por abuso de poder e violência, Chefes de IPM e / pessoal da Justiça Militar e o próprio Ministro do Exército.

2 - Êsse assunto já têve referência na GAZETA DE S. PAULO e deverá // vir a ser notícia pela importancia e empenho com que os Deputados MÁRCIO MOREIRA ALVES e HERMANO ALVES defendem a idéia de criarem a Procuradoria do MDB.

3 - Já foi comentado por HERMANO ALVES que ordens para parar com IPM foram transmitidas de cima, mas não tem sido cumprida porque a / indisciplina é geral.

FONTE:- AGENTE.

02A4F02

CONFIDENCIAL

Departamento de Imprensa Nacional

Nº PROCSS. 131.1, p. 101

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO

(11-08-67)

HERMANO ALVES e o Conselheiro da Embaixada da Argélia, FATIH BOUAYED, mantém relações muito estreitas. Aquêle informou a êste que há uma onda para o afastamento do MP do Govêrno. FATH disse que isto só seria possível lá pelo fim do ano porque MP tem muitos compromissos no exterior, inclusive porque êle tem que ir à Conferência preparatória de 10 Out em Argel. Pretende FATIH fornecer dados à HA para que êste favoreça a ida de MP àquela Conferência. Esta Conferência destina-se a preparar terreno para uma outra a se realizar em Nova Delhi, em março de 1968.

02A4F02

CONFIDENCIAL

N8. PROCSS. 139.1 P 702

ARQ

CONFIDENCIAL

R/18 AGO (15)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA DE BRASÍLIA

INFORMAÇÃO Nº 128 /SNI/ABSB

(SC.3 - SS.31)

DATA : 02 agôsto de 1967

ASSUNTO : Conflito na Área Militar

ORIGEM : Agente

DIFUSÃO : Ch SNI - SNI/ARJ

O Deputado HERMANO ALVES tem declarado a amigos que vai haver um conflito na área militar com relação principalmente à permanência do // Gal. Lyra Tavares no Ministério. Diz que em tôrno do Gal. Lyra estão os elementos castelistas, os descontentes, os da SORBONE, etc. que / em tôrno da queda do Gal. Lyra Tavares e sua possível substituição / pelo Gal. SIZENO se concentram outras tendências mais nacionalistas, a linha dura, enfim. Que enquanto isso êles (o seu grupo no MDB- os imaturos) têm de aguardar que se aprofundem as contradições do Go-/ vêrno Costa e Silva com os americanos. Que há briga no caso dos fretes, no caso do café solúvel, no caso da energia núclear. Que há recuos e avanços numa confusão que ninguém entende. Que parece haver / também uma luta interna em desencadeamento dentro da Petrobrás.

02A4F02

POLITICO
FED
EXERCITO
MINISTERIO
~~DEP~~ FED
DECLARAÇÕES

CONFIDENCIAL

Nº PROCESS. 131.1, p. 703

CONFIDENCIAL

35. - HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES
- Jornalista (Corrêio da Manhã).
- Comunista ligado a JG.
- Eleito Dep Fed pelo MDB/GB, em 15/11/66.
- Autor de uma série de artigos anti-revolucionários e subversivos.
- Enalteceu a vitória da chapa esquerdista do CACO, criticando veementemente o Gov CB.
- Assinou o "Manifesto dos Intelectuais", em 1965.
- Assinou manifesto pela liberdade de Ênio Silveira.
- Ligado aos meios estudantís.
- Em artigo no CM, procurou defender o Cel Jefferson Cardin, mostrando-o como um mártir da Revolução.
- Colaborador do semanário comunista "Reunião".
- Assinou manifesto, reclamando a liberdade de Joel Rufino dos Santos.
- Dirigente da Ação Democrática, em 1956.
- Em 1965, compareceu à sessão coletiva da UNE/UME, que homenagearam o povo dominicano e realizaram ato público em favor da auto-determinação dos povos. Ao mesmo tempo que condenavam a invasão, resolveram lutar para que o Brasil não enviasse tropas àquela República.
- Referiu-se, então, ao Gen Costa e Silva (à época), como "um General americano, entreguista".
- Assinou o manifesto chamado "Intelectuais são contra a Intervenção dos EUA no Caribe".
- Ligado à Ação Popular (AP).
- Fêz parte do Conselho Consultivo da chamada "Política Externa Independente", lançamento da Editora Civilização Brasileira S.A.
- Destacou-se no período de pós-revolução, por suas críticas e ataques ao Gov Fed, visando a desmoralização do Gov.
- Em 1965, um seu artigo intitulado "La fuerza Continental", foi publicado no jornal uruguaio "Época", jornal de filiação comu-

DSI/MF02

CONFIDENCIAL

N8-PROCSS.131.2P.104

CONFIDENCIAL

comunista, que se caracteriza pelo estilo violento, contundente e desrespeitoso de ataque sistemático ao Brasil.

- Integrou um grupo denominado "Unidade Independente", interessado na candidatura Lott.
- Colaborador do jornal "Brasil em Marcha".
- Em abril de 1966, comentou que o apôio norte-americano à queda do Pres JG, foi muito significativo e que JG ainda não deixara o Brasil, quando Johnson reconhecia o Govêrno de transição de Ranieri Mazzili, congratulando-se com êle.
- Manifestou-se contrário à candidatura CS, atacando-a acerbadamente e imputando ao Pres CB, não só a responsabilidade por ela, como por todos os males que dela advirão para os brasileiros.
- Teve seu extrato de prontuário organizado com vistas às sanções do AI-2.
- Em 1966, assinou manifesto de apôio "aos direitos dos estudantes, quando êstes saem à rua".
- Está ligado ao movimento da "Frente Ampla" e, juntamente com Renato Archer (Dep Fed/MDB-MA), trabalha no sentido de reformá-la.
- Compareceu à solenidade de posse do DCE/Juiz de Fora/MG, no dia 3/9/66.
- Participou ativamente para o desenvolvimento do comunismo no País, militando nas "Fôlhas de São Paulo".
- Em janeiro de 1967, assinou manifesto denunciando o caráter antidemocrático da nova Constituição, conclamando o povo para, unidos, lutarem contra o Govêrno, que está coagindo o Congresso Nacional.
- No dia 1º de maio de 1966, fêz uso da palavra, no Sindicato dos Texteis, dirigindo-se contra o Gov Fed, declarando que "algum dia as árvores fortes retornarão".

02-A-102

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Nº PROCSS. 131.7.P.205

CÓPIA

Conferência do dia 31 de maio de 1967
Proferida pelo deputado federal HERMANO ALVES
FACULDADE DE DIREITO - UFRGS

Estavam presentes as seguintes autoridades: Siegfried Emmanuel Heuser
Deputado Flavio Ramos.

POLÍTICA INTERNA DO BRASIL

Não existe política interna no Brasil. Existe política interna com os Estados Unidos. A América Latina é uma propriedade fechada norte americana. Com suas riquezas, minerais estratégicos que dizem respeito ao futuro espacial do mundo. É a América uma base para os Norte-Americanos. Devemos fazer como a França que através de seus interêsses nacionais e em defesa dêles afastou-se da OTAN.

Teoria de Grins Guering ex-embaixador dos EE.UU. em Paris. Agência Nacional de segurança NASA.

O inimigo mundial dos Estados Unidos continua sendo a Área Socialista para fins de planejamento. A África continua sendo uma plataforma, rêde estratégica com relação ao mundo socialista. Golpes militares acontecem na África. O mesmo acontece na América Latina. O Brasil é para os Estados Unidos nação determinante do continente Latino Americano. Sôbre Cuba, área do Caribe, há um acôrdo entre EEUU/MOSCOU.

Conflito limitado pelo jôgo de interêsses dos EEUU/MOSCOU. O sistema capitalista pode obter uma vitória tática. O produto Americano é igual a soma e mesmo maior que a soma dos produtos de tôda a Europa. Hoje em dia o pêso do somínio norte-americano se faz sentir sôbre todo o mundo.

Temos que ter em relação a isto numa estrategia de espectativa para conseguirmos a nossa independência.

LIN PIAO disse: A luta segundo a qual as áreas camponesas chocar-se-iam com as áreas urbanas. A vitória seria dos camponeses.

EEUU. pressionando os Vietnam obrigou UTHAN a acender a solicitação de NASSER de retirada das tropas que lá se encontravam para que esvaseasse os ritmos no mundo do Vietnam. UTHAN contribuia para criar uma situação especial para os EEUU. o Moscou. Para os comunistas a América é muito importante porque seria a última área que os EEUU. entregariam. É o centro de sastentação. É interêsse da União Soviética, quer que surja obstáculo para os EEUU. na América Latina. A pressão sôbre a América significará um alívio na pressão sôbre o sudeste Asiático.

Problema curioso, o Brasil não é carne nem é peixe, não é uma nação adiantada, mas também não é uma nação atrasada como muitas no mundo. Esta nação tentou no govêrno de Janio Quadros autonomia externa independente, muito clara, êle subordinava tôda política do Brasil, êle

(Cont. fls. 2)

CONFIDENCIAL

02 AGO 02

CONFIDENCIAL CÓPIA

Nº PROCSS. 131.3P.76

êle chegava aonde queria o Fundo Monetário Internacional. No plano da política interna êle dependia dos EEUU. na externa seria independente. Disto tudo durou sòmente 7 meses. Surgiu um movimento popular e o assunto passou a ser a posse ou não de João Goulart. Êste movimento teve apoio de grande parte do exército brasileiro. Tentava o Brasil no plano interno e externo uma independência dos EEUU. Tranquilamente o Brasil se viu diante do problema Cuba, criado pelos interêsses dos EEUU. Um govêrno mais hábil, mais inteligente que os EEUU. já teve no govêrno. Foi êle o do estadista jovem e de mulher bonita e filhos também bonitos e agora falecido John Kennedy.

Foi no govêrno Kennedy que:

Invadiram Cuba.

Houve a pressão política para que se expulsasse Cuba da Organização Americana.

Iniciou-se a invasão no Vietnam.

Os EEUU. passaram a exercer a tese da agressão interna.

No Brasil não há uma estrutura industrial militar e isto contribui para muitas coisas. Passou-se a comprar armamentos. Com a tese da padronização dos armamentos quem compra uma arma, recebe explicação sôbre a arma, ensinamentos de como manejá-la, e como utilizá-la em guerra. O melhor armamento para as unidades [illegible]derarão o golpe. Aconteceu no Brasil isto em 31 de março de 1964. O Brasil recebe muita ajuda dos EEUU. Percebe-se que existe uma política nesta ajuda. Me lembro que um oficial do exército brasileiro me disse: Nos EEUU. nós éramos tratados como um americano. Estava funcionando com a própria máquina de guerra dos norte-americanos. O brasileiro na 2ª guerra mundial ficou admirado a ajuda psicológica e espiritual da técnica dos EEUU.

DIA-FD2

No Brasil neste instante afirmam que estamos numa democracia. Assistimos êste espetáculo: Um telegrama. A sub-secretaria de defesa dos Estados Unidos comunica que o Brasil não receberá o fuzil M16. Ninguém sabia, nem o ministro do exterior, nem talvez o presidente sabia, mas o exército sabia e pediu.

No govêrno de João Goulart comprou-se o fuzil belga e até mesmo a patente, no ministério em qúe Costa e Silva era ministro êle tornou a comprar os fuziz belgas.

Mas o Brasil pediu agora e por intermédio do exército o M 16 e lhe foi negado. E porque foi negado? Alegaram que ô fuzil era bom sòmente para tiro curto e não para tiro longe. Masna verdade foi negado, porque êste fuzil é uma das mais bárbaras armas que existe. A bala do M 16 produz o efeito da bala Dum-Dum, cria um cone no corpo do indivíduo, cria inflamações ou mata logo. Quando cria inflamações vem a matar posteriormente. Êste fuzil é bom para a guerra suja como a do Vietnam. A própria Santa Sé mandou dinheiro para o Vietnam do Norte a fim de ser aplicado nos hospitais que não tinham condições.

(Cont. fls. 3)

CONFIDENCIAL

CÓPIA

Nº PROCSS. 131.1 p.107

Não mandaram porque ficaram com medo de que fôsse reproduzido e viesse em prejuízo dos EEUU. No Vietnam os vietnamitas do norte apreenderam um certo número dêstes fuzís, que com os mesmos atingiram os próprios americanos. O exército brasileiro quer comprar e êles não vendem.

A bala estando enquadrada no tipo da bala Dum-Dum, ela está condenada pelos efeitos que ela produz. Os militares querem comprar, êles são profissionais e são submetidos a estas influências. Os EEUU. querem apanhar as minorias militares para suplantar os burgueses. Isto aconteceu no Brasil. No govêrno Kennedy implantou-se a tese utilizada pela minoria Neo-facista Francesa, esta tese foi implantada nas academias interamericanas militares. O govêrno Kennedy criou os boenas verdes, que usam até os assassinos políticos, tráfico de tóxicos, apanhar adversário. Também a utilização sistemática da gasolina gelatinosa cola na pele do indivíduo e começa comer até os ossos. Isto já faz parte do treinamento da nossa fôrça aérea. Está havendo uma deturpação de nossa sociedade. Esta deformação, êste câncer, está se tornando sensível até nos EEUU. Ontem no Rio de Janeiro uma fonte categorizada me disse: Uma organização norte-americana está construindo uma televisão que se coloca no tanque e então eu na minha casa posso olhar a guerra através de meu aparelho. Então a guerra vira programa. Isto é um crime dos EEUU. Até que ponto nós podemos suportar estas coisas tôdas? Hoje a morte promovida faz parte de um investimento econômico. A economia Americana cresce graças a sua exploração.

Chegamos à época em que Costa e Silva sobe ao poder. O presidente diz que o conflito mundial norte-sul, digo, é norte-sul. Êle diz que está tentando uma política independente. Porém o exército considera que o conflito não se dá na maneira norte-sul, como afirma o presidente. Para o exército e na teoria militar vigente o conflito mundial se dá entre Oriente e Ocidante. Há nisto uma contradição.

O Papa Paulo VI faz sua, digo, na sua última encíclica a "POPULORUM PROGRESSIO" duas diferenças entre as civilizações.

A civilização cristã e a civilização ocidental. Até o Tarso Dutra diz: Nós somos o govêrno da encíclica.

Logo da tomada de posse do presidente COSTA e SILVA o ex-embaixador americano no Brasil o sr Lincoln Gordon perguntou: O Magalhães vai voltar para o Itamarati, não é?

Agora passa a descrever o que observou na Argentina quando Frondizi estava no poder. O deputado Hermano Alves havia ido a Argentina numa cobertura jornalística.

Vi Frondizi dizer: "Tomo posse se fizer um contrato Petrolífero". Posso nacionalizar pagando. "O Brasil tem a Volta Redonda, porque nós não podemos ter uma hidro-elétrica? afinal nós não estamos na Aliança para o Progresso, não apoiamos os EEUU. então quero um em

(Cont. fls. 4)

Nº PROCESSO 131.1.P.108

CONFIDENCIAL

CÓPIA

préstimo". Qual foi a resposta americana? Sim vocês estão na Aliança para o Progresso, vocês apoiam os EEUU., mas empréstimos nós não podemos dar. Para que o desenvolvimento da Argentina?

A assessoria da presidência na Argentina ficava num falso - hotel e era super sigilosa. Existia um serviço secreto do Estado, um da Marinha, um do Exército, um da Aeronáutica, todos inspecionando o govêrno.

Bem, so contrários ao govêrno encontraram uma saída. Fantasiaram os homens de policiais e deram uma batida, alegando que era uma região suspeita. Então os assessores tiveram que sair pelos telhados com os papéis. Aqui no Brasil também aconteco algo de semelhante.

Aqui no Brasil os petebistas gritaram, mas não puderam votar um projeto que estava engavetado a 8 anos. Afinal pensou-se: Que acôrdo é êste?

Êste acôrdo passou, trata-se do acôrdo Aero-Fotogrametria. Temos um aparelho sintilômetro, que registra a radiação de certa área da terra. Podemos ter margens inferiores a 15% de êrro, tudo o que possue no sub-solo. A fôrça aérea pode fazer "êste" serviço, mas deu-se aos EEUU. esta missão. Com a gritaria dos elementos do MEB - conseguiu-se, que dentro de mais de 160 homens norte-americanos fossem colocados 4 insignificantes militares brasileiros. Mas havia uma condição: As fotos e os estudos seriam feitos nos EEUU. para o Brasil seria dado sòmente a cópia.

Agora surge uma gritaria contra o contrôle da natalidade, que os americanos estão fazendo aqui. Os Norte-Americanos introduzem nas mulheres brasileiras uma serpentina, que faz com que ela não reproduza mais. Isto não se concebe. No Japão pode ser utilizado o aborto, mas no Brasil, não. Na India, 150 milhões de mulheres são esterelizadas anualmente. Deparando-se com êste problema vamos chegar-aonde querem os norte-americanos. A única política dos EEUU. em relação aos países em que têm influência é o limite da natalidade.

John Kennedy dizia: "Um dia as massas famintas poderão bater nas nossas muralhas, para nos cobrarem algo." Então utiliza-se a esterelização para evitar que isto ocorra.

Sucede que os interêsses na medida em que esta massa crescer ela rompe as estruturas, e estas vão ser modificadas pelos movimentos de massa, e êste que é o movimento autêntico, ou se não partir das - massas partirá dos burgueses, mas êste não é o melhor.

A elite dirigente do Brasil a qual pertence a direita do Brasil, mas também a esquerda do Brasil. Do lado da direita temos: salazarismo, o generalíssimo Franco, a redenção da Alemanha, e os Estados Unidos da América do Norte. Êstes são seus líderes.

A esquerda fala em Frey, no CHILE, em Cuba, enfim na democracia cristã.

(Cont. fls. 5)

CONFIDENCIAL

N8. PROCSS. 131 - 1.P. 209

CONFIDENCIAL

CÓPIA

Mas, quando partiremos numa luta nacional?

Eu saí do Rio de Janeiro e fui para Belo Horizonte, afim de proferir uma conferência para os estudantes de lá. Mas fui avisado - por elementos meus, olha se tiver elementos do DOPS, ou de qualquer- outro serviço secreto eu daqui farei um sinal para o senhor. Nisto - notei o sinal e percebi que alí estavam três elementos do DOPS e dois de outra organização. Logo localizei os tais indivíduos.

Nisto surgiu-me uma pergunta. Logo procurei ver se não partia dêstes elementos que estavam tentando me vigiar. Mas não, a pergunta partiu de um estudante mal entensionado. Então eu lhe disse: Olha moço, não vou responder porque aqui se encontram elementos- representantes do poder (DOPS) mesmo que fossem de um poder não muito esclarecido êles também gostariam de saber a minha resposta, por isso convido-o para que faça-me esta pergunta no hotel, lá lhe responderei de bom grado.

No final de sua conferência disse o deputado HERMANO ALVES: Nós pedimos aos estudantes para que façam levantamento de dados e - pontos fundamentais e êles sempre fizeram. Tivemos portanto, uma fábrica de elementos que nos deram auxílio e muitas informações.

Finalizou colocando a palavra à disposição de quem quisesse formular algumas perguntas.

Conferência esta que foi realizada no centro acadêmico André da Rocha da Faculdade de Direito da U.F.R.G.S. no dia 31 de maio de 1967.

CONFIDENCIAL

N8. PROCSS. 131. 90. 110

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
SUBCHEFIA DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES
2a S E Ç Ã O

ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA — 2ª SEÇÃO

1. ASSUNTO : "PARASAR"
2. ORIGEM : EMAer
3. CLASSIFICAÇÃO: + + +
4. DIFUSÃO : SG/CSN
5. CLASSIF ANT : + + +
6. DIFUSÃO ANT : + + +

INFORMAÇÃO Nº 442/EMAER

(23 DEZ 68)

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, (Art 62 - Dec n 60 417 67. Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Há cêrca de três mêses, ou seja, por ocasião em que o caso denominado "PARASAR", passou a ser explorado por certa Imprensa e por alguns congressistas através das tribunas do Congresso Nacional, êste Serviço tomou conhecimento de que tal campanha fazia parte de um planejamento hàbilmente elaborado por elementos subversivos perfeitamente identificados pelos Serviços de Informações.

O referido planejamento, além da subversão da ordem, tinha por objetivo aproveitar-se de qualquer fato da vida nacional que apresentasse possibilidades de servir aos seus objetivos e trazer descrédito à Revolução de 1964. Assim, os elementos interessados em subverter a ordem agiram no episódio "PARASAR" auxiliados por Oficial General da FAB, diretamente envolvido / no problema, punido por razões disciplinares e sem consciência de que estava sendo aproveitado inocentemente para fins excusos. Contaram, também, com a cooperação criminosa de elementos civis cassados, da reserva e até da ativa da Fôrça Aérea Brasileira. Êsses indivíduos foram hàbilmente manipulados / por aquêle grupo subversivo. Através da Imprensa publicaram trechos esparsos de documentação sigilosa do estrito âmbito militar, com o intuito de apresentar, deturpadamente, à opinião pública, um fato do dia a dia de uma Organização Militar. Criminosamente desfiguraram a ação da autoridade militar competente que, num dia de prontidão das três Fôrças Armadas, sediadas na área da Guanabara, determinou, em cooperação com as autoridades estaduais, a movimentação de uma Unidade, em missão puramente militar, contra a escalada subversiva comandada por organismos alienígenas.

Foi apurado que o ex-Brig Francisco Teixeira, demitido após a Revolução de 64, encontrava-se por trás dessa campanha insidiosa, valendo-se dos elementos abaixo, para fazer ouvir sua voz através da Imprensa e da tribuna

SECRETO

Nº PROCSS. 131.1P.799

SECRETO

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 442/EMAER, de 23 DEZ 68). Fls - 2 -

ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA — 2ª SEÇÃO —

do Congresso Nacional, conforme já declarado.

Segue-se a relação dos envolvidos:

Senador MARIO MARTINS
Deputado RENATO ARCHER
Deputado HERMANO ALVES
Sr EDMUNDO FERRÃO MONIZ DE ARAGÃO
Sr HUMBERTO BARROSO
Sr ARISTON BRANDÃO
Sr JOSÉ LANDEIRO FILHO
Sr VICENTE PELLEGRINE
* ex-Brig RICARDO NICOLL
* Brig Ref HELIO ROSARIO
* Cel Ref ADHEMAR SCAFFA DE AZEVEDO FALCÃO
* Cel Ref FERNANDO CAGGIANO HALL
* Cel Ref RUY BARBOSA MOREIRA LIMA
Cel R/R LINO TEIXEIRA
* ex-Cel CARLOS ALBERTO MARTINS ALVAREZ
* ex-Ten-Cel HELIO DE CASTRO ALVES ANÍSIO
Cap-Méd MARIO HENRIQUE MACHADO LANDEIRO

NOTA:- Os nomes assinalados com * foram reformados ou expulsos pela Revolução (AI-1).

$$$$$$$$$$$$$$$$$$$$$$$$$$

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, (Art 62 - Dec. nº 60.417/67. Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

SECRETO

Nº PROCESS. 131. IP. 112

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA-GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES

4

HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES

DO Nº 251 de 30-12-68
Nº PROC 55.131-1.2113

TO Nº 63.905 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1968

bre o enquadramento dos s pertencentes aos Gabinei- il e Militar da Presidência blica, beneficiados pelo ar- parágrafo único, da Lei nº 969, de 11 de junho de 1952, ão desses servidores em ór- administração pública, e dá rovidências.

no *Diário Oficial* — Seção e I, de 24 de dezembro de

Retificação

na 11.115, 4ª coluna, no ar- de se lê:
artigos 177, § 2º da Consti- eral.
:
rtigo 177, § 2º, da Constitui- l.
ção Nominal anexa ao De- página 11.117, 1ª coluna, on-
. .....
o dos Transportes
. .....
Cosm da Silva II
:
o dos Transportes
. .....
Cosme da Silva II
oluna, Ministério da Mari- hasse de Correntista código:
nde se lê:
b de Almeida (ilegível)
:
o de Almeida Carvalho

TO Nº 63.852 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1968

esidência da República em Agência Nacional o crédito itar de NCr$ 350.000,00 s e cinqüenta mil cruzei- s) para reforço de dota- signadas no vigente Orça-

no *Diário Oficial* — Se- — Parte I, de 19-12-68)

Retificação

na 10.959, 3º coluna, no onde se lê: ... Lei nº de ... leia-se: ... Lei nº
...
o 2º, onde se lê: ... recur- dito ... leia-se: ... recur- dito ...

TO Nº 63.883 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1968

Ministério da Educação e a favor da Fundação Uni- de Brasília, o crédito su- r de NCr$ 500.000,00 (qui- mil cruzeiros novos), para de dotação consignada no Orçamento.

no *Diário Oficial* — Seção I, de 20 de dezembro de 1968

Retificação

na 11.022, na data de en- o do Decreto, onde se lê: 20 de novembro de 1968; ...
:
20 de dezembro de 1968; ...

TO Nº 63.884 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1968

Ministério das Comunicações do Departamento dos Cor- Telégrafos o crédito suple- de NCr$ 600.000,00 para re- dotação consignada no vi- çamento.

no *Diário Oficial* — Seção I, de 20 de dezembro de 1968

Retificação

na 11.022, no artigo 1º, em citação 5.04.00 — Minis- Comunicações, onde se lê: egível) — Departamento dos Telégrafos
:
— Departamento dos Cor- égrafos

DECRETO Nº 63.887 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1968

Aprova a aplicação de recursos federais provenientes do ajustamento da arrecadação do Salário-Educação.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 20 de dezembro de 1968

Retificação

Na página 11.023, 2ª coluna, nos 2º e 4º Considerandos, onde se lê:

... Secretarias e Diversões de Educação, ...
. . . . . .
Consid que os recursos do ...
Leia-se:
... Secretarias e Divisões de Educação, ...
. . . . . .
Considerando que os recursos do ...
Na 3ª coluna, no artigo 1º — Unidades Federadas —, na parte relativa ao Rio de Janeiro, onde se lê:
- Rio de Janeiro ... NCr$ 484.842,42
Leia-se:
Rio de Janeiro ... NCr$ 404.842,42
Na 4ª coluna, no artigo 2º, onde se lê:
... 2 de janeiro de 1960 para a nova conta ...
Leia-se:
... 2 de janeiro de 1969, para a nova conta ...
Nas assinaturas dos Exmos. Senhores Ministros, inclua-se, por ter sido omitida:

Antonio Delfim Netto

DECRETO Nº 63.894 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1968

Abre ao Ministério da Fazenda em favor do Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito suplementar de NCr$ 5.896.800,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 20 de dezembro de 1968

Retificação

Na página 11.024, no artigo 1º, em seguida a citação 4.04.01, onde se lê:
113.2.0068 ...
Leia-se:
113.2.0068 ...
Na página 11.025, na citação 4.04.07, onde se lê:
01.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas ... ilegível
Leia-se:
01.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas... 67.000,00
a página 11.026, na citação 4.04.22, onde se lê:
113.2.0125 — Processamento de Custas Eleitorais
Leia-se:
113.2.0125 — Processamento de Causas Eleitorais

DECRETO Nº 63.895 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1968

Abre ao Ministério do Interior a favor da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM — o crédito suplementar de NCr$ .... 17.122.196,00 (dezessete milhões, cento e vinte e dois mil, cento e noventa e seis cruzeiros novos) para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 20 de dezembro de 1968

Retificação

Na página 11.027, 1ª coluna, artigo 1º, no código 114.2.1306, na citação 4.3.3.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações, onde se lê:
4.3.3.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações ... 110.000,00
Leia-se:
4.3.3.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações... 100.000,00

DECRETO Nº 63.901 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1968

Abre ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito suplementar de NCr$ 2.940.942,00 (dois milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros novos), para reforço de dotações orçamentárias.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 20 de dezembro de 1968)

Retificação

Na página 11.029, 1ª coluna, na ementa, onde se lê:
... (dois milhões novecentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros novos), ...
Leia-se:
... (dois milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros novos), ...
Na 2ª coluna, no artigo 2º, em seguida ao código 259.1.1522, onde se lê:
259.1.1523 — Projetos e Obras de Urbanização ...
Leia-se:
294.1.1522 — Projetos e Obras de Urbanização ...

DECRETO Nº 63.817 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1968

Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Goiás

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 19-12-68)

Retificação

No Plano anexo ao Decreto, na página 10.958, no item 1 do parágrafo 4º do artigo 1º, onde se lê: 1. Biglioteca Central — leia-se: 1. Biblioteca Central.

No artigo 4º, onde se lê: ... corricular ... leia-se: ... curricular ...
No artigo 5º, onde se lê: ... unidade o mesmo ... leia-se: ... unidade e mesmo ...
No artigo 6º, onde se lê: ... corricular ... leia-se: ... curricular ...
Na página 10.959, no parágrafo 1º do artigo 11, onde se lê: ... no Estattuo da ... leia-se: ... no Estatuto da ...
No parágrafo 3º do mesmo artigo, onde se lê: ... no Estattuo da ... leia-se: ... no Estatuto da ...
No artigo 12, onde se lê: ... do cresmimento da ... leia-se: ... do crescimento da ...
No artigo 13, onde se lê: ... de conhecinnentos, ... leia-se: ... de conhecimentos, ...

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL

DECRETOS DE 27 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República resolve

CONCEDER DISPENSA:

A Heitor O'Dwyer, Técnico de Administração, nível 22, aposentado, do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro do Ministério dos Transportes, de Membro da Comissão de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ..... (COTIDE), na forma do art. 3º do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 58.095, de 28 de março de 1966.

Brasília, 27 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

O Presidente da República resolve

DESIGNAR:

Mário Lopes, Agregado 2.C, do Quadro do Pessoal do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, para exercer a função de Membro da Comissão de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (COTIDE), na forma do art. 3º do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 58.095, de 28 de março de 1966.

Brasília, 27 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do Processo n.º 1.410-A, de 1968, do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, resolve

CONCEDER EXONERAÇÃO:

A partir de 15 de junho de 1962 *De acôrdo com o art. 75, item I, da Lei* n.º 1.711, *de 28 de outubro de* 1952.

A José Mauro Fiuza Lima, matrícula n.º 1.105.604, do cargo de Técnico de Administração, código AF.601.21.B, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

Brasília, 27 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DECRETOS DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolve

CASSAR:

Os mandatos eletivos federais e suspender os direitos políticos, pelo prazo de dez (10) anos, dos seguintes cidadãos:

- Márcio Emmanuel Moreira Alves — Deputado Federal — GB
- Hermano de Deus Nobre Alves — Deputado Federal — GB
- David José Lerer — Deputado Federal — SP
- Hélio Henrique Pereira Navarro — Deputado Federal — SP
- Gastone Righi Cuochi — Deputado Federal — SP
- José Lurtz Sabiá — Deputado Federal — SP
- Henrique Henkin — Deputado Federal — RS
- Matheus José Schmidt Filho — Deputado Federal — RS
- Renato Bayma Archer da Silva — Deputado Federal — MA
- José Carlos Estelita Guerra — Deputado Federal — PE
- Maurílio Filgueira Ferreira Lima — Suplente de Deputado Federal em exercício — PE

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grünewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antonio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso de A. Lima
Carlos F. de Simas

Nº PROCSS. 131. fp. 114

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTA À APLICAÇÃO DO ARTIGO

4º DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES.

A -- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

B -- FICHA INDIVIDUAL

C -- INFORMAÇÃO DO S N I

D -- ANEXOS:

1. DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

1.1 - DCN - 25 OUT 68
1.2 - DCN - 29 JUN 67
1.3 - DCN - 03 AGO 67
1.4 - DCN - 03 SET 67
1.5 - DCN - 27 SET 67
1.6 - DCN - 08 NOV 67
1.7 - DCN - 03 FEV 67
1.8 - DCN - 16 MAR 68
1.9 - DCN - 29 MAR 68
1.10- DCN - 30 MAR 68
1.11- DCN - 04 ABR 68
1.12- DCN - 11 ABR 68
1.13- DCN - 06 AGO 68

2. ARTIGOS PUBLICADOS NA IMPRENSA (CORREIO DA MANHÃ)

2.1 - SEMENTE DE ÓDIOS - C. Manhã - 28 MAR 65
2.2 - PROMESSAS ESQUECIDAS - C. Manhã 19 MAR 66
2.3 - FORÇAS INERMES - C. Manhã - 25 JAN 68
2.4 - A VIGÍLIA DAS ARMAS E A SOLIDÃO MILITAR - C. Manhã 04 ABR 68.
2.5 - A BANDA VAI PASSAR - C. Manhã 29 AGO 68.
2.6 - A FACE DA REPRESSÃO - C. Manhã 12 SET 68.
2.7 - ALTOS E GROSSOS - C. Manhã 19 SET 68.

Nº Processo 131-10.715

2.8 - A CORRUPÇÃO ARMADA - C. Manhã 26 SET 68

2.9 - UM PROBLEMA DE AUTORIDADE - C. Manhã 03 OUT 68

2.10- A OFENSIVA GOLPISTA - C. Manhã 28 NOV 68.

2.11- BRIGA DE FOICE - C. Manhã 05 DEZ. 68

3. MANIFESTOS

4. PEDIDO DE LICENÇA DA JUSTIÇA MILITAR PARA PROCESSAR O DEPUTADO HERMANO ALVES.

5. RECURSO DO PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL DA GUANABARA CONTRA O REGISTRO DA CANDIDATURA HERMANO ALVES PELO TRE/GB.

6. FOTOGRAFIAS

PASSEATAS ESTUDANTIS EM BRASÍLIA.

7. INFORMAÇÕES E INFORMES

7.1 - Nº 349/SNI/ABSB DE 06 AGO 68

7.2 - Nº 147/SNI/ABSB DE 24 ABR 68

7.3 - Nº 086/SNI/ARJ/ DE 01 FEV 68

7.4 - Nº 168/SNI/ABSB DE 24 ABR 68

7.5 - Nº 270/SNI/ABSB DE 18 OUT 67

7.6 - Nº S/Nº/SNI DE 11 AGO 67

7.7 - 128/SNI/ABSB DE 02 AGO 67

7.8 - CONFERÊNCIA PROFERIDA DIA 31 MAI 67 NA FACULDADE DIREITO - UFRGS.

7.9 - Nº 442/EMAER DE 23 DEZ 68.

NP PROCSS. 131. Ap. 176

DOC
"A"

Nº PROCESS. 131.2.P.117

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N8 Proc ss. 131-1P. 118

DOC
"B"

Nº. Proc. 131. fl. 714

Rio de Janeiro, GB.,
Em 30 de dezembro de 1968.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 421/SG-1/68

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES Deputado Federal pelo MDB, Seção da Guanabara nos têrmos do Art. 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação enviada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos e intensa campanha jornalística ofensivos ao Govêrno e às Fôrças Armadas, lançamento de manifestos, participação em agitações, bem como de articulações e reuniões conspiratórias.

3. Como exemplo dessas atividades subversivas, destacam-se os trechos abaixo, constantes da farta documentação anexa:

N8. PROCSS. 131. 1p. 720

3.1 - Discursos pronunciados da Tribuna da Câmara dos Deputados e publicados no Diário do Congresso.

(1) 25 OUT 68

Subsídios de vereadores.

"... Mas, Sr. Presidente, que é que há em tudo isto é a preocupação da junta militar presidida pelo Marechal Costa e Silva, que ora nos Governa, de consolidar as oligarquias onde quer que elas existam".

"E o que se procura perpetuar é o mando das oligarquias do interior, é o mando do poder econômico dos grandes centros, é o mando daqueles setores vinculados ao imperialismo, que estão todos nêste instante esmagando o povo brasileiro e fazendo com que êste povo não possa emergir da subumanidade em que vive, debaixo do tacão militar".

(2) 29 JUN 67

Comenta remessa de ofício ao Ministro LYRA TAVARES pelo Governador NEGRÃO DE LIMA, sôbre sanção inadvertida de Projeto que dá o nome do Ex SGT MANOEL RAIMUNDO SOARES a uma rua da Guanabara.

N8. PROCSS. 131. 1, p-121

"Mas o pior, em tudo isso, é a atitude de subserviência do Govêrno do Estado da Guanabara perante o Ministro do Exército e o Grupo Militar que Governa o Brasil, ou melhor, que o desgoverna."

Concluiu:

"O Sargento MANOEL RAIMUNDO não terá o seu nome numa rua da minha cidade. Mas o seu nome ficará na memória de todos os cidadãos, quando já tiver sido esquecida esta revolução que insulta os mortos e que humilha os vivos."

(3) 03 AGO 67

Confinamento de HELIO FERNANDES

Sr. Presidente, "a prisão e o destêrrro do Jornalista HELIO FERNANDES vieram demonstrar a profunda fraqueza do Govêrno do Marechal COSTA E SILVA.
Ao contrário do que se afirma, não se trata de um Govêrno forte, mas de um Govêrno fraco porque se viu obrigado a tomar uma série de providências aprovadas, contrários às leis em vigôr e à Constituição simplesmente para atender às imposições

Nº PROCESS. 131-1/P. 922

de uma minoria exarcebada de militares, de partidários, no plano da política militar do falecido Presidente Castello Branco".

(4) 03 SET 67

Acontecimentos na Universidade de Brasília.

Críticas às Fôrças Armadas.

"Mas a impressão que se generaliza é de que o Sr. Presidente da República não pode punir os responsáveis, porque êsses se acobertam sob a farda de Oficiais do Exército. E isso é grave. O processo de imcompatibilização das Fôrças Armadas com o povo foi levado por uma minoria de extremistas militares a tal ponto que, hoje, diante da impunidade de culpados por violências, o povo todo, as Fôrças Políticas imediatamente lançam a suspeita sôbre Oficiais do Exército, Sr. Presidente, isso é grave, muito grave ainda porque pode ser verdade."

"E em tôda parte as Fôrças Armadas estão a serviço do poder civil, e êste é a expressão da vontade popular, através de urnas livres - enquanto não chegarmos a êste ponto, enquanto não devolvermos as polícias militares ao Comando, não de oficiais do

N8. PROCESS 13 1.1 p. 223

Exército, mas de oficiais das próprias corporações, enquanto não colocarmos à frente do Departamento de Polícia Federal bachareis de direito, e..... ."

(5) 27 SET 67

Crítica ao movimento de 1964.

Aplaude a Frente Ampla embora não se declare solidário com o movimento.

Referiu-se aos encontros JG, JK e CL.

Concluiu:

"Cada um desses fatos valeu por mil comícios e por mil atos públicos, até porque servem cada um dêles para quebrar as velhas estruturas psicológicas que teimavam em sobreviver e que ainda garantem, pela inércia, a prevalência da ordem retrógrada que se instalou em abril de 1964.

(6) 08 NOV 67

Tece críticas violentas ao Marechal Costa e Silva e comitiva os quais disse terem gasto 50 milhões de cruzeiros de "uisque" em 5 dias, que o Govêrno atravessa um clima de Versailles, instalação do Govêrno em Petrópolis etc.

Nº PROCSS. 131.1.124

(7) 03 FEV 68

Defende-se de acusações do Senador DINARTE MARIZ, segundo os quais a Frente Ampla é subversiva e tentará golpe contra o Govêrno do Marechal Costa e Silva.

"Ora, Sr. Presidente, golpista é o atual regime, que se baseia na teoria do golpe permanente, segundo a qual uma minoria de representantes da oligarquias regionais, como o Senhor DINARTE MARIZ, paralisa a Nação inteira, graças ao apôio que lhe dá a cúpula das Fôrças Armadas.

Quem está subvertendo o próprio destino do País é exatamente esta minoria de oligarcas e burocratas militares que detêm as rédeas do poder,
....."

(8) 16 MAR 68

Críticas ao Govêrno COSTA E SILVA.

"Sr. Presidente, fez um ano que o Marechal Costa e Silva assumiu o Govêrno nêste País - seria melhor dizer assumiu o desgovêrno - em substituição ao Marechal Castello Branco, que não o queria no poder porque, como todos sabem, não o considerava competente."

NR. PROSS. 131-P. 725

(9) 29 MAR 68

Ataca o que chama Regime Militarista de Govêrno - Movimento Estudantil - Problema do restaurante do Calabouço.

"Sou e tenho sido conhecido nêsta Câmara pela posição política que assumí. Quantas vêzes tive eu de falar aos estudantes, depois de abril de 1964, para reprimí-los, quantas vêzes, tive dificuldade para contê-los. Pois agora não moverei uma palha, nem direi uma frase para conter ninguem. Este sangue fala muito mais alto do que esta corrupção generalizada do sistema militarista presidido pelo Marechal Costa e Silva, que é o responsável por isso.

A marca de Caim, a marca de sangue está na sua testa, está nas suas mãos.

Concluiu:

"Não tenho mêdo de nenhum esbirro, de nenhuma violência, de qualquer alto Comando de Generais incompetentes além de um Govêrno corrupto como êste. Estou aquí à disposição de quem quizer para qualquer coisa, para lutar por meu povo, para morrer ou viver com êle. Mas não nos entregaremos a essa podridão que se instalou no País."

NR. PROCSS. 131.1p.726

(10) 30 MAR 68

Desagregação do Regime de 1964.

"Sr. Presidente Srs. Deputados, vai fazer quatro anos que êste regime se instalou no Brasil, êste regime que significa, na realidade, do ponto de vista histórico, a culminância das aspirações retrógradas e reacionárias da classe dominante no Brasil repre - sentada por uma minoria política-militar que empalmou o Poder."

"E os sinais da decadência e desagregação aí estão. Não fôra o Presidente da República - aliás, o ditador - um homem cégo a qualquer argumento de inteligência, e êle veria que já estão contados os dias dêste regime violento, estéril e corrupto que se instalou no País em 1964".

(11) 4 ABR 68

Assinala presença de estudantes em Sessão do Congresso.

"Senhor Presidente, a cegueira dês - ses oficiais-generais que estão alienando cada vez mais do consenso na - cional, que estão comprando luta não só com a intelectualidade, com a vanguarda da política, com os estudan - tes e artistas, já conseguiram comprar a luta, com os sentimentos e

N8. PROCSS. 131.12.127

aspirações da classe média que, afinal foi o grande sustentáculo do movimento de março de 1964, que alguns chamam de revolução e outros não."

(12) 11 ABR 68

Crise Estudantil.

"Já os órgãos de espionagem interna, como o SNI, estão prevendo conspirações para o 1º de maio. Trata-se de uma provocação igual à que fez o Govêrno, ao publicar a portaria contra a Frente Ampla. No fundo o Govêrno prevê que o descontentamento também conhecerá seus dias de ira e de inquietação. E, em vez de buscar uma solução, prepara o Govêrno a repressão pura e simples. É um êrro trágico - mais um êrro trágico, só a gradativa redução do regime ditatorial permitirá o restabelecimento da paz no Brasil. Em contrário, a violência provocará a violência. E responsáveis por ela serão todos os atuais detetores dos instrumentos do poder. Revogue-se a ditadura para que se faça a paz."

(13) 6 AGO 68

Relativos ao Confinamento de Jânio Quadros.

"No seio do atual govêrno existem setores inconformados que preconizam um golpe de Estado para conseguirem o que

Nº PROCSS. 131.68.128

chamam de endurecimento. Mas a nossa impressão, Sr. Presidente, é a de que a unanimidade militar para o desencadeamento de um golpe dêsse tipo não se poderá mais obter".

"Sabemos que há conspirações na área oficial - conspirações de todos os tipos e tamanhos. É natural que isso aconteça no momento em que se tornou evidente a incapacidade do Govêrno e a inviabilidade do regime implantado pelo movimento de abril de 1964".

3.2 - Artigos publicados no Correio da Manhã:

(1) 28 MAR 65

"... E o Ministro da Guerra General Costa e Silva tem dado o seu aval para tôdas as arbitrariedades cometidas em nome do Exército por meia duzia de gatos pingados".

(2) 25 JAN 68

"... iniciou a reforma das Fôrças Armadas, transformou os militares de carreira em policiais de um novo tipo e em substitutos dos civis na administração pública".

(3) 29 AGO 68

"Com a mesma rapidez, o Govêrno cairá dos píncaros lunares, próximos ao

N8. PROCSS. 131-7,P. 129

Mar da Serenidade com que gosta de banhar-se a sêco, para voltar a fossa".

(4) 26 SET 68

"A crise de autoridade conduz ao auritarismo sob todas as suas formas. Ela é decorrência natural da falta de legitimidade de um regime militarista, impôsto (a corrupção pelo mêdo) ao país por um grupo de chefes militares que resolveu transformar as Fôrças Armadas em simples polícias para manter-se no poder de qualquer maneira".

(5) 03 OUT 68

Por enquanto, êsses Grupos precisam do Marechal Costa e Silva, que também sofre pressões no sentido contrário. Se vitoriosos, poderão dispensar os seus serviços, como a um outro General Naguib, que, curiosamente, seria substituido por uma Comissão de Onganias".

4. Nestas condições, peço vênia sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Art. 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de 10 anos e cassados o mandato eletivo federal do senhor HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES consoante dispõe o Art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Nº. PROCSS. 131.1.P.130

(CONTONUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 421/SG-1/68 - 12)

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos do mais profundo respeito.

Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL.

N8-PROCSS. 131. 1p.131

B - FICHA INDIVIDUAL

NS. PROCSS. 131. fls. 732

B - FICHA INDIVIDUAL

NOME: HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES

NATURALIDADE: NITERÓI - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DATA DO NASCIMENTO: 13 DEZ 1927

FILIAÇÃO: ANTONIO JOSÉ ALVES e
JULIETTA NOBRE ALVES

PROFISSÃO: JORNALISTA

ESTADO CIVIL: CASADO

REGISTRO CIVIL: Nº 1.156.543 - I.F.P. (Identificado em 26 NOV 53).

N8. PROcss. 131. 1, p. 133

DOC
"C"

N8. PROCSS. 131. fls. 134

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO

NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Nº PROCSS 131.1.p.735

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 008	2. DATA: 23/12/68
3. NOME: HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES	
4. FILIAÇÃO: ANTÔNIO JOSÉ ALVES JULIETTA NOBRE ALVES	
5. DATA DE NASCIMENTO: 13 DEZ 1927	
6. NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
7. NATURALIDADE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
8. PROFISSÃO: JORNALISTA	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: SUPERIOR - JORNALISMO	
11. RESIDÊNCIA:	

Nº PROCSS 131.1.P.136

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- - Dep. Fed., MDB/GB, eleito em 15 nov 66.
- Comunista. Subversivo. Agitador.
- Teve seu extrato de prontuário organizado, com vistas às sanções do AI nº 2.
- Jornalista, escreve para o "Correio da Manhã", tendo publicado vários artigos subversivos, atacando a Revolução e as FF AA.
- Faz cerrada campanha contra o SNI.
- Ligado à área estudantil e à AP.
- Participou ativamente de passeatas e agitações estudantis, na GB e em BSB.
- Ligado a JOÃO GOULART, JOSÉ GOMES TALARICO, PAULO TEIXEIRA, EDMUNDO MUNIZ, ÊNIO SILVEIRA e JOEL SILVEIRA.
- Ligado à Frente Ampla.
- Colaborador do semanário comunista "REUNIÃO".
- Dirigiu a "Ação Democrática", em 1956.
- Manifestou-se contrário à nova Constituição, à Lei de Imprensa e ao "Acôrdo MEC/USAID".
- Apoia a ação de D. HELDER CÂMARA
- Tachou o Gov COSTA E SILVA de "anárquico - autoritário".
- Foi objeto de denúncia, pela 2ª Auditoria da Marinha, como incurso na L.S.N. e de solicitação, à Câmara, para efeito de processo.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

1966 - mar -Assinou manifesto de "intelectuais" contra decisão da Justiça da URSS, que condenou os escritores ANDREI SINYANVSKY e YULI DANIEL, por terem formulado criticas ao Gov. daquêle País.

- Sob o título "O NÔVO CASTELO", comentou no jornal "CORREIO DA MANHÃ: "O Min da Guerra, Gen COSTA E SILVA, quer explorar a presente crise nacional em proveito da sua candidatura à Presidência da República".

mai -Sob o título "PLANTA DE ESTUFA", no "CM", atacou a candidatura COSTA E SILVA e imputou ao Pres CASTELO BRANCO, não só a responsabilidade por ela, como por todos os males que dela advirão para os brasileiros. No DIA DO TRABALHO, no Sind. dos Texteis/GB, discursando, ata

"C" DOC

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

cou o Gov., declarando que "algum dia as árvores retornarão".

jun - Compareceu à Sede do DCE/UFMG ao lado do Dep. EDGARD MATA MACHADO por ocasião da cerimônia de posse da nova Diretoria da UEE.

- Sob o título "CASTELO QUER FICAR", no CM, disse que "O Pres. CASTELO BRANCO não se comporta como quem pretende entregar o poder em março de 1967. Pelo contrário - os sinais de continuismo são - a cada dia que passa - mais nítidos".

jul - Sob o título "O REINO DA HIPOCRISIA", escreveu no CM: "Hipocrisia: vício pelo qual se manifesta uma piedade, virtude ou sentimento que se não tem; afetação de qualidade que não se possue; fingimentos; falsidade. Trata-se da grande característica do atual Govêrno, presidido pelo Mar CASTELO BRANCO, essa hipocrisia sistemática".

- Teve seu nome cogitado para efeito das sanções do AI nº 2.

set - Analisou o esvasiamento das escolas militares, dizendo que as razões do desinterêsse são: a) baixo nível de remuneração; b) progressiva alienação das FF AA; c) subordinação das FF AA à política externa dos EUA; d) transformação das FF AA em instrumentos policiais-militares.

- Participou de reunião da chamada "ALA DA INTEGRAÇÃO", realizada no dia 23, em que estêve presente CARLOS LACERDA.

- Escreveu extenso artigo, no CM, sob o título "O PARTIDO MILITAR", no qual fêz violentas críticas ao Poder Militar.

Out - Assinou manifesto de apoio "aos direitos dos estudantes, quando êstes saem às ruas", isto por ocasião das agitações de ruas provocadas por "estudantes".

- Manteve contatos com o Dep RENATO ARCHER, trabalhando num documento, sôbre a FRENTE AMPLA, no sentido de reformulá-la.

Nov - Sob o título "DELITO DE OPINIÃO", escreveu artigo no CM, tentando ridicularizar "as razões apresentadas pelo SNI, DOPS e pelo Procurador da Justiça Eleitoral, para impugnar a sua candidatura ao cargo de Dep Fed".

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Nº PROCESS. 131-Jp. 138

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

dez - Participou da organização da "Associação BRASIL-ARGÉLIA", que objetivaria estreitar relações entre o povo brasileiro e o argelino, congregando elementos opositores sistemáticos do Gov do BRASIL e comunistas internacionais.

1967 jan - Manifestou-se contra a nova LEI DE IMPRENSA, dizendo que os jornalistas já haviam sentido, na época / das eleições, a arbitrariedade do Gov. Fed.

- Assinou manifesto, denunciando o caráter anti-democrático da nova Constituição e conclamando o povo para lutar contra o Govêrno, que está coagindo o Congresso.

fev - Enalteceu a vitória da chapa esquerdista do CACO.

- Assinou manifesto pela liberdade de ÊNIO SILVEIRA.
- Em artigo, no CM, defendeu o ex-Cel JEFFERSON CARDIN envolvido em guerrilhas no sul do País.
- Colaborador do semanário comunista "REUNIÃO".

abr - Compareceu ao "ENCONTRO NACIONAL", realizado pela Ação Operária Católica (AOC), no Alto da Boa Vista / GB.

- Atacou o Gov COSTA E SILVA, dizendo que sua política externa é indefinida.

mai - Manifestou, no Plenário da Câmara, ceticismo diante da "hipótese de que a política externa do Gov. seja, realmente, soberana e independente".

- Fêz conferência no Centro Acadêmico ANDRÉ DA ROCHA da Fac de Direito/UFRGS, criticando a política interna do Brasil, as autoridades constituídas e os interêsses dos EUA, em relação à sua política externa.

jun - Anunciou que solicitaria uma Comissão Mista do Congresso, para controlar as atividades do SNI. Afirmou ser inaceitável a existência de um órgão com as atribuições do SNI, sem que haja fiscalização do Congresso.

- Atacou violentamente o SNI.

jul - Tomou parte em comício-relâmpago, realizado na Cinelândia/GB, em frente à AL/GB, ocasião em que foram feitos ataques ao Gov Fed e críticas à Lei de Imprensa e à Constituição.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Nº. PROCSS. 137.1, p. 739

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

- Considerou ilegal o ato do Gov que confinou o jornalista HÉLIO FERNANDES. Argumentou que "os AIs não podem ser sobrepostos ao espírito da Constituição, que dá ao jornalista tôdas as garantias para exprimir sua opinião".

ago - Disse que o Gov deveria apoiar-se no povo, restabelecendo o sistema democrático, promovendo a anistia, abrindo as prisões, liberando os sindicatos e respeitando o Congresso Nacional e a Imprensa.

- Faz parte da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados.

- Anunciou um conflito na área militar com relação, / principalmente, à permanência do Gen LIRA TAVARES no Ministério do Exército. Afirmou que o seu grupo, "imaturos do MDB", aguarda que se aprofudem as contradições do Gov CS com os americanos. Frisou haver discórdia no caso dos fretes; no caso do café solúvel e caso da energia nuclear. Disse, ainda, que, na Petrobrás, há descontentamentos e luta interna.

set - Revelou detalhes da conferência que mantiveram, em 1961, em PUNTA DEL ESTE, CHE GUEVARA e um emissário do Pres. JOHN F. KENNEDY e de cuja promoção o epigrafado participou diretamente.

- Acusou o Min da Justiça, GAMA E SILVA, de não estar preparado para exercer o cargo, tendo em vista o episódio da intimação de JK, para depor sôbre sua participação na FRENTE AMPLA.

- Acusou o Gov Fed de tramar uma reforma da Constituição, para que o Pres COSTA E SILVA seja reeleito e continue no poder até 1974.

- Afirmou, durante o pequeno expediente na Câmara, que a Nação, afinal, já estava ciente do seu dever, que era acabar com a reacionária ditadura imposta em 1964. Disse que o Imperialismo, afinal, tinha começado a chegar ao fim, no País, e que os direitos democráticos agora viriam.

out - Seu nome consta de uma relação de comunistas, organizada pelo SNI/ASP.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

Nº. PROCSS. 131.7p 140

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

- Comentou, com outros parlamentares ligados à Frente Ampla, que o Min da Justiça, GAMA E SILVA, não havia obtido êxito para o confinamento de JK. Declarou que sugeriu o controle das atividades do SNI pelo Congresso, pois em sua ficha, feita pelo SNI, consta apenas o que êle não fêz.
- Reportando-se aos contatos de CARLOS LACERDA com JG, em MONTEVIDÉU (25/9/67), elogiou a "nota" de JANGO-LACERDA.
  Disse que as autoridades estão refletindo em termos antigos e por isto estão perplexas, não sabendo o que fazer com a FRENTE AMPLA.
- Foi convidado para participar de um debate na V SEMANA DE GEOGRAFIA da Fac de Filosofia (De 2 a 7/10/67), mas declinou do convite, pois precisaria permanecer em BSB, pelos seguintes motivos: agitação provocada pela FA e necessidade de organizar com urgência, no MDB, uma procuradoria, para tratar dos casos de prisões de estudantes e "guerrilheiros".

dez - Indiciado em IPM que apurou atividades subversivas nos meios intelectuais do País.

1968 jan - Manifestou-se contrário ao Dec Lei nº 348, que disciplina as atividades do Cons de Segurança Nacional. Disse que o fato "transformou o Gen JAIME PORTELA, Chefe do Gab Militar da Presidência, no virtual Primeiro Ministro de um regime de Gabinete muito diferente do PARLAMENTARISMO, pois êsse mesmo Gabinete não presta contas a ninguém, muito menos ao Congresso Nacional".

- Participou ativamente de passeata de estudantes de BSB, tendo entrado em choque com a Polícia da Capital.
- Faz parte do GRUPO PARLAMENTAR TRABALHISTA, composto por deputados pertencentes ao ex-PTB, que estão se reunindo com a finalidade de reavivar o ex-Partido e depois passar para a FRENTE AMPLA, como partido de esquerda.
- Foi um dos oradores do comício, realizado na Praça dos Estudantes, SÃO CAETANO DO SUL/SP, no dia 23, e que contou com a presença de CARLOS LACERDA.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

N8. PROCSS. 131.§p. 141

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

- Disse pretender extinguir o SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, sob a alegação de que o SNI é um centro de corrupção e que vultosas verbas são gastas em gravações de conversas telefônicas, filmagens de encontros políticos e outras atividades suspeitas.
- Durante comício da FA, em SÃO CAETANO DO SUL/SP, disse trazer o apôio do povo da GB, "que não se rendeu diante da opressão militarista que violenta as tradições do País". Disse que ali se reuniam as esquerdas brasileiras, mas com fins pacíficos, para reencontrar o País autônomo, não subordinado ao "Imperialismo". Ao final, rendeu homenagens aos cassados, encarcerados políticos e exilados.
- Em reunião com outros parlamentares, resolveu: Impetrar mandato de segurança no STF, contra a Portaria do Min da Justiça, que "cassou" a FA; criar novo movimento com sigla diferente; Solidarizar-se com CL, JK e JG; Realizar os programas da FA sob a bandeira do MDB, evitando falar na FRENTE.

mai - Discursou, na Câmara, no dia 9, fazendo referências "à minoria militar que governa o País", buscando dividir as FF AA e induzir a maioria a opôr-se à alegada minoria.
- No dia 30, participou de passeata e agitações estudantis, em BRASÍLIA.
- Condenou o Projeto do Gov. CS, que relaciona os municípios considerados de interêsse da Segurança Nacional.
- Compareceu à UNB, juntamente com outros parlamentares, mantendo contato com a Reitoria, no sentido de defender a causa dos estudantes, em vista da determinação do Reitor, quanto ao fechamento da FEVB.
- Tomou parte ativa nas manifestações estudantis de rua, na Av W-3, BSB.

jun - Participou ativamente de manifestações públicas pela passagem do "DIA DO TRABALHADOR", no Campo de São Cristóvão/GB.
- Esteve em BH/MG, em entendimentos, com estudantes e dirigentes sindicais, aos quais prometeu apoio nas

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

N8. PROCSS. 131. fp. 742

FICHA INDIVIDUAL DE HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES (CONT.)

questões relacionadas com os últimos acontecimentos estudantis e operários ocorridos naquela capital.

- Subscreveu documento de apoio à ação apostolar do Arcebispo de OLINDA e RECIFE, HELDER CÂMARA.
- É membro do "Conselho Redacional" da revista "POLÍTICA EXTERNA INTERNACIONAL", publicada pela editôra Civilização Brasileira, que está sendo utilizada pela Prof. MARIA YEDDA LINHARES, na Fac de Filosofia, em seus ensinamentos aos alunos da referida Faculdade.
- Considerou os últimos acontecimentos estudantis (agitações), ocorridos no País, "como uma autêntica vitória do povo, liderado pelos estudantes".

ago - Faz parte de sistema contra-revolucionário, de orientação comunista, infiltrando na Imprensa Brasileira, com o objetivo de preparar o terreno para a contra-revolução a ser desencadeada em 1974, quando do retôrno à vida política nacional dos elementos cassados pela Revolução.

- Disse que a prisão de VLADIMIR PALMEIRA e o confinamento de JQ contribuiram para a unidade dos opositores ao Gov e que os estudantes, trabalhadores, parlamentares, povo e tôdas as fôrças democráticas da Nação estarão irmanandas nas ruas, praças, etc. nas lutas que se avizinham pela libertação nacional contra a ditadura militarista".

set - Discursou, na Assembléia Geral dos Bancários da GB, realizada na sede da Associação dos Empregados do Comércio, atacando o Gov. Fed.

dez - Por intermédio da Dep. LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE, entregou à Rainha ELIZABETH II, quando esta visitou BSB, uma exposição de motivos sôbre a iniciativa do Gov. Fed. para processá-lo.

- É membro operacional do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento (IBPD).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

NT. PROCSS. 131. 1. p, 943

NB-PROCSS. 131. fp. 744

D - ANEXOS

N8. PROCSS. 131. 1, P. 745

ANEXO
1

Nº PROCSS. 231-9, P. 146

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

N8. PROCSS. 131. 1p. 747

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. DOIN VIEIRA:

(*Questão de ordem — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, na pauta da ordem do dia de ontem, figurava o Projeto de Lei nº 706-67.

O SR. PRESIDENTE:

(*Batista Ramos*) — V. Exa. só poderá levantar questão de ordem sôbre o processo de votação da Ordem do Dia desta sessão. Matéria da Ordem do Dia de ontem não pode ser ratada agora.

O SR. DOIM VIEIRA — Trata-se de matéria da ordem do dia de hoje, contra a qual quero reclamar.

O SR. PRESIDENTE:

O SR. DAVI

(*Questão de do orador*) — questão de ord rá, inclusive s sa Exª, que p e Deputado de menos importa experimentado, o voto, que é der da Maiori Ernani Satyro poderá até pa bre Deputado doso Deputado cujo sorriso n termina a bond também poderá experimentados sa, que trazem longas lutas p pelejas parlame

Subsídios dos Vereadores

Hermano Alves DC - I - 25/10/68 - Suplemento ao nº 193

O SR. HERMANO ALVES:

(*Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente e Senhores Deputados, em primeiro lugar quero esclarecer à Casa, para que conste dos Anais, que, ao assinar êste projeto de lei complementar nº 36, eu o fiz, assim como outros companheiros de Partido, para apoiamento. A proposição não nos agrada. O que nos agrada é, sobretudo, a discussão do assunto, para que, por intermédio dela, possamos mais cedo ou mais tarde, quando a Maioria tiver ouvidos para ouvir, romper as barreiras que se colocam, no plano constitucional, à justa e legítima reivindicação dos Vereadores de tôdas as comunas no País, de remuneração para seu trabalho pelo povo.

Sr. Presidente, não nos agrada êste projeto como tal, porque nêle vemos uma série de incongruências. Chamo a atenção de V. Exª e da Casa para a discrepância que existe entre os artigos 5º e 7º. No art. 7º, adota-se, como critério para limitar a despesa total do Legislativo Municipal, o exame da arrecadação orçamentária municipal verificada no exercício imediatamente anterior. Entretanto, no art. 5º êste critério não aparece. Aparece simplesmente o seguinte:

> "Para os efeitos desta Lei, vigorará o censo geral realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1960, até que se realize nôvo recenseamento."

Ora, Sr. Presidente, os nossos colegas de São Paulo sabem muito bem que, em sete anos, o município de Cubatão decuplicou de população. Se fôssemos amanhã pensar nos vereadores de Cubatão em têrmos de 1960, pobres vereadores, pobre município, pobre Cubatão, pobre pensamento nosso!

Mas, Sr. Presidente, vou mais adiante. Observo, neste projeto, que, nos municípios com população de mais de cem mil até trezentos mil habitantes, os vereadores poderão receber 1/4 dos subsídios atribuídos aos Deputados à Assembléia Leigislativa do respectivo Estado. E, nos municípios com população de mais de 300 mil e até 600 mil habitantes, um têrço.

Sr. Presidente, vale ver-se o absurdo dêsse critério. Façamos a seguinte figuração: se, em um município de 300.001 habitantes, morresse um habitante, no dia seguinte poderia estabelecer-se a controvérsia de natureza jurídica sôbre se se deveria ou não fazer a redução dos subsídios dos Vereadores. Isto não é critério, não foi critério, não tem base alguma para que possamos raciocinar. Apenas a redução absurda já nos demonstra o absurdo a que nos reduziram. Mas, no fundo, êste projeto representa um tímido esfôrço de alguns setores da Maioria; um tímido esfôrço, digo eu, daqueles setores que apóiam o Govêrno nesta Casa, para ver se consèguem, complementando o texto constitucional, criar um ambiente ou um clima que permita a eventual modificação do mesmo texto constitucional, modificação esta requerida e entendida pela maioria dos elementos políticos que nesta Casa apóiam o Govêrno, mas vedada *a priori* pelo Chefe do Govêrno em recentes declarações.

O Sr. Lurtz Sabiá — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HERMANO ALVES — Com muita honra, nobre Deputado.

O Sr. Lurtz Sabiá — Nobre Deputado, ouço a análise de V. Exª do projeto apresentado pela Liderança da Maioria. Fui convidado a subscrevê-lo, e não o fiz, exatamente porque há, como V. Exª acaba de mostrar, a incongruência do art. 5º. Focaliza V. Exª o problema do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e faz até uma figuração jocosa em tôrno do problema criado pela morte de um cidadão. Acho que o exercício do mandato de Vereador não pode ser considerado nas limitações em que está pôsto neste projeto. Se V. Exª atentar para o crescimento, a explosão demográfica em certas áreas, há de observar que existem muitos municípios que requerem do legislador um trabalho intenso e que de logo não se enquadrariam, injustamente, nos benefícios do projeto. Há cidades, em São Paulo, como por exemplo, Mogi das Cruzes, que, com a instalação de duas ou três indústrias, no prazo de dois anos cresceram mais do que num período de cem anos. A Prefeitura não estava sequer aparelhada para arrecadar os tributos cujo volume aumentou pela sua explosão demográfica. Isto ocorre no Estado de São Paulo, mas, se V. Exª fôr ao Nordeste, há de encontrar muitas cidades que, também, com o advento da energia elétrica, com a implantação de determinadas indústrias, tiveram um crescimento exorbitante e exagerado. Se aprovarmos êste projeto, vamos possibilitar a ocorrência de injustiças. Acho que a Casa deve enfrentar objetivamente o problema, reformando a Constituição, para que se dê a cada município a responsabilidade de fixação dos subsídios dos Vereadores. Porque, sòmente resolverá o problema se se der aos municípios essa responsabilidade e se outorgar às Assembléias Legislativas a atribuição de votar as leis orgânicas dos municípios, como se fazia no passado. Por que perdermos tempo com a aprovação de um projeto — como de fato perdemos — para o Presidente o vetar, aceitarmos o veto e agora apreciarmos nôvo projeto que não atende à realidade? Por que perdermos tempo aprovando êsse projeto, se podemos caminhar mais rápidamente com a aprovação de emenda à Constituição que reconheça as prerrogativas de quem pode cuidar do problema?

O SR. HERMANO ALVES — Agradeço o aparte do Deputado Lurtz Sabiá, que chegou com rapidez aonde eu, de certo, chegaria. Mas, em chegando, permitiu-me S. Exª avançar ainda mais.

Êste projeto, Sr. Presidente, Senhores Deputados, vai beneficiar 60 ou 70 municípios do País, não mais do que isso. Dentre quatro mil e tantos municípios, só uns 60 ou 70 contarão com cidadãos de primeira classe que poderão fazer o seu trabalho político e legislativo remunerado, desde que escolhidos pelos eleitores. Os demais cidadãos serão de segunda classe, e os seus representantes, evidentemente, também de segunda classe.

No fundo, Sr. Presidente, essa discriminação se deve a um preconceito. Êste preconceito existe e se manifestou muito claramente, nos últimos anos, nos altos escalões das Fôrças Armadas, sobretudo em setores vinculados à Escola Superior de Guerra. Dizia-se nesse meio que o vereador não deveria receber remuneração. E a imprensa noticiou fartamente declarações, insinuações, idéias, noções difundidas por chefes militares, por coronéis da linha dura, branda, mole ou o que seja, no sentido de que se deveria impedir que o vereador tivesse remuneração, porque esta soava como sinônimo de corrupção.

A verdade tem de ser dita, porque êste foi, no fundo, o raciocínio que desencadeou êste absurdo na Carta de 1967. Êste tipo de preconceito parte de um pressuposto errôneo, de um raciocínio baseado no típico moralismo pequeno-burguês e no ressentimento de classes, mediante o qual se procura transformar numa espécie de cidadão sem prerrogativas e sem atribuições de dignidade um vereador representante dos eleitores do município.

O Sr. Cantídio Sampaio — Nobre Deputado Hermano Alves, creio, realmente, que êste projeto deveria ter sido estudado, pelo menos, confrontando-se êste censo de 1960 com os dados atuais, para perceber, em tôda a extensão, as conseqüências e, julgo eu, os disparates que, na prática não ocorrer. Vamos ver municípios que têm, de fato, maior população e nos quais os vereadores não poderão ser remunerados, porque, pelo censo de 1960, têm menos de 100 mil habitantes. Haverá disparidades gritantes que vão pôr, julgo eu, esta lei em crise, imediatamente, se aprovada. O critério deveria ser o da renda, porque realmente, podemos apurar a renda do exercício imediatamente anterior, através de dados objetivos e atuais. O Brasil, sobretudo meu Estado, cresce assustadoramente. De dois e três anos para cá, mais ou menos, temos

N8 PROCSS 131.1p.148

municípios em que, embora a estatística acuse a existência de 50 mil habitantes, a população ultrapassa êsse número e atinge muitas vêzes, 150 mil almas.

O SR. HERMANO ALVES — E há municípios de 100 mil habitantes que podem ser econômicamente muito mais desenvolvidos do que outros de 600 mil habitantes.

O Sr. Cantídio Sampaio — Além disso, aqui, para remuneração, toma-se por base o número de habitantes, e, para o teto de remuneração, a renda do exercício imediatamente anterior. Entretanto, há municípios de 100 mil habitantes, em São Paulo, que, para pagarem ao vereador um quarto do que recebem os deputados estaduais, predisarão de ter renda de um bilhão de cruzeiros, e são raros os que têm essa receita, apesar de possuirem mais de 100 mil habitantes. Portanto, não poderão pagar o subsídio. Creio que as Comissões encarregdas de estudar o projeto poderiam ter feito, quando nada, um levantamento estatístico dêsse censo de 1960. Então, verificariam que essa lei é uma ficção, porque se funda num fato superado: a estatística de 1960.

Não podemos legislar tomando como referência coisas mortas, que já não valem, que já desapareceram, sobretudo quando temos dados objetivos, como a arrecadação efetiva de cada exercício de nossos municípios. Além disso, note V. Exª, os municípios não poderão pagar mais de uma sessão por dia, mas as Assembléias Legislativas podem e estão assim procedendo. E' um paternalismo que, a meu ver, ofende a democracia. Seria necessário estabelecer um mínimo e deixar o resto a critério dos municípios, como se deixou ao alvedrio das Assembléias Legislativas.

O SR. HERMANO ALVES — Tem V. Exª muita razão, nobre Deputado Cantídio Sampaio. Êste projeto é um tamanho amontoado de incongruências, que dêle não sabemos o que tirar. Veja V. Exª que, por exemplo, numa das emendas de comissão, em que se pretende corrigir alguma coisa, fixou-se o seguinte:

A população do município será aquela estimada pelo IBGE, que fornecerá, por certidão, dados às Câmaras interessadas.

Ou o IBGE vai dar uma estimativa e não uma estatística, ou vai passar a fornecer a estatística. Mas, de qualquer maneira, transforma-se o IBGE numa espécie de cartório a fornecer certidões, como se o critério mais certo não fôsse aquêle da velha autonomia municipal, do direito de fixar o município a contribuição que será paga a seus vereadores, de acôrdo com a renda, aí, sim, do exercício anterior e dentro de uma fórmula viável qualquer, que se encontrasse, para aplicação geral no território nacional. Mas assim como está, diz V. Exª muito bem, não sabemos como isto vai ser aplicado, se é que vai ser aprovado.

O Sr Cantídio Sampaio — Tenho a certeza de que vai ser medida de conseqüências tamanhas, que teremos de muda-la no máximo dentro de três meses.

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — Pediria ao nobre orador que concluisse, pois seu tempo está esgotado.

O SR. HERMANO ALVES — Sr. Presidente, pediria prorrogação por dez minutos, a fim de concluir meu discurso.

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — V. Exª, então, não excedera a prorrogação.

O SR. HERMANO ALVES — Muito obrigado. Confio na tolerância da Mesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cuidava eu do centro da questão. O que houve de fato, e se manifestou na nova Constituição, foi um preconceito vigente nos quadros militares dominantes contra a corrupção da classe política. Repetiu-se em nossa época o fenômeno bem caracterizado por Oliveira Vianna no seu livro magistral, "Ocaso do Império", em que, tratando da questão militar na derrubada do Império, demonstrava a profundidade do preconceito contra os chamados "carcomidos", pela juventude militar, de um lado, e pelos espertos e inteligentes oficiais dos quadros superiores, de outro lado.

O Sr. David Lerer — Nobre Deputado, V. Exª, com muita argúcia, cultura, inteligência...

O SR. HERMANO ALVES — V. Exª é muito gentil.

O Sr. David Lerer — ... e objetividade...

O SR. HERMANO ALVES — Muito obrigado.

O Sr. David Lerer — ... que são características suas, está colocando o dedo na chaga. V. Exª está tratando de um preconceito real existente na classe militar em relação à classe política, que êles consideram ser incapaz de dirigir os destinos da Nação e dever, portanto, ser por êles substituída. Mas não se trata, nobre Deputado — e eu sei que V. Exª está perfeitamente a par disso — apenas de um resto de ranço contra os assim chamados paisanos, que nos vem do Império. A mim me parece, nobre Deputado, que é de propósito até que se tira nas cidades com menos de 100 mil habitantes — que, como V. Exª muito bem frisou, chegam a quase quatro mil, ou seja, 98% dos municípios — a remuneração dos vereadores. E' que nesses municípios predomina uma oligarquia, ligada aos interêsses mais conservadores dêste País.

O SR. HERMANO ALVES — Exàtamente.

O Sr. David Lerer — Nesses municípios, ao contrário do que ocorre nas grandes e nas médias cidades industriais, a classe política é estática e o patrimônio político é herdado, como se herda retrato de um antepassado. Não se permite às classes emergentes não se permite, por exemplo, aos trabalhadores de Mogi-Guaçu, onde há a maior cerâmica do Brasil, que coloquem ali um representante operário na Câmara Municipal: Mogi-Guaçu, por ter menos de 100 mil habitantes, está condenada a ser propriedade de um grupo. Então, o que vemos é uma defasagem entre o desenvolvimento econômico e sociológico de um núcleo habitacional e o seu desenvolvimento político, que fica retardado vários anos-luz. E' esta a característica fundamental dessa não remuneração, porque não corresponderia a grande ônus. O Cabo da Fôrça Pública de uma cidade de 30 mil habitantes recebe; o escrivão da polícia recebe; o delegado recebe para poder desempenhar bem a sua função pública. E o Vereador não tem uma função pública pelo menos tão importante para a democracia como a do sargento de polícia do município do interior? Esta a pergunta que tem de ficar na mente e na consciência e, mais do que na consciência, na cultura do legislador. E' disto que esta Casa não pode deixar de lembrar, quando trata da remuneração dos vereadores. E ainda tem a coragem de dizer êste projeto, no seu art. 8º — e chamo a atenção da Casa, neste momento, para o problema...

O SR. HERMANO ALVES — Diz o artigo que será considerado serviço público relevante o exercício gratuito do mandato de vereador. Poder-se-ia acrescentar: "pelos elementos mais ricos e abastados da comunidade."

O Sr. David Lerer — O exercício gratuito será serviço relevante. Então, os nobres Deputados desta Casa não estão exercendo serviço público relevante. Criou-se também uma outra discriminação, mas já dessa vez encaminhada àqueles políticos que deixando de lado as suas obrigações os seus afazeres, as suas famílias nas suas províncias, vêm a esta Casa defender o que resta da democracia neste País.

O SR. HERMANO ALVES — Permita V. Exa. E' o coronel de uniforme a fazer a convocação do coronel do interior.

O Sr. David Lerer — Veja bem, nobre Deputado, que esta Casa, se aprovar êste projeto na fórma em que está redigido, considera a si própria como irrelevante, porque já está ponto claro que serviço relevante é aquêle que é exercido gratuitamente. Ora, considero que um marechal, ou general do Exército — só para terminar, nobre Deputado, meu breve aparte — exerce serviço público relevante. E no entanto êles têm remuneração, que não considero condigna. E que êles não consideram também, tanto assim que lutam para aumentar a sua remuneração. Por que apenas o serviço público gratuito é considerado *munus* público? Nós também exercemos *munus* público, mas alguns dos que aqui estão, muitas vêzes passando dificuldades, têm de pedir um vale, antes do fim do mês, de um milhão. A Diretoria-Geral sabe disso. Exercemos *munus* público e um grande serviço público e muito relevante, ao contrário do que pretende o legislador executivo. Era só esta a breve e modesta observação que queria fazer ao belíssimo discurso do nobre Deputado Hermano Alves. Sei que V. Exa. me perdoará a ênfase que coloco nessas palavras. E' porque realmente creio nelas.

O SR. HERMANO ALVES — Muito obrigado pela exatidão, pela gentileza e pela brevidade das palavras de V. Exa.

Sr. Presidente, sinto que o tempo foge, para concluir, porque não quero perturbar os trabalhos da Casa e do Plenário e sobretudo não quero aumentar as angústias da maioria. Quero apenas, ao concluir, dizer o seguinte: O que se fêz a partir de 1964 foi, como dizia muito bem o jornalista, publicista e romancista Carlos Heitor Cony, voltar atrás, como caranguejo. Sob certos aspectos voltamos a antes da Revolução de 1930; sob outros aspectos voltamos a antes da proclamação da República e sob outros aspectos até voltamos ao Primeiro Império. No que diz respeito a êsse caso de vereadores, temos uma repetição barata, chinfrim — diria mesmo — da questão militar, de que retratamos êsse papel de derrubadora de império no fim do século 19. Mas Sr. Presidente, o que há em tudo isto é a preocupação da junta governativa, presidida pelo Marechal Costa e Silva, que quer dos governos, de conciliar as oligarquias onde quer que elas existam.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — O orador já passou. Já está falando fora do tempo regimental.

O SR. HERMANO ALVES — Por mim concederia o aparte à V. Exa. A consolidação do *statu quo* é o objetivo da minoria, da oligarquia civil e militar, para que não haja a menor perturbação da ordem social, para que se atribua o Poder a quem está por cima e a quem vive por cima e sempre viveu por cima, para que a estratificação social esteja garantida por lei e, se não por lei, pelas armas. E' isto que se encontra na raiz dêsse movimento que se implantou no Brasil. E' isto que se encontra na raiz da timidez com que a Maioria aprova êste projeto, encabuladamente. E' isso que se encontra na raiz dos temores de muitos homens nesta Casa. E o que se procura perpetuar é o mando das oligarquias do interior, é o mando do poder econômico dos grandes centros, é o mando daqueles setores vinculados ao imperialismo, que estão todos neste instante esmagando o povo brasileiro e fazendo com que êste povo não possa emergir da subumanidade em que vive, debaixo do tacão militar.

— Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Muito bem. Palmas.)*

Nº PROCESS. 131-1-p. 149

O SR. HERMANO ALVES:

(Reclamação) — Sr. Presidente, o Governador do meu Estado, Sr. Negrão de Lima, enviou ofício ao Ministro do Exército, General Lira Tavares, desculpando-se por ter sancionado — dia ele que por acidente — o projeto da Assembléia Legislativa da Guanabara que dá o nome do ex-sargento Manuel Raimundo Soares a uma rua da cidade do Rio de Janeiro.

É curioso que um Governador de Estado reconheça que firmou um papel sem conhecer-lhe os têrmos e sem que a sua assessoria tivesse prestado atenção ao que ocorria.

É um curioso governador, êste, tão despido de curiosidade ao ponto de não saber — com exatidão — que está fazendo, em Palácio e fora dêle.

Mas o pior, em tudo isso, é a atitude de subserviência do govêrno do Estado da Guanabara perante o Ministro do Exército e o grupo militar que governa o Brasil — ou melhor, que desgoverna.

O Sr. Negrão de Lima foi eleito pelo povo carioca na crista de uma plataforma de oposição ao movimento político-militar de março-abril de 1964 — e não apenas ao Sr. Carlos Lacerda.

As circunstâncias transformaram o Sr. Negrão de Lima, naquele instante no continuador da linha política dos Srs. Hélio de Almeida e Marechal Henrique Lott. Mas, para assumir o poder, em meio à agressiva policiagem desencadeada nas quarteis, pelas linhas duras e linhas oraciais & militares, o Sr. Negrão de Lima transformou-se neutro homem — no homem que faz questão de nomear militares para determinados postos, apenas para agradar aos militares; no homem que saudou, como grande, o govêrno do Marechal Castello Branco no homem que não perde missa pela alma da revolução.

Agora, firmando por engano o projeto da Assembléia [illegible] a pedir desculpas ao Ministro [illegible]

Como se tudo [illegible] Ministro do Exército [illegible] Comissão Diretora [illegible] cas do Exército [illegible] — além de torpe [illegible] ção do governador [illegible] classifica de "infelicíssima iniciativa" a decisão da Assembléia [illegible] dar o nome do sargento Manuel Raimundo a uma rua do Rio de Janeiro.

É insulto cultuar um morto? O Ministro do Exército deveria [illegible] vêzes, antes de tornar-se [illegible] pela publicação da [illegible]

Afinal, o sargento [illegible] do, prisioneiro [illegible] de autoridades [illegible] cito, foi assassinado [illegible]

A Comissão [illegible] rito da Assembléia [illegible] Sul — da qual [illegible] bros da [illegible] rios oficiais [illegible] reu com o [illegible]

Completando [illegible] cito que [illegible] Mas, [illegible] para [illegible] pelo [illegible]

[illegible]

CRESSBOTA: HERMANO ALVES
JETO Nº
Nº
CÂMARA
SENADO
o 29/6/64 CD-Z-CN Pg 3874
º /de / /

Comunica recusa de opção ao título honorífico Lyra Tavares projeto que dá o nome de Sgt Manuel Raimundo Soares a uma rua da Guanabara

C.

N8-Processo 131.Jp.150

Dep. Hermano Alves - MDB-GB

DC-3/8/67. Seção I Pág 4100

Sr. Presidente, sucedeu apenas o seguinte: a maioria exacerbada do que se convencionou chamar Sorbonne promoveu uma agitação para forçar o Govêrno Federal a endurecer as posições e para recuar conseqüentemente, em futuro, de alguma posição nacionalista que êste Govêrno está procurando um tanto timidamente tomar. Ao fazer isso, explorou o sentimento militar de mêdo. Êsse sentimento militar de mêdo tornou-se evidente, a partir do momento em que grande cópia de oficiais das Fôrças Armadas descobriu que a população, diante do falecimento do Marechal Castelo Branco, manifestara indiferença —, indiferença não com relação ao morto, mas com relação àquele símbolo do poder militar vigente no País.

Ora, se o povo demonstra que está alheio aos militares que estão no poder, demonstrando com isso que estão êles, êsses militares que exercem o poder e que fazem a política, alienados do corpo da Nação, e sendo o Marechal Castello Branco sem dúvida, na área militar, uma figura exemplar que os militares costumam chamar o melhor de todos nós, é lógico que a cada um dêsses militares políticos agrave logo o pensamento. Se a população foi indiferente a uma figura tão nobre e expressiva, como me tratará, amanhã, se as circunstâncias mudarem, se a situação — como se diz na gíria — virar?

Foi à base dêste temor, que se generalizou em certos escalões militares, que a minoria mais exacerbada minoria golpista, dêste País procurou trabalhar, no sentido de forçar o Govêrno Costa e Silva à ilegalidade e, forçando-o, como forçou, à ilegalidade, essa minoria demonstrou que ainda exerce certa parcela de poder, considerável, e deu o Govêrno profunda demonstração de fraqueza, de timidez, de inutilidade e de capitulação diante de elementos presumìvelmente amotinados.

Sr. Presidente, o episódio Hélio Fernandes, antes de mais nada, antes de ser a violência que foi, é apenas, a demonstração de que o Govêrno não consegue manter a disciplina vertical nas fileiras das Fôrças Armadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (*Muito bem*).

Confiadamente

Hélio Fernandes

O SR. HERMANO ALVES: 175

(*Comunicação. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, a prisão e o desterro do jornalista Hélio Fernandes vieram demonstrar a profunda fraqueza do Govêrno do Marechal Costa e Silva. Ao contrário do que se afirma, não se trata de um Govêrno forte, mas de um Govêrno fraco porque se viu obrigado a tomar uma série de providências apressadas, contrárias às leis em vigor e à Constituição, simplesmente para atender às imposições de uma minoria exacerbada de militares, de partidários, no plano da política militar do falecido Presidente Castello Branco. Êsse grupo de partidários do castellismo conseguiu impor a sua vontade ao Presidente Costa e Silva, fazendo com que rompesse a ordem legal vigente, conquanto injusta, sem dúvida vigente.

Essa demonstração de fraqueza tornou-se ainda mais nítida a partir do instante em que oficiais-generais e oficiais superiores, vinculados ao jornalista Hélio Fernandes, como o Comandante do 2º Exército, General Siseno Sarmento, Ministro do Trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, e o Ministro dos Tribunais, Mário David Andreazza (Coronel do Exército), se sentiram na obrigação de solidarizar-se publicamente com o Ministro da Justiça, e de apoiar a medida do confinamento, ou seja, o degrêdo do jornalista Hélio Fernandes.

Ora, sendo êsses oficiais êsses membros do Govêrno, homens que têm recebido sistemàticamente o apoio e as manifestações de simpatia do jornalista Hélio Fernandes, a sua coragem em apoiar um ato ilegal do Govêrno apenas demonstra a profunda fraqueza do Govêrno e também que êles não quiseram afastar-se do sentimento geral da classe.

N8-PROCSS.131.1p.151

Acontecimentos da UnB — Críticas às Fôrças Armadas

Dep. Hermano Alves — MDB-GB — 3/9/67 — Seção I — pg 5490/3

O SR. HERMANO ALVES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o Marechal Costa e Silva, Chefe de Estado, recentemente reuniu, em duas sessões, o Conselho de Segurança Nacional, teve a oportunidade de receber, entre uma sessão e outra, os oficiais-generais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em pôsto de General de Exército, Almirante de Esquadra e Brigadeiro do Ar, para um contato entre companheiros de armas. Nessa ocasião, o Mal. Costa e Silva, em rápido discurso, declarou que sentia a satisfação de estar cumprindo o seu dever e que saberia cumpri-lo até o fim, fôssem quais fôssem os obstáculos e as conseqüências.

Saudou o Marechal Costa e Silva outro chefe militar muito conhecido, o General Peri Bevilaqua, o mais antigo oficial no serviço ativo do Exército, depois do Marechal Mascarenhas de Moraes, que, por lei do Congresso, ficará até o fim dos seus dias em serviço ativo.

O General Peri Bevilaqua disse ao Presidente da República — e infelizmente isso não foi divulgado pelo noticiário oficial — que a satisfação do dever cumprido é alguma coisa que um Chefe de Estado deve manifestar no último dia do seu mandato e que o dever se cumpriria concretizando as promessas feitas por ocasião do recebimento da faixa presidencial, quais sejam: preservação das leis e dos direitos do homem; promoção do bem-estar geral; defesa das riquezas nacionais e outros itens.

Disse mais o General Peri Bevilaqua, que a satisfação de consciência, a satisfação do dever cumprido, a tranqüilidade de quem seguiu os ditames da consciência e cumpriu a palavra empenhada, não se [illegible] pela fôrça das armas, não se [illegible] e metralhadoras, não se [illegible] violências nas ruas [illegible] em qualquer [illegible]. A [illegible] do General Peri Bevilaqua [illegible] sião profética. Sr. [illegible] que nesta momento [illegible] rio estranho [illegible] até a quarta-feira da semana [illegible] mais uma vez [illegible] [illegible] [illegible] profunda [illegible].

Sr. Presidente, [illegible] dúvida. [illegible] profun[illegible]. [illegible] manhã, toda a Nação [illegible] providências oficiais [illegible] de identificação e da punição [illegible] dos responsáveis pelas [illegible] ocorridas na Universidade [illegible] Brasília. Passou-se a quinta-feira, o dia do choque; veio a sexta-feira, o dia da inquietação; veio o sábado e o domingo; estamos na segunda-feira, e até agora o Govêrno não pôde ou não quis dizer quais são os responsáveis pelas violências ocorridas na Universidade de Brasília.

Sr. Presidente, o Ministro da Justiça diz que não partiu [illegible] uma ordem no sentido de [illegible] alunos, estudantes [illegible] dentro do *campus* [illegible]. Alguém emitiu uma nota em nome da Polícia Federal. E, ao [illegible], refiro-me aos [illegible] ontem já apareceram [illegible] a respeito dessa nota. [illegible] tos da Polícia Federal [illegible] que não emitiram a nota [illegible] cometeram violências. Quem [illegible]. Também [illegible]. Ninguém sabe quem [illegible], ninguém sabe quem promoveu [illegible] violências, ninguém sabe de [illegible]. E nós, ontem, assistimos [illegible] lancólico: o próprio Secretário de Imprensa da Presidência da República, um profissional de imprensa muito conhecido, o Sr. [illegible] Sales, veio a público para tornar clara a perplexidade do Govêrno. Espera êle que êsse caso desapareça do noticiário, para que, então, possa o Govêrno executar a reforma universitária, e classifica o que ocorreu em Brasília, na Universidade, como um acidente.

Sr. Presidente, não estamos diante de um acidente. Lembro a V. Exa. que, se alguma violência fôsse cometida por estudante, que, se alguma violência fôsse cometida por trabalhadores, por intelectuais ou políticos contrários à situação vigente, assistiríamos a uma repressão sem precedentes, assistiríamos a uma violência de caráter exemplar para escarmento de todos. E, neste instante, quando a violência parte dos agentes governamentais, passamos cinco dias à espera de saber quais são os culpados. Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que, se os verdadeiros culpados fôssem policiais de carreira, delegados do Departamento de Polícia Federal, já teria havido uma punição, ou pelo menos uma identificação. Mas a impressão que se generaliza nesse país é de que o Sr. Presidente da República não pode punir os responsáveis, porque êsses se acobertam sob a farda de oficiais do Exército. E isto é extremamente grave. O processo de incompatibilização das Fôrças Armadas com o povo foi levado por uma minoria de extremistas militares a tal ponto, que, hoje, diante da impunidade de culpados por violências, o povo todo, as fôrças políticas, imediatamente lançam a suspeita sôbre oficiais do Exército. Sr. Presidente, isso é grave, muito grave, e mais grave ainda porque pode ser verdade.

O Sr. [illegible] Rodrigues — V. Exa. faz muito bem em acentuar que a responsabilidade pelos acontecimentos [illegible] da última quinta-feira, quando foi invadido o *campus* universitário e ali vitimados estudantes e depredadas as instalações, [illegible] aos funcionários [illegible] Polícia do Distrito Federal [illegible] aos funcionários civis da [illegible]. Estou mesmo informado [illegible] Deputado, de que os Delegados [illegible] Polícia, titulares dos [illegible] Departamento de Polícia Federal [illegible] foram avisados previamente [illegible] acontecer. E neste momento [illegible], sentem-se humilhados, desprestigiados e cheios de [illegible] da opinião pública, que nem sempre distingue claramente as responsabilidades. Mas, na verdade, nobre Deputado, o Departamento Federal de Polícia Federal nos seus setores mais destacados [illegible] militarmente por oficiais do Exército. Basta ler uma [illegible] para que todos nos [illegible]. É Diretor-Geral o General Cunertino Brelas; Chefe de Gabinete o Coronel [illegible]; Diretor da Divisão de Ope[illegible] o General [illegible]; Diretor da Divisão de Administração o General [illegible]; Diretor dos Serviços Gerais o General [illegible] — e como há [illegible] — Diretor da Divisão de Ordem Política e Social o Coronel Newton [illegible]; Chefe do Serviço de Censura e Diversões Públicas, o Coronel [illegible]; Chefe do Serviço de Trans[illegible] Coronel, e também não [illegible] Chefe do Serviço de [illegible] Calunda; Chefe [illegible] também um [illegible] Ainda nas [illegible] do Rio Grande [illegible]

[illegible] — [illegible] cidente [illegible] Universidade [illegible] tatou a [illegible] de [illegible]

N8-PROCSS.131-1/p.152

ridade policial civil do referido Departamento de Polícia Federal e as Polícia Federal ou Inspetores de Polícia Federal, ambas as funções de bacharéis em Direito. Tôdas as honras dessa operação militar excepcional foram reservadas, infelizmente, àqueles que fazem parte do que se chama, neste País, o glorioso Exército de Caxias, porque oficiais do glorioso Exército de Caxias estavam comandando essa operação e são êles que ocupam hoje militarmente o Departamento de Polícia Federal e as suas diversas repartições nos setores mais categorizados. Por isto, V. Exa. diz muito bem que, com essa invasão e êsse procedimento inqualificável até de oficiais-generais, que não se ocupam das suas funções específicas mas se dedicam a atribuições que não são as suas próprias, está-se estabelecendo uma profunda dissessão entre o povo e o Exército. No entanto, ao contrário disso ainda há dias, em ordem do dia, o eminente General Lira Tavares, Ministro do Exército, fazia questão de acentuar aquilo que S. Exa. ilusòriamente supõe existir ou que em algum tempo existiu, mas que infelizmente não existe mais: a identificação entre o povo e as Fôrças Armadas.

O SR. HERMANO ALVES — Agradeço a V. Exa., nobre Deputado Martins Rodrigues, os dados preciosos que trouxe ao meu discurso.

Quero também lembrar um fato extremamente significativo: quando a Professôra Leda Maria Node, cujo depoimento foi lido aqui netsa Casa na sexta-feira pelo Deputado Ewaldo Pinto, assistiu à prisão do dirigente estudantil Honestino Guimarães, e viu que os policiais começaram a atirar, indagou a um grupo de policiais quem os enviara armados de fuzis, e êles responderam: "Pergunte ao Exército". A resposta foi muito clara e significativa: demonstra que o nome do Exército brasileiro está sendo utilizado sistemàticamente por uma minoria que não tem direito para fazer isso e que procura manter-se nos dispositivos de poder, às custas do patrimônio nacional, que são as Fôrças Armadas. Isto é muito claro. Essa minoria de agitadores e provocadores está-se aproveitando do nome das Fôrças Armadas, de modo geral, e do Exército, de modo particular, para manter-se no Poder através da violência até mesmo para forçar os atuais detentores do Poder Federal, ou seja, o Marechal Costa e Silva e seus Ministros, a terminarem ou concluírem o processo de instauração de um govêrno discricionário e autoritário em nosso País.

O Sr. Paulo Freire — Nobre Deputado, eu ia dizer justamente isso que V. Exa. acaba de proferir. Faço, pois, minhas as palavras de V. Exª. E quero acrescentar que sou Deputado da ARENA, mas não darei mais, em hipótese alguma, meu modesto voto para apoiar o Govêrno, enquanto não punir êle êsses bandidos e criminosos que querem instalar aqui no Brasil o sistema de Hitler. (*Muito bem. Palmas.*)

O SR. HERMANO ALVES — Obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, referiu-se o nobre Deputado Martins Rodrigues à recente ordem do dia do Sr. Ministro do Exército, General Aurélio de Lyra Tavares, que, no meu entender, cometeu um dos erros políticos mais graves que um homem público e um Ministro de Estado pode cometer na presente situação, quando declarou, há quinze dias, que no fim do ano deixará o Ministério do Exército, ao transferir-se, compulsòriamente, para a reserva.

Com isto perdeu grande parte de sua capacidade de ação no âmbito do seu Ministério. Perdeu legitimação política, perdeu autoridade e enfraqueceu-se, enfraquecendo também a disciplina militar, que deve ser vertical, que deve ser irrecorrível, que deve ser muito firme.

Sr. Presidente, o nobre Ministro do Exército disse, em sua Ordem do Dia, que o Exército Brasileiro está diante de um nôvo tipo de inimigo: um inimigo que age financiado de fora para dentro, um inimigo que se infiltra para promover a guerra revolucionária. Classificou de inimigos de maneira implícita, sem a menor dúvida, todos aquêles que se opõem, desta ou daquela forma, ao atual sistema político, ao atual regime implantado no País, ou seja, também, aos políticos do partido de oposição, ou seja, também, a expressivas parcelas do Clero católico, ou seja, a intelectuais, a estudantes, a trabalhadores, a todos aquêles que contestam a legitimidade do presente regime.

Sr. Presidente disse o Ministro do Exército, sôbre êsses inimigos, textualmente:

> "A sua investida maior é contra as Fôrças Armadas, particularmente, contra o Exército, para desprestigiá-lo, dividi-lo e minar-lhe a disciplina e a hierarquia, em que repousam sua coesão e fôrça, tal como tentou fazer antes da Revolução. E isso, precisamente, por ser o Exército um dos sustentáculos maiores da democracia, a parcela mais vigilante do povo, com a missão de assegurar a tranqüilidade e a ordem imprescindíveis ao realizador".

Sr. Presidente, quem divide as Fôrças Armadas não é quem as critica. Quem divide as Fôrças Armadas é quem comete violências, falando em nome delas. Quem divide as Fôrças Armadas e as desmoraliza é quem protege aquêles que fazem coisas desta natureza, é quem permite que a disciplina, sim, seja violada diàriamente, através de formas sutis, ou grosseiras que sejam. E' quem permite que isto ocorra, é, isto sim, responsável pela cisão das Fôrças Armadas. Não são as fôrças que levantam contestação ao presente regime: são as fôrças que estão empenhadas em comprometer as Fôrças Armadas na manutenção do presente regime.

Vou mais adiante, Sr. Presidente. Identifico neste texto do General Lyra Tavares uma profunda semelhança com esta vergonha que aqui trago, ou seja, uma nota de caráter extensivo distribuída pelo Centro de Informações da Marinha — CENIMAR — a tôda a Marinha de Guerra durante os episódios que se seguiram à morte do estudante Edson Luiz de Lima Souto. Esta nota, publicada pela "Marinha em Revista" — nº 206, revista do Serviço de Documentação Geral da Marinha, meses de maio e junho de 1968, diz textualmente:

> "Desde a sua fundação, poucas foram as passeatas estudantis da Guanabara que não tiveram seu nascedouro no restaurante do Calabouço. E tôdas, sem exceção, foram articuladas por êsses pseudo-líderes, fantoches do comunismo internacional, estudantes profissionais que, em trôca de seus vultosos salários, nunca vacilaram em arrastar rapazes desprotegidos, lançando-os como escudos em agitações de rua e quebra-quebra".

Adiante, diz a nota, descrevendo a morte do estudante Edson Luiz:

> "Estabeleceu-se, então, o pânico naquele grupo que representava a lei.

Refere-se à tropa policial da Polícia Militar.

> Pois quando alguns dos [illegible] mais antigos na defesa de suas próprias vidas e das de seus comandados, foram obrigados a fazer disparos para o alto a fim de conter a fúria da massa".

Adiante:

> "Muitos dos que presenciaram o incidente declararam que os tiros partiram de ambos os lados".

Esta é a versão oficial da Marinha de Guerra, do Centro de Informações da Armada...

O Sr. Marcio Moreira Alves — De Desinformação ...

O SR. HERMANO ALVES — ... sôbre o que ocorreu por ocasião da morte de Edson Luís. Informação apressada, precipitada, falsa, deturpada, que foi desmentida pelo processo instaurado para a apuração das responsabilidades e pelas confissões e depoimentos lá feitos. Vemos, então, uma repartição oficial utilizada por uma minoria para implantar uma versão a tôda a Armada a fim de que cada oficial subalterno ou marinheiro tenha uma versão errônea do que aconteceu. Chama-se a isto, Sr. Presidente, guerra psicológica.

E vou mais adiante. No "Jornal do Brasil", de ontem, caderno especial, o General Antônio Carlos da Silva Muricy, verdadeiro autor dos discursos aqui proferidos pelo Deputado Bilac Pinto sôbre guerra revolucionária, Oficial da ativa, exercendo função de responsabilidade neste instante, faz um estudo sôbre guerra revolucionária, sôbre isso que se inventou ser guerra revolucionária, e, nesse estudo, diz o seguinte, bem na linha do Ministro do Exército:

> "Fracassadas tôdas as tentativas de desmontar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica pelas cúpulas ou pelas bases, restou, apenas, aos marxistas-leninistas..."

— ou seja, todos nós que criticamos os grupos militaristas somos, a partir dêste instante, classificados de marxistas-leninistas —

> "... a solução de incompatibilizá-las com os civis, na injúria de um militarismo inexistente mas altamente rendoso e em têrmos de desunião e de desagregação do organismo nacional".

Sr. Presidente, há, portanto, uma tendência muito clara, expressa em cada documento que se publica de fonte militar, neste instante. Essa tendência é aquela que procura dizer que o atual regime é uma democracia perfeita e que todos aquêles que se opõem ao regime estão participando, para a derrocada dêsse regime, de um plano internacional financiado de fora e que procura destruir as Fôrças Armadas, transformando-as em exército popular. Isto vimos no parecer com que o Deputado Agostinho Rodrigues se recusou a conceder a anistia, na Comissão de Segurança Nacional. Naquele parecer também vimos atirar-se a responsabilidade pelo atentado em São Paulo sôbre as fôrças contrárias ao Govêrno, quando se demonstrou o contrário no inquérito que lá se procedeu: foram organizações de extrema direita que vivem e pululam nos porões do sistema de espionagem interna do País que fizeram êsse atentado. Procurou-se atribuir às fôrças oposicionistas, de modo geral, a responsabilidade pela violência cometida contra um quartel em Niterói e, no dia seguinte, o Comandante veio a público dizer que nada ocorrera.

Estamos diante de fatos muito claros. [illegible] diante da guerra psicológica [illegible] desencadeada por detentores [illegible] de mando na hierarquia [illegible] — guerra psicológica contra [illegible] que se opõem ao presente [illegible]. No entanto, quando, [illegible] essa guerra psicológica [illegible] obter alguns proventos de natureza política imediata, certos setores militares apressam-se em cometer violências terríveis, como a que ocorreu na Universidade de Brasília, o resultado evidente é a impunidade e o silêncio. E o Govêrno está, no momento, moralmente de-

N8. Procss. 731. fl. 253

posto pelos seus próprios funcionários.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Deputado, é preciso ir à origem da crise. Desgraçadamente estão transformando as Fôrças Armadas em partido político. E, o que é mais triste, o grosso das Fôrças Armadas não quer isso.

O SR. HERMANO ALVES — Permita-me V. Exª. Um dos responsáveis por isso foi o Ministro da Guerra do Marechal Castello Branco, General Costa e Silva, que declarou, já em 1965, que às Fôrças Armadas são o partido que apoia o Govêrno.

O Sr. Chagas Rodrigues — Essa é a causa de tôda a crise. Urge afastar êsses militaristas, politiqueiros fardados, que estão à frente de vários órgãos, para que o Exército possa cumprir sua vocação, que não é servir a sistemas políticos nem econômicos, mas acatar a vontade popular, através de leis elaboradas pelos autênticos representantes do povo brasileiro. Essa é a origem da crise. Enquanto tivermos um regime militar, não nos libertaremos disso. Presentemente, visita o Brasil o Secretário da Marinha dos Estados Unidos. E' um civil, porque assim acontece em tôdas as democracias e assim também foi no nosso sistema imperial. E' preciso que nossas Pastas da Guerra, do Exército e da Aeronáutica sejam exercidas por civis, porque é assim em tôdas as democracias. E' preciso que civis não sejam julgados por militares, porque, em nenhuma democracia do mundo, civis, professôres e ex-Presidentes são julgados por tenentes e capitães sorteados. E' necessário pôr têrmo a êsse sistema. Se um militar é eleito pelo povo para exercer alto cargo, é imediatamente afastado do Exército, passa para a reserva. Mas pode ser Ministro da Guerra e passar dois anos dentro da corporação militar. Enquanto não criarmos, neste País, uma mentalidade democrática — e em tôda parte as Fôrças Armadas estão a serviço do poder civil, e êste é a expressão da vontade popular, através de urnas livres — enquanto não chegarmos a êste ponto, enquanto não devolvermos as polícias militares ao comando, não de oficiais do Exército, mas de oficiais das próprias corporações; enquanto não colocarmos à frente do Departamento de Polícia Federal bacharéis de Direito, e assim por diante, não teremos dado nenhum passo concreto para transformar êste País numa democracia. De modo que é chegada a hora de revolvermos tudo isto e caminharmos para uma Constituinte, a fim de termos uma Constituição, não como imposição de um ditador, mas como o reflexo da vontade do povo brasileiro. (*Muito bem*).

O Sr. Martins Rodrigues — Nobre Deputado Hermano Alves, ainda há pouco V. Exª aludia, creio eu, ao documento no "Jornal do Brasil" de ontem.

O SR. HERMANO ALVES — Sim, sob o título "A Guerra Revolucionária", de autoria do [illegible] Antônio Carlos Murici.

O Sr. Martins Rodrigues — [illegible] sei se V. Exª teve [illegible] comentário que, [illegible] dêste documento, [illegible] jornal "O Estado de São Paulo" [illegible] absoluta [illegible] que resulta [illegible] mente ad[illegible] cionário. "O Estado de São Paulo" dava notícia [illegible] que êsse documento ia ser [illegible] segundo [illegible] cinavam [illegible] entantes no Con[illegible] [illegible] ava que êle fazia [illegible] cimento que na[illegible] [illegible] Fôrças Armadas, da [illegible] democrática do povo brasileiro."

Mas, para salvaguardar as instituições democráticas, entendia o documento que era preciso combater o que se chama a guerra revolucionária. É aqui que quero pedir a atenção de V. Exª. Pois bem, "O Estado de São Paulo", no seu primo editorial, assinalava êste aspecto para o qual temos insistentemente chamado a atenção, ao qual temos dado sempre a maior relevância: se a guerra revolucionária existe, não resulta de atos subversivos do povo brasileiro; a guerra revolucionária resulta, como conseqüência lógica e inevitável, do regime político militar impôsto ao Brasil pelo Marechal Castello Branco, ou pela chamada revolução de março de 1964. Essa era a observação que eu queria que V. Exª inserisse no seu discurso, porque ela parte de autoridade absolutamente insuspeita às hostes revolucionárias, como é o Diretor do "O Estado de São Paulo", o Sr. Júlio Mesquita Filho, que faz observação absolutamente segura a propósito da tendenciosidade do documento a que, ainda há pouco, V. Exª se referiu.

O SR. HERMANO ALVES — Agradeço a V. Exa.

O Sr. Jairo Brum — Nobre Deputado, creia que com pesar interrompo o seu discurso, que é um dos mais belos a que já assisti nesta Casa...

O SR. HERMANO ALVES — Obrigado.

O Sr. Jairo Brum — ... e que contará, no futuro a história dêstes dias negros que estamos vivendo e tôda a maquinação que estão engendrando êstes fatos dolorosos que enlutam a alma nacional.

V. Exª tem tôda a razão. Prepararam com frieza a traição ao Brasil, querendo impor à nossa gente um Govêrno que nós não aceitamos. Começa desde a geo-política do General Golbery do Couto e Silva, vem depois nos discursos trazidos para dentro desta Casa, sôbre a fase da guerra revolucionária do Deputado Bilac Pinto. E, agora, acaba de se caracterizar precisamente com êsse [illegible] ando Conselho de Segurança Nacional, que paira sobre tudo e de tudo deve ser o autor e de tudo o responsável. As posições intransigentes e radicais adotadas por gente que deve estar treinando para a guerra mas não para levar o País ao progresso no tempo de paz, estão dividindo a família brasileira, estão dividindo os irmãos, estão gerando ódios insuportáveis, ódios que poderão amanhã levar esta Pátria à trágica [illegible], porque ninguém aqui é filho espúrio, porque ninguém aqui é covarde. Um dia os brasileiros se armarão e irão para as ruas com armas na mão para se defenderem da polícia que não nos defenda que só nos ameaça e fere os nossos filhos. Não sei o que mais grave, o que é mais doloroso: se o ferimento do menino Waldemar, que já tem a vista perdida e talvez [illegible] a vida, ou se [illegible] atos dantescos da polícia nazista e dos [illegible] da Gestapo, de serviço [illegible] moço que, enlouquecido, [illegible] agora, para Minas Gerais. E isso que está ocorrendo no Brasil de hoje. E o Presidente da República, que tem a responsabilidade [illegible] dos destinos [illegible] Nação [illegible] falar, [illegible] excluir do Govêrno [illegible] rebotalhos do comunismo [illegible] mo, para salvar a dignidade [illegible] ra desta Pátria ferida.

O SR. HERMANO ALVES — [illegible] deço a V. Exª, nobre D[illegible] ro Brum.

Sr. Presidente, [illegible] nho procurado [illegible] fenômeno militar [illegible] bém, a sua d[illegible].

Tive de bus[illegible] zes em autores [illegible] e estrangeiros. Quero, [illegible] vez, trazer aqui a pequena [illegible] que recolhi na leitura de livros e de estudos sôbre o fenômeno do exército francês por ocasião das guerras da Indochina e da Argélia. Foi lá que nasceu esta teoria de guerra revolucionária às avessas. Pela interpretação deturpada, pela interpretação setorial de textos de autores marxistas e até mesmo de autores fascistas, levantou-se a tese de que, para combater o comunismo internacional ou tôdas as formas afins de reivindicações e de protesto social — e estas formas são inúmeras — seria necessário que a fôrça armada, instituição militar, procede revolucionàriamente também e não hesitasse em utilizar a violência, a tortura, a guerra psicológica, a censura à imprensa, a intimidação, a propaganda.

Nós vimos nos livros de [illegible], por exemplo "De Gaulle e o Exército Francês" e nos romance de Larteguy "Os Centuriões", "Os Pretorianos", "Os Mercenários", êstes fenômenos, êsse câncer a atingir o exército francês e atirá-lo num desvão de violência e num porão de angústia e brutalidade. Nós vimos tôda esta teoria sustentada por chefes e, em seguida, aplicada à discrição pelos subordinados. A partir do momento em que em nosso País se oficializa esta doutrina; a partir do instante em que a Escola Superior de Guerra, o Estado Maior das Fôrças Armadas ou Estado Maior Geral, as Escolas de Comando, Estado Maior, Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Militar de Agulhas Negras e outros estabelecimentos, adotam oficialmente esta doutrina, todos os subordinados passam a ter uma imensa latitude de ação e passam a cometer, à sua discrição, de acôrdo com a ocasião, os meios e o terreno ou o ambiente, os atos que julgam necessários para conter os [illegible], os contestantes, os que protestam contra o sistema e o regime. Cada policial subalterno que entrou, embriagado ou não sob a ação de psicotrópicos ou não, na Universidade de Brasília, na quinta-feira; cada policial subalterno, também cumprindo ordens de oficiais do Exército, que entrou no campo do Botafogo do Rio de Janeiro, nos recentes episódios lá ocorridos, e insultou, maltratou, humilhou inclusive moças e estudantes, cada um dêle está agindo de acôrdo com essa doutrina, porque esta doutrina autoriza a violência. Partindo do pressuposto de que o inimigo usa de qualquer meios para atingir seus fins, esta doutrina é recomendada aos mantenedores da ordem vigente.

Então, isso é uma carta em branco, é uma autorização passada pelas mais altas autoridades militares a todos aquêles subordinados que estão à sua disposição para operações como a que ocorreu na quinta-feira, em Brasília. E não nos esqueçamos de que as Polícias Militares, que estão sendo chamadas a intervir, são reserva das Fôrças Armadas, de acôrdo com a lei, com os regulamentos e com a doutrina que [illegible] e que [illegible] a sua aplicação [illegible] [illegible] em [illegible].

O Sr. Mariano Beck — No Colégio La Salle, um professor de uma filha minha ontem [illegible] [illegible] manhã, aos seus alunos e [illegible] em aula, tudo o que presenciou na Universidade de Brasília: o [illegible] da polícia [illegible] [illegible] e a [illegible] dos [illegible] da Faculdade de [illegible] da [illegible] mínimos de[illegible] inclusive, disse a seus alunos [illegible] que se dirigiu aos policiais [illegible] que não quebrassem [illegible], que eram va[illegible] E por acaso, [illegible] êsse professor saiu ileso [illegible] de tal forma [illegible] que, [illegible] sexta-feira, pela manhã, contando tudo que presenciara. [illegible] foi acometido de uma crise [illegible] e teve de suspender as aulas porque não tinha mais condições de estar ensinando. Foi [illegible]

NB-PROCSS. 131.1, p. 154

to de um professor que não tem nada de político, que estava na Universidade e que assistiu aos policiais invadirem, depredarem e liquidarem pelo menos um dos laboratórios daquela Universidade.

Ontem tivemos a lamentável oportunidade de visitar os três jovens que se encontram no Hospital Distrital Central, e pudemos lá ver o estado daqueles rapazes. Um dêles pràticamente demente, com aspecto de quem perdeu totalmente o equilíbrio e a noção das coisas. O outro pobre jovem agonizante no leito, inconsciente, já tendo perdido a visão. Os médicos temem pela sua sobrevida e não podem sequer dizer em que estado ficará êsse môço se chegar a restabelecer-se do ferimento de que foi vítima pelos criminosos desta polícia de Brasília. Agora, aproveito a oportunidade de presença de V. Exª na tribuna, para fazer a pergunta que desejava formular, se tivesse tido ocasião de falar no Pequeno Expediente: onde estão os responsáveis por isso tudo? Onde está o Prefeito de Brasília, que afinal também é o responsável por isso, porque é o Chefe do Executivo e a êle está subordinada a Polícia do Distrito Federal? Como continua no Ministério da Justiça um homem como o Sr. Gama e Silva? Que adianta a emoção de que dizem ter sido tomado o Sr. Costa e Silva? Não é o Presidente da República o supremo responsável pela tranqüilidade, pela paz da família brasileira, que a estas horas está tôda ela indignada e revoltada? Será que o Senhor Costa e Silva não vai tomar providência para, pelo menos, fazer com que êste seu Govêrno não passe para a História como um dos períodos mais negros da vida desta pobre Nação?

O SR. HERMANO ALVES — Agradeço ao nobre Deputado Mariano Beck a oportunidade do seu aparte. Apenas, nobre Deputado, não me preocupa o Sr. Ministro da Justiça. É um personagem secundário nesse elenco, *soi-disant* jurista, Reitor da Universidade de São Paulo, cuja administração é contestado por um homem da estatura moral e intelectual de um Paulo Duarte; não me preocupa êste Prefeito de Brasília. Deixemo-lo aí, secundário também nesse elenco. Também não me preocupam os policiais, com psicotrópicos ou não, embriagados ou não, que estiveram lá, agindo com bestialidade, como disse o nobre Deputado Brito Velho. O que me interessa é quem mandou fazer isto. Quero que o Sr. Costa e Silva demonstre que é Chefe de Estado, ainda que Chefe de Estado de um regime como êste que está aí, mas que demonstre que tem autoridade. É claro — todo o mundo já sabe — que não foram os [illegible] que cometeram as violências, que não foram os intelectuais, os trabalhadores, os políticos da Oposição ou aquêles políticos do partido governamental, que estão horrorizados com o que ocorreu. Todo mundo sabe que não foram os generais soviéticos, que estão muito empenhados com os incidentes de Praga; todo mundo sabe que não foi Fidel Castro nem o [illegible] Ernesto Guevara que [illegible] [illegible] como ele; todo mundo sabe que não foram os [illegible] do Uruguai; não foi o Sr. [illegible] [illegible] não foi o Sr. Juscelino Kubitschek aqui, no Brasil; todo mundo sabe que não foi o Sr. Carlos Lacerda, que não foi a Frente Ampla; que não foi o MDB; todo mundo já se cansou de saber que não foram os adversários do regime. Então procure o Chefe de Estado que tem autoridade, que tem capacidade de enquadrar os seus subordinados, sejam êles civis ou militares — e aí é que está o ponto — os militares, identificando logo os responsáveis, [illegible] os responsáveis. A identificação dêsses responsáveis, numa cidade como Brasília, se faz em

duas horas. Já se passaram cinco dias, ninguém apontou os responsáveis, e o Chefe de Imprensa da Presidência da República diz que tudo não passou de um acidente muito lamentável, mas que vai passar.

Ora, Sr. Presidente, vários Deputados já se referiram a um aspecto dêsse acidente, o aspecto Alduísio Moreira de Souza, o aspecto peculiar do estudante que está sofrendo de desequilíbrio nervoso, para dizermos isso, no Hospital Distrital de Brasília e que hoje é recolhido por sua família a sua casa em Minas Gerais.

Depoimento do aluno Alduísio Moreira de Souza:

> "Prêso no dia 20 de agôsto de 1968. Dormiu no cimento frio, sem nenhum agasalho. No dia 21 foi transferido para outro local e às 18,30 foi retirado juntamente com outro colega, algemado e levado para um matagal, 60 quilômetros aproximadamente de Brasília. Ameaçado de ser afogado em um rio, de ser puxado por uma corda amarrada em seus órgãos genitais e de ser assassinado. Retirado do carro juntamente com outro colega e posto em posição de fuzilamento. Foi praticado tiro ao alvo em volta de seu corpo. Essas torturas duraram até por volta de 24 horas, sendo depois reconduzido e ainda ameaçado de ser afogado no lago. Posto em uma cela, algemado e sem alimentação, teve de passar a noite fazendo ginástica para suportar o frio."

Esses são os métodos de obtenção de informações ou de confissões, através de tortura, que se encontram dentro do esquema de guerra revolucionária contra outra guerra revolucionária. É inevitável que isto aconteça, quando o Ministro do Exército diz que esse é o tipo de guerra que se [illegible] no País. É inevitável que isso aconteça, quando o Sr. General Muricy diz que esse é o tipo de guerra que já se praticou no País e é preciso lutar contra ele por todos os meios possíveis.

É inevitável que isto aconteça quando aqueles que portam uniformes, ainda que falem indevidamente, ainda que novamente usem o nome do Exército, podem cometer qualquer violência, não só a violência de fato, no local, não só a violência [illegible], como, o que é pior, porque gera a violência o incitamento à violência, que está sendo feito abertamente nos escalões militares, nos documentos oficiais. Qualquer oficial do Exército mal remunerado — quando o oficial serve ao Exército na tropa e foge às tentações das comissões na administração civil, quando êle serve discretamente o Exército nas suas repartições específicas ou no corpo da tropa êle é mal remunerado — não pode ter acesso à massa de informações que temos. Muitos não lêem jornais, ou se lêem, é um jornal mais barato, um tipo de jornal popular; ouve as notícias fragmentadas que lhes chegam pelo rádio e confia, para sua informação, nos órgãos de informações das Fôrças Armadas e nos Estados-Maiores, que são responsáveis regulamentalmente pela doutrinação da tropa. Quando êsses homens, que vivem psicològicamente isolados do resto da comunidade passam a receber um bombardeio [illegible] guerra psicológica, dizendo [illegible] estão em plena guerra revo[illegible] e que qualquer protesto de um [illegible] como D. Hélder Câmara, [illegible] movimento de [illegible] de um [illegible] dante ou de um grupo de estudantes de São Paulo, qualquer [illegible] clandestino — fizeram clar[illegible] porque os obrigaram — da União Nacional dos Estudantes, qualquer [illegible] curso de parlamentares — e [illegible] curso eu sei que será classificado [illegible] documento de guerra revolucionária

— quando cada um dêsses pronunciamentos passa a ser identificado pelos órgãos oficiais como documento que faz parte da guerra revolucionária — setor guerra psicológica, fatôres psicossociais, utilização dêsses fatôres psicossociais — inevitàvelmente a maioria dos oficiais do Exército, recolhidos às suas funções, tem de confiar no comando, tem de confiar no Estado-Maior e passa a aumentar o isolamento psicológico dêsses militares; êles passam a se afastar, cada vez mais, de um povo que, potencialmente, é um povo de inimigos. Esta é a função das autoridades mais responsáveis — diria eu, irresponsáveis — hoje em dia, no âmbito da hierarquia militar.

É o que está ocorrendo para que se salvem as faces de alguns chefes, para que se salvem as comissões de alguns reformados, para que se salvem as nomeações de alguns parentes, para que se garanta a ascensão social, até em têrmos de "café-society", de determinadas pessoas que já não chegariam, por falta de renda, no presente regime capitalista. Para que tudo isso se salve manipula-se indevidamente manipula-se contra os regulamentos contra as leis contra as tradições a instituição militar. E quem então desmoraliza quem divide a instituição militar as Fôrças Armadas não é o Deputado de Oposição, não é o jornalista independente, crítico do Govêrno, não é o estudante que contesta nas ruas, não é o sacerdote em seus sermões; quem faz isso é o responsável pela disciplina e pela hierarquia, que rompe diàriamente a disciplina e a hierarquia (*muito bem*), ao deturpar a missão específica das Fôrças Armadas (*muito bem*) e ao fazer com que elas saiam da sua categoria normal, de instituições nacionais permanentes, para se transformarem, como disse o Sr. Costa e Silva, em 1965, em partido de apoio ao Govêrno. É isso o que está ocorrendo, é isso o que a Nação precisa impedir que continue a ocorrer.

O Sr. Costa e Silva, devedor, sob todos os aspectos, da Nação brasileira, porque galgou a Chefia do Govêrno sem o voto popular, porque galgou-a apenas por ser Ministro da Guerra, porque lá chegou através de um *putsch*, de um golpe estrangulando o Marechal Castello Branco, que deu como resultado o Ato Institucional nº 2, o Sr. Costa e Silva que demonstre, agora, ser chefe militar. Já demonstrou que Presidente não é. Demonstre, pelo menos, que é general; pelo menos seja capaz de enquadrar os seus subordinados; pelo menos seja capaz de pegar algum reformado, algum ministro, algum grupo ou setor que queira promover o chamado endurecimento, entre aspas para restaurar o mínimo de disciplina vertical neste País, o mínimo de ordem, porque, quem está atentando contra a ordem não somos nós; quem está atentando contra a ordem são os que violam a ordem, em nome da ordem.

O Sr. Doin Vieira — Nobre Deputado Hermano Alves, V. Exª clama para que o Sr. Presidente da República Marechal Costa e Silva, pelo menos seja capaz. A nossa preocupação, neste momento...

O SR. HERMANO ALVES — Seja general, pelo menos.

O Sr. Doin Vieira — ... é saber se S. Exª é ainda capaz...

O SR. HERMANO ALVES — De ser [illegible] se não se mostrar capaz co[illegible] [illegible]dente.

[illegible] Doin Vieira — Sabe V. Exª [illegible] sexta-feira, permanecemos [illegible] plenário durante duas longas [illegible] aguardando a presença do Líder da ARENA, nobre Deputado [illegible] Sátyro...

N8- PROCSS. 131. 1, p. 155

Dep. Hermano Alves
MDB-GB
Seção I - 27/9/67. pg 5904

Crítica ao movimento 1964
Aplaude a Frente
Ampla mudança nos se
declara solidário com o
movimento

O SR. HERMANO ALVES:

(*Comunicação — Lê*) — Sr. Presidente, encontrando-se em Montevidéu e publicando uma nota conjunta, os Srs. João Goulart e Carlos Lacerda (que se faziam acompanhar do nossi companheiro, o Sr. Renato Archer, representante do Senhor Juscelino Kubitschek), deram mais um passo decisivo para a formação de um grande movimento nacional que visa à redemocratização do Brasil, à redemocratização do Brasil, à retomada do processo de desenvolvimento econômico, à preservação da soberania e à reforma das estruturas arcaicas que retardam a ascensão do nosso País no cenário mundial.

Trata-se do terceiro fato histórico que vem demonstrar que o passado de incompreensões e de lutas estéreis, que criou as condições para o trágico retrocesso de março-abril de 1964, deve sepultar-se, para que o País encontre o seu verdadeiro destino. O primeiro fato foi o encontro de Lisboa, entre os Srs. Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. O segundo fato foi a decisão firme e corajosa do Presidente Kubitschek de não prestar depoimento às autoridades policial-militares sôbre a sua participação no encontro que se realizou, no Rio, na residência do Senhor Renato Archer. Agora, em Montevidéu, foi dado o terceiro grande passo.

Sr. Presidente, as estruturas jurídicas e políticas que se estabeleceram no País em 1946-1964 foram destruídas no mês de abril de 1964. Mas os velhoes cacoêtes persistiram. As estruturas psicológicas se mantiveram, teimosamente, até o momento em que os políticos mais lúcidos compreenderam que, sem um esfôrço real pela superação de divergências antigas e pelo estabelecimento de um nôvo trato social, político e econômico, o Brasil continuaria prisioneiro de um Estado militarista garantido pelas fôrças mais retrógradas da sociedade contemporânea e pelos interêsses imperialistas — sejam êsses quais forem.

O pacto de Lisboa, a nota do Presidente Kubitschek há poucas semanas e o encontro de Montevidéu são os sinais seguros de que já existe um processo de desenvolvimento político rápido, que visa a mobilização popular para a transformação, por meios pacíficos (para que tal transformação não se dê — como poderá ocorrer — por meios violentos), da situação em vigor no Brasil. Para muita gente, tais fatos têm o significado de surprêsas desagradáveis. No entanto, êles apenas demonstram o amadurecimento da consciência política brasileira, em nome dos mais legítimos interêsses nacionais. Cada um dêsses fatos valeu por mil comícios e por mil atos públicos, até porque servem cada um dêles para quebrar as velhas estruturas psicológicas que teimavam em sobreviver e que ainda garantem, pela inércia, a prevalência da ordem retrógrada que se instalou em abril de 1964. (*Muito bem.*)

N8. PROCSS. 131.7/p. 156

Dep Hermano Alves (MDB-GB)
Seção I pg. 7366 - 08/11/67. DE

O SR. HERMANO ALVES:

(*Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, nobres Srs. Deputados, aquela fase de abertura de crédito de confiança ao Senhor Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva, para que redemocratizasse o País e lhesse com que o Brasil retomasse a trilha do desenvolvimento econômico e da reforma social, parece ultrapassada, mesmo no espírito dos elementos mais moderados e conciliatórios do Partido da Oposição, elementos esses que, sem a menor dúvida, tudo fizeram, num são e louvável esforço, para impedir o agravamento da situação, para que pudessem encontrar ou vislumbrar no atual Governo, mesmo dentro do regime em que vivemos, uma esperança de melhores instantes, de melhores dias, de melhores perspectivas.

Sr. Presidente, chega êste Govêrno ao fim do ano num clima de Versalhes. Prepara-se a transferência da côrte imperial para Petrópolis. Estados excitados e lenços Suas Magestades e, nos meios oficiais, daquele funcionalismo mais diretamente vinculado a palaciana, verifica-se muita satisfação, enquanto que, no Rio de Janeiro, costureiros famosos, cronistas sociais, dilletantes da nossa melhor sociedade, homens de relações públicas e empresas, embaixadas estrangeiras, correm a alugar casas em Petrópolis, valorizando os imóveis naquela localidade, durante este verão. Transfere-se a côrte imperial, dentro do clima de versalhes, para a vilegiatura inexplicável em Petrópolis.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permita-me. Meu nobre colega, quando a Capital da República era no Rio de Janeiro se explicava e,

O SR. HERMANO ALVES — Claro.

O Sr. Chagas Rodrigues — ... até certo ponto, se justificava que o Presidente da República passasse uma fase do ano, aquela de maior calor, em Petrópolis. Mas, agora, com a Capital no Planalto, não se explica que o Presidente da República saia daqui par o Rio de Janeiro, e, do Rio, vá fazer um piquenique em Petrópolis

O Sr. HERMANO ALVES — Agradeço o aparte de V. Exª, que veio complementar estas iniciais palavras do meu discurso.

O Sr. Presidente da República, tão preocupado, dizia êle, com a fixação da nova Capital, já passa a sua primeira quinzena inteira fora de Brasília, prenunciando, talvez, os dois ou três meses de férias no clima serrano da cidde dos imperdores.

E para isso, reformou-se um palácio — o Palácio Rio Negro — A que preço? Ainda não sabemos. Mas a Oposição, decerto, procurará saber.

Mas quando me refiro, Sr. Presidente, ao clima de Versailles, tenho em mente êste delírio ambulatório do Govêrno que, não tendo nada a oferecer a não ser palavras, sentiu-se na obrigação de viajar pelo território nacional para implantar-se, durante algum tempo, como alguma coisa misteriosa que chega e logo desaparece, nos diversos Estados. É a saluçõo do Govêrno em cada Estado, o que significa que nenhum Estado tem Govêrno, e o País tampouco o tem.

Informa a imprensa mineira, Senhor Presidente, que o ilustre Governador Israel Pinheiro, do Estado das Minas Gerais, viu-se obrigado a cobrir, só no Hotel Del Rei, na Capital de Minas, a despesa de 55 mil cruzeiros novos, consumada em bebidas por membros da comitiva presidencial.

Sr. Presidente, tivemos recentemente aquêle espetáculo tragicômico, aquêle prêmio da bajulação que foi a inauguração do retrato dessa ilustre e respeitável senhora que é a Primeira Dama, D. Yolanda Costa e Silva, à qual prestamos aqui a nossa homenagem. Mas a inauguração estapafúrdia, incompreensível, do seu retrato no prédio do Ministério da Educação, com uma dupla, formada pelos Srs. Tarso Dutra e Epílogo de Campos, a proferir discursos entusiásticos a propósito dessa inauguração de um retrato, retrato de pessoa que considero muito digna e respeitável, mas que não deveria, até mesmo por sua dignidade e respeitabilidade a tôda prova, merecer uma homenagem tão destituída de qualquer sentido, porque, no fundo, não era uma homenagem, mas simplesmente a expressão de um ridículo incontornável.

O Sr. Raul Brunini — Nobre Deputado, em abono da posição da ilustre Primeira Dama do País, D. Yolanda Costa e Silva, soubemos de fonte fidedigna que ela sofreu um constrangimento muito grande com êsse fato e que havia solicitado mesmo que não se realizasse tal cerimônia.

O SR. HERMANO ALVES — Exatamente. Quero confirmar o que V. Exª diz e eu chegaria lá, porque, pelo que sei, causou, não só constrangimento, como mesmo apreensão e uma certa inquietação à Primeira Dama do País aquêle espetáculo cômico ocorrido no Ministério da Educação, no mesmo Ministério da Educação onde o ilustre e bravo Sr. General Waldemar Turola, Chefe da Divisão de Segurança e Informações, considerou subversivo e criminosos, contrários e perigosos à paz e à ordem da República os verbetes do Pequeno Enciclopédia de Moral e Civismo, do Padre Fernando Bastos Avila, da Pontifícia Universidade Católica.

Sr. Presidente, estamos no reino da contradições. O Sr. Padre Fernando Bastos Avila é uma das figuras mais expressivas do movimento de solidarismo cristão. Escreveu êle uma enciclopédia por encomenda do Ministério da Educação do atual Govêrno. Trabalha nela; escreve alguns verbetes. Ao mesmo tempo, influencia, como público e notório, o nobre Ministro do Trabalho, Cel Jarbas Passarinho — pelo menos diz S. Exª que se deixa influenciar pelo Padre Avila. Declara-se o Sr. Ministro, publicamente, adepto do solidarismo cristão, embora seja feita a ressalva de que ainda não levou seu solidarismo ao seu cristianismo a ponto de acabar com o atestado de ideologia para eleição nos sindicatos, como prometeu quando se inaugurou êste Govêrno.

Mas, enfim, vemos, então, que o Govêrno encomenda um livro de verbetes para fins didáticos, e o general que fiscaliza, em nome das Forças Armadas, o funcionamento dêsse órgão governamental, dêsse Ministério veta os verbetes, veta a enciclopédia e só não veta o padre porque também seria demais.

Sr. Presidente, passando um pouco à vol d'oiseaux por certos temas, vemos, ao lado dêsse clima de Versalhes, de felicidade escancarada, de satisfação alegre, de alacridade com que vai para Petrópolis, com que se pensa pelo País, com que se consomem bebidas com que se diverte a Côrte e Sua Majestade, os espetáculos

Tece críticos volentes ao Mal Costa e Silva e comitiva e quais disse terem gasto 50 milhões de cruzeiros em 5 dias. Que o faz estar nesse clima ele Versailles, ele

N8. PROcss. 737.1.p. 157

comédia humana dentro do Govêrno. Vemos por exemplo, o silêncio sinistro, o silêncio significativo e cruel do Sr. Ministro do Exército, General Lyra Tavares. Vimos um grupo de Deputados do MDB, em entendimento com a liderança da ARENA, que por isto foi e deve ser louvado deslocar-se para Juiz de Fora, a fim de examinar denúncias sôbre tortura de presos políticos. O nosso nobre com- Alves, presente no plenário, redigiu, em companhia de dois outros companheiros não menos ilustres, um relatório em que reproduzia declaração de pesoas de que haviam sido submetidas à violências, e assumiu a responsabilidade por fazê-lo. O Presidente de meu partido, o Sr. Senador e General Oscar Passos, confiando nos brios do Sr. Ministro do Exército e no seu apêgo, não só aos princípios da dignidade humana, como também às boas normas regulamentares e disciplinares das Fôrças Armadas, dirigiu um documento a S. Exª, slicitando-lhe que mandasse investigar as denúncias e, se necessário, processar quem quer que fôsse responsável por fatos daquela natureza.

Senhores, êste pronunciamento de um Presidente de partido passa em brancas nuvens. Não merece, sequer, a resposta do ilustre Minsitro do Exército, que, ao que se diz, nos corredores desta Câmara sempre ouvimos já é candidato a candidato, a candidato de candidato a candidato de Presidente da República, dentro da linha de sucessão natural ou seja, de promoção.

O Sr. José-Maria Magalhães — Nobre Deputado Hermano Alves, entendo as palavras de V. Exª como um alerta ao Govêrno. V. Exª cumpre a sua missão de oposicionista, porque, realmente, a imagem que a comitiva do Govêrno deixou, em Minas, não foi boa. Todos os jornais noticiaram os gastos enormes com a referida comitiva do Sr. Presidente Costa e Silva. O *Diário de Minas* publicou sábado que apenas no Hotel Del Rey, com uísque escocês, gastou-se a quantia de 50 milhões. Isto não foi desmentido até agora.

Os hotéis ficaram lotados com o elevado número de acompanhantes do Govêrno, tudo isso foi presencnado por uma população que vê o seu professorado primário sem receber vencimentos há dez meses. Portanto, além desta desnecessária ostentação e despesas inoportunas foi aquela hora para conduta dessa natureza. V. Exª presta, assim, um grande benefício ao Govêrno e queremos reforçar as palavras de V. Exª para que tome cuidado o Sr. Presidente da República; não deixe desviar para o *society* a sua equipe de trabalho, que precisa, sim, trabalhar em benefício desta Pátria, cuja população não pode ver procrastinadas suas reinvindicações fundamentais. E agora mesmo, Senhor Deputado, esta Casa vê com tristeza vir uma mensagem de aumento ao Funcionalismo Público civil e militar com um índice insignificante de 20% assim mesmo com discriminações. E quanto ao trabalhador de salário-mínimo, êsse nem com aumento insignificante foi lembrado. E V. Exª afirmou que o Sr. Ministro do Trabalho diz adotar a doutrina do solidarismo cristão. Mas, onde solidarismo cristão, se o trabalhador brasileiro passa fome, passa dificuldades, não pode enfrentar a doença e a comitiva do Sr. Costa e Silva vai a Belo Horizonte para gastar milhões em uísque em apenas um hotel daquela cidade?

O SR. HERMANO ALVES — Muito obrigado pelo aparte, Deputado José-Maria Magalhães. V. Exª tocou num ponto essencial. Enquanto o Govêrno vive o clima de *Versailles* o povo começa a viver o clima de pré-Bastilha. (*Muito bem*). É preciso que o Govêrno e tôdas as suas personalidades, personalidades tão interessadas no registro dos seus nomes nas colunas sociais, atentem para o fato de que, enquanto a côrte brinca em Versailles, o povo espera do outro lado. E está perdendo o Sr. Marechal Costa e Silva uma grande oportunidade. E mais um Chefe de Estado que perde oportnidades neste País, em que parece ser a sina dos chefes de Estado perderem oportunidades, perderem o bonde e a história. Está o Sr. Marechal Costa e Silva inteiramente alheio a responsabilidade de governar. Está a divertir-se com o Govêrno. Está a brincar de presidente. Está a passear de palácios, de capitais em capitais, mas não está compreendendo que cada vez mais se afasta o seu Govêrno, e afasta-se, como está afastado há muito êsse regime, da realidade dêste país, em que, mais cedo ou mais tarde, haja o que houver no caminho, haja que legiões houver neste caminho, interponham-se que armas se interpuserem, as fôrças sociais se levantarão. Vivemos o instante de um Govêrno sem unidade, sem filosofia, sem programação nem plano; um Govêrno em que o Ministro "A" diz isso e o Ministro "B" diz aquilo; em que o Sr. Ministro do Exterior está em divergência co mo Sr. Ministro da Fazenda, em que o Sr. Ministro do Interior também diverge do Sr. Ministro da Fazenda, em que o Senhor Ministro das Minas e Energia diverge do Ministro do Exterior e o Senhor Ministro do Trabalho diverge até do próprio Ministro do Trabalho.

O Sr. Márcio Moreira Alves — Nobre Deputado Hermano Alves, o simples fato de crônica social que Vossa Exª traz a esta Casa, ou seja, que apenas no Hotel Del Rei, em Belo Horizonte, a comitiva do Marechal Costa e Silva despendeu 50 milhões de cruzeiros em uísque, é extremamente elucidador para os caminhos que sête Govêrno toma. Esses 50 milhões, a 40 mil cruzeiros a garrafa, representam 1.250 garrafas de uísque consumidas em 5 dias, ou seja, 250 garrafas de uísque por dia. Logo, o Govêrno estava bêbado e é por isso, por estarem bêbados êles ou seus assesores, que ministros brigam com ministros, que as divergências entre as assessorias e são assim, que se mandam para o Congresso leis inconstitucionais. Enfim, é a etílicá a única explicação provável para tôda essa confusão na área governamental. V. Exª sabe que estou longe de condenar a apreciação da boa bebida escocesa, porém, 250 garrafas por dia — e havia no hotel Del Rei, no máximo, 200 pessoas.

O SR. HERMANO ALVES — É muita Escócia para uma Minas Gerais.

O Sr. Márcio Moreira Alves — É muita Escócia para um País que morre de fome, porém explica por que o País morre de fome numa côrte governamental.

O SR. HERMANO ALVES — Muito obrigado. Mas diriam, agradecendo o aparte de V. Exª, que talvez não se nos afigure que estivesse o Govrnêo pròpriamente embiagado, mas simplesmente com uma euforia excessiva de quem assumiu o poder, e não sabe o que fazer com êle, porém pretende divertir-se às custas dêle.

O Sr. David Lerer — Nobre Deputado Hermano Alves, V. Exª, com a sagacidade com o espírito de observação, e com a aguda ironia, que é característica de V. Exª, ...

O SR. HERMANO ALVES — Nobre Deputado, muito obrigado a V. Exª.

O Sr. David Lerer — ... está desnudando um Govrnêo que está, impiedosamente, desnudando o povo. Mas V. Exª tem razão, nobre Deputado, quando afirma que, assim como nos subúrbios operários de Paris fermentava a inquietação também em tôdas as cidades e no campo brasileiro fermenta a inquietação. E isso porque um regime com as características ditatoriais do qual, inevitàvelmente, traz tôda essa carga de ridículo, de bajulação, e de autopromoção deu ma burocracia auto-nomeada e autosuficiente, que é própria do atual regime. Mas o povo agüenta os regimes de fôrça, nobre Deputado — e nós não podemos ser sectários nem dogmáticos neste particular — durante muito tempo ou durante algum tempo, quando êsse regime promove o desenvolvimento nacional, assim como agüentou o regime fascista de Hitler, que promoveu, de certo modo, o desenvolvimento do país com tudo aquilo que temos contar êle, tem de ser reconhecido um desenvolvimento, falso e truncado, porém é um desenvolvimento. Mas, um regime de fôrça e violência é como o atual, um regime sem o mínimo de elo com o povo, como o atual, que não rompe os impasses do desenvolvimento nacional, que não se aproveita do imenso poder que tem para dar um salto qualitativo e quantitativo no desenvolvimento do País, êste regime, nobre Deputado Hermano Alves, está condenado.

Se o regime atual, no ano que vem ou nos próximos dois anos, não promover uma rápida retomada no desenvolvimento do País, nobre Deputado Hermano Alves, de nada lhe valerão as legiões, de nada lhe valerão os recursos, os regimentos internos e externos, porque estará condenado, e com êle todo o militarismo na América Latina.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Nobre Deputado, para um aparte extremamente curto. Não estava presente — e aliás peço desculpas — quando V. Exa iniciou a sua oração mas cheguei a apreender um aparte do nobre Deputado Marcio Moreira Alves, quando acusava o Govêrno Federal de ter gasto em contas de hotel em Belo Horizonte a quantia de 57 milhões de cruzeiros. Não é verdade, nobre Deputado. Quero dar o meu testemunho de que não houve ésta conta. A despesa total de hospedagem para 105 pessoas, componentes da comitiva do Govêrno Federal, no Hotel Del Rei, pelo período de 6 dias foi muito inferior ao número citado. Fico satisfeito com essas acusações, porque depois de uma semana de intenso trabalho em Minas Gerais, com soluções de vários projetos, encaminhamento de vários problemas de interêsse de Minas, a Oposição encontrou um ponto fraco: a despesa de hotel.

O SR. HERMANO ALVES — E' bastante compreensível, o interêsse de V. Exa. por êsse assunto. Agradeço o aparte que me concedeu.

Mas o fato de haver um hotel a mais, um hotel a menos, ou um sítio a mais, um sítio a menos, seja no Recife ou seja em Belo Horizonte, pouco interessa. No fundo o que é importante é o clima de Versailles, é o clima de Versailles que está reinando por aí.

O Sr José Maria Magalhães — Senhor Deputado, ouvi o aparte do nobre Deputado Israel Pinheiro Filho. S. Exa. deveria desmentir todo o noticiário da imprensa mineira a respeito dos abusos da comitiva do Senhor Presidente da República. O dado que S. Exa. traz aqui agora, de 27 milhões ...

O SR. HERMANO ALVES — Nobre Deputado, por favor. Queria pedir uma coisa ao ilustre correligionário José Maria Magalhães. Não podemos, em hipótese alguma, desconhecer que haveria um certo constran

N8. PROCSS. 131.71. p. 154

gimento nisso. Temos de compreender a situação do nobre, ilustre, simpático e agradável Deputado Israel Pinheiro Filho que, afinal, foi um dos hospedeiros do Sr. Presidente da República e de sua comitiva. Quem hospeda nunca se queixa, por pior que seja o hospede. E' um ditame de hospitalidade que temos de respeitar por questão de fôro íntimo. S. Excelência disse. Podemos, realmente, não acreditar em tudo mas respeitemo-lo até pela digna atitude de hospedeiro que, apesar do tropel causado pelos hospedes, aqui os vem defender com muita nobreza.

O Sr. José Maria Magalhães — Tem inteira razão V. Exa. Apenas quero colocar novamente meu aparte na justa dimensão em que deve ficar. Denunciei os gastos, baseado na notícia do "Diário de Minas" de que apenas no Hotel Del Rei gastaram-se 50 milhões de cruzeiros em uísque. S. Exa. disse que o gasto foi de 27 milhões. Portanto, há apenas uma diferença na aritmética, mas fica aqui a denúncia que trazemos, baseada na informação de um jornal do nosso Estado.

O SR. HERMANO ALVES — Vossa Excelência há de convir em que não podemos exigir do Govêrno de Minas que se ponha a apurar exatamente o que ocorreu, porque seria indelicado daquela parte. Mas poderíamos até sugerir que o SNI, que outra coisa não faz que gravar telefonemas de Senadores, de Deputados, de membros do próprio Govêrno e pagar alcagüetes de tôda ordem, dedique-se um pouco a investigar as despesas supérfluas do Govêrno. Esse seria até um grande serviço, talvez o primeiro que o SNI prestaria ao País.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Exa.?

O SR. HERMANO ALVES — E' sempre com encanto que recebo apartes de V. Exa.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Deputado Hermano Alves, V. Excelência, dessa tribuna, sabe por antecipação e por motivos óbvios que divergimos quase *in totum* do seu pronunciamento apesar de esperar que ao término alguma coisa útil, válida venha a surgir ...

O SR. HERMANO ALVES — Vossa Excelência fala de uma maneira tão graciosa que nos encanta a todos.

O Sr. Benedito Ferreira — Prosseguindo, nobre Deputado Hermano Alves, podemos verificar que é uma grande vitória desta Casa o MDB reencontrar-se fugir ao academicismo da polêmica — por que não dizer? — infrutífera, em tôrno da Lei de Segurança Nacional, da eleição direta ou indireta, ao trazer essas críticas que considero — permita-me o reparo — infundadas. Não obstante o aprêço, o respeito e a simpatia que o Deputado José Maria Magalhães me merece de todos nós, disse-nos há pouco que a procedência de suas informações era um jornal mineiro.

Quero crer que aquêle jornal mineiro precisa apurar melhor suas fontes de informações porque há um exagêro muito grande: 50 milhões de cruzeiros em uísque cheira mal. Não fica bem a um Deputado responsável, com o Deputado José Maria Magalhães, fazer daqui essa afirmação, apesar de louvar-se em informação de um jornal. Sabe muito bem Sua Excelência que os repórteres, apressados, preocupados até, muitas vêzes em noticiar bem, perseguem o sensacionalismo. Isso não é servir bem à Pátria, sabe V. Exa. Contudo, concluo, esperando que, objetivamente, seu discurso traga algumas críticas construtivas ao Poder Executivo, a todos nós e que, de fato, o MDB se reencontre e deixe, como disse e repito, dêsse academismo desnecessário e inócuo. (*Não apoiados*).

O SR. PRESIDENTE:

(*José Bonifácio*) — O nobre orador dispõe apenas de 4 minutos.

O SR. HERMANO ALVES — Terei, em 4 minutos, segundo informa a Presidência, de concluir meu discurso. Tantos foram os apartes com que fui brindado que, em 4 minutos, nobre Deputado Benedito Ferreira, terei de apresentar as críticas construtivas a que V. Exa. se refere. Acho eu, nobre colega, que qualquer crítica que eu faça jamais será considerada construtiva pelos partidários do regime atual. De modo que, conquanto leve — e muito — em conta as palavras de V. Exa., conquanto respeite muito as opiniões de Vossa Excelência e muito o preze, o fato é que não poderei ater-me à palavra "construtiva" e deverei concluir meu discurso nos pobres quatro minutos me me restam, dizendo o que penso sôbre o atual Govêrno.

Sr. Presidente, nesta questão de arrôcho salarial sai o Govêrno e apresenta 20% de aumento para os funcionários. Por quê? Por que não dá para os operários? Por que não aumenta o salário-mínimo? Passou apenas para o aumento de 20% ao funcionário civil. Por quê? Porque êste aumento de 20% para funcionários civis arrastará o aumento de 20% e as vantagens do funcionalismo militar. Esta é a verdade. Trata-se do boi de piranha. O funcionário público civil da União é o boi de piranha que abre caminho no rio paar a passagem do Exército. Neste caso não é nem simbólico. E' real.

Referia-me ainda há pouco às divergências entre os Srs. Ministros. Devo referir-me, nesta questão do arrôcho salarial, à discriminação. Já o nobre Deputado Djalma Vieira apontou a discriminação entre ativos e inativos. E vemos a discriminação entre classe média e proletariado, neste aumento, e uma discriminação clara no que concerne ao aumento e vantagens entre civis e militares. E somos nós, o MDB, a oposição, a Frente Ampla, que sei eu, que estamos querendo subverter o regime, quando é o próprio Govêrno que lança classe contra classe, grupo contra grupo, setor contra setor — e permitá-me a expressão, Sr. Presidente, com a paciência com que Vossa Excelência me está concedendo mais alguns segundos — "curriola" contra "curriola".

Deixemos paar trás o uísque e a conta do hotel, deixemos para trás a ida do Govêrno e a transferência da côrte imperial para Petrópolis, deixemos para trás o rumor das alfaias, deixemos para trás tôdas estas coisas e vamos à realidade de uma crise que se aproxima e é profunda, uma crise econômica e financeira que é muito profunda, de um Govêrno que não conteve a inflação e não a conterá, de um Govêrno que fêz a economia brasileira entrar em recesso. E essa não é a simples opinião do Professor Hélio Beltrão, que se contradiz a cada instante. Não é a opinião dêsse Roberto Campos sem verve, que é o Senhor Delfim Neto. Esta não é a opinião de alguns apaniguados e funcionários do Govêrno que têm obrigação de dizer as coisas alegres para que o Presidente, o Monarca, não se entristeça, como o velho Rockfeller fazia no fim da vida, quando tinha um coração muito fraco, imprimindo um jornal para êle, tirando tôdas as notícias duras, difíceis e ásperas e apresentando um jornal côr-de-rosa. Cabe ao SNI, hoje, fazer êsse jornal Côr-de-rosa.

O Sr. José Maria Magalhães — V. Exª, repito, está colaborando com o Govêrno, alertando-o para que não entre no terreno do *cafe society*. Reforçamos as palavras de V. Exª com a consciência tranquila de quem quer colaborar. O nobre Deputado Benedito Ferreira, que deve ser da turma da *gente bem*, não pode realmente concordar com a nossa argumentação. (*Muito bem*).

O SR. HERMANO ALVES — Ao concluir, devo dizer que aqui não cheguei — e isto devo dizer ao Deputado Benedito Ferreira — para apresentar algumas soluções imediatas, porque isto é fácil, nós encontraremos tôdas as soluções no programa do meu partido, aprovado êste ano. O Govêrno que se louve neste programa. Quero, apenas, frisar, para concluir, Senhor Presidente — agradecendo a paciência e tolerância, aliás peculiares aos Andradas — que o Senhor cozinheiro do Palácio Alvorada, em programa de televisão da Senhora Hebe Camargo, em São Paulo, sustentou a tese porque se trata de uma sustentação da tese — segundo a qual no jantar oferecido a S. M. o Rei Olavo V, da Noruega, pelo Presidente do Brasil, que agora se transferirá para Petrópolis, por cabeça gastaram-se quatrocentos cruzeiros novos. A dieta é muito pesada para o povo, com todo o protocolo, mesmo o Rei da Noruega — e é um rei modesto, inclusive um democrata, que anda pela rua, faz latismo, tem filha casada no Brasil, que vive entre nós, — não mereceria tanta comida.

Mas o pior não é o gasto de dinheiro para alimentar Suas magestades com suas comitivas; o pior é que esta crise aí vem com a introdução de fatôres inflacionários numa economia em recesso. A crise se encaminha, enquanto aqui, no Congresso, tranqüilamente, os nobres membros da Maioria acedem a tôdas as determinações do Executivo, fazendo prevalecer o Regimento Interno e, evidentemente, os Regimentos de Infantaria, sôbre a própria Constituição da República, fazendo prevalecer tudo isso em catadupas e trambolhões. Estamos indo com o Congresso se enfraquecendo até o momento em que o Govêrno necessite de um bode expiatório para esconder a sua incapacidade em promover o desenvolvimento econômico, o seu fracasso em resolver os problemas sociais, o seu malôgro em resolver os problemas administrativos, em criar a unidade neste País e restaurar a democracia. E neste instante, o objetivo do Govêrno, alvo do Govêrno, a vítima do Govêrno, o bode expiatório será aquêle que se entregou de pés e mãos atados, será, necessàriamente, o Congresso, via Oposição. E o poder desarmado mais fácil de ser fechado. E é isto que se prepara, Sr. Presidente, em Versailles. Porque se Versailles de um lado pretende a Bastilha, por outro lado pode prenunciar o Têrmidor. (*Muito bem; muito bem. Palmas*)

N8-PROCSS. 131.1.P. 754

O SR. HERMANO ALVES — Chegou à porta, viu que estava sendo criticado, e foi embora.

O Sr. Doin Vieira — ... que foi a palácio conversar com o Presidente da República sôbre os graves acontecimentos da Universidade. E o gravíssimo é que não foi recebido pelo Presidente da República. Estêve com o Chefe da Casa Civil e com o Chefe da Casa Militar. O momento era de fazer contato urgente e imediato, pelas circunstâncias em que o País vivia. S. Exª não conseguiu entendimento com o Presidente da República. E informações que se filtram nos dizem que não foi possível êsse entendimento, porque S. Exª o Sr. Presidente da República não tinha condições de atender ao nobre Líder da Maioria. Êle, inclusive, não podia encontrar outras explicações.

O SR. HERMANO ALVES — Quais essas condições?

O Sr. Doin Vieira — Ausência dessas condições: condições de saúde, que permitissem ao Chefe de Estado debater com o Líder da Maioria, estabelecer um equacionamento para a solução do grave problema. E o Líder da ARENA voltou para esta Casa sem ter falado com o Sr. Presidente da República, quando deveria ter sido contrária a posição: o Presidente da República é que deveria ter procurado imediatamente um entendimento com o seu Líder político nesta Casa, para que êle transmitisse o seu pensamento. Isso nos traz uma grave preocupação: saber em que mãos está de fato o comando, o govêrno, a decisão e a orientação dos acontecimentos na cúpula do Poder Executivo neste País.

O SR. HERMANO ALVES — Nobre Deputado Doin Vieira, há instantes, na vida de um país, em que do mais humilde dos seus filhos se exige um ato de coragem, de opção. Êste é um dêsses instantes. Não vou me referir à opção, que nós já a fizemos, mas à função precípua dos responsáveis pela manutenção do que está aí. Que, pelo menos, sejam capazes de saber quem promoveu isto na Universidade de Brasília e de comunicar aqui neste Plenário, ou numa estação de rádio, ou na rua, em qualquer lugar, quem deu a ordem. Sr. Presidente, para aquilo que aconteceu na Universidade de Brasília, tornou-se necessário um planejamento operativo muito grande. Houve munição a ser distribuída; armas apanhadas, com carga na reserva; convocação de homens; distribuição de máscaras; equipamento de gás lacrimogêneo; bombas de efeito moral; mobilização de viaturas. Além disso, um plano tático incluiu cortes de comunicações, invasão do *campus*, progressão de tropas dentro de determinado esquema de ataque — assalto; conhecimento prévio da localização das salas de aula, dos laboratórios, das portas de entrada e saída, das vias de acesso, para que se promesse a captura de estudantes e de professôres. Houve um plano que deve ter levado pelo menos uma quinzena, ou uma semana, em estudos. E veja V. Exª: um plano dêsse precisa de uma semana, mas a apuração de responsabilidade, numa cidade como Brasília, precisa apenas de [illegible] horas. Quem foi? Queremos saber [illegible] foi. A Nação exige saber. Quem [illegible] O Presidente da República, [illegible] Costa e Silva, tem de [illegible] quem é ao certo [illegible] bê-lo do cargo imediatamente, porque, no momento [illegible] pelo [illegible] o dia em que [illegible] pelos [illegible] responsáveis e [illegible] a [illegible] e [illegible] ir à rua, [illegible] da [illegible] e [illegible] qualquer custo para [illegible] são os assassinos e serão [illegible]. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

N8 PROCESS. 131.1/P. 760

CONGRESSISTA: Hermano Alves
PROJETO Nº CAMARA
Nº SENADO
DC de 03/02/68 CD-SFLCN Pg 540
DO Nº / de / /

O SR. HERMANO ALVES:

(Comunicação (Lê) — Sr. Presidente, alguns porta-vozes do presente Govêrno — entre os quais se incluí o Senador Dinarte Mariz — resolveram classificar de subversiva a Frente Ampla, à qual pertenço, acusando-a de tentar um golpe de Estado para depor o Marechal Costa e Silva.

Ora, Sr. Presidente, golpista é o atual regime, que se baseia na teoria do golpe permanente, segundo a qual uma minoria de representantes de oligarquias regionais, como o Senhor Dinarte Mariz, paralisa a Nação inteira, graças ao apoio que lhe dá a cúpula das Fôrças Armadas.

Quem está subvertendo a ordem, desafia o País e exaure a paciência e a tolerância do Congresso e do povo brasileiro são os governantes que detêm as rédeas do poder, impedindo que as novas fôrças da política, da universidade, das comunidades religiosas, da intelectualidade, do proletariado urbano e do campesinato unam os seus esforços para que o Brasil se transforme, com a maior rapidez possível, em nação moderna.

A Frente Ampla prega a pacificação nacional pela anistia geral, irrestrita e ampla, pelo esquecimento dos agravos, pela superação dos ódios, pela revogação dos instrumentos jurídicos discricionários, como a Lei de Segurança, pela reforma da Constituição, por uma política de reformas, — sobretudo a agrária e a educacional — por uma política de desenvolvimento econômico sem subordinação a contrôles estrangeiros, por uma política externa independente que não vincule o nosso País aos interêsses permanentes ou atuais de qualquer bloco político-militar mundial.

É compreensível que os porta-vozes do passado queiram impedir as vozes do futuro. É compreensível que o Senador Dinarte Mariz e outros beneficiários do presente regime encarem com temor essa tentativa histórica de modificação — em quantidade mas, sobretudo, em qualidade — da política brasileira, que é a Frente Ampla.

Mas a Frente Ampla continuará a crescer e a unir os brasileiros mais responsáveis e atualizados, porque o desafio que ela enfrenta é muito maior do que uma simples ditadura militar congelada — é o desafio do atraso de uma grande nação que tem a obrigação de desenvolver-se e de fazer ouvida a sua voz na garantia da paz mundial. (*Muito bem!*)

Trata-se de camuflar os atos do Sen Dinarte Mariz, seguindo as pegadas a Frente Ampla é subversiva e tentaria um golpe contra o governo C. e Silva

Transcrito

N8. PROCSS. 131. 2p. 767

Dep. Hermano Alves, (MDB-GB)
DC 16-03-68. Seção I
Pg 466

Críticas ao Gov. Costa e Silva

Alega que o país está atravessando um clima de Versailles

O SR. HERMANO ALVES:

(Comunicação) — Sr. Presidente, faz um ano que o Marechal Costa e Silva assumiu o Govêrno neste País — seria melhor dizer [illegible] o desgovêrno — em substituição [illegible] Castello Branco, que [illegible] o queria no poder porque, como [illegible] sabem, não o considerava competente.

E fazendo um ano [illegible] do Marechal Costa e Silva, [illegible] a um espetáculo inédito, [illegible] dente. Há uma revoada [illegible] dores para cumprimentarem o [illegible] dente da República por estar [illegible] completando um ano de govêrno.

Imaginemos, Sr. Presidente, se, no próximo ano, êsses mesmos governadores voltarão a Brasília para cumprimentar o Presidente pelo segundo ano; e se, no terceiro ano, êsses mesmos governadores aqui estarão para o beija-mão do 3º ano, e no 4º ano a mesma coisa.

Sr. Presidente, cada vez mais se assemelha o atual Govêrno — tenho dito e repito — a Côrte de Versailles, e a atmosfera de Versailles que reina neste País. Enquanto o povo sofre e passa fome, o Sr. Presidente da República se baseia em dados estatísticos, manipulados, deturpados por órgãos oficiais que conflitam entre si, para dizer coisas nas quais ninguém acredita, [illegible] como as que disse agora o Sr. Hélio Beltrão, isto é, que o País está perseguindo a taxa de 6% no desenvolvimento econômico. [illegible] esteja certo o Sr. Ministro Hélio Beltrão, porque podem estar perseguindo mas não a alcançam e estão cada vez mais longe dela nessa perseguição. [illegible] nas bambas e trêmulas do [illegible] Govêrno, por mais fortes e [illegible] sejam as baionetas que [illegible] não o levam a alcançar [illegible] taxa de crescimento.

Mas, Sr. Presidente, acredito que não haja o beija-mão do segundo ano ou do terceiro com êsses governadores todos a cumprimentarem o Presidente da República na atmosfera de Versailles, simplemente porque já estamos sentindo, nesta homenagem de primeiro ano, um cheiro, um ar, um jeito de último baile da Ilha Fiscal.

Sr. Presidente não é possível que um chefe de Estado possa fazer qualquer coisa — e admito até que o Senhor Marechal Costa e Silva queira fazer qualquer coisa — nesta atmosfera de bajulação, em que todos se atropelam para dizer: "Como é belo o rei! Como está bem vestido o rei! Como governa bem o rei! Com está alegre o govêrno! Como está feliz o País!" E estamos revivendo instantes como aquêle de Catarina da Rússia, a percorrer os campos do seu país, no rumo da Crimeia, com o favorito Potemkin a mandar à frente os decoradores, atôres e pelotiqueiros para limparem as aldeias, decorá-las, e mostrar que o povo estava alegre e tocava balalaicas à passagem da Tzarina.

Sr. Presidente, soam as balalaicas à passagem do Tzar. Esta atmosfera de festa e alacridade, esta atmosfera de leviandade extrema, leviandade na manipulação de dados, leviandade nas mentiras do orçamento plurianual, leviandade nos cortes de verbas, leviandade nos choques de Ministros de Estado, leviandade nas fôres espúrias de pacificação sem anistia, esta atmosfera de leviandade deixa o Sr. Presidente da República — coitado, porque é digno de pena — pensando até que está governando, pensando que está fazendo alguma coisa.

Sr. Presidente, no primeiro ano de govêrno do Marechal Costa e Silva, apresentamos, a êsse homem traído pelos seus correligionários, que é S. Exª, nossas sinceras condolências. E esperamos que alguém, do meio do Govêrno — algum Governador, algum General, algum Deputado, Senador ou dirigente político, algum funcionário do Palácio, algum parente — lhe diga: "Presidente, estão-lhe mentindo. O País está à míngua, o País está indo à garra, a Nação parou. A diferença entre gerações à brutal. A crise social está instalada. O desenvolvimento econômico de que se fala é ilusório".

É preciso que alguém da área do Govêrno diga a verdade ao Presidente da República. E lhe diga que assim não pode continuar e que o País só poderá pacificar-se, unir-se, desenvolver-se, se começarmos pela verdadeira pacificação de espíritos, que é a anistia, com a restauração das liberdades e da dignidade dos homens.

Sr. Presidente, é preciso que acabe a mentira, neste primeiro ano, até para que haja um segundo ano. (Muito bem.)

Nº Proces. 131. fls. 162

Dep. Hermano Alves. - MDB-GB

Seção II pg 220 29/3/68

Ataca o que chama
175
Regime Militarista de
Governo
Movimento Estudantil

aos estudantes, depois de abril de 1964, para reprimi-los: quantas vêzes, tive dificuldades para conte-los! Pois agora não moverei uma palha, nem darei uma frase para conter ninguém. (*Muito bem*). Êste sangue fala muito mais alto do que essa corrupção generalizada do sistema militarista, presidido pelo Marechal Costa e Silva, que é o responsável por isso. A marca de Caim, a marca de sangue está na sua testa, está nas suas mãos. Não é um mero incidente entre policiais e estudantes; é tudo um clima, Senhor Presidente, um clima que se instalou, um clima de repressão à juventude, por ser juventude; um clima de repressão à inteligência, por ser inteligência; um clima de repressão ao futuro, por ser futuro.

Senhor Presidente, todos os esforços têm sido feitos no sentido de que se obtenha um mínimo de emoção, um mínimo de dignidade, um mínimo de afeto, nas relações entre os atuais detentores do poder e o povo brasileiro. Mas, Senhor Presidente, chegamos aquele instante em que já existem as vítimas, aquele instante em que já existem os mártires, aquele instante perigoso, aquele instante de História em que alguma coisa se quebrou alguma coisa andrajou e alguma rompeu. Isto pode ser dominado transitòriamente. Já está o Regimento Sampaio, da Primeira Divisão de Infantaria, de prontidão na Guanabara. Já está o Regimento de Cavalaria Caetano de Faria, da Polícia Militar, espalhando os seus efetivos pelo centro da minha cidade, da nossa cidade. Isto pode ser contido, mas a maré que vem por trás disto não vai ser contida. A canalização dessa maré, Senhor Presidente, todos nós queríamos que se fizesse, para que êste País, na virada do século, não tivesse de experimentar um conflito civil em profundidade, até para não perder o resultado do trabalho de gerações.

Senhor Presidente, rompeu-se o dique, e eu digo a Vossa Excelência que tenho um mandato ganho por êsses estudantes na luta que travaram comigo, ganho por êsses intelectuais na luta que travaram comigo, ganho por mim na luta que travei contra isto que aí está. Êste mandato eu jogo, Senhor Presidente, [illegible] nenhuma vulgaridade de qualquer [illegible] de um Governo [illegible] para que êste País saia da [illegible] dessensão de quem quiser para [illegible] qualquer coisa, para lutar por [illegible] vivo, para morrer ou viver com êles [illegible] nos entregaremos a essa [illegible] que se instalou no País. (*Muito bem. Palmas*)

O SR. HERMANO ALVES:

(*Comunicação — Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, o restaurante estudantil na Guanabara, ou pelo menos era normal, a realização de passeata a propósito do crônico problema do restaurante estudantil do Calabouço.

Na Assembléia Estadual, na Guanabara, tem, hoje assento alguns Deputados que participaram de passeatas como esta.

É uma coisa absolutamente costumeira, ou devia ser, êste tipo de protesto, que no fundo, não chega a ser nem um grande protesto de natureza política, mas é um protesto que envolve assunto imediato do padrão de vida dos estudantes da Guanabara.

Mas, Senhor Presidente, agora temos três mortos, e já ocorreu aquilo que todos nós sabíamos que ia ocorrer mais cedo ou mais tarde. Já temos a polícia militar de um Estado sem autoridade, porque todos os órgãos de segurança foram requisitados pelo Exército, enquanto o Governador [illegible] transformou num [illegible]. (*Muito bem!*) Já temos, neste instante, [illegible] da polícia [illegible] do Estado, [illegible] a vida [illegible] pacífica [illegible]

Senhor Presidente, está [illegible] mim — dou minha palavra [illegible] a tôda esta Casa — qualquer [illegible] de exploração de ordem [illegible] Sou [illegible] e tenho sido conhecido [illegible] Câmara pela posição política [illegible] sumi. Quantas vêzes tive eu [illegible]

Nº. PROCSS. 131. fl. 163

Dep. Hermano Alves (MDB-GB)

DC - 30/3/68 - Seção I pág 939

O SR. HERMANO ALVES:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos assistindo, a cada dia a evidentes sinais de desagregação do regime que se instituiu no Brasil em abril de 1964. Vai fazer quatro anos que êste regime se instalou no Brasil, êste regime que significa, na realidade, do ponto de vista histórico, a culminância das aspirações [illegible] das e reacionárias da classe dominante no Brasil representada por uma minoria político-militar que empalmou o [illegible].

Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, sugerir ao Sr. Ministro do Exército, General Lira Tavares, que, por uma iniciativa mínima de pudor e [illegible], em homenagem à memória do estudante Lima Souto, a [illegible] Dudu, em [illegible] [illegible] da juventude brasileira, mandasse suspender as comemorações que determinou no âmbito do Exército [illegible] do [illegible] aniversário dessa farsa [illegible] a que se deu o nome de revolução.

Sr. Presidente, eu me referia aos sinais de desagregação que me parecem cada vez mais evidentes, sinais de desagregação de toda uma ordem política e social que procura manter-se pela fôrça, que procura sustentar-se, como nos tempos de decadência, apelando para o recurso dos pretorianos.

Senhor Presidente, repentinamente abrem-se as [illegible] da classe dominante e verifica-se o horror da matança indiscriminada de índios para a posse de terras, da qual são cúmplices diretos ou indiretos alguns dos mais expressivos [illegible] da categoria política que domina o País.

Vemos, de repente, o censor, o representante da chamada moralidade revolucionária ser identificado como outra pessoa, como se, numa comédia ou numa farsa talvez monstruosa, já [illegible] e apareceram apenas as máscaras. De repente, a Nação [illegible] que aquele que falava em nome da classe dominante, em nome da minoria político-militar, na condição de [illegible], no que diz respeito à moral e à ética, era um foragido da Justiça que cometeu crimes de falsidade ideológica. Vimos, Sr. Presidente, o próprio Ministro da Justiça dêste regime reconhecer que um quinto das terras brasileiras já está alienado em mãos de estrangeiros, sem que esta classe dominante tenha condições de oferecer uma fórmula jurídica ou [illegible] vontade de garantir a integridade e a soberania nacionais. Vimos um govêrno que inventa, para fins de propaganda, Senhor Presidente, a taxa de 5 % de aumento do produto nacional bruto, por ano, quando não há ninguém que acredite nisso. Vemos um govêrno indiferente a tudo, [illegible] dêste mundo político-militar, indiferente inclusive às advertências. E as advertências são as que fazem os estudantes [illegible] nós as ouvimos da classe trabalhadora em São [illegible] em São Paulo; as advertências nós as vimos nas comunicações feitas pelo Coronel Rui Castro, que acaba de ser punido por tê-las feito, e nós as vemos, também, Sr. Presidente, no [illegible] do Marechal Mário Poppe de Figueiredo, que mostra a face [illegible] e sinistra do que está instalado no País.

Mas, Senhor Presidente, tudo isto são sintomas, são sinais, que ninguém pode ignorar, até mesmo aquela tímida [illegible] parlamentar que derrubou seis vetos do Govêrno: tudo isto são [illegible] que a Nação está fazendo contra um esquema que a [illegible]. E os sinais de decência e desagregação aí estão. Não fôra o Presidente da República — aliás, o [illegible] — um [illegible] a qualquer argumento de inteligência, e devia [illegible] que já estão contados os dias dêste regime [illegible], estéril e corrupto que se instalou no País em 1964. (Muito bem.)

desagregação do regime de 1964

N8. PROCSS-131.1p. 164

CONGRESSISTA: Hermano Alves
PROJETO Nº
Nº
CAMARA
SENADO
DC de 4/4/68 / 01-27-CN Pg 248
DO Nº / de / /

145

Assinala presença de estudantes em Sessão do Congresso

O SR. HERMANO ALVES:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, com profunda satisfação assinalo a presença, nesta Casa, de estudantes, que aqui obtiveram santuário.

Considero êste um instante histórico para esta Câmara, que Deputados e Senadores puderam, hoje, ombrear-se com os estudantes, conviver com êles falar com êles vê-los aqui a fazerem refeições lerem jornais, todos refugiados de uma sanha criminosa, no meu entender, que vai por aí a fora.

Com profunda alegria, Sr. Presidente, vejo esta Casa conhecer as aspirações dos estudantes e, também, alguns Srs. Deputados, antes tão ásperos com relação às aspirações, as reivindicações, as posições da classe estudantil descobrirem, de repente, como e normal, comum trivial, alegre aquêle que julgavam inimigo, aquêle que pensavam receber ordens de Praga ou de Tirana, através de radios fornecidos por Fidel Castro. Mas, se por um lado estou profundamente satisfeito com isto, além da alegria que tive de ir hoje à Universidade, por outro lado, é com mágua, temor e indignação, Sr. Presidente que vejo que a mesma coisa não pode acontecer com os estudantes da Guanabara — até porque esta Casa está aqui, lògicamente, pela transferência da Capital.

Na Guanabara, amanhã, Sr. Presidente, prepara-se uma nova orgia de violências contra estudantes e contra o povo. Desta vez, oferece o General José Horácio da Cunha Garcia que, no comando do I Exército, tornou-se notório e famoso por colocar em seu gabinete, no Ministério do Exército, a figura desenhada de um gorila e proclamou isso com a maior satisfação. Esse General deu, hoje, nota, dizendo que haverá pesada e dura repressão. E os Chefes militares da Guanabara procurarão tratar êsses estudantes e os populares que com êles estão dispostos a ir à rua para uma missa, que querem campal, como se fôssem invasores estrangeiros.

Sr. Presidente, a cegueira dêsses Oficiais-Generais que se estão alienando cada vez mais do consenso nacional, que estão comprando luta não só com o proletariado urbano, não só com a intelectualidade, com a vanguarda da política, com os estudantes e artistas, já conseguiram comprar a luta com os sentimentos e aspirações da classe média, que, afinal, foi o grande sustentáculo do movimento de março de 1964, que alguns chamam de revolução e outros não.

Sr. Presidente, tendo de comparecer, amanhã, ao meu Estado, para presenciar de perto as violências que vão ser praticadas, quero, antes, fazer a esta Casa a comunicação de que procurarei cumprir o meu [illegible] e fazer valer as minhas imunidades de qualquer maneira. Não vou fazer demagogia, não exploro cadáveres, não busco votos nisso. Mas vou para lá estar com a minha gente, haja o que houver. *(Muito bem. Palmas)*.

N8. PROCSS. 131. 1.0.765

CONGRESSISTA: Hermano Alves
PROJETO Nº CÂMARA
Nº SENADO
DC de 11/4/68 | CD-SFCN Pg 1177
DO Nº / de / /

145

Crise estudantil

O SR. HERMANO ALVES:

(*Comunicação — Lê*) — Sr. Presidente: a crise não acabou com a cessação das atividades do movimento estudantil de protesto e coma volta das tropas de Polícia Militar e das Fôrças Armadas aos quartéis. Houve uma trégua temporária — e não quero referir-me, apenas, ao problema estudantil, por mais importante que seja. A crise é geral. As raízes profundas dessa crise — que é econômica e financeira, que diz respeito à autodeterminação do Brasil, que evidencia uma divergência profunda entre o chamado Poder Militar e as aspirações populares de restabelecimento do Poder Civil — não foram extirpadas. Nem se verifica, por parte dos atuais detentores dos instrumentos de poder qualquer esfôrço válido nesse sentido.

Os recentes episódios, que culminaram com os choques entre o movimento de estudantes e as Fôrças Armadas e auxiliares, demonstraram que qualquer novo incidente poderá desencadear uma série de fatos incontroláveis. Mais do que nunca, torna-se imprescindível um desengajamento progressivo das Fôrças Armadas e a eliminação do chamado poder militar, que exerce uma tutela sôbre o país inteiro. Já os órgãos de espionagem interna, como o Serviço Nacional de Informações, estão prevendo conspirações para o Primeiro de Maio. Trata-se de uma provocação igual à que fêz o Govêrno, ao publicar a portaria contra a Frente Ampla.

No fundo, o Govêrno prevê que o descontentamento operário também conhecerá seus dias de ira e inquietação. E, em vez de buscar uma solução, prepara o Govêrno a repressão - pura e simples. E' um êrro trágico — mais um êrro trágico. Só a gradativa redução do regime ditatorial permitirá o restabelecimento da paz no Brasil. Em contrário, a violência provocará a violência. E responsáveis por ela serão todos os atuais detentores dos instrumentos do poder. Revogue-se a ditadura para que se faça a paz. (*Muito bem*).

N8. PROCSS. 131.1 p. 766

DEPUTADO HERMANO ALVES

DCD 6/8/68 - pg 4943

O SR. HERMANO ALVES:

(*Comunicação — Lê*) — Sr. Presidente, sejam quais forem as restrições que façamos ao Sr. Jânio Quadros — e elas são muitas — devemos, no entanto, solidarizar-nos com êle, depois que o govêrno do Marechal Costa e Silva decretou o seu confinamento, em Corumbá. A punição do Sr. Jânio Quadros é mais um ato de violência e demonstra que não há uma ordem jurídica fixada no Brasil, uma vez que se baseou na violação da própria carta constitucional imposta por êste regime discricionário e autoritário de terceira classe, que infelicita o país.

No contexto de uma ordem jurídica movediça, em que as regras do jôgo mudam constantemente, o govêrno do Marechal Costa e Silva conseguiu uma espécie de milagre às avessas — que é o de associar a violência ao ridículo, oferecendo uma triste imagem do Brasil ao mundo inteiro e, no plano da política interna, demonstrando uma falta de sensibilidade e de competência inédita em nossa História.

Quero, referir-me, também, Senhor Presidente, à prisão do dirigente estudantil Vladimir Palmeira, efetuada pela Polícia do Rio mas prolongada por determinação do Primeiro Exército — apesar de ter o Govêrno Federal dito que se tratava, apenas, de um problema do Govêrno do Estado da Guanabara. Razão tem o "Correio da Manhã", quando afirma que a decisão de prendê-lo só pode ser entendida como um ato de provocação, destinado a suscitar novos protestos que serviriam de pretexto a novas atitudes de repressão.

No seio do atual Govêrno existem setores inconformados, que preconizam um golpe de Estado para conseguirem o que chamam de "endurecimento". Mas a nossa impressão, Sr. Presidente, é a de que a unanimidade militar para o desencadeamento de um golpe dêsse tipo não se poderá mais obter. Sabemos que há conspirações na área oficial — conspirações de todos os tipos e tamanhos. É natural que isso aconteça, no momento em que já se tornou evidente a incapacidade do govêrno e a inviabilidade do regime implantado pelo movimento de Abril de 1964.

Devemos solidarizar-nos com tôdas as vítimas do atual regime tanto os jovens militantes estudantis como Palmeira, quanto os trabalhadores de Osasco, os políticos cassados como o Sr. Jânio Quadros e outros. Só através da unidade das fôrças que se opõem ao presente regime autoritário, antinacional e antipopular é que conseguiremos dar um passo decisivo para a superação da crise brasileira que se agrava a cada instante que passa. Só com uma aliança de fôrças capaz de exigir a anistia ampla, as eleições diretas e gerais, a liberdade de partidos, de opinião e de reunião, a abolição da política de confisco dos salários e a revogação dos acôrdos internacionais lesivos aos

NP. PROCSS. 131.1, p. 167

ANEXO
2

Nº PROCESS. 131.1P.168

2 - ARTIGOS PUBLICADOS NA IMPRENSA (CORREIO DA MANHÃ)

Nº PROCSS. 131-1 p, 169

Semente de ódios

C Em-28/MAR/65

Hermano Alves

O coronel Gerson de Pina sabe — muito bem — que o sr. Ênio Silveira não abrigou o sr. Miguel Arraes em sua residência, nos dias em que o ex-governador de Pernambuco desapareceu, antes de asilar-se na Embaixada da Argélia. Compreendo que o coronel se tenha irritado com o papel cômico que desempenhou em tôda essa história. Não foi à toa que o seu correligionário da Liga Democrática Radical, o coronel Osnelli Martinelli, criticou-o, duramente, por ter deixado Arraes desaparecer. Depois, houve aquela Operação Semente, que não medrou, nem deu frutos, embora o coronel tivesse assinalado, no mapa do Estado do Rio, um triângulo escaleno e mobilizado as fôrças para descobrir o sítio imaginário onde Arraes estaria. Tudo isso deve ter criado uma situação difícil para o coronel, pois o famoso esquema de segurança do Govêrno Federal não funcionou — o que divertiu muito a opinião pública.

O fato de ter o coronel feito perguntas às empregadas da casa de Ênio sôbre uma feijoada subversiva, a que Arraes e outras pessoas compareceram, não demonstra que o chefe do inquérito policial-militar sôbre o ISEB se tenha empenhado em apurar fatos concernentes ao desaparecimento do ex-governador. Na realidade, o coronel sabe que nada vai descobrir. Êle quer é chatear a paciência alheia, prolongando êsse IPM sem pé nem cabeça que lhe está dando um cartaz que não merecia. No passo em que vai, o coronel passará da feijoada subversiva para a sopa vermelha, verificando se houve infiltrações na canja ou uma pitada de agitação (aliás necessária) na *omelete*. Afinal, como até o sr. Juraci Magalhães já descobriu, não se faz uma *omelete* sem quebrar ovos. Seguindo essa pista, o coronel Pina talvez descubra quais as galinhas que vão pôr os ovos previstos pelo Programa Econômico do Govêrno e que estão provocando tamanha controvérsia entre os srs. Carlos Lacerda e Roberto Campos.

No fundo, o que o coronel Pina quer é meter mêdo aos outros. Depois da aventura de Arraes, tanto o coronel quanto os seus parceiros de tropelias da Liga Autocrática Visceral, ficaram na situação do Mágico de Oz, da história infantil, que não era tão perigoso quanto diziam. Era mais fachada do que outra coisa. Todo mundo já percebeu que êsses coronéis (aliás pouco conceituados no Exército) são meros instrumentos do presidente Castelo Branco que, de vez em quando, precisa de alguém para fingir que ainda existe a chamada *linha dura*. O coronel Pina e os seus correligionários dêsse partido político que são os inquéritos policiais-militares sôbre assuntos imaginários, chega — inclusive — a agir como instrumento de políticos interessados no esvaziamento da candidatura do sr. Hélio de Almeida, à sucessão na Guanabara.

O caso de Ênio, porém, é diferente. O pobre coronel Pina quer liquidar a Editôra Civilização Brasileira, pois esta publica obras que desagradam ao govêrno — a êsse triste govêrno sem mensagem nem rumo que se vai arrastando por aí, sempre a sonhar com o golpe e com tolices como a intervenção militar no Uruguai, a chamada integração continental e a sua já conhecida interdependência. Com isso, êle reconhece que a resistência intelectual, no Brasil, é muito mais importante do que imaginavam os homens do atual govêrno e os seus mirmidões da Liga Burocrática Corporal. Imagino a agonia dêsse coronel Pina e de uns poucos militares que, aproveitando-se do prestígio das Fôrças Armadas, cometeram violências de tôda a ordem, ao verem que a presente situação política talvez seja insustentável. Êles têm mêdo de que a situação vire e de que o castigo venha a cavalo. E, por terem mêdo, procuram infundir mêdo aos seus adversários já conhecidos e, também, nos desconhecidos — êstes ainda mais assustadores do que os outros.

É por isso, e não por causa de Arraes — que fêz muito bem em asilar-se quando quis e não quando os seus perseguidores queriam — que o coronel prendeu Ênio. Quanto à investigação sôbre o ISEB, não é — nem pode ser — feita com seriedade. Arraes deixou isso bem claro, em seu comunicado aos jornais. E todos os jornalistas sabem que as perguntas que o coronel faz, sigilosamente, às suas vítimas, revelam uma profunda ignorância dos fatos e das idéias, sobretudo destas. Afinal, o ISEB não chegou a formular uma [illegible] nem a adotar uma [illegible] tente. Foi, na [illegible] um campo de batalha [illegible] lógico — com resultados que uns consideram negativos e que outros acharam positivos. E quando me refiro a uns e outros, falo dos políticos e intelectuais que apoiavam o Govêrno anterior ou que — talvez seja mais acertado dizê-lo — com êle se solidarizavam, simplesmente porque não tinham remédio.

No entanto, essa investigação descabida e ridícula, se faz com um ar de profunda seriedade. O presidente da República apóia a investigação, para não desprestigiar o Exército, embora saiba que o Exército está pouco ligando para o coronel Pina e para os seus conjurados. O general Edson de Figueiredo, chefe do Estado Maior do Primeiro Exército, e homem de confiança do presidente, é quem acolhe as reivindicações dos coronéis radicais. E o Ministro da Guerra, general Costa e Silva tem dado, o seu aval para tôdas as arbitrariedades cometidas em nome do Exército por meia dúzia de gatos pingados. No fundo, a irresponsabilidade não é dêsses inquisidôres de operêta, mas dos que dêles se utilizam para fins de política miúda. A culpa não é dos instrumentos, mas de quem os usa para fins inconfessáveis. Que Ênio tenha paciência. Afinal, quem está prêso não é êle. Prêso está êsse Govêrno medíocre e soturno, prêso em suas próprias contradições, prêso a um passado que não existiu e ameaçado por um futuro que não conseguirá conter. Ou será que o presidente quer um IPM contra o futuro?

NB-PROCSS. 131. fp. 170

CI.E/A88

Promessas esquecidas

Hermano Alves

— "Os meios militares nacionais e permanentes não são, propriamente, para defender programas de [illegible] muito menos a sua propaganda, mas para [garantir] os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei" — dizia o general Castelo [Branco], então [chefe do Estado-]Maior do Exército, na circular que enviou [illegible] general [illegible] mais militares do Estado-Maior do Exército [illegible] organizações subordinadas, no dia 20 de março de 1964.

O general Castelo Branco afirmava, em sua circular, que as Fôrças Armadas "não estão instituídas para declarar solidariedade a êste ou àquele Poder", esclarecendo que "se lhes fôsse permitida a faculdade de solidarizarem-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessàriamente, o direito de também se oporem a uns e a outros".

O pensamento expresso pelo general Castelo Branco, nos últimos dias do Govêrno do presidente João Goulart, refletia o ponto de vista dominante na oficialidade do Exército. Em seu discurso de 1.º de março de 1966, o presidente Castelo Branco recordou aquela situação, afirmando que "os comandos pediam informações reiteradas sôbre se o movimento (referia-se ao movimento contra o presidente Goulart) não implantaria uma ditadura militar [illegible] restaurada [illegible] como era pensa[illegible] Fôrças Armadas."

Por esse motivo, a circular que o general Castelo Branco, como chefe do Estado-Maior, enviou às guarnições, foi saudada como uma garantia da fidelidade do movimento revolucionário às instituições democráticas e republicanas, tais como foram concebidas pelos constituintes de 1946. O grosso do Exército não pensava (e há inúmeros depoimentos a respeito disso) na promulgação de Atos Institucionais, [no] adiamento de [eleições], na dissolução de partidos, em pleitos indiretos etc. [illegible]

[illegible] ao [illegible] a seguir [illegible]

"Relativamente à [dou]trina que admite o seu emprêgo como fôrça de pressão contra um dos podêres é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer dêles. Não sendo milícia, as Fôrças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os podêres constitucionais e a sua coexistência."

Na época, temendo que o presidente Goulart quisesse convocar uma assembléia Constituinte, o atual presidente [Castelo] Branco afirmava ser [illegible] "um objetivo revolucionário pela violência, com fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura". E declarava que "a insurreição é um recurso legítimo de um povo". O então general Castelo Branco dizia que o povo não estava pedindo "uma ditadura militar ou civil" ou a Constituinte. E não admitia a hipótese de "entrarem as Fôrças Armadas numa revolução para entregar o Brasil [illegible] desmat[illegible] a gov[illegible]".

Recomendava a especial[illegible]mente que as Fôrças Armadas não permanecessem "omissas ou caudatárias" em face de atividades subversivas que, no seu entender, visavam à instauração de um regime de fôrça. E sugeria que elas procurassem "garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da Nação [illegible] perseverança, dentro dos limites da lei [illegible] o dever [illegible] oficial era [estar] pronto para a defesa da legalidade [illegible] [illegible] a eleição [illegible] total."

[illegible] como presidente da República a 15 de abril de 1964, o marechal Castelo Branco declarou, peremptòriamente: — "Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei, com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigilância para que todos as observem com exação e zêlo."

— "Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações [illegible] processo para a eleição de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966."

O presidente Castelo Branco também foi muito afirmativo ao declarar: — "A nossa vocação é a da liberdade democrática — Govêrno da maioria com a colaboração e o respeito das minorias." Adiante declararia: "Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita [illegible] [illegible] em necessárias."

Hoje tôdas essas promessas estão esquecidas. A medida em que o tempo passava, embora a palavra *democracia* continuasse incorporada ao vocabulário governamental, a verdadeira definição de sistema democrático — eleição direta, sufrágio universal, liberdade de associação, reunião, cátedra, manifestação de pensamento, etc. — foi desaparecendo dos [textos] oficiais. A coexistência [dos] três Podêres foi substituída pela prevalência de um só Poder — o Executivo — e este passou a apoiar-se [no] chamado Poder Militar, [re]conhecido oficialmente [em] discursos do presidente da República. A tendência [à] implantação do Poder Militar como fator [illegible] decisivo, obrigaria o [illegible] chefe do Estado-Maior do Exército, o general Décio Escobar, a dizer, ao tomar posse no cargo, a 22 de junho de 1964, as seguintes palavras:

"Opomo-nos à tutela da Nação pelo Poder Militar, cuja subordinação ao Poder Civil, legalmente constituído, reconheceremos sem favor."

Mais tarde, ao deixar o cargo de ministro da Guerra ao general Costa e Silva, o general [illegible] que o ocupara interinamente, afirmou, a 24 de fevereiro de 1966, que o Exército "não influi nas decisões governamentais, não pressiona a autoridade civil, nem intenta a implantação de nenhum [regime] militarista".

É significativo assim que o Serviço de Relações Públicas do Exército, [ao] publicar uma antologia sôbre o pensamento da Revolução — o livro A Revolução de 31 de Março — [não] tenha incluído uma só declaração do general Escobar nem qualquer dos pronunciamentos que o general Amauri Kruel fêz em Curitiba e em São Paulo sôbre eleições livres e diretas — isso para não [illegible] dos pronunciamentos de outros chefes [illegible] [illegible], como os generais Peri Bevilacqua, [illegible] Filho, etc., sôbre os verdadeiros objetivos do movimento que derrubou o [sr.] João Goulart. [illegible] que, gradativamente, [o] pensamento liberal [foi] substituído, na vontade e na mística da [Revolu]ção, pelo pensamento [autoritário], [illegible] tutelar.

- CM -

Nº PROCESS. 131. fp. 171

Fôrças inermes

Hermano Alves

A subcomissão do Senado dos Estados Unidos, presidida pelo senador Wayne Morse, publicou um relatório, intitulado *The Latin American Military and United States Policy*, achando que "a atual onda de militarismo", na América Latina, "pode ser explicada, de modo geral, como uma reação a Fidel Castro". No entanto, êsse mesmo relatório afirma, de maneira peremptória, que "a ameaça à segurança interna, supostamente criada pelas fôrças do comunismo internacional, tem sido distorcida e exagerada".

— "A Cuba de Castro" — diz o relatório — "tem apenas uma capacidade limitada para a subversão. A União Soviética e os partidos comunistas ortodoxos da América Latina não estão, atualmente, provocando a violência, e os partidos comunistas não-ortodoxos, partidários da violência e encorajados pela China Vermelha, têm uma influência muito reduzida".

O relatório é esclarecedor quando informa que "a principal ameaça à segurança interna, na América Latina, é proveniente das fôrças populistas reprimidas, e o programa de assistência militar dos Estados Unidos está contribuindo para essa repressão". A subcomissão (*subcomitee on American Republic Affairs*) demonstra que a assistência militar norte-americana é fundamental para a sustentação de regimes controlados, direta ou indiretamente, pelas fôrças armadas.

O curioso, em tudo isso, é que o volume de assistência militar não corresponde à gravidade da situação interna de cada país. A subcomissão demonstra que o Brasil, entre 1953 e 1966, recebeu a metade do total fornecido às nações onde existem surtos de guerrilhas, tais como Venezuela, Colômbia, Bolívia e Guatemala. O total do *Military Aid* concedido ao Brasil, nesse período, foi de 374 milhões e 300 mil dólares.

As informações sôbre a ajuda militar norte-americana ao nosso País são provenientes de fontes oficiais dos Estados Unidos. No Brasil, tornou-se hábito, desde antes do movimento de março/abril de 1964, considerar-se privativo das Fôrças Armadas o conhecimento de tais assuntos. No Congresso, a falta de informações sôbre êsse problema é notória. E a Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, pela maioria dos seus membros, tem evitado aprofundar-se no exame de uma situação que merece ser examinada em tôdas as suas minúcias.

De modo geral, os políticos brasileiros delegaram aos militares tôdas as decisões sôbre segurança nacional, nos anos que precederam o movimento de março/abril de 1964. Agora, quando prevalece um conceito totalitário de segurança nacional, implantado pelo surto militarista que se seguiu à queda do presidente João Goulart, os políticos — em sua maioria — ou silenciam ou apenas dão ênfase à condenação do militarismo.

O exame da questão militar brasileira, em todos os seus aspectos, tornou-se um imperativo da hora que o País está vivendo. Inclusive porque a cúpula militar que governa o Brasil não se mostrou competente para garantir a segurança nacional — que ela confunde com a repressão policial às fôrças políticas que preconizam as mudanças na estrutura social e econômica do País (geralmente classificadas de comunistas, filo-comunistas, cubanizantes etc.) — ou com a ocupação, pura e simples, de postos burocráticos, da administração civil, por militares da ativa e reformados ou por civis militarizados como essa pseudo-elite que assistiu aos chamados cursos da Escola Superior de Guerra.

Uma das características fundamentais do militarismo brasileiro é a preservação do *status quo* nas próprias Fôrças Armadas. Quem analisar os relatórios dos ministérios militares, sobretudo do Ministério do Exército, verificará que não houve modificações nas estruturas das Fôrças Armadas. O nível técnico continua baixo — apesar dos esforços desenvolvidos por alguns grupos de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O nível de instrução e ensino militares deixa muito a desejar, embora — de acôrdo com a experiência de algumas décadas — seja mais alto na Marinha do que nas outras fôrças.

Agora, a propósito da publicação de uma vigorosa entrevista do almirante Saldanha da Gama (e de um artigo meramente informativo sôbre a guerra no Vietnam) pela revista *A Galera*, publicada pelos alunos da Escola Naval, a cúpula militar assanhou-se e resolveu procurar uma célula comunista naquele estabelecimento de ensino da Marinha. Em suma: os velhos políticos de uniforme, que têm idéias semelhantes às dos srs. Benedito Valadares, Daniel Krieger e Felinto Müller, querem reprimir os impulsos de renovação intelectual das Fôrças Armadas que, promissoramente, já se assinalam entre os alunos das Academias Militares. É o caso de sugerirmos que o sr. Tarso Dutra seja nomeado para presidir uma comissão de exame da questão estudantil, nas Fôrças Armadas, em compensação ao ato do marechal Costa e Silva que nomeou o supercoronel Meira Mattos para examinar o problema dos estudantes paisanos!

Que a presente cúpula militar (agora itinerante, pois passou a reunir-se, só Deus sabe por que, ora numa cidade, ora noutra, num dispêndio inútil de tempos e meios) representa o passado, ninguém duvida. Sob a sua égide, tornou-se evidente que o Brasil não fará o investimento no setor de energia nuclear que o marechal Costa e Silva, num momento de descuido, prometeu fazer. Essa mesma cúpula militar não se contenta em reprimir os movimentos políticos que visam à modificação de estruturas sociais e em considerar estudantes, trabalhadores e intelectuais como *O Inimigo*, mas assumiu a responsabilidade de implantar, oficialmente, o conceito de agressão interna e as teorias de guerra antiinsurrecional, fornecidos pelo Pentágono e baseados nas distorções e nos exageros a que se refere a subcomissão do senador Wayne Morse.

Sem dúvida é mais cômodo, para quem não pretende iniciar a reforma das Fôrças Armadas, transformar os militares de carreira em policiais de um nôvo tipo e em substitutos dos civis na administração pública. A presente cúpula militar não só incompatibilizou as Fôrças Armadas com o resto do País como, ainda, impede que elas se modernizem. É por isso que tais fôrças, quando tratam de repressão, são armadas, mas à medida em que enfrentam o desafio do futuro transformam-se em fôrças inermes, isoladas e alienadas, para a tristeza dos militares que têm a real vocação das armas e que, de fato, se preocupam com a verdadeira segurança (ou seja: desenvolvimento) do Brasil.

N8. PROCSS 131-1p.172

A vigília das armas e a solidão militar

Hermano Alves

A crise do regime desencadeou-se (e começa a desdobrar-se de maneira perigosa e profunda) apenas quinze dias depois daquele espetáculo de euforia oficial que o Govêrno proporcionou à opinião pública por ocasião do seu primeiro aniversário. As graves ocorrências do Rio de Janeiro e de Goiânia, além dos episódios de Brasília (onde o *campus* da Universidade continua va sob ameaça de invasão militar na tarde de ontem, quarta-feira), transformaram o chamado poder militar numa espécie de poder acuado, que teme desmoralizar-se perante o povo inteiro, sobretudo em face dos estudantes. E o mêdo — como todo mundo sabe — é pior conselheiro do que a fome. Em Brasília, na tarde de ontem, muitas mães correram a tirar os filhos das escolas primárias depois que se espalhou o rumor de que os militares faziam o mesmo. Na Universidade, tive a confirmação, do reitor Caio Benjamim, de que só a custo, na noite de têrça-feira, evitou-se um ataque frontal da Polícia Militar contra as frágeis barricadas que os estudantes ergueram no *campus*. Numa reunião de oficiais do Batalhão de Guarda Presidencial, a voz da ponderação coube a um oficial do Exército que fôra aprisionado e desarmado pelos estudantes, na véspera, ao entrar na Universidade, e que afirmou ter recebido bom tratamento. Mas, nos meios militares, as informações demonstram que os elementos mais exaltados (entre os quais estão aquêles que praticaram violências em diversas ocasiões e que, hoje em dia, têm mêdo de represálias) insistem em pedir a decretação do estado de sítio, o fechamento do Congresso, a promulgação de nôvo Ato Institucional etc. Está ocorrendo exatamente aquilo que tantas vêzes se previu: o isolamento psicológico dos militares, como conseqüência da crescente reação popular às ações arbitrárias praticadas pelo chamado poder militar em nome e por conta das Fôrças Armadas. Aqui é um oficial da Fôrça Aérea que tem de fugir de uma multidão indignada, acolá trata-se de um oficial superior do Exército que adverte um amigo considerado subversivo que desapareça de circulação, pois a repressão está a caminho. Um deputado governista, que também é general, afirma que, com os recentes acontecimentos, "o marechal Costa e Silva perdeu o último civil mas ganhou até o último militar" — o que deve ser um exagêro mas, pelo menos, revela uma aspiração e, talvez, uma intenção.

A presente crise serviu para demonstrar a todo mundo que, na realidade, não existe um govêrno organizado no País, mas uma jùnta governativa, formada por chefes militares — e só por êles. Fazem parte dessa junta os três ministros das Fôrças Armadas, os chefes de Estados-Maiores, o chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, o diretor do Serviço Nacional de Informações, o poderoso chefe do gabinete Militar da Presidência e o secretário do Conselho de Segurança Nacional e, até mesmo, o marechal Costa e Silva. Por conta de um errôneo conceito de segurança nacional, que se opõe (em nome de objetivos nacionais transitórios e permanentes) às aspirações do povo e à soberania popular, essa junta governativa isolou-se de tal modo do resto do País que, a esta altura dos acontecimentos, não se sente em condições de negociar politicamente, tendendo de modo perigoso — a partir para a repressão pura e simples.

A situação é tão grave que o próprio marechal Costa e Silva, que considerava intocável a Constituição de 1967 (a Carta reclamada pelo poder militar para garantir o conceito oficial de segurança nacional), já declarou-a transitória, no Rio Grande do Sul, admitindo a hipótese de instauração de uma ditadura, no caso da ditadura completa. As bases de legitimidade do presente regime são de tal maneira fracas que uma simples manifestação estudantil contra o péssimo serviço de um restaurante da classe suscitou uma caudal de violência oficial e de reação popular que traumatizou a Nação inteira. Neste momento, além do proletariado urbano, de parte da burguesia, dos estudantes, intelectuais e artistas de muitos setores políticos de vanguarda, a classe média, em pêso, repudia o atual régime. Os motivos podem ser os mais variados — do arrôcho salarial à liberdade de criação, da livre manifestação de pensamento político à questão universitária — mas o adversário geral é o poder militar que faz a guerra em tôdas as frentes, exatamente porque decidiu implantar um conceito de segurança nacional exclusivista e alienado.

Há solução pacífica para a presente crise? Sim, desde que ela surja como uma revisão interna, dentro das Fôrças Armadas. Os generais Pope, Mourão Peri e vários outros, além do coronel Rui Castro, sugeriram essa revisão, que nada mais significa do que a contraposição do conceito de Fôrças Armadas, como instituições nacionais permanentes, ao conceito de Poder Militar, evidentemente transitório e, sem dúvida, deturpador das tradições legalistas e republicanas. A derradeira possibilidade de uma reconciliação das Fôrças Armadas com o povo reside na capacidade dos militares de impedir que o abscesso militarista continue a crescer por conta de um exacerbado espírito de classe que todos os radicais de uniforme procuram explorar. Se não surgirem dentro das Fôrças Armadas as resistências válidas e ativas à deturpação do significado e da missão histórica dessas mesmas Fôrças Armadas, a repressão há de gerar a reação contrária, estabelecendo-se o conflito civil. Neste grave instante da vida brasileira, o grande inimigo da Segurança Nacional é, precisamente, o conceito distorcido de Segurança Nacional que se estabeleceu oficialmente, através da marginalização do povo no qual êsse mesmo povo considerado inimigo em potencial ou declarado da Nação que habita e que construiu. Ainda que a presente fase crítica seja controlada — desta ou daquela maneira — a crise não passará, a menos que a consciência militar prevaleça sôbre o espírito militarista.

ta-se a presença de parlamentares brasileiros na qualidade de observadores, mas se admite a presença de [illegible] oficialmente especial sôbre a VIII Conferência dos Exércitos Americanos.

Nº PROCSS. 131.1.P.173
E.M. nº 28/SC-1/68ANEXO Nº 3

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 2ª - SEÇÃO	
ORGÃO: CORREIO DA MANHÃ	ASSUNTO: Câmara dos Deputados
DATA: 29 Ago 68	
RESUMO:	

Quinta-feira, 29 de agôsto de 1968 1.º Caderno

A Banda vai passar

Hermano Alves

Reina a mais completa alegria nos meios governamentais. A informação provém das fontes oficiais mais categorizadas, entre as quais se incluem alguns políticos que, noutro dia, foram convidados para um churrasco na granja do Ipê, atualmente ocupada pelo sr. Rondon Pacheco. Dizem estas fontes que o marechal Costa e Silva, chefe do Govêrno, está eufórico, que os ministros — de um modo geral — estão satisfeitos, que o próprio general Jaime Portella não consegue esconder a sua alegria. E o fenômeno é muito curioso e merece um estudo em profundidade.

Por que está eufórico o Govêrno? A opinião pública nunca foi tão contrária a uma administração e a um regime como atualmente — fato comprovado pelos inquéritos de opinião pública, pelas reivindicações de classes, pelo noticiário de imprensa e pelos movimentos de protesto —, sobretudo o movimento estudantil. O nível de eficiência do Govêrno também é muito baixo — coisa que se demonstra, diàriamente. O Govêrno chega a vetar iniciativas do próprio Govêrno, quando não se vê forçado a revogá-las, como ocorreu com o decreto sôbre pesquisas e explorações na plataforma submarina. A vitória governamental, na Câmara, quando foi votado o projeto de anistia, equivaleu a uma vitória de Pirro. Teve o Govêrno que se comprometer a enviar, até o fim do ano, um projeto de anistia à Câmara para reunir os votos necessários à rejeição do projeto oposicionista. Por que, então, tanta euforia?

O Govêrno do marechal Costa e Silva se caracteriza por uma extrema falta de equilíbrio emocional. Passa da euforia para a depressão com uma impressionante rapidez. A impressão que se generaliza, nos meios políticos, é a de que a alegria atual foi provocada por uma interpretação eminentemente subjetiva de certos fatos ocorridos nas últimas semanas. Por exemplo: a ocupação da Tcheco-Eslováquia por tropas das cinco nações do Pacto de Varsóvia. O Govêrno considerou êsse fato um golpe de morte nas esquerdas brasileiras. E, como julga que as esquerdas brasileiras (que incluem setores muito diferenciados do ponto de vista ideológico) seguem ordens emanadas de Moscou, passou a acreditar que elas estão neutralizadas, no plano interno. Outro fato: o pronunciamento do Papa Paulo VI contra o uso da violência para a realização de reformas sociais. É verdade que, no Brasil, tem sido a direita quem promove a violência — como se verificou, agora, em São Paulo. Mas, por misteriosos caminhos, o Govêrno chegou à conclusão de que o pronunciamento do Papa (e o Papa não podia fazer outra coisa) veio reforçar a sua posição no Brasil.

A suspensão transitória dos movimentos estudantis de protesto e o surgimento (que também era inevitável) de divergências de natureza política e eleitoral no âmbito universitário contribuíram para a euforia governamental. Isso demonstra, apenas, que o Govêrno estava em pânico diante do movimento universitário. Agora, ganhou o Govêrno algum tempo para dar ênfase aos documentos sôbre uma tímida reforma da estrutura universitária que — evidentemente — não realizará. Creio, no entanto, que três fatôres prevaleceram para dar alegria ao Govêrno: a realização de uma parada militar e a proximidade de outra parada militar; discussão oficial em tôrno do chamado "Conceito Estratégico Nacional"; a desenfreada propaganda sôbre as atividades governamentais, a começar pelo caudaloso rio de papel que se refere à integração da Amazônia. Sentindo-se capaz de realizar paradas militares, divulgando uma versão condensada dos velhos documentos da Escola Superior de Guerra e acreditando — piamente — na sua própria publicidade, o Govêrno saiu da fossa para os píncaros da Lua.

Mas a euforia pode acabar a qualquer instante, dado o seu caráter puramente episódico. A reforma cambial, ao que tudo indica, vai agravar o surto inflacionário. As reivindicações sociais e trabalhistas vão aumentar. As divergências políticas, na área oficial, são crescentes. O Papa, depois de um passo atrás, pode dar dois ou três passos adiante. As tropas estrangeiras podem sair da Tcheco-Eslováquia. Os estudantes podem voltar às manifestações de protesto. As oposições podem unir-se (pelo menos é o que tentam fazer, agora), o "Conceito Estratégico Nacional" sairá do noticiário, as paradas acabarão a 7 de setembro e a banda — lògicamente — vai passar. Com a mesma rapidez, o Govêrno cairá dos píncaros lunares, próximos ao Mar da Serenidade em que gosta de banhar-se a sêco, para voltar à fossa. E terá que rezar, ardentemente, para que cheguem — quanto antes — a rainha Elizabeth e o Natal. É preciso não esquecer o Natal.

N8. PROCSS. 131.1, p. 174

8

CORREIO DA MANHÃ

12 SET 1968

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

A face da repressão

cm/12

Hermano Alves

O ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, iniciou a guerra psicológica contra as categorias de trabalhadores que estão reivindicando aumentos de salários. O coronel e senador Passarinho — bem mais coronel do que senador — afirmou que há agitadores infiltrados nos meios sindicais, sobretudo entre os bancários, os metalúrgicos e os trabalhadores em petróleo e derivados, e que o movimento reivindicatório tem objetivos puramente políticos. É o primeiro passo para a repressão, que o coronel Passarinho já prometeu executar. O próximo passo será, ao que tudo indica, a publicação de informações (melhor seria dizê-las informes, pois, na realidade, trata-se de fatos sem confirmação) vinculando o movimento reivindicatório a um plano geral de derrubada do Govêrno. O coronel Passarinho sabe que tais acusações são falsas, mas começou a criar o clima necessário para veiculá-las, na hora oportuna, com o maior estardalhaço possível. É possível que, durante o processo, o coronel Passarinho também faça algumas acusações a extremistas de direita, para dar — como se diz na gíria — uma no cravo e outra na ferrradura. O ministro do Trabalho já usou essa tática antes e ela é bem conhecida, sobretudo dos trabalhadores, que, ao ouvir o seu nome, nas assembléias de classe, têm o curioso hábito de vaiá-lo. A tática do coronel Passarinho consiste no seguinte: êle esmaga, pela fôrça ou pela ameaça, os movimentos de reivindicação salarial, acusando extremistas de esquerda, enquanto adverte a Nação sôbre o perigo de um "endurecimento" ou de um golpe de extremistas de direita. Com isto, êle julga que muitos incautos continuarão a acreditar que êle — coronel Passarinho — é um liberal, um democrata-cristão, um solidarista ou assemelhado. É possível que o ministro do Trabalho ainda consiga aplausos em determinados setores, sobretudo nas Fôrças Armadas, ao usar de todo o rigor contra os trabalhadores ao mesmo tempo em que fala em democracia representativa. Mas, a sua política não lhe garante o apoio dos trabalhadores — até mesmo porque o coronel Passarinho não está falando para os operários, mas para os militares. Êle quer redourar os seus brasões na repressão, pois não quer ficar para trás na corrida pelo "endurecimento", desencadeada pelos generais Jaime Portela e Carlos Meira Matos e por seus correligionários militares e civis — já que existem civis comprometidos com essa trama.

Os trabalhadores — a começar pelos bancários — estão reivindicando, bàsicamente, um aumento de salário condizente com o cálculo real do custo da vida (que não é, evidentemente, o cálculo feito pelo Govêrno) e a devolução da parte do poder aquisitivo que lhes foi retirada pela chamada política de contenção. O próprio coronel Passarinho encarregou-se, na hora em que tentava fixar uma imagem de liberal e democrata, de afirmar que os trabalhadores tinham sofrido um virtual confisco de poder aquisitivo, sendo-lhes lícito e justo reivindicar a devolução dos salários confiscados. Chegou a explicar, na Câmara dos Deputados, que as equações aplicadas pelo Govêrno do marechal Castelo Branco, para fins de estabelecer a relação entre os aumentos de salários e o aumento do custo da vida, tinham um vício de origem e apenas prejudicavam os trabalhadores. No entanto, quando houve o movimento grevista de Minas Gerais e, mais tarde, quando houve a greve de Osasco, o coronel Passarinho chefiou a repressão, distribuindo ameaças e brandindo com a Lei de Segurança. E outra não podia ser a sua atitude no quadro geral da situação. O ministro do Trabalho não pode, no contexto de uma política que se diz eminentemente deflacionária, admitir as negociações diretas entre trabalhadores e empresários, permitir o exercício do direito de greve e consentir que, na prática, as categorias reivindicantes demonstrem que os cálculos impostos pelo Govêrno são puramente arbitrários. Se êle fizesse tal coisa, não seria mais ministro do Trabalho — a menos que o Govêrno abrisse mão da chamada política de contenção, coisa que o marechal Costa e Silva não quer fazer. Todos os sinais demonstram que o coronel Passarinho iniciou a guerra psicológica para impedir que os trabalhadores reivindiquem os seus direitos ou para justificar a repressão, no caso do aprofundamento das ações reivindicatórias. A moeda da repressão governamental não tem coroas. Só tem caras e uma delas é a efígie do coronel Passarinho.

N 8. PROCSS. 131. 1, p. 175

E.M. Nº 28/SG-1/68 ANEXO Nº 5

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 2º - SEÇÃO

ORGÃO: CORREIO DA MANHÃ | ASSUNTO: HERMANO ALVES

DATA: 19 Setembro 1968

ta-feira, 19 de setembro de 1968 1.º Caderno

Altos e grossos

Hermano Alves

A Universidade de Brasília foi invadida há 21 dias. E, até agora, o general Emílio Garrastazú Medice, encarregado de fazer uma sindicância sôbre o caso, não deu sinal de vida. Trata-se do chefe do Serviço Nacional de Informações — o organismo encarregado da espionagem interna. Tinha a obrigação funcional de saber, com antecedência, que um grupo de militares do Exército (alguns investidos de funções na Polícia Federal, outros não) preparava uma ação militar sôbre o *campus* da Universidade. Se soube, não contou a ninguém. Nem ao marechal Costa e Silva. Acredito, mesmo, que não tenha sabido — o que não é desculpa. Todo mundo, em Brasília, sabia que, mais cedo ou mais tarde, o chamado "dispositivo militar" invadiria a universidade para prender alguns dirigentes do movimento estudantil e para criar um clima político favorável ao que se chama — um tanto eufemisticamente — de "endurecimento". Mas o chefe da espionagem interna não tinha conhecimento de coisa alguma. Foi encarregado de fazer uma sindicância, que mais parece um parto da montanha. Até o momento em que êste artigo era composto, nas oficinas do jornal, ignoravam-se os resultados da famosa sindicância Garrastazú. Em Brasília, todo mundo aposta para saber quem será o bode expiatório entre tantos participantes da operação de 29 de agôsto — a célebre batalha da universidade. Há quem diga que será o coronel Palma Cabral, secretário de Segurança, que se prepara para fazer uma viagem aos Estados Unidos. Há quem afirme — com evidente ceticismo — que alguns soldados da Polícia Militar, que espancaram o deputado Santilli Sobrinho, serão punidos. Mas há quem julgue, até mesmo, que não haverá punições por causa do "acidente de Brasília" a que se referiu — com elegância palaciana — o secretário de Imprensa da Presidência, sr. Heráclio Sales.

O inquérito parlamentar foi desarticulado porque os deputados pertencentes à ARENA — o partido governista — passaram a obstruir os trabalhos da Comissão, recusando-se a ouvir testemunhas essenciais. Por exemplo: não quiseram ouvir (e tinham a maioria dos votos para isso) o coronel Carlos Evaristo, chefe do Estado-Maior da 11ª Região Militar. O coronel Evaristo foi apontado, por dois depoentes (o general Dionísio do Nascimento e o coronel Raul Munhoz, ambos da Polícia Federal), como o oficial que garantiu o apoio das tropas do Exército para a operação da Universidade. Por causa disso, houve movimentação de fôrças do Exército que, em caso de necessidade, poderiam ter atacado o campus universitário. Outra testemunha dispensada pela ARENA: o general Meira Matos. Dias depois do ataque à Universidade, o general Meira Matos afirmava ao sr. Daniel Krieger, líder da maioria no Senado, e a outros políticos, que havia uma "guerra revolucionária" em processo no País e que o movimento estudantil dela participava. O general Meira Matos, por ser o autor do relatório que tomou o seu nome, no Ministério da Educação, por ser teórico (ou prático?) de "guerra revolucionária" e por ser o inspetor-geral das polícias militares, que sempre participam da repressão violenta ao movimento estudantil, era uma testemunha indispensável. Mas a ARENA resolveu dispensá-lo, por determinação do seu líder, sr. Ernâni Sátiro, que recebeu ordens expressas do Govêrno.

A ordem, portanto, não era a de se descobrir os responsáveis, mas de encobrir-se o que fôsse possível. E como alguns oficiais superiores do Exército, exatamente do grupo que faz política radical de direita, não se sentiram muito à vontade, respondendo às perguntas dos deputados oposicionistas, foi ordenado o enquadramento da ARENA para a limitação do inquérito parlamentar. Era melancólico ver-se como todos fugiam à responsabilidade. O coronel Munhoz não sabia a diferença entre prisão e detenção. Nenhum dêles parecia saber que, para prender-se um cidadão, dentro de uma casa (a sede da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília), era necessário, além do mandado de prisão, o mandado de busca. Pelos depoimentos, as tropas foram tão corretas, em sua ação repressiva, que qualquer incauto chega à conclusão de que os estudantes feriram-se uns aos outros. E não faltou o detalhe cômico de um ferimento a bala, de raspão, no dedo mínimo de uma das mãos de um oficial da Polícia Militar, que teria sido provocado por projetil calibre 22. Por conta dêsse ferimento, abriu-se um inquérito. Por conta dos ferimentos infligidos a estudantes (um quase morreu, outro ficou desequilibrado, um terceiro recebeu uma bala na perna), ninguém se lembrou de abrir inquérito. E a bancada da .... ARENA recebeu ordens de abafar o que pudesse, para que o inquérito (êsse IPM às avessas) não permitisse a identificação dos verdadeiros e principais responsáveis, que continuam pairando alto e falando grosso.

NP. PROCSS. 131.2.p. 776

13

CORREIO DA MANHÃ

26 SET 1968

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

A corrupção armada

Hermano Alves

Tem razão o deputado Edilson Távora (ARENA — Ceará) quando afirma que a utilização constante da fôrça para a repressão aos movimentos de protesto está contribuindo, de maneira decisiva, para criar, no Brasil, a mentalidade da violência. O deputado referiu-se, especificamente, ao [illegible] do Pará, onde o brigadeiro Haroldo Veloso, deputado pela ARENA, participante das conspirações militares que culminaram com o movimento de março/abril de 1964, foi ferido a bala pela Polícia do coronel Alacid Nunes, governador do Estado. Procurou demonstrar que a violência se torna contagiosa, no presente regime.

Eu creio que a violência já se tornou institucional. O episódio da Universidade de Brasília é revelador. A universidade foi atacada por tropas da Polícia Militar porque era considerada um baluarte de elementos (professôres e estudantes) participantes da "guerra revolucionária" a que se referem os generais Meira Matos e Antônio Muricy. Nenhum dos oficiais superiores envolvidos no caso da invasão da universidade demonstrou qualquer arrependimento. Quando muito, dois dêles — o coronel Munhoz e o coronel Gay — reconheceram que, se tivessem previsto a tempo as repercussões negativas, teriam desaconselhado a operação. Mas nenhum dêles pestanejou diante da hipótese do emprêgo normal dos meios de violência — fuzis, mosquetões, baioneta armada, bombas de efeito moral, cassetetes etc. O coronel Jurandir Palma Cabral, secretário de Segurança de Brasília, prepara-se para fazer uma viagem aos Estados Unidos. É o prêmio — talvez de consolação — se o relatório Garrastazu (quando será publicado?) determinar o seu sacrifício. Tais prêmios são normais no atual regime. O capitão José Ribamar Zamith, que se tornou muito conhecido pelas violências que cometeu na Vila Militar e na Baixada Fluminense, foi premiado com a indicação para um curso nos Estados Unidos. O coronel Ferdinando de Carvalho, célebre pelas arbitrariedades que praticou em inquéritos policiais-militares, foi nomeado adido militar no exterior. O famoso coronel Hélio Ibiapina também recebeu prêmio semelhante. O general José Horácio da Cunha Garcia, autor daquela ordem-do-dia que afirmava que os estudantes do Rio seriam tratados como invasores do solo da Pátria, foi nomeado embaixador.

Se o inquérito sôbre os acontecimentos de Brasília fôsse levado às últimas conseqüências, os inquiridores teriam que bater à porta do general Jaime Portella, na Presidência da República. Se o inquérito sôbre o terrorismo em São Paulo fôr (não creio que seja, mas sempre há a esperança) levado às últimas conseqüências, as portas do Gabinete Militar da Presidência terão que ser arrombadas. Aliás, todos os caminhos da violência conduzem, de uma forma ou de outra, ao general Portella. Na Guanabara, o general França, secretário da Segurança, é um espinho do general Portella atravessado na garganta do general Syseno Sarmento, comandante do Primeiro Exército. O general França dedica-se à exibição da violência. Se um grupo de senhoras, intelectuais e estudantes quer protestar contra a presença do general Westmoreland (êsse internacionalmente célebre especialista em violência) no Brasil, o general França manda dissolver a manifestação a pau. Outro dia, ultrapassando todos os limites do ridículo, êsse general comandou as tropas que esvaziaram pneus dos freqüentadores de um restaurante na Zona Sul. Agora, descobre-se que êle quer interrogar a sra. Márcia Kubitschek Barbará, filha do ex-presidente Juscelino Kubitschek, para saber por que ela foi à grande passeata popular, mais conhecida como Passeata dos Cem Mil. Está cometendo tantas violências e se tornando alvo das reclamações gerais e do desprêzo público que até parece ser pretendente a uma embaixada.

A corrupção pela violência da sociedade brasileira está sendo promovida pelo próprio regime. É uma corrupção pior do que a corrupção tradicional, das ladroeiras, que aliás não foi eliminada pelos "incorruptíveis revolucionários" de 1964. O conceito de "guerra revolucionária", oficialmente implantado (e que, agora, através da Conferência dos Exércitos Americanos, se dissemina pelo Continente inteiro), é uma peça muito importante nesse processo de corrupção pela violência, pela tortura, pelo ódio, pela calúnia organizada no âmbito da chamada "comunidade de informações" a que se referiu, no inquérito da Câmara, o coronel Munhoz. Tudo isso serve, apenas, para demonstrar que há uma crise de autoridade, muito profunda. A crise de autoridade conduz ao autoritarismo sob tôdas as suas formas. Ela é decorrência natural da falta de legitimidade de um regime militarista, impôsto (a corrupção pelo medo) ao país por um grupo de chefes militares que resolveu transformar as Fôrças Armadas em simples polícias para manter-se no poder de qualquer maneira.

Nº PROCSS. 131.7p. 177

E.M. nº 28/SC-1/68 ANEXO Nº 7

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 2º - SEÇÃO	
ORGÃO: CORREIO DA MANHÃ	ASSUNTO: Câmara dos Deputados
DATA: 03 de Out. de 1.968	
RESUMO:	

Quinta-feira, 3 de outubro de 1968 CORREIO DA MANHÃ 1.º Caderno

Um problema de autoridade

Hermano Alves

A Câmara dos Deputados iniciou ontem o seu exame de consciência, no momento em que uma nova campanha de desmoralização do Congresso Nacional está em curso, promovida pelos mesmos grupos militaristas que pregam o golpe de Estado e que determinaram a invasão do *campus* da Universidade de Brasília com o intuito de criar um clima de "endurecimento" capaz de permitir o fechamento do Poder Legislativo, o expurgo político do Poder Judiciário, a intervenção nos Estados, a repressão ao movimento sindical, a censura à Imprensa e o esmagamento dos movimentos de estudantes, intelectuais e artistas. Quem está promovendo essa campanha? Sem dúvida, o general Meira Matos, teórico e prático da chamada "guerra revolucionária", participa da operação. Não disse êle a alguns políticos do Govêrno que o Brasil vive "a terceira fase de guerra revolucionária" e que não se pode tolerar a formação de "territórios livres", sejam êles quais forem — inclusive no Congresso Nacional? Não é o general Meira Matos quem está articulando as polícias militares procurando aumentar-lhes os efetivos para engajá-las nesse processo de "guerra revolucionária" que procura oficializar? É o general Meira Matos o *alter ego* do general Jaime Portella, o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, a quem parece dominar inteiramente. É um dêsses segredos de polichinelo, que todo mundo, nos meios políticos, está cansado de saber, a campanha que o sr. Gama e Silva, ministro da Justiça, está desenvolvendo, nos meios governamentais, para que se estabeleça uma censura rígida à Imprensa. Pelas informações que se veiculam no Congresso, o próprio ministro da Fazenda, sr. Delfim Neto, vê com bons olhos êsse "endurecimento" pretendido pelos setores mais exacerbados do militarismo. Na Guanabara, o general João Dutra de Castilho, comandante da Vila Militar, é apontado — pelos partidários do general Meira Matos — como elemento fundamental na escalada do "endurecimento", enquanto o ministro do Exército, general Lira Tavares, é criticado como "liberal", não faltando quem se refira a êle, de modo pejorativo, classificando-o de "escritor". Não é à toa que o general Emílio Garrastazú Medice, chefe do Serviço Nacional de Informações, procura arquivar o caso da invasão da Universidade de Brasília em que se envolveram — profundamente — oficiais ligados aos generais Portella e Meira Matos. Também não foi gratuitamente que o governador de São Paulo, sr. Abreu Sodré, se viu obrigado a recuar nas suas denúncias sôbre a conspiração de direita. E não foi por acidente que, nos meios governamentais, o sr. Abreu Sodré passou a ser ridicularizado de modo sistemático.

O processo de golpe está desencadeado e, a esta altura dos acontecimentos, a posição do Congresso torna-se de grande importância. É uma vítima em potencial. Ao mesmo tempo, é um centro de decisões que se pode restaurar no instante de grave crise, quando os militaristas e os burocratas civis que os apóiam virem-se — diante dos problemas administrativos, sociais e econômicos — sem outros recursos para a ação, a não ser o golpe imediato. Portanto, não cabe à Câmara dos Deputados fazer um exame de consciência em têrmos de reorganização dos seus trabalhos legislativos, neste momento. Cabe-lhe fazer o verdadeiro exame de consciência, muito rápido e eficaz, que é o de reconhecer que está cercada, e agir, politicamente, com vontade e coragem. Deve a Câmara demonstrar que não tem mêdo de uma nova invasão promovida pelo general Meira Matos que, da última vez, foi um simples cumpridor de ordens, mas que agora pretende dá-las. Na medida em que a Câmara (e, por extensão, o Senado) demonstrar que não teme as ameaças dos setores militaristas, que falam em nome do Exército, mas que na realidade apenas se utilizam das Fôrças Armadas como instrumentos na conquista do poder, o golpe virá por água abaixo. Há resistências evidentes na própria área militar, nas fôrças políticas tradicionais, em alguns governos de Estados. Os grupos que preparam o golpe ainda não estão em condições de desencadeá-lo com a necessária presteza. Se estivessem, não teriam tanto empenho em desmoralizar o Congresso ou a Universidade de Brasília. Teriam fechado, um e outra, pura e simplesmente. Por enquanto, êsses grupos precisam do marechal Costa e Silva, que também sofre pressões no sentido contrário. Se vitoriosos, poderão dispensar os seus serviços, como a um outro general Naguib, que, curiosamente, seria substituído por uma comissão de Onganias. Se a Câmara tiver a sabedoria necessária, o golpe será abortado a tempo. Mas não será com a discussão da reforma do seu regimento interno que ela conseguirá tal coisa. O problema não é de regimentos internos, mas de outros regimentos — de Infantaria, de Cavalaria etc. — que respeitarão a autoridade de quem tiver condições psicológicas e morais de afirmá-la, sem temores nem hesitações.

Nº. PROCSS 131.1, p. 178 160

CORREIO DA MANHÃ

28 NOV 1968

ANEXO N.º 159
LANÇADO EM 2/12/1968

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

A ofensiva golpista

Hermano Alves

A pressão violenta que se exerce sôbre a Câmara dos Deputados, neste momento, visa à redução — gradativa mas rápida —, do poder de decisão do Legislativo. Os processos contra o deputado Márcio Moreira Alves e outros membros da Câmara são simples pretextos para tal ação que tem por objetivo final o fechamento do Congresso Nacional. Em outras palavras: o que se pretende é a dissolução do colégio eleitoral que, de acôrdo com a atual Constituição, escolherá — em pleito indireto — o sucessor do marechal Costa e Silva, na Presidência da República. E como o problema é o colégio eleitoral, tornam-se imprescindíveis, dentro da lógica do golpe, a intervenção em alguns Estados e o contrôle rígido da Imprensa e dos meios de comunicação de massas. Trata-se de manobra continuísta para que se mantenha no poder, indefinidamente, numa imitação do que ocorreu na Argentina, o grupo militarista que explora politicamente as Fôrças Armadas, falando em nome delas, a cada instante e por todo e qualquer motivo. Não foi à toa que o general Jaime Portela, chefe do gabinete Militar da Presidência e todo-poderoso secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, defendeu — recentemente —, na Escola Superior de Guerra, a tese de que o País deve ser governado por dois conselhos: o de Segurança e o de Desenvolvimento. É a tese do general argentino Eduardo Señorans, transplantada para o Brasil. Êsse esquema (que, evidentemente, não inclui o Congresso) já está em funcionamento na Argentina. Nem é por acidente que o general Meira Matos, na Inspetoria Geral das Polícias Militares, está empenhado na preparação de uma estrutura militar que, a pretexto de funcionar como reserva das Fôrças Armadas, pode transformar-se, eventualmente, em organização paralela, de âmbito nacional, formada por soldados profissionais, capaz de contestar as próprias Fôrças Armadas.

Qual o papel real do marechal Costa e Silva em tudo isso? O chefe (pelo menos nominal) do Govêrno, segundo alguns políticos, reconhece que só se mantém no poder porque ainda não surgiu uma liderança militar em condições de substituí-lo. Outros políticos dedicam-se a exaltar-lhe a jovialidade, o sentimentalismo, a gentileza de trato. Há quem afirme que êle só não demite o ministro do Interior, general Albuquerque Lima, porque não quer — na expressão textual — "criar um herói". Há quem diga que êle não faz a reforma ministerial porque tem mêdo de que, se mexer em qualquer peça, o mecanismo se desarticule. Na verdade, sejam quais forem os fatôres subjetivos, o marechal Costa e Silva é o principal responsável. Se é fato que o ministro da Justiça, prof. Gama e Silva, reforma decisões do Govêrno, a responsabilidade é do chefe do Govêrno. Se é fato que o general Portela manda e desmanda, faz "guerra psicológica" contra o Congresso e estimula o radicalismo de direita civil e militar, também é fato que êle só consegue desenvolver tais atividades porque o marechal Costa e Silva consente. É possível que o marechal Costa e Silva seja apenas um prisioneiro da engrenagem autoritária que ajudou a construir e a instalar. Isto, porém, é secundário. O essencial é que a engrenagem, em funcionamento, tende a destruir os últimos e precários vestígios de ordem democrática, removendo o próprio formalismo jurídico e político que preservou o Legislativo, o Judiciário e a autonomia da Imprensa.

A ofensiva contra o Congresso naquilo que êle tem de mais característico, que é a imunidade parlamentar, começou como uma contra-ofensiva, desencadeada por um sistema militarista que luta pela sobrevivência. Enquanto a crise estava circunscrita aos meios políticos, religiosos, estudantis, operários, intelectuais etc., o sistema não sentiu a necessidade de uma contra-ofensiva de envergadura que violasse a autonomia do próprio Congresso Nacional. Mas, quando a crise irrompeu na área militar, significando uma reação salutar de crescentes setores das Fôrças Armadas contra as conseqüências da deturpação militarista e autoritária, a engrenagem iniciou o processo de constrangimento do Legislativo, visando à liquidação eventual do colégio eleitoral. Os manifestos de militares sôbre aumento de vencimentos, as reclamações sôbre a política de inquilinato e a carestia, os documentos do tipo memorial da EsAO, a corajosa e digna reação dos oficiais e subalternos do PARASAR e do brigadeiro Itamar Rocha — todos contribuíram, decisivamente, para abalar a estrutura do sistema. E, por fim, houve o desencadeamento do processo sucessório no próprio meio militar, com os nomes dos generais Lira Tavares, Albuquerque Lima, Syseno Sarmento e dos coronéis Mário Andreaza e Jarbas Passarinho surgindo, com intensidade crescente, nas especulações da Imprensa e, sobretudo, nas cogitações do colégio eleitoral — o Congresso Nacional. Partindo do pressuposto de que as candidaturas de generais e as manifestações de inconformismo nas Fôrças Armadas terminariam por destruir o atual sistema, os ocupantes do poder puseram a engrenagem em funcionamento com o claro intuito de estancar o processo sucessório e de tentar — a paus e pedras — restabelecer um mínimo de unidade militarista para o golpe. Os pretextos (pronunciamentos de deputados) podem ser pueris, mas a trama é — positivamente — sinistra.

Nº. PROCSS. 131.1.P 179

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - SG - 1	
ORGÃO: CORREIO DA MANHÃ	ASSUNTO: "CM"
DATA: 05 de Dezembro de 1.968	
RESUMO:	

a-feira, 5 de dezembro de 1968 1.º Caderno

Briga de foice

CM

Hermano Alves

Diz o Govêrno que está sofrendo uma pressão intensa dos militares para que exija, da Câmara dos Deputados, a licença para o processo de cassação do deputado Márcio Moreira Alves. Na realidade, tais pressões são exercidas pelo grupo do general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar da Presidência e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Se o marechal Costa e Silva tivesse a intenção de resistir às pressões, o general Portela já estaria de volta às fileiras do Exército, aguardando a sua vez para a promoção ao pôsto de general-de-divisão — pois ainda é general-de-brigada. Mas o marechal Costa e Silva, na Presidência da República, continua sob a orientação do general Portela, como se ainda estivesse no Ministério do Exército. Aliás, naquela época, quando houve uma altercação entre o marechal Costa e Silva e o falecido marechal Castelo Branco, então presidente, êste lhe disse: — "Mande o Portela me depor!" No episódio atual, foi o general Portela quem telefonou ao general Lira Tavares, ministro do Exército, determinando, em nome do marechal Costa e Silva, que o ministro pedisse a punição do sr. Márcio Moreira Alves. O ministro ficou em situação difícil. Também êle é candidato, em potencial, à Presidência da República, na eleição indireta. Diante da compulsória, esperava a confirmação no cargo de ministro, que dependia do marechal Costa e Silva. Mas se pedisse a cassação de um deputado, criaria um ambiente desagradável para a sua candidatura no Colégio Eleitoral, que é o Congresso. Por isso, o ministro oficiou ao presidente, pedindo uma providência contra o deputado mas não especificou providência. E não mexeu uma palha para solicitar o apoio dos ministros da Aeronáutica e da Marinha que sòmente se movimentaram depois que o general Portela e o incontido ministro da Justiça, professor Gama e Silva (que é uma espécie de dr. Mabuse do atual regime), lhes recomendaram que não deixassem o Exército sòzinho em tal situação. O almirante Augusto Rademacker e o brigadeiro Márcio Souza e Melo, pensando acudir em socorro do ministro do Exército, na realidade deram cobertura a uma manobra do general Portela — contra a Câmara. Ou seja: contra o Colégio Eleitoral.

Quando a Câmara esboçou a sua primeira reação negativa (antes, mesmo, da obstrução na Comissão de Justiça), o general Portela e o seu grupo disseram a vários deputados que os ministros militares exigiam a punição do sr. Márcio Moreira Alves. Se a Câmara não concedesse a licença para o processo — diziam os portelistas — o ministro Lira Tavares, imediatamente, colocaria o cargo à disposição do presidente da República. Isso aconteceu no instante exato em que o ministro do Exército aguardava a confirmação presidencial para ficar no cargo e — conseqüentemente — no esquema da sucessão para 1970. O raciocínio, àquela altura dos acontecimentos, era o seguinte: se a Câmara rejeitasse a licença, o general Lira Talaves seria acusado de ter conduzido o Govêrno a uma derrota, para que se demitisse; se a Câmara deferisse o pedido de licença e a repercussão na opinião pública fôsse (como evidentemente será, nesse caso) negativa, o ministro do Exército seria responsabilizado por tudo, nos meios políticos. Trata-se de uma manobra primária, de estratégia de lanchonete, estudada e desencadeada pelo portelismo. Além de significar um atentado ao Congresso (leia-se: Colégio Eleitoral), naquilo que êle tem de fundamental, que é a inviolabilidade do mandato representativo, a manobra visava à eliminação prévia da candidatura do general Lira Tavares. Todos êstes fatos apenas revelam, em suas minúcias, que a luta pela sucessão presidencial já começou, na base da intriga mais desesperada. Neste momento, segundo a opinião de alguns dirigentes políticos da área governamental (cujos nomes, evidentemente, não revelarei), quem está capitalizando é o general Albuquerque Lima. Dizem tais políticos que se a Câmara conceder a licença, o ministro do Interior poderá afirmar, nos meios militares, que o Govêrno — na sua incompetência — moveu céus e terras para remover um obstáculo secundário, mas se a Câmara não conceder a licença, o mesmo ministro passará a explicar que o Congresso, desmoralizado, não tem condições para funcionar como Colégio Eleitoral. O coronel Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho, que está lutando contra o general Albuquerque, depois de uma série de hesitações, resolveu aderir ao esquema de pressões que o portelismo desencadeou contra a Câmara. Esqueceu-se de que é senador, visitou o Terceiro Exército (para trabalhar as bases eleitorais) e exigiu que a Câmara concedesse a licença, sob pena de estar encampando os conceitos desairosos contra as Fôrças Armadas que êle — *le petit oiseau* — atribuiu ao sr. Márcio Moreira Alves. Verifica-se, portanto, que há mais um candidato à Presidência, disputando a simpatia presidencial, no momento em que o general Albuquerque cai em desgraça e prefere esperar, na tropa, que o Govêrno também caia e que alguém vá buscá-lo em *Colombey-Les-Deux-Eglises*. A um deputado que o interpelou, o coronel Passarinho saiu-se com esta: "Quem deu aquela entrevista não foi o Jarbas Passarinho, mas o ministro do Costa e Silva." Torna-se muito claro, assim, que não é, pròpriamente, a sorte do deputado Márcio (ou qualquer outro deputado) que está em jôgo. Assistimos às primeiras escaramuças pela sucessão de um Govêrno que ninguém, em sã consciência, considera eficiente e hábil. Empenham-se, em tais escaramuças, os partidários da eleição indireta em 1970 e os partidários da dissolução do Colégio Eleitoral — uns por isto e outros por aquilo. E tudo se processa através da exploração indébita, insólita e insolente do prestígio das Fôrças Armadas, que não pediram a cabeça de qualquer deputado nem querem o fechamento do Congresso.

N8. PROCSS. 131-1, P. 180

ANEXO
3

Nº. PROCSS. 131.7p. 189

3 - MANIFESTOS

N8-PROCSS. 131. 1, p. 182

Nº. PROCSS. 131.1p.983

4 - PEDIDO DE LICENÇA DA JUSTIÇA MILITAR PARA PROCESSAR O DEPUTADO HERMANO ALVES

18-PROCSS. 131-1, p. 184

OFÍCIO
Nº 1.594, de 1968

Solicita licença para processar o Deputado Hermano Alves, na forma do art. 34, § 1º, da Constituição.

(DA JUSTIÇA MILITAR — 1ª AUDITORIA DA MARINHA)

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA)

1ª AUDITORIA DA MARINHA

Rio de Janeiro, E. G., 12 de novembro de 1968.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Assunto: Solicitação de licença para processar Deputado.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

1. Em cumprimento ao que determina a Constituição de 1967, no Artigo 34, em seu § 1º, solicito que Vossa Excelência se digne submeter à Câmara, o pedido de licença para processamento do Deputado Hermano de Deus Nobre Alves, que também se assina Hermano Alves.

2. Para tanto, anexo ao presente cópia autenticada da denúncia do Procurador da Justiça Militar, em exercício nesta Auditoria.

Com os protestos de elevada consideração, apresente minhas Saudações. — Dr. *Arnaldo Carnascali*, Juiz-Auditor.

Exmo. Sr. Dr. Auditor da Primeira Auditoria da Marinha.

O Procurador da Justiça Militar, Substituto, em exercício, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 129, do Código da Justiça Militar, vem, com fundamento nos inclusos documentos, oferecer denúncia contra

HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES, que também se assina HERMANO ALVES, brasileiro, natural da Guanabara, com 41 anos de idade, filho de Antônio José Alves e Julieta Nobre Alves, Deputado Federal e residente à SQ-105, Bl. 10, apt. 301, Brasília,

pelo fatos delituosos que passa a expôr.

Ninguém, com isenção de ânimo, pode pôr em dúvida o clima de liberdade vigente, inclusive na imprensa, bastando para o reconhecimento de tal afirmativa a leitura dos jornais que se publicam em todo o País, onde se constata a variedade, sem restrições, dos assuntos nêles tratados.

Não é possível, porém, que aquêles que têm a facilidade de dispôr de colunas em jornais, usem de suas prerrogativas para o cometimento de crimes de natureza diversas, previstos no Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, que define os crimes contra a Segurança Nacional e a ordem política e social, como ocorre com o denunciado, o qual, nas suas práticas delituosas, ultrapassou o direito de crítica e da liberdade da manifestação do pensamento, para situar-se no campo do ilícito penal, tanto mais quanto não se pode aceitar liberdade, sem responsabilidades.

Realmente, dos exames dos inclusos documentos, fácil é verificar que o denunciado, num verdadeiro concurso material de delitos definidos na Lei de Segurança Nacional, infringiu, através de artigos de sua autoria, publicados no "Correio da Manhã", edições de 25 de janeiro, 4 de abril, 29 de agôsto, 12 de setembro, 19 de setembro, 25 de setembro e 3 de outubro, tudo do corrente ano, disposições contidas nos artigos 14, 23, 29, 31 e 33, incisos I e III, do citado Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967.

E, para demonstrar que os crimes praticados pelo denunciado estão perfeitamente tipificados, basta reproduzir alguns trechos, dos apontados artigos, de autoria do denunciado:

1. "Correio da Manhã" de 25 de janeiro de 1968 — *Fôrças Inermes*:

.....

"O exame da questão militar brasileira, em todos os seus aspectos, tornou-se um imperativo da hora que o País está vivendo. Inclusive porque a cúpula militar que governa o Brasil não se mostrou competente para garantir a segurança nacional — que ela confunde com a repressão policial às fôrças políticas que precederam as mudanças na estrutura sôcial e econômica do País (geralmente, classificadas de comunistas, filo-comunistas, cubanizantes, etc.) — ou com a ocupação, pura e simples de postos burocráticos, da administração civil por militares como essa pseudo-elite que assistiu aos chamados cursos na Escola Superior de Guerra".

.....

"O nível técnico continua baixo — apesar dos esforços desenvolvidos por alguns grupos de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O nível de instrução e ensino militares deixa muito a desejar, embora — de acôrdo com a experiência de algumas décadas — seja mais alto na Marinha do que nas outras fôrças".

.....

"Que a presente cúpula militar (agora itinerante, pois passou a reunir-se, só Deus sabe por que, ora numa cidade, ora noutra, num dispêndio inútil de tempos e meios) representa o passado, ninguém duvida".

.....

"Sem dúvida é mais cômodo, para quem não pretende iniciar a reforma das Fôrças Armadas, transformar os militares de carreira em policiais de um nôvo tipo e em substituição dos civis na administração pública. A presente cúpula militar não só incompatibilizou as Fôrças Armadas com o resto do País como, ainda, impede que elas se modernizem".

2. "Correio da Manhão", de 4 de abril de 1968 — *A Vigília das Armas e a Solidão Militar*

.....

"A presente crise serviu para demonstrar a todo o mundo que, na realidade, não existe um govêrno organizado no País, mas uma junta governativa, formada por chefes militares — e só por êles. Fazem parte dessa junta os três ministros das Fôrças Armadas, os chefes de Estados-Maiores, o Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, o diretor do Serviço Nacional de Informações, o poderoso chefe do Gabinete Militar da Presidência e o secretário do Conselho de Segurança Nacional e, até mesmo, o marechal Costa e Silva. Por conta de um errôneo conceito de segurança nacional, que se opõs (em nome de objetivos nacionais transitórios e permanentes) às aspirações do povo e à soberania popular, essa junta governativa isolou-se de tal modo do resto do País que, a esta altura dos acontecimentos, não se sente em condições de negociar politicamente, tendendo de modo perigoso — a partir da repressão pura e simples".

.....

"Há solução pacífica para a presente crise? Sim, desde que ela surja como uma revisão interna, dentro das Fôrças Armadas. Os generais Pope, Mourão, Peri e outros, além do Coronel Rui Castro sugeriram essa revisão, que nada mais significa do que a contraposição do conceito de Fôrças Armadas, como instituições nacionais permanentes, ao conceito de Poder Militar, evidentemente transitório e, sem dúvida, deturpador das tradições legalistas e republicanas. A derradeira possibilidade de uma reconciliação das Fôrças Armadas com o povo reside na capacidade dos militares de impedir que o abcesso militarista continue a crescer por conta de um exacerbado espírito de classe, que todos os radicais do uniforme procuram explorar".

.....

"Neste grave instante da vida brasileira, o grande inimigo da Segurança Nacional é, precisamente, o conceito distorcido de Segurança Nacional que se estabeleceu, oficialmente, através da marginalização do povo e no qual êsse mesmo povo é considerado inimigo em potencial ou declarado da Nação que habita e que construiu. Ainda que a presente fase crítica seja controlada — desta ou daquela maneira — a crise não passará, a menos que a consciência militar prevaleça sôbre o espírito militarista".

.....

.....

3. "Correio da Manhã", de 29 de agôsto de 1968.

"A Banda vai Passar"

.....

"Com a mesma rapidez, o Govêrno cairá dos píncaros lunares, próximos do Mar da Serenidade, em que gosta de banhar-se a sêco, para voltar à fossa. E terá que rever, ardentemente, para que cheguem quanto antes — a rainha Elizabeth e o Natal. E' preciso não esquecer o Natal".

.....

4. "Correio da Manhã", de 12 de setembro de 1968.

"A face da repressão"

.....

"Ele (Jarbas Passarinho) quer redourar os seus brasões na repressão, pois não quer ficar para trás, na corrida pelo "endurecimento", desencadeada pelos generais Jaime Portella e Carlos Meira Matos e por seus correligionários militares e civis — já que existem civis comprometidos com essa trama".

.....

5. "Correio da Manhã", de 19 de setembro de 1968.

"Altos e Grossos"

.....

"A Universidade de Brasília foi invadida há 21 dias. E até agora, o general Emílio Garrastazu Médico, encarregado de fazer uma sindicância sôbre o caso, não deu sinal de vida. Trata-se do chefe do Serviço Nacional de Informações — o

nou-se um imperativo da hora que o País está vivendo. Inclusive porque a cúpula militar que governa o Brasil não se mostrou competente para garantir a segurança nacional — que ela confunde com a repressão policial às fôrças políticas que preconizam as mudanças na estrutura social e econômica do País (geralmente classificadas de comunistas, filo-comunistas, cubanizantes etc). — ou com a ocupação, pura e simples, de postos burocráticos, da administração civil por militares da ativa e reformados ou por civis militarizados como essa pseudo-elite que assistiu aos chamados cursos da Escola Superior de Guerra.

....

O nível técnico continua baixo — apesar dos esforços desenvolvidos por alguns grupos de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O nível de instrução e ensino militares deixa muito a desejar, embora — de acôrdo com a experiência de algumas décadas — seja mais salto na Marinha do que nas outras fôrças.

....

Que a presente cúpula militar (agora itinerante, pois passou a reunir-se, só Deus sabe por que, ora numa cidade, ora noutra, num dispêndio inútil de tempos e meios) representa o passado, ninguém duvida.

....

Sem dúvida é mais cômodo, para quem não pretende iniciar a reforma das Fôrças Armadas, transformar os militares de carreira em policiais de um nôvo tipo e em substitutos dos civis na administração pública. A presente cúpula militar não só incompatibilizou as Fôrças Armadas com o resto do País como ainda impede que elas se modernizem.

....

ANEXO 2

— *"Correio da Manhã", de 4 de abril de 1968 "A Vigília das Armas e a solidão Militar"*

....

A presente crise serviu para demonstrar a todo mundo que, na realidade, não existe um govêrno organizado no País, mas uma junta governativa, formada por chefes militares — e só por êles. Fazem parte dessa junta os três ministros das Fôrças Armadas, os chefes de Estados-Maiores, o Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, o diretor do Serviço Nacional de Informações, o chefe do gabinete Militar da Presidência e o secretário do Conselho de Segurança Nacional e até mesmo, o marechal Costa e Silva. Por conta de um errôneo conceito de segurança nacional, que se opõe (em nome de objetivos nacionais transitórios e permanentes) às aspirações do povo e à soberania popular, essa junta governativa isolou-se de tal modo do resto do País que, a esta altura dos acontecimentos, não se acha em condições de negociar politicamente, tendendo de modo perigoso — a partir para a repressão pura e simples.

....

Há solução pacífica para a presente crise? Sim, desde que ela surja como uma revisão intensa, dentro das Fôrças Armadas. Os generais ..., Mourão, Peri e vários outros, além do coronel Rui Castro, sugeriram esta revisão, que nada mais significa do que a contraposição do conceito de Fôrças Armadas, como instituições nacionais permanentes, ao conceito de Poder Militar, evidentemente transitório e, sem dúvida, detentor das tradições legalistas e republicanas. A derradeira possibilidade de uma reconciliação das Fôrças Armadas com o povo reside na capacidade dos militares de impedir que o abcesso militarista continue a crescer por conta de um exacerbado espírito de classe que todos os radicais de uniforme procuram explorar.

....

Neste grave instante da vida brasileira, o grande inimigo da Segurança Nacional é, precisamente, o conceito distorcido de Segurança Nacional que se estabeleceu, oficialmente, através da marginalização do povo e no qual esse mesmo povo é considerado inimigo em potencial ou declarado da Nação que habita e que construiu. Ainda que a presente fase crítica seja controlada — desta ou daquela maneira — a crise não passará, a menos que a consciência militar prevaleça sôbre o espírito militarista.

....

ANEXO 3

— *"Correio da Manhã", de 29 de agôsto de 1968 "A Banda vai Passar"*

Com a mesma rapidez, o Govêrno cairá dos pincaros lunares, próximos ao Mar da Serenidade em que gosta de banhar-se a sêco, para voltar à fossa. E terá que rezar ardentemente, para que cheguem — quanto antes — a rainha Elizabeth e o Natal. E' preciso não esquecer o Natal.

ANEXO 4

— "Correio da Manhã", de 12 de setembro de 1968: "A Face da Repressão".

....

Ele (Jarbas Passarinho) quer redourar os seus brasões na repressão, pois não quer ficar para trás na corrida pelo "endurecimento", desencadeada pelos generais Jaime Portella e Carlos Meira Matos e por seus correligionários militares e civis — já que existem civis comprometidos com essa trama.

....

ANEXO 5

— "Correio da Manhã", de 19 de setembro de 1968 — "Altos e Grossos".

....

A Universidade de Brasília foi invadida há 21 dias. E, até agora, o general Emílio Garrastazú Médici, encarregado de fazer uma sindicância sôbre o caso, não deu sinal de vida. Trata-se do chefe do Serviço Nacional de Informações — o organismo encarregado da espionagem interna. Tinha a obrigação funcional de saber, com antecedência, que um grupo de militares do Exército (alguns investidos de funções na Polícia Federal, outros não) preparava uma ação militar sôbre o *campus* da Universidade. Se soube, não contou a ninguém. Nem ao Marechal Costa e Silva. Acredito, mesmo, que não tenha sabido — o que não é desculpa.

....

Mas o chefe da espionagem não tinha conhecimento de coisa alguma. Foi encarregado de fazer uma sindicância, que mais parece um parto da montanha.

....

Mas há quem julgue, até mesmo, que não haverá punições por causa do "acidente de Brasília" a que se referiu com elegância palaciana — o secretário de Imprensa da Presidência, Sr. Heráclio Sales.

....

A ordem, portanto, não era a de se descobrir os responsáveis, mas de encobrir-se o que fôsse possível.

....

ANEXO 6

— "Correio da Manhã", de 26 de setembro de 1968 — "A Corrupção Armada".

....

Se o Inquérito sôbre os acontecimentos de Brasília fôsse levado às últimas conseqüências, os inquiridores teriam que bater à porta do general Jaime Portella, na Presidência da República.

Se o Inquérito sôbre o terrorismo em São Paulo fôr (não creio que seja, mas sempre há esperança) levado às últimas conseqüências, as portas do Gabinete Militar da Presidência terão que ser arrombadas.

Aliás, todos os caminhos da violência conduzem, de uma forma ou de outra, ao general Portella. Na Guanabara, o general França, Secretário da Segurança, é um espinho do general Portella, atravessado na garganta do general Syseno Sarmento, Comandante do Primeiro Exército.

....

A corrupção pela violência da sociedade brasileira está sendo promovida pelo prprio regime. É uma corrupção pior do que a corrupção tradicional, das ladroeiras, que aliás não foi eliminada pelos "incorruptíveis revolucionários de 1964.

ANEXO 7

— "Correio da Manhã", de 3 de outubro de 1968 — "Um Problema de Autoridade".

....

Sem dúvida o general Meira Matos, teórico e prático da chamada "guerra revolucionária", participa da operação. Não disse êle a alguns políticos do Govêrno que o Brasil vive "a terceira fase de guerra revolucionária", e que não se pode tolerar a formação de "territórios livres", sejam êles quais forem — inclusive no Congresso Nacional? Não é o general Meira Matos quem está aliciando as polícias militares procurando aumentar-lhes os efetivos para engajá-las nesse processo de "guerra revolucionária" que procura oficializar? É o general Meira Matos o *alter ego* do general Jaime Portella, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a quem parece dominar inteiramente.

....

Na Guanabara, o general João Dutra de Castilho, Comandante da Vila Militar, é apontado — pelos partidários do general Meira Matos — como elemento fundamental na escalada do "endurecimento", enquanto o Ministro do Exército, general Lira Tavares, é criticado como "liberal", não faltando quem se refira a êle, de modo pejorativo, classificando-o de "escritor". Não é à toa que o general Emílio Garastazú Médice, Chefe do Serviço Nacional de Informações, procura arquivar o caso da invasão da Universidade de Brasília em que se envolveram — profundamente — oficiais ligados aos generais Portella e Meira Matos.

....

O processo de golpe está desencadeado e, a esta altura dos acontecimentos, a posição do Congresso torna-se de grande importância. É uma vítima em potencial. Ao mesmo tempo, é um centro de decisões que se pode restaurar no instante de grande crise quando os militaristas e os burocratas civis que os apóiam virem-se — diante dos problemas administrativos, sociais e econômicos — sem outros recursos para a ação, a não ser o golpe imediato. Portanto, não cabe à Câmara dos Deputados fazer um exame de consciência em têrmos de reorganização dos seus trabalhos legislativos, neste momento. Cabe-lhe fazer o verdadeiro exame de consciência, muito rápido e eficaz, que é o de reconhecer que está cercada, a agir politicamente, com vontade e coragem. Deve a Câmara demonstrar que não tem mêdo de uma nova invasão promovida pelo general Meira Matos que, da última vez, foi um simples cumpridor de ordens, mas que agora pretende dá-las.

....

Os grupos que preparam o golpe ainda não estão em condições de desencadeá-lo com a necessária presteza. Se estivessem, não teriam tanto empenho em desmoralizar o Congresso ou a Universidade de Brasília. Teriam fechado, um e outro pura e simplesmente. Por enquanto, grupos precisam do marechal Costa e Silva, que também sofre pressões no sentido contrário. Se vitoriosos, poderão dispensar, os seus serviços como a um outro general Na..., que, curiosamente, seria substituído por uma comissão de Organização.

Na Tribuna da Câmara dos Deputados, os pronunciamentos do Deputado Hermano Alves confirmam as atividades pela imprensa, conforme se verifica pelos Anexos 8, 9, 10 e 12.

Ressalta dessa atividades e pronunciamentos do Deputado Hermano Alves um claro desafio às autoridades constituídas, pois o Deputado em la ao invés de fazer oposição construtiva ao Govêrno, escudado em suas imunidades constitucionais, investe contra o regime que lhe outorgá a liberdade de falar e escrever, pregando a subversão.

Em conseqüência solicito a Vossa Excelência, a abertura de um processo legal para, na forma do Art. 34 e seu § 1º, da Constituição do Brasil, capitular o Deputado em questão nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Gen. *Jayme Portella.*

Exmo. Sr. Dr. Auditor da 1ª Auditoria da Marinha

1. Denúncia em separado (oito folhas);

2. Esclareço que a denúncia é oferecida na forma do artigo 1... do Código da Justiça Militar, provada como está a autoria e a materialidade dos delitos por parte do denunciado, através da documentação que a instrue.

3. Por oportuno, é de relevar-se o têxto do artigo 45, do Decreto-Lei número 314, de 13 de março de 1967.

....

> "Art. 45. O fôro especial, estabelecido neste Decreto-Lei prevalecerá sôbre qualquer outro, ainda que os crimes tenham sido cometidos por meio da imprensa, radiodifusão ou televisão"

....

o que implica em sujeitar ao aludido decreto-lei e ao fôro da Justiça Militar, todos os que infringirem os dispositivos do citado decreto-lei ainda que o seja através da imprensa.

Por outro lado, a fim de dirimir quaisquer dúvidas é de atentar-se para o princípio da anterioridade das leis. A Lei de Imprensa — Decreto-Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, em vigor a partir de 14 de março de 1967, em tudo é anterior à Lei de Segurança Nacional — Decreto-Lei número 314, de 13 de março de 1967, em vigor a partir de 15 de março de 1967.

Deve ser aplicada, portanto, a Lei mais nova.

4. Finalmente, com fundamento no § 1º, do artigo 34, da Constituição Federal, requeiro seja oficiado à Câmara dos Deputados solicitando a necessária licença para a instauração da ação penal contra o denunciado Hermano de Deus Nobre Alves, Deputado Federal, nos têrmos da denúncia, ora oferecida, cuja cópia deverá acompanhar o pedido.

Estado da Guanabara, em 4 de novembro de 1968. — *José Manes Leitão*, Procurador da Justiça Militar em exercício.

N. PROCSS. 131. 1p. 987

N8. PROCSS. 134. Jp. 988

5 - RECURSO DO PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL DA GUANABARA CONTRA O REGISTRO DA CANDIDATURA HERMANO ALVES

FIC Nº. PROCESS. 131. Fl. 189

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA GUANABARA

(Recurso do Procurador Regional Eleitoral da GUANABARA contra o registro do candidato feito pelo TRE/GB)

ANEXO Nº 5-A

Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral

A Procuradoria Regional Eleitoral, nos autos do Processo n. 276, referente à impugnação do registro de candidatos do MDB, às eleições de 15 de novembro p. futuro, não se conformando, data vênia, com a parte do V. acórdão que rejeitou as impugnações relativas aos Srs.

HERMANO ALVES

MARCIO EMANUEL MOREIRA ALVES

MARIO MEDROSA

FERNANDO DE BARROS

quer e vem, oferecer o presente Recurso Especial com fundamento no art. 276, I do Código Eleitoral, requerendo que, cumpridas as formalidades legais, sejam os autos remetidos ao Tribunal Superior Eleitoral para os devidos efeitos.

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1966.

EDUARDO BALCUIH

Procurador Regional Eleitoral

N8. PROCSS. 131 fl. 140

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA GUANABARA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

Razões do Recurso Especial que oferece a Procuradoria Regional Eleitoral para conhecimento do Egrégio Superior Tribunal Eleitoral.

Egrégia Côrte

A respeitável decisão do Ilustre Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara, que decidiu das impugnações da Procuradoria Regional Eleitoral ao registro de candidaturas requerido pelo M.D.B., venia concessa, merece ser, em parte, reformada pelo Colendo Tribunal ad quem, na parte em que rejeitou as impugnações oferecidas quanto a quatro dos impugnados.

De fato, as impugnações relativas aos candidatos HERMANO ALVES, MARCIO EMANUEL MOREIRA ALVES, MARIO PEDROSA e FERNANDO DE BARROS, não poderiam - e o dizemos sem quebra do respeito que tributamos ao Egrégio Tribunal local- ser rejeitadas, em face da prova apresentada das atividades subversivas dos impugnados.

DO CABIMENTO

1. É de manifesta adequação o recurso oferecido pela Procuradoria Regional Eleitoral, em face do art. 121, III da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pelo

Nº PROCSS. 131. JP. 191

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

art. 16 da Emenda Constitucional nº 16.

2. Por outro lado, houve evidente violação de lei federal na decisão atinente aos referidos impugnados pois como é notória, pertenciam todos êles ao grupo de aderentes do Partido Comunista, pois a Lei nº 4 738, de 15 de junho de 1965, considerou inelegíveis, inclusive para o Congresso Nacional e para as Assembléias Estaduais

.....

b) os que pública ou ostensivamente façam parte ou sejam adeptos de partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no art. 141, § 13 da Constituição Federal.

3. Ora, a prova produzida no bojo dos autos demonstra a sociedade, a adesão manifesta dos referidos impugnados aos princípios comunistas e o seu empenho em defender idéias subversivas, em afeiçoar suas atividades ostensivas aos mandamentos do comunismo internacional.

A luta da Procuradoria Regional Eleitoral, nessa fase preliminar do processo eleitoral, Egrégio Tribunal se dirige no sentido de afastar do pleito de 15 de novembro aquêles candidatos cuja pregação constitui evidente ameaça à pureza do regime democrático, para evitar que, através do processo normal de captação dos sufrágios, se faça a pregação do credo vermelho, de tantas consequências funestas para o Brasil.

4. Não se pode, com efeito, Egrégio Tribunal, no âmbito da atividade probatória, exigir dos representantes do poder público a demonstração documental de que os Recorridos sejam comunistas, com confissões ou exibição de suas fichas de filiação ao Partido Comunista.

NS. PROCSS. 131.1 p. 192

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
RIO DE JANEIRO

O que cumpria demonstrar por ocasião do julgamento das impugnações - e isso, data venia, foi exaustivamente feito - é a característica das atividades dêsses impugnados, comparando essas atividades com a orientação e a doutrina que o referido Partido Comunista divulga para o conhecimento e orientação de seus prosélitos.

5. Vejam-se, pois, Egrégio Tribunal, as normas de conduta difundidas pelo movimento comunista em nossa terra, para, através do exame do comportamento público dos impugnados, ora Recorridos, constatar e a identidade de propósitos que se percebe pela comparação...

6. De fato, os estatutos do Partido Comunista consignam entre as obrigações dos membros do partido, entre outras,

Art. 3º:

g) manifestar solidariedade às vítimas de perseguição política,

e na parte relativa à organização de base do Partido, alicerce de tôda a organização partidária, define-a como o grupo de pelo menos três comunistas que trabalhem numa mesma emprêsa, estudem numa mesma escola ou residam numa mesma área, com as tarefas específicas ali enumeradas, inclusive,

b) - fazer agitação e propaganda entre as massas.

A VI Conferência do P.P.C, realizada em junho de 1966, com o título de UNIÃO DOS BRASILEIROS PARA LIVRAR O PAÍS DA CRISE, DA DITADURA, E DA AMEAÇA NEOCOLONIALISTA, prega e concita à luta contra o que chama de " imperialismo ianque", que define como o pior inimigo da humanidade.

Estabelece como tarefas do partido, para

Nº PROCSS. 131.1p.193

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
RIO DE JANEIRO

levar avante aquela luta contra o " imperialismo", face à situação internacional,

a) prestar ativa solidariedade ao povo do Vietnam, e exigir a volta imediata dos soldados do Brasil que se encontram em São Domingos, ajudar aos que, na América de armas na mão, lutam contra a reação e o imperialismo (item I) e defender as conquistas da revolução de Cuba, combatendo enèrgicamente a organização da chamada força interamericana da Paz.

A referida conferência considera o Govêrno Brasileiro, como ditadura militar, afirmando,

- estarem no poder pessoas diretamente ligadas ao Pentágono e ao Departamento de Estado...
- que o Govêrno Castelo Branco caracteriza-se pelo mais descarado entreguismo, por uma conduta contrária ao desenvolvimento do país...
- que as soluções por êle preconizadas são inspiradas ou ditadas por Washington...
- que o Brasil passou a simples caudatário da Casa Branca...
- que a ditadura arrogou-se a faculdade de cassar mandatos de parlamentares e governadores...
- que atentou contra direitos de cidadãos, perseguiu, prendeu e torturou....
- que desencadeou o terrorismo cultural....

Nº PROCESS. 131. fl. 194

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - RIO DE JANEIRO

Mais adiante assume a apaternidade "A fundamentada denúncia" sôbre a ameaça da recolonização do país pelo imperialismo norte-americano.

Preconiza, no item 4, a busca das formas e meios que o P.C.B. há que desenvolver para atingir seus objetivos.

Refere como alvo principal do ataque das correntes comunistas o govêrno Castelo Branco, que representa " os interêsses do imperialismo ianque e tudo o que há de mais obscurantista no país", tido como " agente mais destacado dos monopólios ianques" e em cujo redor" se junta a fina flor do entreguismo".

7. . Prega afinal, a guerra popular como o meio de atingir os objetivos do P.C.B., afirma a necessidade de intenso trabalho político e de organização entre as massas a ser feito com observância das normas de trabalho conspirativo, inclusive com a divulgação, por todos os meios possíveis, dos objetivos do partido e da demolição das instituições democráticas.

Enumera as tarefas do Partido, terminando por considerar como nota essencial:

" Difundir a idéia da Revolução.
Fazer propaganda da luta armada e ajudar as massas a se preparar concretamente para a guerra popular."

Examinemos as atividades dos Recorridos, para que o Alto Tribunal ad quem tire suas sábias conclusões.

CLAUDIO AO IMPUGNADO

HERMANO ALVES

Nº PROCSS. 131. 1, p. 195

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

8. O candidato impugnado, jornalista HERMANO ALVES, vem se caracterizando, através de seus escritos, em um dos mais ativos difusores das idéias comunistas.

Com efeito, nos seus escritos investe contra o pretendido imperialismo " ianque", ataca pessoalmente o Presidente Castelo Branco, dizendo-o entreguista, agente do imperialismo americano e pugna contra a criação de fôrça internacional de Paz, ponto recomendado específicamente pelos comunistas a seus adeptos.

9. Ainda recentemente, no horário gratúito que aos candidatos é cedida pela Justiça Eleitoral, em linguagem desabrida, volta aos sediços chavões comunistas atacando tão rudemente a figura do Presidente da República que

> A própria Justiça Eleitoral, através de seu magistrado,

se viu compelida a retirá-lo do ar e a Procuradoria Regional Eleitoral a mover-lhe a competente ação penal....

Em 4 de dezembro do ano passado, quando se realizou em um dos Hotéis desta cidade, conferência inter-continental, o Recorrido, ombro a ombro com elementos subversivos de notoriedade incontroversa, apaudilhado com os pregoeiros do mesmo credo, tentava, em ato tão louvado pelos vermelhos, desacatar as representações estrangeiras e o próprio Senhor Presidente da República. Ao ser detido, o foi de cambulhada com os mais conhecidos e reincidentes agitadores...

Negar a qualidade de adepto do Partido Comunista a Hermano Alves, é negar a própria evidência, e pretender escudar-se na cegueira para não ter que afirmar a verdade clara.

Nº. Proces. 131, f. 196

ANEXO
6

N8. PROCSS. 131. 1, p. 197

6 - F O T O G R A F I A S

Nº PROCSS. 131.2.798

1 - DEPUTADO FEDERAL
HERMANO ALVES.

PASSEATA ESTUDANTIL
EM BRASÍLIA - 1968.

Nº PROCSS. 131. 1,p. 199

1 - DEPUTADO FEDERAL
HERMANO ALVES.
PASSEATA ESTUDANTIL
EM BRASÍLIA - 1968.

N8. PROCSS. 131.1, p. 200

1 - DEPUTADO FEDERAL
HERMANO ALVES.

PASSEATA ESTUDANTIL
EM BRASÍLIA - 1968.

N8 - PROCSS. 131.1P.201

1 - DEPUTADO HERMANO ALVES.

PASSEATA ESTUDANTIL EM BRASILIA-1968.

Nº. PROCSS. 131. 1p. 202

ANEXO
7

Nº PROCESS. 131. fl. 203

7 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

NR. PROCES. 131.9p 204 12

SNI/ST/GAB

Em ____/____/____

ARQUIVE-SE

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 349/SNI/ABSB/1968

(SC=3=140)

Data: - 06 ago 68

Assunto: - Situação Política

Referência: -

Difusão: - Ch SNI - SNI/ARJ - GM/2 - CIE/ADF

---

1) - Segundo os Deputados do MDB HERMANO ALVES, MÁRCIO MOREIRA ALVES, RAUL BRUNINI, OSWALDO LIMA FILHO, RENATO ARCHER e o Senador JOSAFÁ MARINHO, os ex-presidentes JK e JG, bem como CL estão com manifestos prontos para serem lançados ao povo. Tais manifestos estão sofrendo alguns retoques após o que aguardarão o momento propício para o lançamento.

2) - Disseram aquêles parlamentares que JK e CL visitarão JQ em CORUMBÁ, oportunidade em que acertarão a formação de uma Frente ou Bloco de combate ao atual govêrno, contando para isso com estudantes, líderes sindicais, clero e outros círculos de atividades em oposição ao govêrno.

3) - Os documentos (manifesto) que pretendem lançar, ainda no corrente mês tratarão, entre outras coisas, sôbre o confinamento de JQ, movimentos sindicais e estudantis, clero, prisões, situação social, econômica, política, administrativa, Fôrças Armadas etc.

4) - Que um emissário será enviado a JANGO, sem ser ventilado o seu nome; contudo, figuram dois nomes cujas possibilidades não estão afastadas: deputados OSWALDO LIMA FILHO e LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE.

5) - Fizeram menção à data 24 de agôsto, oportunidade em que pretendem promover uma grande concentração junto ao busto de VARGAS, na Cinelândia (GB), e nessa ocasião será lido um pronunciamento de JANGO. Contam com a presença de parlamentares, líderes estudantis e sindicais.

6) - Para o deputado HERMANO ALVES, "a prisão de WLADIMIR PALMEIRA e o confinamento de JQ contribuiram para a unidade dos opositores ao govêrno que aí está, e que os estudantes, trabalhadores, parlamentares, povo e tôdas as fôrças democráticas da nação, estarão irmanados nas ruas, praças etc, nas lutas que se avizinham pela libertação nacional contra a ditadura militarista".

CONFIDENCIAL

N8-Process. 131.1, p.205

1144

16

CONFIDENCIAL

SNI/SI/GAB

Em ___/___/___

ARQUIVE-SE: ___

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 168/SNI/ABSB/19 68

(SC-3/067)

Data: - 24 Abr 68

Assunto: - FRENTE AMPLA.

Referência: -

Difusão: - Ch SNI - SNI/ARJ - CIE/ADF - GM/2 - DPF

---

1 - Segundo HERMANO ALVES e OSVALDO LIMA FILHO, deputados oposionistas e "frentistas", a F.A. está desmantelada, porém outro movimento será criado em seu lugar. Referindo-se a JK, JANGO e CARLOS LACERDA, disseram que a crise existe entre êles e que os dois ex-presidentes estão propensos a romper suas relações com CL; como consequência, a F.A. estará alijada das programações de CARLOS LACERDA, inclusive da "Semana do Recife". Na realidade, está havendo dentro da F.A. uma dispersão de seus membros.

2 - Declarou a deputada LIGIA DOUTEL DE ANDRADE que os componentes da F.A., possuidores de imunidade parlamentar, reunir-se-ão em BSB, antes do 1º de Maio, para designar seus representantes, por Estado, junto às manifestações que serão levadas a efeito no Dia do Trabalho; que a F.A. voltará a atuar na "Mobilização Popular dos Trabalhadores e dos Estudantes", com LACERDA ou sem êle. Disse que JK não abjurou a F.A.

CONFIDENCIAL

Nº PROCSS 731.1.P.206

CONFIDENCIAL

ARQUIVE-SE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N. 147 /SNI/ABSB/1968
(SC-3/058/68)

Data: - 10 Abr 68

Assunto: - Reunião de Deputados.

Referência: -

Difusão: - Ch SNI - SNI/ARJ

---

1 - Na noite de 09 Abr 68, houve uma reunião na residência da Deputada LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, à qual além da anfitriã, compareceram os deputados do MDB:

- JOSÉ MARIA MAGALHÃES
- HERMANO ALVES
- RENATO ARCHER
- MÁRIO COVAS
- MARTINS RODRIGUES
- Padre GODINHO
- RAUL BRUNINI
- BERNARDO CABRAL
- OSWALDO LIMA FILHO e
- JOSÉ CARLOS GUERRA, da ARENA (PE).

Devido ao mau tempo deixaram de comparecer outros deputados, também convocados.

024F02

2 - Nessa reunião foram debatidos e examinados, com profundidade, trechos do discurso do Presidente da República pronunciado na ARI tendo a maioria dos presentes chegado à conclusão que a fala presidencial foi uma ducha fria na Portaria do Ministro da Justiça; mas mesmo assim não deveriam confiar naquelas palavras porque não traziam a chancela do Gen PORTELA e do esquema militarista que domina o Govêrno.

3 - Nova reunião, neste fim de semana, será realizada na GB, contando com a presença de CL e JK, com objetivo de examinar os desentendimentos surgidos entre aquêles dois políticos, bem como coordenar as articulações para a criação de um outro movimento, em substituição

CONFIDENCIAL

Departamento de Imprensa Nacional

NB. PROCSI. 131.1.207

CONFIDENCIAL

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 147 /SNI/ABSB/68, de 10 Abr 68). - -
(SC-3/058/68)

à FRENTE AMPLA, caso o Govêrno estabeleça pressões e venha aplicar a Lei de Segurança Nacional aos frentistas.

4 - Ficou estabelecido que as futuras reuniões da FA serão levadas a efeito dentro do maior sigilo e sem qualquer publicidade.

5 - A Portaria Ministerial referente à FA causou um certo pânico aos seus adeptos. Assim é que os mais tímidos começam a se dispersar, especialmente os pertencentes às facções juscelinistas e janistas.

6 - OSWALDO LIMA FILHO disse que JANGO não está muito concorde com certos pronunciamentos de CARLOS LACERDA.

02A4F02

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Nº PROCSS. 931.10.208

SNI/SUGAB

Em ___ / ___

ARQUIVE-SE ___

08

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº 086 /SNI/ARJ/968

(SS16/018)

Data : 1º de fevereiro.

Assunto : Dep HERMANO ALVES.

Referência:

Difusão : Ch SNI.

O Dep Federal HERMANO ALVES, semanalmente, escreve um artigo no "Correio da Manhã".

De um modo geral, HERMANO ALVES não se cansa em atacar, sistemàticamente, o regime o Govêrno Federal; elemento notòriamente esquerdista, com ligações as mais espúrias, julga-se profundamente informado sôbre as Fôrças Armadas.

Hoje, HERMANO ALVES passou a uma fase mais lançada da sua pregação esquerdista: tenta lançar os "novos" militares contra os mais "antigos", sob o pretexto vil de que êstes não querem a modernização das Fôrças Armadas.

02A4F02

HERMANO ALVES considera como "renovação intelectual das Fôrças Armadas", o recente caso da Escola Naval, quando foi encontrado no camarote de um aluno, vasto material subversivo (PCB) e, com outro aluno, um documento "Clube dos Debates", que pelo seu conteúdo, muito se aproxima da propalada doutrina da Ação Popular.

Anexo, recorte do artigo de HERMANO ALVES, publicado no "Correio da Manhã", de 25 Jan 968.

SUBV
GB
GRUPOS POLITICOS
Br. POL PARLAMENTAR
DEP FED
ATIV. JORNALISTICA

* * * * *
* * *
*

CONFIDENCIAL

NP. PROCESS. 131.3p.209

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 270 /SNI/ABSB/1967
(SC.3 - nº 88/67)

Data: - 18 de outubro de 1967

Assunto: - Criação da Procuradoria do MDB

Referência: -

Difusão: - Ch SNI - SNI/ARJ - D.2/DF

---

1 - Continua sendo articulada pelos Deputados HERMANO ALVES e MÁRCIO MOREIRA ALVES a criação de uma PROCURADORIA do MDB tendo como // Presidente MARCELO ALENCAR (Sup. N.MARTINS) para acompanhar os // processos políticos e IPMs com dois objetivos:

a) - assistir os implicados;

b) - processar por abuso de poder e violência, Chefes de IPM e / pessoal da Justiça Militar e o próprio Ministro do Exército.

02A4F02

2 - Êsse assunto já teve repercussão na GAZETA DE S. PAULO e deverá // vir a ser notícia pela importancia e empenho com que os Deputados MÁRCIO MOREIRA ALVES e HERMANO ALVES defendem a idéia de criarem a Procuradoria do MDB.

3 - Já foi comentado por HERMANO ALVES que ordens para parar com IPM foram transmitidas de cima, mas não tem sido cumprida porque a / indisciplina é geral.

FONTE:- AGENTE.

CONFIDENCIAL

Departamento de Imprensa Nacional —

Nr. PROCSS. 131.1, p. 210

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO

(11-08-67)

HERMINIO ALVES e o Conselheiro da Embaixada da Argélia, FATIH BOUAYED, mantém relações muito estreitas. Aquêle informou a êste que há uma onda para o afastamento do MP do Govêrno. FATIH disse que isto não seria possível lá pelo fim do ano porque MP tem muitos compromissos no exterior, inclusive porque êle tem que ir à Conferência preparatória de 10 Out em Argel. Pretende FATIH fornecer dados a HA para que êste favoreça a ida de MP àquela Conferência. Esta Conferência destina-se a preparar terreno para uma outra a se realizar em Nova Delhi, em março de 1968.

02A4F02

CONFIDENCIAL

ARQ

NO. PROCSS. 131.1, p. 211

13

CONFIDENCIAL

R/18 AGO

(15)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA DE BRASÍLIA

INFORMAÇÃO Nº 128 /SNI/ABSB

(SC.3 - SS.31)

DATA : 02 agôsto de 1967

ASSUNTO : Conflito na Área Militar

ORIGEM : Agente

DIFUSÃO : Ch SNI - SNI/ARJ

O Deputado HERMANO ALVES tem declarado a amigos que vai haver um conflito na área militar com relação principalmente à permanência do // Gal. Lyra Tavares no Ministério. Diz que em tôrno do Gal. Lyra estão os elementos castelistas, os descendentes, os da SORBONE, etc. que / em tôrno da queda do Gal. Lyra Tavares e sua possível substituição / pelo Gal. SIZENO se concentram outras tendências mais nacionalistas, a linha dura, enfim. Que enquanto isso êles (o seu grupo no MDB- os imaturos) têm de aguardar que se aprofundem as contradições do Go-/ vêrno Costa e Silva com os americanos. Que há briga no caso dos fretes, no caso do café solúvel, no caso da energia núclear. Que há recuos e avanços numa confusão que ninguém entende. Que parece haver / tambem uma luta interna em desencadeamento dentro da Petrobrás.

02A4F02

POLÍTICO
FED
EXERCITO
MINISTERIO
DEP FED
DECLARAÇÕES

CONFIDENCIAL

NS. Processo 131.1.p.212

CONFIDENCIAL

- [illegible]

35. - HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES
- Jornalista (Corrêio da Manhã).
- Comunista ligado a JG.
- Eleito Dep Fed pelo MDB/GB, em 15/11/66.
- Autor de uma série de artigos anti-revolucionários e subversivos.
- Enalteceu a vitória da chapa esquerdista do CACO, criticando veementemente o Gov CB.
- Assinou o "Manifesto dos Intelectuais", em 1965.
- Assinou manifesto pela liberdade de Ênio Silveira.
- Ligado aos meios estudantís.
- Em artigo no CM, procurou defender o Cel Jefferson Cardin, mostrando-o como um mártir da Revolução.
- Colaborador do semanário comunista "Reunião".
- Assinou manifesto, reclamando a liberdade de Joel Rufino dos Santos.
- Dirigente da Ação Democrática, em 1956.
- Em 1965, compareceu à [illegible]são coletiva da UNE/UME, que homenagearam o povo dominicano e realizaram ato público em favor da auto-determinação dos povos. Ao mesmo tempo que condenavam a invasão, resolveram lutar para que o Brasil não enviasse tropas àquela República.
- Referiu-se, então, ao Gen Costa e Silva (à época), como "um General americano, entreguista".
- Assinou o manifesto chamado "Intelectuais são contra a Intervenção dos EUA no Caribe".
- Ligado à Ação Popular (AP).
- Fêz parte do Conselho Consultivo da chamada "Política Externa Independente", lançamento da Editora Civilização Brasileira S.A.
- Destacou-se no período de pós-revolução, por suas críticas e ataques ao Gov Fed, visando a desmoralização do Gov.
- Em 1965, um seu artigo intitulado "La fuerza Continental", foi publicado no jornal uruguaio "Época", jornal de filiação comu-

02A4F02

CONFIDENCIAL

Nº. PROCSS. 131. 9p.213

CONFIDENCIAL

comunista, que se caracteriza pelo estilo violento, contundente e desrespeitoso de ataque sistemático ao Brasil.

- Integrou um grupo denominado "Unidade Independente", interessado na candidatura Lott.
- Colaborador do jornal "Brasil em Marcha".
- Em abril de 1966, comentou que o apôio norte-americano à queda do Pres JG, foi muito significativo e que JG ainda não deixara o Brasil, quando Johnson reconhecia o Govêrno de transição de Ranieri Mazzili, congratulando-se com êle.
- Manifestou-se contrário à candidatura CS, atacando-a acerbadamente e imputando ao Pres CB, não só a responsabilidade por ela, como por todos os males que dela advirão para os brasileiros.
- Teve seu extrato de prontuário organizado com vistas às sanções do AI-2.
- Em 1966, assinou manifesto de apôio "aos direitos dos estudantes, quando êstes saem à rua".
- Está ligado ao movimento da "Frente Ampla" e, juntamente com Renato Archer (Dep Fed/MDB-MA), trabalha no sentido de reformulá-la.
- Compareceu à solenidade de posse do DCE/Juiz de Fora/MG, no dia 3/9/66.
- Participou ativamente para o desenvolvimento do comunismo no País, militando nas "Fôlhas de São Paulo".
- Em janeiro de 1967, assinou manifesto denunciando o caráter antidemocrático da nova Constituição, conclamando o povo para, unidos, lutarem contra o Govêrno, que está coagindo o Congresso Nacional.
- No dia 1º de maio de 1966, fêz uso da palavra, no Sindicato dos Texteis, dirigindo-se contra o Gov Fed, declarando que "algum dia as árvores fortes retornarão".

02A4F02

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Nº PROCESS 131.1R214

CÓPIA

Conferência do dia 31 de maio de 1967
Proferida pelo deputado federal HERMANO ALVES
FACULDADE DE DIREITO - UFRGS

Estavam presentes as seguintes autoridades: Siegfried Emmanuel Heuser
Deputado Flavio Ramos.

POLÍTICA INTERNA DO BRASIL

Não existe política interna no Brasil. Existe política interna com os Estados Unidos. A América Latina é uma propriedade fechada norte americana. Com suas riquezas, minerais estratégicos que dizem respeito ao futuro espacial do mundo. É a América uma base para os Norte-Americanos. Devemos fazer como a França que através de seus interêsses nacionais e em defesa dêles afastou-se da OTAN.

Teoria de Grins Guering ex-embaixador dos EE.UU. em Paris. Agencia Nacional de segurança NASA.

O inimigo mundial dos Estados Unidos continua sendo a Área Socialista para fins de planejamento. A África continua sendo uma plataforma, rêde estratégica com relação ao mundo socialista. Golpes militares acontecem na África. O mesmo acontece na América Latina. O Brasil é para os Estados Unidos nação determinante do continente Latino Americano. Sôbre Cuba, área do Caribe, há um acôrdo entre EEUU/MOSCOU.

02A4F02

Conflito limitado pelo jôgo de interêsses dos EEUU/MOSCOU. O sistema capitalista pode obter uma vitória tática. O produto Americano é igual a soma e mesmo maior que a soma dos produtos de tôda a Europa. Hoje em dia o pêso do somínio norte-americano se faz sentir sôbre todo o mundo.

Temos que ter em relação a isto numa estrategia de espectativa para conseguirmos a nossa independência.

LIN PIAO disse: A luta segundo a qual as áreas camponesas chocar-se-iam com as áreas urbanas. A vitória seria dos camponeses.

EEUU. pressionando os Vietnam obrigou UTHAN a acender a solicitação de NASSER de retirada das tropas que lá se encontravam para que esvaseasse os ritmos no mundo do Vietnam. UTHAN contribuiu para crise uma situação especial para os EEUU. o Moscou. Para os comunistas a América é muito importante porque seria a última área que os EEUU. entregariam. É o centro de sastentação. É interêsse da União Soviética, quer que surja obstáculo para os EEUU. na América Latina. A pressão sôbre a América significará um alívio na pressão sôbre o sudeste Aisático.

Problema curioso, o Brasil não é carne nem é peixe, não é uma nação adiantada, mas também não é uma nação atrasada como muitas no mundo. Esta nação tentou no govêrno de Janio Quadros autonomia externa independente, muito clara, êle subordinava tôda política do Brasil, êle

(Cont. fls. 2)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL CÓPIA
Nr. Rolo 131.1.p.275

êle chegava aonde queria o Fundo Monetário Internacional. No plano da política interna êle dependia dos EEUU. na externa seria independente. Disto tudo durou sòmente 7 meses. Surgiu um movimento popular e o assunto passou a ser a posse ou não de João Goulart. Êste movimento teve apoio de grande parte do exército brasileiro. Tentava o Brasil no plano interno e externo uma independência dos EEUU. Tranquilamente o Brasil se viu diante do problema Cuba, criado pelos interêsses dos EEUU.

Um govêrno mais hábil, mais inteligente que os EEUU. já teve no govêrno. Foi êle o do estadista jovem e de mulher bonita e filhos também bonitos e agora falecido John Kennedy.

Foi no govêrno Kennedy que:

Invadiram Cuba.

Houve a pressão política para que se expulsasse Cuba da Organização Americana.

Iniciou-se a invasão no Vietnam.

Os EEUU. passaram a exercer a tese da agressão interna.

No Brasil não há uma estrutura industrial militar e isto contribui para muitas coisas. Passou-se a comprar armamentos. Com a tese da padronização dos armamentos quem compra uma arma, recebe explicação sôbre a arma, ensinamentos de como manejá-la, e como utilizá-la em guerra. O melhor armamento para as unidades dadarão o golpe. Aconteceu no Brasil isto em 31 de março de 196[illegible]. Brasil recebe muita ajuda dos EEUU. Percebe-se que existe uma política nesta ajuda. Me lembro que um oficial do exército brasileiro me disse: Nos EEUU. nós eramos tratados como um americano. Estava funcionando com a própria máquina de guerra - dos norte-americanos. O brasileiro na 2ª guerra mundial ficou admirado a ajuda psicológica e espiritual da técnica dos EEUU.

02A4F02

No Brasil neste instante afirmam que estamos numa democracia. Assistimos êste espetáculo: Um telegrama. A sub-secretaria de defesa - dos Estados Unidos comunica que o Brasil não receberá o fuzil M16. Ninguém sabia, nem o ministro do exterior, nem talvez o presidente sabia, mas o exército sabia e pediu.

No govêrno de João Goulart comprou-se o fuzil belga e até - mesmo a patente, no ministério em que Costa e Silva era ministro êle tornou a comprar os fuziz belgas.

Mas o Brasil pediu agora e por intermédio do exército o M 16 e lhe foi negado. E porque foi negado? Alegaram que o fuzil era bom sòmente para tiro curto e não para tiro longe. Masna verdade foi negado, porque êste fuzil é uma das mais bárbaras armas que existe. A bala do M 16 produz o efeito da bala Dum-Dum, cria um cone no corpo do indivíduo, cria inflamações ou mata logo. Quando cria inflamações vem a matar posteriormente. Êste fuzil é bom para a guerra suja como a do Vietnam. A própria Santa Sé mandou dinheiro para o Vietnam do Norte a fim de ser aplicado nos hospitais que não tinham condições.

(Cont. fls. 3)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CÓPIA

Nº PROCESS. 031-1,p.276

Não mandaram porque ficaram com medo de que fôsse reproduzido e viesse em prejuízo dos EEUU. No Vietnam os vietnamitas do norte apreenderam um certo número dêstes fuzís, que com os mesmos atingiram os próprios americanos. O exército brasileiro quer comprar e êles não vendem.

A bala estando enquadrada no tipo da bala Dum-Dum, ela está condenada pelos efeitos que ela produz. Os militares querem comprar, êles são profissionais e são submetidos a estas influências. Os EEUU. querem apanhar as minorias militares para suplantar os burgueses. Isto aconteceu no Brasil. No govêrno Kennedy implantou-se a tese utilizada pela minoria Neo-facista Francesa, esta tese foi implantada nas academias interamericanas militares. O govêrno Kennedy criou os boinas verdes, que usam até os assassinos políticos, tráfico de tóxicos, apanhar adversário. Também a utilização sistemática da gasolina gelatinosa cola na pele do indivíduo e começa comer até os ossos. Isto já faz parte do treinamento da nossa fôrça aérea. Está havendo uma deturpação de nossa sociedade. Esta deformação, êste câncer, está se tornando sensível até nos EEUU. Ontem no Rio de Janeiro uma fonte categorizada me disse: Uma organização norte-americana está construindo uma televisão que se coloca no [illegible] e então eu na minha casa posso olhar a guerra através de um aparelho. Então a guerra vira programa. Isto é um crime dos EEUU. Até que ponto nós podemos suportar estas coisas tôdas? Hoje a morte promovida faz parte de um investimento econômico. A economia Americana cresce graças a sua exploração.

02A4F02

Chegamos à época em que Costa e Silva sobe ao poder. O presidente diz que o conflito mundial norte-sul, digo, ó norte-sul. Êle diz que está tentando uma política independente. Porém o exército considera que o conflito não se dá na maneira norte-sul, como afirma o presidente. Para o exército e na teoria militar vigente o conflito mundial se dá entre Oriente e Ocidante. Há nisto uma contradição.

O Papa Paulo VI faz sua, digo, na sua última encíclica a "POPULORUM PROGRESSIO" duas diferenças entre as civilizações.

A civilização cristã e a civilização ocidental. Até o Tarso Dutra diz: Nós somos o govêrno da encíclica.

Logo da tomada de posse do presidente COSTA e SILVA o ex-embaixador americano no Brasil o sr Lincoln Gordon perguntou: O Magalhães vai voltar para o Itamarati, não é?

Agora passa a descrever o que observou na Argentina quando do Frondizi estava no poder. O deputado Hermano Alves havia ido a Argentina numa cobertura jornalística.

Vi Frondizi dizer: "Tomo posse se fizer um contrato Petrolífero". Posso nacionalizar pagando. "O Brasil tem a Volta Redonda, porque nós não podemos ter uma hidro-elétrica? afinal nós não estamos na Aliança para o Progresso, não apoiamos os EEUU. então quero um em

(Cont. fls. 4)

CONFIDENCIAL

Nº Process. 131.7, P.217

CONFIDENCIAL

CÓPIA

préstimo". Qual foi a resposta americana? Sim vocês estão na Aliança para o Progresso, vocês apoiam os EEUU., mas empréstimos nós não podemos dar. Para que o desenvolvimento da Argentina?

A assessoria da presidência na Argentina ficava num falso - hotel e era super sigilosa. Existia um serviço secreto do Estado, um da Marinha, um do Exército, um da Aeronáutica, todos inspecionando o govêrno.

Bem, so contrários ao govêrno encontraram uma saída. Fantasiaram os homens de policiais e deram uma batida, alegando que era uma região suspeita. Então os assessores tiveram que sair pelos telhados com os papéis. Aqui no Brasil também acontece algo de semelhante.

Aqui no Brasil os petebistas gritaram, mas não puderam votar um projeto que estava engavetado a 8 anos. Afinal pensou-se: Que acôrdo é êste?

Êste acôrdo passou, trata-se do acôrdo Aero-Fotogrametria. Temos um aparelho sintilômetro, que registra a radiação de certa area da terra. Podemos ter margens inferiores a 15% de êrro, tudo o que possue no sub-solo. A fôrça aérea pode fazer "êste" serviço, mas deu-se aos EEUU. esta missão. Com a gritaria dos elementos do MDB - conseguiu-se, que dentro de mais de 160 homens norte-americanos fossem colocados 4 insignificantes militares brasileiros. Mas havia uma condição: As fotos e os estudos seriam feitos nos EEUU. para o Brasil seria dado sòmente a cópia.

02A4F02

Agora surge uma gritaria contra o contrôle da natalidade, que os americanos estão fazendo aqui. Os Norte-Americanos introduzem nas mulheres brasileiras uma serpentina, que faz com que ela não reproduza mais. Isto não se concebe. No Japão pode ser utilizado o abôrto, mas no Brasil, não. Na India, 150 milhões de mulheres são esterelizadas anualmente. Deparando-se com êste problema vamos chegar aonde querem os norte-americanos. A única política dos EEUU. em relação aos países em que têm influência é o limite da natalidade.

John Kennedy dizia: "Um dia as massas famintas poderão bater nas nossas muralhas, para nos cobrarem algo." Então utiliza-se a esterelização para evitar que isto ocorra.

Sucede que os interêsses na medida em que esta massa crescer ela rompe as estruturas, e estas vão ser modificadas pelos movimentos de massa, e êste que é o movimento autêntico, ou se não partir das - massas partirá dos burgueses, mas êste não é o melhor.

A elite dirigente do Brasil a qual pertence a direita do Brasil, mas também a esquerda do Brasil. Do lado da direita temos: salazarismo, o generalíssimo Franco, a redenção da Alemanha, e os Estados Unidos da América do Norte. Êstes são seus líderes.

A esquerda fala em Frey, no CHILE, em Cuba, enfim na democracia cristã.

(Cont. fls. 5)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CÓPIA

NO. PROCSS-131.1 P.248

Mas, quando partiremos numa luta nacional?

Eu saí do Rio de Janeiro e fui para Belo Horizonte, afim de proferir uma conferência para os estudantes de lá. Mas fui avisado - por elementos meus, olha se tiver elementos do DOPS, ou de qualquer- outro serviço secreto eu daqui farei um sinal para o senhor. Nisto - notei o sinal e percebi que alí estavam três elementos do DOPS e dois de outra organização. Logo localizei os tais indivíduos.

Nisto surgiu-me uma pergunta. Logo procurei ver se não partia dêstes elementos que estavam tentando me vigiar. Mas não, a pergunta partiu de um estudante não mal intensionado. Então eu lhe disse: Olha moço, não vou responder porque aqui se encontram elementos- representantes do poder (DOPS) mesmo que fossem de um poder não muito esclarecido êles também gostariam de saber a minha resposta, por isso convido-o para que faça-me esta pergunta no hotel, lá lhe responderei de bom grado.

02A4F02

No final de sua conferência disse o deputado HERMANO ALVES: Nós pedimos aos estudantes para que façam levantamento de dados e - pontos fundamentais e êles sempre fizeram. Tivemos portanto, uma fábrica de elementos que nos deram auxílio e muitas informações.

Finalizou colocando a palavra à disposição de quem quisesse formular algumas perguntas.

Conferência esta que foi realizada no centro acadêmico André da Rocha da Faculdade de Direito da U.F.R.G.S. no dia 31 de maio de 1967.

CONFIDENCIAL

Nº PROCSS. 131.1.R.219

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
SUBCHEFIA DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES
2a S E Ç Ã O

ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA — 2ª SEÇÃO

1. ASSUNTO : "PARASAR"
2. ORIGEM : EMAer
3. CLASSIFICAÇÃO: + + +
4. DIFUSÃO : SG/CSN
5. CLASSIF ANT : + + +
6. DIFUSÃO ANT : + + +

INFORMAÇÃO Nº 442/EMAER

(23 DEZ 68)

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, (Art 62 - Dec n 60 417 67. Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Há cêrca de três mêses, ou seja, por ocasião em que o caso denominado "PARASAR", passou a ser explorado por certa Imprensa e por alguns congressistas através das tribunas do Congresso Nacional, êste Serviço tomou conhecimento de que tal campanha fazia parte de um planejamento hàbilmente elaborado por elementos subversivos perfeitamente identificados pelos Serviços de Informações.

O referido planejamento, além da subversão da ordem, tinha por objetivo aproveitar-se de qualquer fato da vida nacional que apresentasse possibilidades de servir aos seus objetivos e trazer descrédito à Revolução de 1964. Assim, os elementos interessados em subverter a ordem agiram no episódio "PARASAR" auxiliados por Oficial General da FAB, diretamente envolvido / no problema, punido por razões disciplinares e sem consciência de que estava sendo aproveitado inocentemente para fins excusos. Contaram, também, com a cooperação criminosa de elementos civis cassados, da reserva e até da ativa da Fôrça Aérea Brasileira. Êsses indivíduos foram hàbilmente manipulados / por aquêle grupo subversivo. Através da Imprensa publicaram trechos esparsos de documentação sigilosa do estrito âmbito militar, com o intuito de apresentar, deturpadamente, à opinião pública, um fato do dia a dia de uma Organização Militar. Criminosamente desfiguraram a ação da autoridade militar competente que, num dia de prontidão das três Fôrças Armadas, sediadas na área da Guanabara, determinou, em cooperação com as autoridades estaduais, a movimentação de uma Unidade, em missão puramente militar, contra a escalada subversiva comandada por organismos alienígenas.

Foi apurado que o ex-Brig Francisco Teixeira, demitido após a Revolução de 64, encontrava-se por trás dessa campanha insidiosa, valendo-se dos elementos abaixo, para fazer ouvir sua voz através da Imprensa e da tribuna

PROCESS. 134.1, p. 220/220

SECRETO

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 442/EMAER, de 23 DEZ 68). Fls - 2 -

ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA — 2ª SEÇÃO

do Congresso Nacional, conforme já declarado.

Segue-se a relação dos envolvidos:

Senador MARIO MARTINS
Deputado RENATO ARCHER
Deputado HERMANO ALVES
Sr EDMUNDO FERRÃO MONIZ DE ARAGÃO
Sr HUMBERTO BARROSO
Sr ARISTON BRANDÃO
Sr JOSÉ LANDEIRO FILHO
Sr VICENTE PELLEGRINE
* ex-Brig RICARDO NICOLL
* Brig Ref HELIO ROSARIO
* Cel Ref ADHEMAR SCAFFA DE AZEVEDO FALCÃO
* Cel Ref FERNANDO CAGGIANO HALL
* Cel Ref RUY BARBOSA MOREIRA LIMA
Cel R/R LINO TEIXEIRA
* ex-Cel CARLOS ALBERTO MARTINS ALVAREZ
* ex-Ten-Cel HELIO DE CASTRO ALVES ANÍSIO
Cap-Méd MARIO HENRIQUE MACHADO LANDEIRO

NOTA:- Os nomes assinalados com * foram reformados ou expulsos pela Revolução (AI-1).

§§§§§§§§§§§§§§§§§§§§§§§§

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, (Art 62 - Dec. nº 60.417/67. Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

SECRETO